



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS



MARIA DO LIVRAMENTO GOMES ROSA

**ORALIDADE E ENSINO: UMA PROPOSTA DE TRABALHO COM O GÊNERO
ORAL PÚBLICO DEBATE NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

UBERLÂNDIA

2020

MARIA DO LIVRAMENTO GOMES ROSA

**ORALIDADE E ENSINO: UMA PROPOSTA DE TRABALHO COM O GÊNERO
ORAL PÚBLICO DEBATE NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Letras do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Linguagens e Letramentos

Linha de pesquisa: Teorias da Linguagem e Ensino

Orientadora: Profa. Dra. Marlúcia Maria Alves

UBERLÂNDIA

2020

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

R788 2020	<p>Rosa, Maria do Livramento Gomes, 1974- Oralidade e ensino [recurso eletrônico] : uma proposta de trabalho com o gênero oral público debate nas aulas de língua portuguesa / Maria do Livramento Gomes Rosa. - 2020.</p> <p>Orientadora: Marlúcia Maria Alves. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Letras. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.325 Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. Linguística. I. Alves, Marlúcia Maria ,1970-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Letras. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 801</p>
--------------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Mestrado Profissional em Letras				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Profissional				
Data:	19 de fevereiro de 2020	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	17:00
Matrícula do Discente:	11812MPL013				
Nome do Discente:	Maria do Livramento Gomes Rosa				
Título do Trabalho:	Oralidade e ensino: uma proposta de trabalho com o gênero oral público debate nas aulas de língua portuguesa				
Área de concentração:	LINGUAGENS E LETRAMENTOS				
Linha de pesquisa:	Teorias da Linguagem e Ensino				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Variação fonético-fonológica e ensino de Língua Portuguesa				

Reuniu-se no Anfiteatro/Sala SM02, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Letras, assim composta: a) Profa. Dra. Elisete Maria de Carvalho Mesquita, Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP; b) Profa. Dra. Claudia Goulart Morais, Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (participação via webconferência); c) Profa. Dra. Marlúcia Maria Alves, Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Minas – UFMG, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Marlúcia Maria Alves, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(as) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

28/05/2020

SEI/UFU - 2009475 - Ata de Defesa - Pós-Graduação

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por Marlúcia Maria Alves, Presidente, em 30/04/2020, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Elisete Maria de Carvalho Mesquita, Professor(a) do Magistério Superior, em 01/05/2020, às 08:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Maria do Livramento Gomes Rosa, Usuário Externo, em 04/05/2020, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Claudia Goulart Morais, Usuário Externo, em 08/05/2020, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_organ_acesso_externo=0, informando o código verificador 2009475 e o código CRC 6EF38623.

Ao meu esposo, Anailton, e a minha filha,
Thayssa, pela paciência e atenção durante todo o
processo de estudo e pela alegria de
compartilharmos este momento único.

AGRADECIMENTOS

A Deus que continuamente nos dá força e faz com que surjam momentos únicos em nossas vidas.

À professora Dra. Marlúcia Maria Alves, orientadora, pela confiança que depositou em mim e pela maneira atenciosa e humana como conduziu todo o processo de orientação, principalmente nos momentos mais difíceis do trabalho.

Às professoras Dra. Claudia Goulart e Dra. Elisete, pelas críticas e sugestões valiosas apontadas enquanto atuavam como membros das bancas de qualificação e defesa.

Aos professores do curso de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Letras do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, em especial, ao professor Dr. João Carlos Biella.

Aos alunos que gentilmente compuseram o *corpus* desta pesquisa e aos docentes, juntamente com o corpo diretor da escola pesquisada, que facilitaram o processo de implantação da pesquisa.

Aos amigos da turma V, pelo apoio na caminhada e, em especial, as minhas queridas amigas: Patrícia, Andreia, Vânia e Ângela.

A minha família que me apoiou em tudo durante esta caminhada.

Um ponto de partida: falamos mais do que escrevemos.
(MARCUSCHI, 2007, p. 13).

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema Oralidade e Ensino: uma proposta de trabalho com o gênero oral público debate nas aulas de Língua Portuguesa. Foi um trabalho desenvolvido com alunos de nono ano do ensino fundamental de uma escola da rede pública estadual da cidade de Uberlândia/MG. Partimos da questão de que o desenvolvimento de um trabalho voltado especificamente para a temática oral exposta é capaz de possibilitar aos alunos uma reflexão a respeito da língua e das questões que envolvem a oralidade. Destarte, propomos como objetivo principal: investigar a aplicabilidade do uso do oral público nas aulas de Língua Portuguesa e sua relevância para ampliar o poder argumentativo dos alunos por meio da análise do gênero debate. Consequentemente, definimos como objetivos específicos: estudar os aspectos relacionados à oralidade, como as noções de turno, tópico discursivo, qualidade da voz, entonação, pausas, polidez; verificar em que medida o uso do oral público manifestado no gênero debate interfere na competência comunicativa. Além disso, reunir e elaborar material para subsidiar a prática docente concernente aos aspectos próprios da oralidade; elaborar e analisar oficinas com práticas voltadas para a aplicabilidade do oral público; e, por fim, estudar a relação fala/escrita. Para tanto, escolhemos trabalhar com a metodologia de oficinas, pois essa tem um caráter ativo no qual os participantes, de forma ativa e reflexiva, apropriam-se dos conhecimentos ora apresentados de maneira prática. Após a aplicação das oficinas, passamos para a análise dos resultados presentes nas notas de campo da professora-pesquisadora, nas gravações dos debates e em suas transcrições. A análise dos dados obtidos foi feita à luz de Marcuschi (1997, 2001, 2003, 2007, 2008, 2008a, 2008b, 2008c), Bakhtin (2003), Dolz, Schneuwly e Haller (2013), Koch (1996, 2008), dentre outros. Os resultados evidenciaram que o trabalho com os gêneros orais públicos é viável, principalmente com o gênero debate, que se mostrou um instrumento capaz de melhorar a competência comunicativa dos alunos em ambientes formais. À vista disso, se faz emergencial um trabalho voltado para os gêneros orais nas aulas de Língua Portuguesa para que fala e escrita sejam vistas do mesmo lugar valorativo, ampliando a eficácia de nossas práticas.

Palavras-chave: Oralidade. Ensino. Argumentação.

ABSTRACT

This research has as its theme the Orality and Teaching: a work proposal with public oral genre: debate in Portuguese Language classes. It was a work developed with ninth grade students of a public state elementary school in the city of Uberlândia/MG. We start from the question that the development of a work, focused specifically on the oral theme, which exposed here, can enable students to reflect on the language and the issues regarding orality. Thus, we propose as main objective: to investigate the applicability of the use of public oral in Portuguese Language classes and its relevance to broaden the argumentative power of students, through the analysis of the debate genre. Hence, we define as specific objectives: to study aspects related to orality: the notions of turn, discursive topic, voice quality, intonation, pauses and politeness; to verify what extent the use of public oral speech, manifested in the debate genre interferes with communicative competence. Besides that, to gather and elaborate material to support the teaching practice concerning the proper aspects of orality; to elaborate and analyze workshops with practices focused on the applicability of the public oral. Finally, to study the speech / writing relationship. Therefore, we chose to work with methodology of workshops, as it has an active character in which participants actively and reflexively appropriate the knowledge now presented in a practical way. After the application of workshops, we proceed to the analysis of the results present in the field notes of the research teacher, recordings of the debates and transcriptions. The analysis of the obtained data was made in the light of Marcuschi (1997,2001, 2003, 2007, 2008, 2008a, 2008b, 2008c), Bakhtin (2003), Dolz, Schneuwly and Haller (2013), Koch (1996, 2008) among others. The results showed that working with public oral genres is viable, especially with the debate genre, which proved to be an instrument capable of improving students' communicative competence in formal contexts. In view of that, it becomes urgent a work, which focuses on oral genres in Portuguese language classes, so that the speaking and writing to be seen from the same value position, increasing the effectiveness of our practices.

Keywords: Orality. Teaching. Argumentation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1	Processo interativo da linguagem: a voz humana.....	18
2.2	Oralidade e ensino e os dizeres legais.....	19
2.3	A proposta curricular de Minas para o ensino de Língua Portuguesa.....	28
3	GÊNEROS ORAIS E ENSINO.....	29
3.1	Características do oral.....	33
3.1.1	As repetições, as correções e as modalizações.....	34
3.2	Oralidade <i>versus</i> escrita.....	36
3.3	Oralidade e variação.....	40
3.3.1	Variação: o contínuo de monitoração estilística.....	42
3.3.2	Monitoração estilística e competência comunicativa.....	44
3.4	Argumentação oral.....	46
4	O GÊNERO DEBATE.....	51
5	METODOLOGIA.....	55
5.1	Sobre a pesquisa.....	60
5.2	Sobre a instituição de ensino onde será aplicada a pesquisa.....	60
5.3	Plano de intervenção.....	63
5.4	Normas para transcrição.....	92
6	DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS.....	94
6.1	Análise do questionário aplicado aos participantes da pesquisa.....	94
6.2	Análise das oficinas realizadas com os alunos.....	107
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
	REFERÊNCIAS.....	141
	APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido	148
	APÊNDICE B - Termo de assentimento livre.....	151
	APÊNDICE C - Questionário.....	153
	APÊNDICE D - Transcrição do DP.....	155
	APÊNDICE E - Transcrição do DC.....	159
	APÊNDICE F - Proposta de intervenção.....	163

1 INTRODUÇÃO

A língua é um patrimônio cultural de um povo. É por meio dela que os falantes socializam suas experiências com outros falantes e deixam seu legado às próximas gerações. Dada a sua importância, cabe analisarmos dentro de nossa sociedade duas modalidades de produção linguística: a fala e a escrita. Em especial a modalidade falada tem seu lugar valorativo, pois se repensarmos a história da humanidade e seu desdobramento, é possível verificar que a tradição desta sempre precedeu à escrita. Para Lyons "[...] não há grupo humano conhecido, que exista ou tenha existido, sem a capacidade da fala [...]" (1979, p. 39), e ainda, "Portanto parece razoável supor que a fala remonta às origens da sociedade humana." Em consonância com Lyons, Calvet (2011, p. 140) menciona "Todas as sociedades de tradição escrita foram, em um momento de sua história, sociedade de tradição oral". Em consonância com os pensamentos apresentados, quando pensamos em homem, geralmente, imaginamos um ser falante que se expressa oralmente para os mais variados fins, sendo a fala um dos mecanismos primordiais de interação entre os homens. Assim, em seus primórdios os conhecimentos eram passados entre os interlocutores por via exclusivamente oral. Com o advento da escrita as sociedades tiveram a oportunidade de ampliar seus conhecimentos e, de forma interativa, repassá-los às gerações posteriores.

Consoante Aquino (2015) e Goulart (2017), no âmbito escolar, costuma-se valorizar a produção escrita em detrimento da falada, mas esquecemos de averiguar fatores que são pertinentes a essas duas modalidades de produção linguística. Conforme Marcuschi (2008, p. 113) menciona, o texto, seja oral ou escrito, tem que aludir a "funções interacionais e intencionais, envolvimento, informatividade, negociação, situacionalidade, coesão e coerência, intertextualidade". A dinamicidade e a dialogicidade aparecem como usos estratégicos e comunhão de discurso. Portanto, não existe língua estática, pois ela encontra-se em constante movimento regido pelos usos decorrente das interações sociais. O texto oral e o escrito têm sua sintaxe própria e é regida pelos usos que os falantes fazem, dependendo de suas necessidades comunicativas.

Em consonância com as ideias expostas acima, Kleiman (1999, p. 29-30) menciona que "se adotarmos o pressuposto do dialogismo na linguagem e da polifonia do texto, a oralidade e a escrita podem ser investigadas não apenas da perspectiva da diferença, mas também da semelhança."

As diferenças entre fala e escrita apenas são observadas no modo de verbalização via aparelho fonador ou via elementos gráficos, pois todas as demais nuances inerentes a essas duas modalidades perpassam o mesmo caminho e cabe ao usuário da língua determinar quando usará

uma ou outra. As escolhas do locutor determinarão a adequação a cada modalidade em cada gênero atrelado a seus devidos suportes e aos seus respectivos interlocutores.

Diante dessa constatação e da inquietação que ela nos provocou, formulamos como objetivo principal desta pesquisa: investigar a aplicabilidade do uso do oral público nas aulas de Língua Portuguesa e sua relevância para ampliar o poder argumentativo dos alunos por meio da análise do gênero debate. Pensando nisso, trabalharemos a modalidade falada da Língua Portuguesa na sua variedade culta, no Ensino Fundamental II (doravante EF II), mais especificamente em salas de nono ano em uma escola estadual da cidade de Uberlândia, Minas Gerais. O que nos motivou a trabalhar com os nonos anos foi a necessidade de contribuirmos com o aprimoramento das práticas sociais voltadas para a modalidade falada, pois os alunos, quando terminam o nono ano, costumam ir em busca do primeiro emprego. Mediante essa necessidade, precisam estar preparados para uma entrevista de emprego. Além disso, existem outras práticas sociais nas quais a modalidade falada é imprescindível: um debate na reunião de condomínio; na esfera religiosa, proferir um discurso; atuar em associação estudantil; entre outras situações nas quais o aluno necessitará desenvolver com competência um papel social relevante na comunidade da qual faz parte.

Em função da necessidade de delimitação da pesquisa, da abrangência e da variedade dos gêneros orais estudados no contexto escolar e, também, em uma tentativa de aproximação da realidade escolar, juntamente com a viabilidade de um trabalho com a língua falada em sala de aula, foi realizada uma triagem¹, que consistiu em verificar quais gêneros orais circulam em nossa sociedade e quais servem de objeto de ensino na escola. Dentre eles elegemos o debate por seu caráter desafiador no qual a interação se dá face a face e em especial integra, dentro da sua realização, a união de vários argumentos que sejam válidos para a defesa de um ponto de vista. Além disso, esse gênero pode utilizar para sua realização algumas tipologias textuais, tais como: narrações, descrições e argumentações, essa última própria da natureza argumentativa desse gênero. A partir dessa triagem e dos critérios associados à ela, estabelecemos como objeto de ensino o gênero debate, instrumento fundamental em nossa pesquisa.

A escolha do debate regrado como objeto de ensino e ao mesmo tempo de análise se deu em razão de sua funcionalidade como instrumento de trabalho com a prática da oralidade, foco

¹ Essa triagem foi feita pela pesquisadora quando, em meio a sua busca por gêneros puramente orais e com linguagem monitorada (orais públicos), se deparou com pesquisas como a publicada nos Anais do Simpósio Internacional de Ensino da Língua Portuguesa (SIELP) 2012, intitulada “A produção textual na escola: abordagens do gênero debate em estudo” de autoria de José Batista de Barros e Adriana Letícia Torres da Rosa que evidenciavam o debate e a exposição oral como os que mais apareciam no livro didático, porém que necessitavam de uma abordagem mais sistemática para sua efetivação.

desta pesquisa. Foi determinante nessa escolha o fato desse gênero oportunizar o desenvolvimento de ações de linguagem em diferentes situações. Assim sendo, oferece acesso à prática do discurso monologado e dialogado ao aluno, propiciando-lhe condições para a aprendizagem desse gênero e aumentando seu poder crítico-argumentativo.

Em meio a essa discussão apresentamos como objetivos específicos:

- a) Estudar os aspectos relacionados à oralidade como as noções de turno, tópico discursivo, qualidade da voz, entonação, pausas, polidez;
- b) Verificar em que medida o uso do oral público manifestado no gênero debate interfere na competência comunicativa;
- c) Reunir e elaborar material para subsidiar a prática docente concernente aos aspectos próprios da oralidade;
- d) Elaborar e analisar oficinas com práticas voltadas para a aplicabilidade do oral público;
- e) Estudar a relação fala/escrita.

O presente trabalho se justifica na medida em que poderá contribuir para a análise dos aspectos variáveis da fala a partir da identificação dos elementos linguísticos (verbal: unidades fonológicas, lexicais, morfossintáticas) e extralinguísticos (qualidade da voz, melodia, elocução, pausas, respiração, risos, suspiros, entre outros) inerentes a essa modalidade. Além disso, o trabalho com o gênero debate poderá ajudar na organização mental, incidindo nos processos organizacionais de memorização e cognição que ajudarão o aluno a ter subsídios teóricos para sustentar uma boa argumentação mediante uma solicitação para a escrita. Destarte, acreditamos que essa prática ajudará os alunos a aprenderem a lidar com a escuta do que o outro fala e a responderem com réplicas à altura. Pensando nisso, levantamos as seguintes hipóteses:

- O gênero debate pode ajudar o aluno a desenvolver sua capacidade linguística;
- Esse gênero, em particular, pode ajudar o aluno a desenvolver sua capacidade argumentativa;
- Um trabalho voltado para a aplicabilidade e a sistematicidade da língua falada, em especial o oral público, pode ajudar o aluno a aprender a se posicionar autonomamente diante das questões que surgem em seu meio social.

Mediante as hipóteses levantadas podemos fazer os seguintes questionamentos:

- O gênero debate pode ajudar o aluno a organizar melhor suas ideias em torno de determinado assunto, aumentando assim a sua competência comunicativa?
- Ao fazer uso de trabalhos voltados para a modalidade falada, o aluno melhorará seu desempenho linguístico e discursivo também na modalidade escrita da língua, sabendo discernir sobre os aspectos de cada modalidade?

- Os gêneros orais públicos, em especial o gênero debate, se constituem como ferramentas indispensáveis para ampliação dos conhecimentos linguísticos, adequação vocabular, autonomia argumentativa, organização de ideias, sociabilização e interação dos usos linguísticos?

Consoante tudo o que foi aludido, este trabalho está estruturado de maneira que a primeira e a segunda seções aludiram a questões voltadas para as interações permitidas pela oralidade; para as características da modalidade falada e para as várias faces com as quais podemos identificar o texto oral. Ainda foram discutidas dicotomias entre oralidade e escrita, ideias que ainda permeiam nosso ambiente escolar, reflexão cunhada por Marcuschi (2001), que nos leva a repensar porque há tanto desacerto no ensino de Língua Portuguesa. Recorremos aos documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017); os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998) e o Conteúdo Básico Comum de Língua Portuguesa (CBC, 2005) adotados no estado de Minas Gerais para justificarmos o ensino dessa prática de ensino. Na terceira seção, abordamos a importância dos gêneros orais para o ensino de Língua Portuguesa em todos os níveis de ensino. Por fim, fizemos uma breve reflexão sobre o nosso instrumento de trabalho, o gênero debate. Em seguida, detalhamos a metodologia de oficinas para verificarmos a aplicabilidade e uso do oral público nas aulas de Língua portuguesa. Na sequência, procedemos à discussão e à análise das oficinas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O homem é um ser eminentemente dialógico, pois, desde tenra idade, aprende a falar e usa essa habilidade para interagir com seus pares, lembrando que esta interação pode se dar, também, por meio da gestualidade. Assim sendo, quando comentamos que o homem em sociedade necessita de movimentar-se e dialogar para diversos fins, inclusive para manter um princípio que é inerente à humanidade, a perpetuação da espécie, esse desejo se materializa por meio da interação. Desse modo, a interação se faz necessária para que os interlocutores estejam engajados e recorram a diversos procedimentos de “validação interlocutória²”, termo cunhado por Kerbrat-Orecchioni (2006). A interação só acontece quando normalmente temos cumprimentos, apresentações e outros rituais, mas a validação interlocutória vai além disso, abrangendo todos os atos e elementos que compõem o cenário de elocução, construído pelo locutor, interlocutor e a “sincronização interacional³” que nada mais ‘ é que o conjunto de ajustes que intervêm em todos os níveis do funcionamento da interação.

Quadro 1 – Sincronização Interacional

Características da sincronização interacional	O funcionamento dos turnos de fala; Os comportamentos corporais dos diferentes participantes presentes em uma interação; A escolha dos temas, do estilo da troca, do registro da língua, do vocabulário utilizado etc.
---	--

Fonte: Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 10).

Essa sincronização são as amarras que perpassam interação verbal. Quando os interlocutores escolhem um tema para ser discutido em uma situação informal, usarão um estilo de linguagem mais informal para tratar de determinado assunto. Se esses mesmos interlocutores estiverem em uma palestra, não poderão usar o mesmo estilo empregado no ambiente informal. Agora utilizarão um estilo mais formal.

² Validação interlocutória: compreende todo o cenário da interação (falante, ouvinte e a sincronização interacional).

³ Sincronização interacional: é vista pela autora (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006) como a necessidade constante estabelecida pelos interlocutores durante a interação comunicativa. São os ajustes que intervêm em todos os níveis do funcionamento da interação. Se o falante falhar, o ouvinte tende espontaneamente a multiplicar seus reguladores para que a interação continue. Se o ouvinte falhar, mostrando sinais de desinteresse, o falante recorre a novas estratégias interlocutórias para manter a comunicação.

Durante um debate, a sincronização interacional determinará a troca dos turnos de fala estabelecidos pelas regras anunciadas antes do início do debate. Essa sincronização poderá ser quebrada se um dos participantes, por exemplo, não seguir as regras pré-estabelecidas.

Ao fazermos uso da interação, temos que ter em mente que há características concernentes e peculiares a ela, principalmente quando tentamos delimitar, durante uma conversa, como ela começa e quando termina, pois

Ao tratar de interação, é preciso levar em conta como se dá sua delimitação, isto é, como suas fronteiras são estabelecidas. Embora se considere a natureza fluida e a impossibilidade de um critério específico de delimitação de uma interação conversacional, observamos que as sequências de abertura e fechamento do diálogo são marcas que auxiliam a delimitação da interação. (FAVERO; ANDRADE; AQUINO, 2014, p. 14-15).

Essas autoras falam de interação entre interlocutores e das possibilidades de percebermos quando ela começa e quando termina, apesar de vermos que uma conversa espontânea entre amigos pode ser iniciada ou interrompida abruptamente, pois não existe um planejamento prévio de como a interação seguirá. Diferentemente, o jornal televisivo tem seu início quando o jornalista pronuncia “boa noite” e é um cumprimento que, de certa forma, inicia uma interação com os telespectadores que estão assistindo aquele veículo comunicativo. Por ser um evento de comunicação altamente planejado e monitorado, ficam nítidas as fronteiras que são interpostas na interação.

Durante uma conversa ou debate, é possível observar os tipos de interação que se apresentam (verbal ou não-verbal e o “paraverbal”). Desta maneira, os interlocutores atendem a certas condições contratuais, que são regras estabelecidas, consciente ou inconscientemente, atendendo às necessidades dos tópicos discursivos que poderão se subdividir em subtópicos, no desenrolar de uma conversa. É o que podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 2 – Tipos de Interação

Verbal	Unidades fonológicas, lexicais, morfossintáticas.
Paraverbal	Prosódicos e vocais.
Não-verbal	Os signos estáticos, os cinéticos lentos, cinéticos rápidos.

Fonte: Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 36-37).

Conforme Kerbrat-Orecchioni, o material verbal é composto por todo o aparato fonológico, pelas escolhas lexicais e morfossintáticas. O “paraverbal” são os traços prosódicos e vocais, ou seja, a entonação dada a determinada palavra durante o discurso. O não-verbal é aquele emitido pelo visual, a saber: os signos estáticos são todos os elementos que compõem a aparência física dos participantes, roupas e acessórios etc. Os cinéticos lentos são formados pela distância, postura e atitudes, enquanto os cinéticos rápidos se constituem pelos jogos de olhares, mímicas e gestos.

Dolz; Schneuwly; Haller (2013), estudiosos de Genebra, também se interessaram pelos elementos que compõem uma situação comunicativa de fala. Assim como Kerbrat-Orecchioni, delimitaram alguns elementos que são observáveis em momentos interacionais. Diferentemente da autora, entretanto, os genebrinos procuraram destacar somente os elementos não linguísticos identificáveis quando em situação de fala.

Quadro 3 – Meios Não-Linguísticos da Comunicação Oral

MEIOS PARA-LINGUÍSTICOS	MEIOS CINÉSICOS	POSIÇÃO DOS LOCUTORES	ASPECTO EXTERIOR	DISPOSIÇÃO DOS LUGARES
Qualidade da voz Melodia Elocução e pausas Respiração Risos Suspiros	Atitudes corporais Movimentos Gestos Troca de olhares Mímicas faciais	Ocupação de lugares Espaço pessoal Distâncias Contato físico	Roupas Disfarces Penteado Óculos Limpeza	Lugares Disposições Iluminação Disposição das cadeiras Ordem Ventilação Decoração

Fonte: Dolz, Schneuwly e Haller (2013, p. 134).

Conforme o quadro de Dolz, Schneuwly e Haller, e também nossa experiência em sala de aula, é possível perceber que alguns elementos elencados passam despercebidos pelos alunos, pois o que vemos nas apresentações orais como, por exemplo, em seminários é a falta de atenção ao modo de como se colocar à frente da turma, a qual postura manter e dificuldade em se encontrar a altura ideal da voz. Na escola, durante uma exposição oral, os alunos não se monitoram em relação aos aspectos vocais: falam baixo ou de maneira rápida ou, ainda, inaudível, esquecendo-se do monitoramento que essas situações de uso oral público exigem, pois não se trata de fala espontânea, e sim de fala que, por seu caráter formal, deve ser cuidada, lapidada, planejada, organizada, vigiada, selecionada e reelaborada.

Ao analisarmos os quadros dois e três, podemos destacar que os elementos citados ainda não conseguem dar conta da dificuldade de se delimitar um final de turno, que são as formas de participação de cada interlocutor dentro de uma conversa entre interlocutores. Para essa tarefa, Galembeck (1999, p. 72) menciona que se olharmos com cuidado os elementos verbais, paraverbais e os não-verbais “é possível observar as possíveis pistas ou marcadores de final de turno: a entoação ascendente ou descendente, a pausa conclusa, os marcadores verbais (sabe?, né?, entende?, não é?), os gestos.” Consoante Galembeck (1999), podemos assegurar que todos os elementos que compuseram o quadro dois e os que explicitaram o quadro três devem ser levados em conta no momento da interação, pois são eles que fazem as interações compostas por trocas de turno.

Galembeck (1999) ainda distingue duas modalidades de passagem de turno: a passagem requerida e a passagem consentida. A primeira é identificada por uma pergunta direta ou pela presença de marcadores que testam a atenção do ouvinte (né?, sabe?, entende?). A segunda está ligada a uma entrega implícita e é uma intervenção sem consentimento, na qual o ouvinte toma o turno sem que o tenha solicitado.

Há também o assalto ao turno que pode ser com deixa ou sem deixa. Galembeck (1999, p. 74) menciona que “o ouvinte invade o turno do falante fora de um lugar relevante de transição, por isso o assalto representa uma violação ao princípio da fala”. A mesma ideia é defendida por Marcuschi, quando esse menciona que “a regra básica da conversação é: fala um de cada vez.” (2008a, p. 19). Esse é um princípio que, na maioria das vezes, é desrespeitado pelos próprios falantes, característica do próprio falar no Português Brasileiro (PB), apesar de desde tenra idade ouvirmos frequentemente nossos pais e professores nos pedirem para que falemos um de cada vez e não todos ao mesmo tempo.

Esse princípio que norteia os turnos do falante durante uma conversação é um dos princípios mais difíceis de se estabelecer na sala de aula, principalmente em situações espontâneas de fala e, também, quando o professor tenta regular certa ordem na interação em um momento de monitoração linguística dentro de um determinado gênero como, por exemplo, o debate. Galembeck (1999, p. 78) diz que a violação faz parte da própria dinâmica da interação: “O próprio princípio, fala um por vez, é constantemente violado, sem que isso constitua uma falta de polidez”. Geralmente “as falas simultâneas indicam antes o desejo acalorado de participar, o envolvimento na consecução de uma tarefa comum.” Esse é um retrato bem fidedigno da sala de aula, pois quando propomos qualquer atividade na qual os alunos possam expressar suas ideias, frequentemente há sobreposição de falas, pois alguns alunos não

conseguem esperar o colega terminar de falar e expressam suas ideias violando, assim, o princípio “fala um por vez”.

2.1 Processo interativo da linguagem: a voz humana

Nas sociedades ditas eminentemente orais ou que não adquiriram a escrita, as relações interacionais mediadas pela fala são ainda mais fortes, pois o discurso interacional é produzido apenas pelo aparelho fonador. Assim, é característico da fala humana usar a linguagem verbal para a comunicação, a socialização e a manutenção das comunidades. Segundo Soares e Piccolotto (1997, p. 9) “há fatores que são inerentes à linguagem humana e interferem em seu desenvolvimento e usos, tais quais: físicos, socioculturais e emocionais”. Por isso,

A fala é um ingrediente básico no processo de socialização, é um meio de reação à personalidade e um meio de revelar a personalidade a outros. Esta reside só parcialmente dentro de nós, porque ela também existe no contexto social, afetando e sendo afetada pelos julgamentos dos outros. (SOARES; PICCOLOTTO, 1997, p. 10).

Para que a voz humana seja produzida, ela necessita “do aparelho fonador, que possui órgãos que não têm como função primária a articulação de sons (SILVA, 2003)”. Portanto os recursos físicos por onde nossas vozes são produzidas têm outras finalidades vitais. A linguagem que ocorre na expiração não tem como função primária a produção dos sons. As cordas vocais têm como função primária a proteção aos pulmões. A boca, o nariz, laringe e faringe são órgãos ressoadores, assim como a língua, lábios e dentes são articuladores, entretanto, exercem funções de mastigação que são vitais para os seres humanos.

A voz também sofre fatores físicos, psicoemocionais e culturais na sua produção e sua execução tem atributos como altura, intensidade, qualidade ou timbre. Para as autoras,

Altura: é dependente da sinergia dos músculos intercosto-abdomino-diafragmáticos, assim como da ação muscular da laringe. A partir do momento em que a onda sonora deixa a laringe, a altura foi estabelecida. Há três determinantes para a intensidade: a força e a duração do ar; a força e a duração do fechamento da glote; os fatores conjugados dos ressoadores. A qualidade ou timbre depende dos ressoadores. (SOARES; PICCOLOTTO, 1997, p. 46-47).

Portanto, para uma boa interação, a voz é preponderante, na medida em que se necessita dela para realizar qualquer comunicação. Assim, se estamos com algum problema na voz, a comunicação fica falha; se há um prolongamento ou distensão na vocalização, o processo de comunicação não flui. A voz necessita tanto do seu aparato físico quanto emocional, pois fatores segmentados pelo emocional podem influenciar de maneira negativa ou positiva na produção

da voz. Então percebemos que alguém está com medo ou frio só pelo timbre de sua voz, e como a qualidade, a entoação e a consistência de sua voz são percebidas mediante seus interlocutores.

Desta forma, notamos que um aluno é ou está tímido pela maneira como profere as palavras durante a leitura de um texto, em alguns casos até de maneira sibilante, não por falta de conhecimento, mas por timidez, essa refletida em seus movimentos corporais e na não impostação da voz ainda que o professor a solicite. Essas características são percebidas pelos professores dentro de sala de aula, mas são deixadas de lado ou não recebem a devida atenção por parte desses mesmos profissionais na maioria das vezes.

2.2 Oralidade e ensino e os dizeres legais

O aluno quando chega à escola já traz consigo o domínio efetivo da língua materna na modalidade falada. Desta maneira, quando se propõe o ensino de práticas orais, esse fato é percebido com certa desconfiança pelos discentes e até mesmo por alguns docentes que desconhecem o verdadeiro trabalho com os gêneros orais públicos monitorados. A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) defende a prática da oralidade, da escrita e de outras linguagens para tornar o estudante atuante e crítico. Assim, devemos trabalhar com esta modalidade de maneira mais acentuada para que o aluno tenha a oportunidade de trabalhar outras maneiras de atuar, usando a modalidade falada da língua, em contextos que exijam deste aluno um olhar crítico, usando a linguagem mais monitorada.

Também os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), se posicionam em relação a desconfiança em se trabalhar a modalidade falada da língua na escola, essa desconfiança pode ser minimizada pela ação do professor, pois “a mediação do professor é fundamental: cabe a ele mostrar ao aluno a importância que, no processo de interlocução, a consideração real da palavra do outro assume, concorde-se com ela ou não”. (BRASIL, 1998, p. 47). Desta maneira, este documento valoriza, a ação do professor para diminuir as dificuldades em si trabalhar a oralidade, pois a partir do momento em que o professor se sentir seguro para trabalhar com esta modalidade, e incorpora-a em seu planejamento, o aluno por sua vez, se sentirá seguro para atuar criticamente, inclusive, usando esta modalidade, pois estará familiarizado com esta prática.

Trabalhar com a oralidade é trabalhar com o conceito de que ela se realiza simultaneamente na interação face a face de interlocutores e ainda, numa visão simplista, que ela é a representação sonora do que o falante pretende dizer manifestando-se por meio do aparelho fonador. Para Dolz, Schneuwly, Haller (2013, p. 127), o oral é “aquilo que é dito em voz alta”. Na visão de Marcuschi (2007) podemos verificar que

Língua falada é toda a produção linguística sonora dialogada ou monologada em situação natural, realizada livremente e em tempo real, em contextos e situações comunicativas autênticos, formais ou informais, em condições de proximidade física ou por meios eletrônicos tais como rádio, televisão, telefone e semelhantes. (MARCUSCHI, 2007, p. 71).

Com base nesse autor, podemos dizer que a língua falada se manifesta de forma natural e autêntica e até espontânea nas mais diversas situações e usos. A oralidade pode se dar em momentos espontâneos ou monitorados no âmbito escolar e deve ser objeto de estudo priorizado na escola, recebendo a mesma importância que a modalidade escrita – é o que defendem os estudiosos de Genebra.

Em se tratando de contextos de situações comunicativas autênticas, citados por Marcuschi (2007), a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) esclarece:

O Eixo da Oralidade compreende as práticas de linguagem que ocorrem em situação oral com ou sem contato face a face, como aula dialogada, webconferência, mensagem gravada, spot de campanha, jingle, seminário, debate, programa de rádio, entrevista, declamação de poemas (com ou sem efeitos sonoros), peça teatral, apresentação de cantigas e canções, playlist comentada de músicas, vlog de game, contação de histórias, diferentes tipos de podcasts e vídeos, dentre outras. Envolve também a oralização de textos em situações socialmente significativas e interações e discussões envolvendo temáticas e outras dimensões linguísticas do trabalho nos diferentes campos de atuação. (BRASIL, 2017, p. 76-77).

A BNCC (2017) considera as práticas de oralização como constituintes desses momentos de prática da língua falada e fomenta essas práticas de maneira interativa por meio dos diferentes canais e multimídias.

É importante distinguirmos a oralização da oralidade, pois estes dois termos são constantemente usados como equivalentes é o que conclui as pesquisadoras Di Raimo, Burach (2016) quando mencionam “O trabalho com a oralidade não acontece de forma efetiva devido à variação entre oralidade e oralização da escrita, isso se deve também ao fato de que muitos docentes confundem os dois processos, ou trata-os como similares, o que é um equívoco.” (DI RAIMO, BURACH, 2016, p.198). Assim a oralização acontece quando temos um texto escrito e o lemos em voz alta. Diferentemente disso, o texto oral é proferido em voz alta, mas não precisa necessariamente ter como base um texto escrito. Marcuschi (2008) vai nos lembrar que as práticas de oralidade “servem aos propósitos de armazenamento do conhecimento e que não correspondem exatamente à fala do dia.” Marcuschi (2008, p. 89), com base em suas colocações, podemos elencar como representantes desta prática: debates, seminários, aulas, entre outros.

Ainda pensando no conceito que devemos assumir para a fala, temos que ter em mente uma concepção de língua como um conjunto sistemático de práticas sociais, dimensão contemplada na BNCC, de maneira interativa e cognitiva. Pautada nessa concepção de língua, a fala deve ser vista como elemento flexível, dialógico, interativo, dentro de um *continuum* de estilos que vai do mais formal ao mais informal, levando em consideração elementos que são próprios da modalidade oral, tais como: gestos, pausas, repetições, reiteraões, mímicas, olhares e movimentos do corpo como recursos simbólicos significativos e interpretativos. A Base Nacional Comum Curricular delega ao professor de Língua Portuguesa a tarefa de

Proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens. (BRASIL, 2017, p. 65-66).

Com base na citação acima, é importante delinear alguns conceitos que são caros para o entendimento das práticas educativas. O primeiro deles é sabermos o conceito de letramento enquanto prática. Para Kleiman (1999), a escola só se preocupa com um tipo de letramento, o que alfabetiza. Entretanto, deveria se preocupar com o letramento enquanto prática social, pois essa prática não está ligada diretamente à escrita ou ao uso da escrita. Ela acontece em vários momentos, até mesmo antes de se adquirir o código que compõe a escrita. Assim, quando uma mãe diz para a filha que ela está igual a uma princesa de contos de fadas, esse referencial já foi construído, pois provavelmente sua mãe já lera para sua filha, na hora de dormir, histórias como essas dos contos de fadas através do livro, um registro escrito, o texto literário. Esse tipo de leitura é um evento de letramento advindo de uma prática social cotidiana. Desta maneira, falamos em letramentos, pois não existe apenas um. Vimos aqui a importância da oralidade, pois antes de adquirirmos o código escrito ou de sermos alfabetizados, é possível começar o processo de letramento com o uso da fala refletida em práticas cotidianas que podem nos remeter a situações típicas da escrita.

Segundo Kleiman (1999, p. 19), baseada nas concepções de Scribner e Cole (1981), letramento é “um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos.” Com essa definição a autora diferencia letramento de alfabetização, atribuindo à alfabetização a função de aquisição do código escrito e de leitura desse mesmo código. Consoante esse entendimento, podemos falar de ambientes alfabetizadores e ambientes de letramentos, sendo o segundo mais completo, pois vai além do ensino do código, permeando as práticas sociais que impulsionam uma aprendizagem significativa e edificante. A autora acredita que ainda há muito a se fazer para melhorar as práticas letradas no país e aconselha a se começar pelas práticas exercidas pelo

professor de língua portuguesa em sala de aula. Outra preocupação da autora é a formação desses agentes educacionais que necessitam estar em constante formação para atender as demandas desses eventos de letramentos, assim

Um dos aspectos necessários do processo envolve, então, a ação de um docente que busca desenvolver, cotidianamente, estratégias que lhe permitam a necessária autonomia para transitar de uma prática a outra, com segurança, não pelo fato de já conhecer todos os potenciais gêneros com o que irá se deparar numa situação comunicativa qualquer, mas por poder mobilizar as capacidades, recursos, tecnologias que conhece de outras situações para essa nova situação e, assim continuar seu processo de letramento ao longo da vida. (KLEIMAN, 2008, p. 5012).

Com base na citação, podemos depreender que para potencializar a aprendizagem dos alunos, o professor deverá engajar-se no processo de letramento, aproveitando os conhecimentos que já possui para ensinar, por meio de gêneros orais ou escritos, de uma maneira singular, atendendo as necessidades cognitivas, partindo dos menos formais para os mais formais. No entanto, tal tarefa exige que esse mesmo professor esteja em constante letramento.

O letramento deve ser uma constante na vida de todos nós. Pensando nisso é que se criou a Base Nacional Comum Curricular, para servir de referência ao professor a fim de melhorar o ensino no país. Esse mesmo documento estabelece que o aluno deve adquirir competências e habilidades para se tornar um sujeito com senso crítico acurado, sabendo fazer escolhas e opções dentro das práticas sociais para não ser manipulado. Além disso, há uma grande preocupação em relação à implantação das novas tecnologias e às indelévels contribuições dessas ferramentas para a dinamização das aulas em todas as áreas do conhecimento. As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) vêm assumir um importante papel nas aulas de Língua Portuguesa e demais áreas do conhecimento, sendo de suma importância que os professores e os alunos façam uso dessas novas tecnologias para otimizar as pesquisas, dinamizar os conteúdos e, por fim, facilitar a aprendizagem dentro e fora das salas de aula ampliando o letramento dos estudantes.

No entanto, essa nova forma de trabalhar usando as TDIC, leva-nos a refletir que se fazem necessários cursos de aperfeiçoamento para os profissionais da área educacional que costumam fazer pouco uso dos novos recursos tecnológicos.

Outra questão é a falta de estrutura de nossas escolas para a implementação das TDIC, pois sabemos que a grande maioria das escolas públicas não dispõe de laboratórios com computadores atualizados. Um exemplo disso é a escola na qual será aplicada nossa proposta de trabalho. Seu laboratório foi reformado há dois anos, porém, quando instalaram os

computadores, um técnico constatou que essas máquinas que chegaram para serem instaladas já não comportavam alguns programas mais modernos e mais fáceis de serem usados pelos professores. O único computador que opera normalmente é o computador central da sala de informática que comporta os novos programas. Dentro dessa realidade, observamos que há muitas instituições escolares com laboratórios de informática sucateados e sem a menor condição de uso. São algumas poucas instituições de ensino públicas que possuem laboratórios modernos.

As considerações acima expostas, de certa maneira, foram pensadas pela BNCC, quando em suas notas de rodapé, menciona:

O espaço maior nesse trecho introdutório destinado aos novos letramentos e à cultura digital é devido tão somente ao fato de que sua articulação ao currículo é mais recente e ainda pouco usual, ao contrário da consideração dos letramentos da letra já consolidados. Os quadros de habilidades mais adiante atestam ainda a primazia da escrita e do oral. (BRASIL, 2017, p. 67).

A cultura digital que, no referido documento, perpassa todos os campos do conhecimento e está atrelada aos novos letramentos é o conteúdo que mais recebe atenção ao longo da BNCC. Entretanto, também fica claro que esses novos letramentos, que podemos até nomeá-los de letramentos digitais, não excluem os já trabalhados no ensino de Língua Portuguesa, tais como debate, notícias, reportagens, entrevistas, artigo de opinião, charge, tirinha, crônica, conto, verbete de enciclopédia, artigo de divulgação científica, entre outros.

A justificativa apresentada na BNCC para a inserção dos novos letramentos na escola é de que as crianças e os jovens que são nossos alunos hoje, no futuro, exercerão profissões que ainda não conhecemos. Provavelmente, para serem profissionais exitosos, necessitarão desenvolver diferentes habilidades em diferentes áreas e, certamente, recorrerão às novas ferramentas digitais.

Nas práticas da oralidade essa familiaridade com as TDIC, que o mercado nos oferece, também pode ser um diferencial na hora de arrumar o primeiro emprego. Essas novas ferramentas digitais que movimentam todo o mercado – e até nossas práticas cotidianas, também reformam a maneira como enxergamos o mundo.

Ao pensarmos sobre essas novas possibilidades ancoradas nos novos letramentos, observamos que os egressos do Ensino Fundamental costumam adentrar no mercado de trabalho nesta fase, sendo o primeiro emprego a grande preocupação, esses estudante necessitam estar preparados para uma entrevista de emprego e para um posicionamento frente à realidade fora da sala de aula. Desta maneira, se eles aliam as habilidades de saber falar em público de maneira clara e objetiva, usando o que aprenderam na escola, sem dúvida, estes conhecimentos serão

um diferencial que fará do futuro candidato a uma vaga de emprego, um forte candidato para preenchê-la. Além disso, as práticas orais ajudam os alunos a criarem uma identidade própria com a qual podem atuar como verdadeiros protagonistas sociais.

Ademais, a oralidade é destacada na BNCC (BRASIL, 2017, p. 77), levando em consideração o fato de que grande parte de suas habilidades perpassam os campos de atuação descritos no documento – artístico-literário, práticas de estudo e pesquisa, jornalístico/midiático e atuação na vida pública (BRASIL, 2017, p. 82). Desta maneira, as práticas orais são vistas sob alguns aspectos que regem objetivos específicos para cada aspecto, a saber:

Quadro 4 – Aspectos que regem as práticas orais

Consideração e reflexão sobre as condições de produção dos textos orais que regem a circulação de diferentes gêneros nas diferentes mídias e campos de atividade humana



Refletir sobre diferentes contextos e situações sociais em que se produzem textos orais e sobre as diferenças em termos formais, estilísticos e linguísticos que esses contextos determinam, incluindo-se aí a multimodalidade e a multisssemiose;

Conhecer e refletir sobre as tradições orais e seus gêneros, considerando-se as práticas sociais em que tais textos surgem e se perpetuam, bem como os sentidos que geram.

Compreensão de textos orais



Proceder a uma escuta ativa, voltada para questões relativas ao contexto de produção dos textos, para o conteúdo em questão, para a observação de estratégias discursivas e dos recursos linguísticos e multissemióticos mobilizados, bem como dos elementos paralinguísticos e cinésicos.

Produção de textos orais



Produzir textos pertencentes a gêneros orais diversos, considerando-se aspectos relativos ao planejamento, à produção, ao redesign, à avaliação das práticas realizadas em situações de interação social específicas.

Compreensão dos efeitos de sentidos provocados pelos usos de recursos linguísticos e multissemióticos em textos pertencentes a gêneros diversos



Identificar e analisar efeitos de sentido decorrentes de escolhas de volume, timbre, intensidade, pausas, ritmo, efeitos sonoros, sincronização, expressividade, gestualidade etc. e produzir textos levando em conta efeitos possíveis.

Relação entre fala e escrita



Estabelecer relação entre fala e escrita, levando-se em conta o modo como as duas modalidades se articulam em diferentes gêneros e práticas de linguagem (como jornal de TV, programa de rádio, apresentação de seminário, mensagem instantânea etc.), as semelhanças e as diferenças entre modos de falar e de registrar o escrito e os aspectos sociodiscursivos, composicionais e linguísticos de cada modalidade sempre relacionados com os gêneros em questão;

Oralizar o texto escrito, considerando-se as situações sociais em que tal tipo de atividade acontece, seus elementos paralinguísticos e cinésicos, dentre outros;

Refletir sobre as variedades linguísticas, adequando sua produção a esse contexto.

Fonte: Brasil (2017, p. 77-78).

O quadro acima mostra a preocupação que a BNCC (BRASIL, 2017) tem com as práticas orais, levantando todos os aspectos que precisam ser trabalhados pelos profissionais da educação, em especial, pelos professores de Língua Portuguesa.

Ainda pensando no que preconiza e norteia o trabalho com a modalidade falada da língua, destacaremos algumas competências que estão diretamente ligadas ao uso dessa modalidade. A BNCC (BRASIL, 2017) traz dez competências para a Língua Portuguesa conforme podemos ver no quadro abaixo. Destacamos para fins didáticos as competências 1, 3, 5 e 6, que fazem alusão ao uso da modalidade oral e sua funcionalidade mediante demanda social, cognitiva, interacional e comunicativa.

Quadro 5 – Competências específicas de língua portuguesa para o ensino fundamental

- 1. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem;**
2. Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social;
- 3. Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulam em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo;**
4. Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos;
- 5. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual;**
- 6. Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais;**
7. Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias;
8. Selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos, interesses e projetos pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho etc.);
9. Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura;
10. Mobilizar práticas da cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais.

Fonte: Brasil (2017, p. 85).

A **competência 1** traz a noção de língua enquanto uso e funcionalidade, determinando que o aluno, ao frequentar o âmbito escolar, seja exposto a atividades que o auxiliem na ampliação de seu repertório linguístico, desenvolvendo sua capacidade de sociabilidade. Para tanto, respeitar as variações linguísticas, reconhecendo a utilidade da língua nos seus usos atrelados aos contextos, se faz necessário para uma aprendizagem completa.

É papel da escola tornar o seu aluno apto a frequentar os diversos ambientes sociais e auxiliá-lo no uso da variação de estilo em situações que exijam maior monitoração, atrelado ao contexto de uso. A oralidade é que determina e mostra a qual comunidade determinado aluno pertence e isso é perceptível conforme as escolhas linguísticas do falante e pode até ser objeto de estratificação social a maneira como o aluno domina a língua e suas variantes. No nosso trabalho, especificamente, nos ateremos à norma culta da língua, pois o gênero trabalhado assim o exige.

A **competência 3** traz o que, na maioria das vezes, o professor se esquece de trabalhar em sala de aula que é a escuta. Não uma escuta automatizada atrelada à oralização de textos, mas uma escuta crítica, principalmente quando temos que tomar o turno de fala. Esse manejo requer do ouvinte uma boa escuta para um planejamento mais acurado, principalmente quando falamos de réplica ou tréplica dentro de um debate regrado. Esse item compôs a maioria de nossas oficinas da proposta de intervenção.

Na **competência 5** percebemos uma atenção especial para as situações de usos da fala, ou seja, quando usar um estilo mais ou menos monitorado. Além disso, destaca-se a importância de levar em conta a necessidade dessas situações de comunicação estarem atreladas aos gêneros adequados para cada situação e esses, por sua vez, serem conduzidos de forma a atender as necessidades dos interlocutores. Os usos da fala também foram contemplados em nossas oficinas quando tratamos tanto da linguagem mais espontânea quanto da linguagem mais monitorada exigidos pelo gênero trabalhado e objeto de ensino de nossa pesquisa.

Mais uma vez é cobrado o posicionamento crítico do aluno em relação às diversas situações de uso da língua em seu cotidiano, salientado na competência 6. Assim, as várias situações de fala relacionadas às várias situações com as quais o aluno se depara em seu dia a dia devem ser ensinadas pela escola e construídas por meio de um esforço conjunto entre professor e alunos. Não se trata só de fala espontânea, mas de situações que exigirão do aluno a articulação de uma gama de conhecimentos para usar determinado gênero, em determinado contexto, de maneira mais monitorada ou menos monitorada. Além disso, ressalta a necessidade de preparar o aluno para saber falar sobre assuntos relacionados aos direitos humanos,

juntamente com o meio ambiente, de maneira crítica e com propriedade a fim de refutar opiniões que julgue im procedente, sabendo defender seu ponto de vista e sua ideologia de vida.

2.3 A proposta curricular de Minas para o ensino de Língua Portuguesa

De acordo com o Conteúdo Básico Comum para o ensino de Língua Portuguesa em Minas Gerais (CBC), devemos ter o texto como centralidade do ensino em sua função primordial, a comunicação. Para tanto, a escola deve garantir ao aluno o contato com textos de diferentes gêneros orais e escritos em circulação na sociedade adequados do ponto de vista discursivo, semântico e formal, com níveis cada vez mais complexos de organização (SEE-MG, 2005, p. 17).

Ao privilegiar o texto como objeto de estudo do ensino de Língua Portuguesa (LP) associado aos gêneros do discurso, esta pesquisa mostra que está em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), pois nesse documento

Todo texto se organiza dentro de determinado gênero em função das intenções comunicativas, como parte das condições de produção dos discursos, as quais geram usos sociais que os determinam. Os gêneros são, portanto, determinados historicamente, constituindo formas relativamente estáveis de enunciados, disponíveis na cultura. São caracterizados por três elementos: • conteúdo temático: o que é ou pode tornar-se dizível por meio do gênero; • construção composicional: estrutura particular dos textos pertencentes ao gênero; • estilo: configurações específicas das unidades de linguagem derivadas, sobretudo, da posição enunciativa do locutor; conjuntos particulares de sequências que compõem o texto etc. (BRASIL, 1998, p. 21).

Os PCN mencionam o trabalho com gêneros e a noção de gêneros que aparece nesse documento é a concepção bakhtiniana, na qual o gênero assume a centralidade das discussões e materializa-se por meio de textos orais ou escritos. Consoante a concepção adotada, o CBC reconhece a função sociocomunicativa da língua, com a qual a escola deve se preocupar para construir um ensino de qualidade, levando em consideração as mudanças que ela sofre pela ação dos falantes nos processos de interlocução. Além disso, a BNCC também reconhece a natureza heterogênea da língua e a variedade com que ela se apresenta.

3 GÊNEROS ORAIS E ENSINO

Muitos autores já se debruçaram sobre a questão de delimitar uma adjetivação para os gêneros. Alguns seguem o modelo bakhtiniano e adotam gênero do discurso; outros entendem que o gênero, apesar de seu caráter discursivo, não deixa de ser textual. Desta maneira, assumem a nomenclatura de gênero textual. Nosso trabalho não se propõe a tratar dessas questões, portanto assumiremos a denominação gêneros, pois acreditamos que essa denominação atenderá melhor ao propósito de nosso trabalho. Se em algum momento adotarmos gênero textual ou discursivo, o faremos levando em consideração alguma corrente de pensamento ou algum autor que aborda a questão adjetivando o gênero conforme suas convicções.

Os gêneros se caracterizam por apresentarem-se mais ou menos estáveis. Eles carregam, por assim dizer, o DNA da língua, pois se realizam conforme o sujeito, o espaço, e o tempo. Para Marcuschi (2008c, p. 48), “os gêneros são atos enunciativos dinâmicos e maleáveis em constante reformulação e adaptação dentro de um determinado enquadramento discursivo e não formas ou rótulos perfeitamente delineados”. Para Travaglia (2018),

O gênero é um instrumento linguístico de ação social estabelecido no curso da história por grupos sociais geralmente denominados de “comunidades discursivas”, em áreas de ação social diversas, como as comunidades religiosas diversas, a jornalística, a da indústria e do comércio, a do entretenimento, a militar, a policial, a acadêmico-científica, a jurídica / forense, a da educação escolar, a artístico-literária etc. Os membros dessas comunidades conhecem e sabem usar os gêneros para desenvolver ações sociais pela linguagem em diversas esferas da ação social. Os gêneros representam assim, um pré-acordo de como agir socialmente pela linguagem e o seu conhecimento é importante para os membros de uma sociedade e cultura. (TRAVAGLIA, 2018, p. 1353).

Os pesquisadores de Genebra mencionam que os gêneros são “instrumentos” que possibilitam a comunicação e a aprendizagem. Estes pesquisadores afirmam isso, guiados pelo o fato de que os usuários da língua, membros de uma comunidade cultural, elaboram e reconhecem textos empíricos (fábulas, conferências, entrevistas, debates, cartas, telefonemas etc.) como “formas relativamente estáveis de textos que funcionam como intermediárias entre o enunciador e o destinatário” (SCHNEUWLY, 2013, p. 20). Cabe elaborarmos uma definição para o que entendemos sobre texto, sendo os gêneros materializados nele, podemos recorrer ao que postula Geraldi (1997, p. 98-99) quando afirma que “o texto é o produto de uma atividade discursiva onde alguém diz algo a alguém” e que, também, o texto “é uma sequência verbal, escrita ou oral, formulando um todo acabado e publicado”. Para Dolz, Schneuwly e Haller (2013, p. 141), a noção de texto designa “toda unidade de produção verbal que veicula uma

mensagem organizada linguisticamente e que tende a produzir um efeito de coerência sobre seu destinatário”. Ambas as definições coadunam noções que validam a concepção de texto e nos atendem dentro de nossa proposta de trabalho, principalmente em relação à interação do falante com seu interlocutor. Esse momento de trocas só é possível se o texto em questão for proferido de maneira que seja entendido, que seja constituído verbalmente de modo coerente e que faça sentido para o ouvinte ou destinatário – é a noção de publicado que nos comunica Geraldi (1997) por meio de sua definição de texto.

Depois de definirmos a noção de texto, voltemos a tratar da noção de gênero recorrendo a Bakhtin (2003), que nos leva a entender os gêneros discursivos como resposta às formas de organização das práticas enunciativas, concretizando eventos que fazem emergir uma série de aspectos constantes no uso. Esses eventos enunciativos nos permitem a visualização, ao mesmo tempo, do lado individual e do lado social do discurso, revelando, além do que já se mencionou, a mobilização de estruturas comunicativas e semióticas comuns aos textos associados a um determinado gênero, o domínio de diferentes níveis de operações linguísticas para a configuração específica desse gênero, assim como a utilização de conjuntos de sequências textuais e tipos discursivos que constituem sua estrutura. Além disso, o gênero se constitui em sua heterogeneidade.

O caráter heterogêneo do gênero mostra que ele se configura para dar conta de representar a língua em sua multifuncionalidade e dessa maneira achamos até difícil precisá-la, mas esse caráter revela que a língua não é estática e está em constante transformação. Assim, um gênero pode servir de base para a criação de um novo ou ressurgir em outro suporte de maneira diferente. Se pensarmos nos gêneros que temos hoje, como os atrelados diretamente às novas mídias, em outros tempos eles não existiriam.

Bakhtin (2003), em seu livro “Estética da criação verbal”, mostra que os gêneros têm uma diversidade muito rica devido à grande multifuncionalidade da língua e sua capacidade de adaptabilidade mediante as novas demandas de uso de seus falantes:

Pode parecer que a heterogeneidade dos gêneros discursivos é tão grande que não há nem pode haver um plano único para o seu estudo: porque neste caso, em um plano de estudo aparecem fenômenos sumamente heterogêneos, como as réplicas monológicas do dia a dia e o romance de muitos volumes, a ordem militar padronizada e até obrigatória por sua entonação e uma obra lírica profundamente individual, etc. (BAKHTIN, 2003, p. 262).

Bakhtin vai dividir os gêneros discursivos em primários e secundários, sendo o primeiro simples e o segundo, complexo. Assim, os complexos seriam os romances, dramas, pesquisas científicas entre outros. Esses são produzidos de uma maneira mais organizada e podem ser

tanto gêneros orais (formais) como gêneros escritos. Para a elaboração desse gênero mais complexo se faz necessário o auxílio de gêneros simples, pois é a partir dos simples que conseguimos formar os mais complexos.

Com base no exposto acima, podemos perceber que o gênero é de extrema importância na sala de aula e que ele pode ser trabalhado do mais simples para o mais complexo, assumindo o caráter transformacional a que o uso da língua se propõe em sua plenitude. Assim sendo, podemos começar trabalhando com bilhetes, conversação espontânea (levando em consideração o nível de escolarização), que são formas simples ou gêneros primários, e que em outros momentos poderão formar ou compor textos como pesquisas acadêmicas, dissertações, teses, entre outros. O gênero serve para ensinar, exemplificar, reiterar tudo o que o falante pretende anunciar e partindo do mais simples para um maior grau de complexidade. O gênero ensina e mostra como o aluno desenvolve suas capacidades cognitivas.

O nosso trabalho usará como objeto de ensino um gênero secundário, portanto é primordial que saibamos um pouco mais sobre ele. Os gêneros secundários introduzem uma ruptura importante em pelo menos dois níveis:

Não estão mais ligados de maneira imediata a uma situação de comunicação; sua forma é frequentemente uma construção complexa de vários gêneros cotidianos que eles próprios, estão ligados a situações; resultam de uma disposição relativamente livre de gêneros, tratados como sendo relativamente independentes de contexto imediato; (Em um segundo nível) isso significa que sua apropriação não pode se fazer diretamente, partindo de situações de comunicação. (SCHNEUWLY, 2013, p. 29).

Se prestarmos atenção ao gênero com o qual trabalharemos (debate) veremos que ele está vinculado a um ambiente educacional mais formal e exige de seu interlocutor uma maior elaboração em sua composição, ou seja, maior planejamento, sendo assim, exige atenção por parte dos professores em sala de aula, devido ao seu caráter dinâmico, podendo ser trabalhado tanto na esfera pública quanto na esfera particular. Para entendermos o que vem a ser **esfera**, recorreremos a Bakhtin (2003) quando esse define **esfera** como princípio organizador do gênero, ou seja, os gêneros circulam socialmente conforme a necessidade comunicativa de cada **esfera** social ou campo da atividade humana. Para Rojo [20--] as esferas são os campos das atividades humanas centrais que organizam as ações humanas em sociedade, por meio do discurso e práticas. Dessa maneira, para um gênero existir, há de se criar condições de produção inerentes a um campo da atividade humana ou esfera. Se necessitamos de ajuda legal como redigir uma petição, recorreremos à esfera jurídica para verificarmos em qual modelo de petição podemos nos apoiar para melhor atender a nossa demanda comunicativa. Portanto, o gênero não pode existir

sem demanda comunicativa de caráter interacional advinda de uma esfera social ou campo da atividade humana.

Consoante Bakhtin (2003, p. 266) “Uma determinada função (científica, técnica, publicística, oficial, cotidiana) e determinadas condições de comunicação discursiva, específica de cada campo, geram determinados gêneros.” Assim, os gêneros se constroem conforme a necessidade específica de cada campo ou esfera.

Marcuschi (2008) acrescenta as propriedades funcionais ao conjunto de elementos que constitui o gênero (conteúdo temático, estilo, construção composicional.) Os quatro elementos juntos, serão influenciados pelo que ele chama de domínio discursivo. Segundo Araújo (2013), o termo “domínio discursivo”, adotado por Marcuschi (2008), pode ser equiparável à esfera da atividade humana. A BNCC (2017) também alude ou se aproxima do que esse autor defende e aponta a função do domínio discursivo quando divide seus componentes curriculares realocando-os em campos de atuação. À vista disso, qualquer conteúdo curricular, dentro da esfera da linguagem, perpassará esses campos de atuação, sendo possível associá-los a domínios como os já citados por Marcuschi (2008, p. 24), pois “Esses domínios não são textos nem discursos, mas propiciam o discurso bastante específico. Do ponto de vista do domínio falamos em discurso: jurídico, jornalístico, religioso etc.” Aqui nos interessa saber que o gênero objeto de nossa investigação (o debate) pertence à esfera pública e, do ponto de vista do domínio, pode compor ou ser, dependendo do contexto, um debate político, debate jurídico, debate de cunho religioso, debate escolar, entre outros.

Outra questão levantada a respeito dos gêneros é a diferença desses com as tipologias textuais. Sendo assim, para analisarmos um determinado gênero temos que observar seu conteúdo, sua função ligada à necessidade de o porquê daquele gênero naquele espaço. Segundo Marcuschi,

Usamos a expressão “tipo textual” para designar uma espécie de construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). Em geral, os tipos textuais abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção. (MARCUSCHI 2003, 22).

Esse autor fala da diferença categórica de ambas as terminologias e alerta para a confusão com a qual são, geralmente, tratados em sala de aula pelos professores e até por alguns livros didáticos. Dessa forma,

Usamos a expressão gênero textual como uma noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que representam características sociocomunicativas definidas por conteúdos,

propriedades funcionais, estilo e composição característica. (MARCUSCHI, 2008, 22-23).

Com base nas explicações de Marcuschi podemos perceber que o debate, por ser um gênero mais complexo, pode pertencer tanto à esfera pública quanto à esfera escolar. Para Travaglia (2013), o debate de opinião pertence à esfera escolar e acadêmica. Portanto, ambos concordam em relação à esfera de circulação pela qual o debate transita. Ademais, Marcuschi (2008) menciona que esse gênero tem em sua composição a tipologia predominantemente argumentativa, podendo, em alguns momentos, fazer uso de outras tipologias. Assim sendo, essas tipologias fazem parte dos gêneros, porém não são os gêneros propriamente ditos.

As narrações e as descrições podem fazer parte do debate dependendo de como o falante organiza as ideias e cria suas estratégias para sustentar o que pretende defender. Diante disso, poderá descrever e narrar um momento ou uma história para exemplificar ou fomentar os argumentos que pretende sustentar.

O estilo também deve ser observado, pois cada gênero segue um estilo próprio dentro de uma composição que são suas características peculiares. O estilo, para Bakhtin (2003), é muito importante, pois é ele que proporciona ao falante um arsenal dentro da língua guiado pela emoção ou pela intencionalidade com que esse falante pretende se posicionar, sendo determinado pelo contexto no qual está inserido. Nessa perspectiva, para Bakhtin (2003, p. 290), “expressões como ‘Que alegria’, no contexto de um determinado enunciado, pode assumir tom irônico ou amargamente sarcástico”. Sendo o nosso objeto de estudo o debate regrado, o estilo a ser seguido é o estilo ligado ao registro formal. A polidez também fará parte do estilo pertencente a este gênero. Assim durante o evento comunicativo, cada debatedor escolherá um estilo para compor sua área de raciocínio, procurando argumentos que validem sua intencionalidade.

3.1 Características do oral

A oralidade possui uma série de recursos que devem ser analisados em prol de se usar essa modalidade de maneira eficaz, apropriando-se de todos os recursos inerentes e disponíveis para efetivamente, em sala de aula, construirmos um trabalho satisfatório com ela.

Dentre os elementos que compõem o conjunto de expressões orais podemos também destacar a qualidade da voz. Ela deve ser audível para construir manifestações prosódicas (entonação, tom, velocidade etc.). Além disso, a fala costuma, no momento de sua produção, deixar algumas lacunas que podem ser preenchidas com outros elementos como gestos e olhares.

Conforme o que já foi mencionado por Dolz, Schneuwly e Haller (2013) e Kerbrat-Orecchioni (2006) em relação aos elementos paraverbais e prosódicos (vestimentas, cenário, postura, tonicidade, timbre da voz etc.) usados durante uma apresentação oral ou um debate, é possível perceber que alguns elementos elencados passam despercebidos para os alunos, pois o que vemos nas apresentações orais em seminários, por exemplo, é a falta de atenção ao modo de como se colocar à frente da turma, a qual postura manter e à altura ideal da voz, é o que percebemos durante a nossa prática cotidiana em sala de aula. Na escola, durante uma exposição oral, os alunos se esquecem de monitorarem esses aspectos da voz: falam baixo, de maneira rápida ou, ainda, inaudível, esquecendo-se do monitoramento que essas situações de uso público do oral exigem. Não se trata de fala espontânea e sim de fala que, por seu caráter formal, deve ser cuidada, lapidada, planejada, organizada, vigiada, selecionada e reelaborada.

Além das marcas não linguísticas que o texto oral apresenta, são próprias dessa modalidade características como repetição, correção e modalização.

3.1.1 As repetições, as correções e as modalizações

Consoante Marcuschi (2007), “a repetição é uma estratégia de formulação textual e se apresenta mais frequentemente em textos orais.” (MARCUSCHI, 2007, p. 113). A mesma ideia é defendida também por Jubran (2006, p. 115) e é retomada por Dionísio e Hoffnagel (2007), que demonstram como a repetição favorece o movimento da progressão textual valendo-se de elementos da oração, uma vez que, a cada estrutura repetida, uma nova informação é acrescentada ao texto.

Koch (2008) também discorre a respeito da repetição, mostrando as várias funções estabelecidas por esse recurso que propicia ao falante uma gama de possibilidades nas quais a repetição pode ser vista como recurso cognitivo e interacional. Além disso, a autora enumera os vários tipos de repetição mostrando que estudos recentes têm se preocupado com essas questões e destacam, principalmente, as **auto-repetições** e as **alo** ou **hetero-repetições**.

As repetições da fala do outro, denominadas por Koch (2008) como **alo-repetições**, podem ser usadas para garantir a posse do turno e ganhar tempo de planejamento; para entrega de turno; para perguntas e respostas; para manter a atenção de seu interlocutor; acompanhadas de certas expressões fisionômicas, serve para ridicularizar o que foi dito pelo outro; entre outras funções.

As **auto-repetições** são produzidas pelo mesmo falante e têm função cognitivo-interacional. Geralmente servem para ganhar tempo para o planejamento da fala e também assegurar a posse do turno. As ideias de Koch (2008) estão em consonância com as de Dionísio;

Hoffnagel (2007), pois as funções exercidas pela repetição levam a um novo tópico ou subtópico (uma nova informação). Para Galembeck (1999, p. 69), a repetição é simplesmente “defender uma tese, cumprindo a função de reforço, entendimento e concordância”.

As correções são pertinentes tanto a textos orais como escritos. Na fala, percebemos que durante o turno o falante pode se confundir no decorrer de um diálogo; pode voltar atrás e corrigir sua fala por meio de reformulações de ordem sintática, analítica, morfológica e até estilística; pode, inclusive, ser corrigido por um interlocutor. Assim, quando o aluno profere algo que está inadequado ao contexto de sua fala, pode ser corrigido por outro aluno ou até pelo próprio professor.

As correções na fala são decorrentes do fluxo de pensamento altamente espontâneo. Durante o imediatismo da fala algumas palavras saem em desacordo com as orações iniciais no discurso, assim o falante as corrige para manter a correlação certa dentro do discurso que pretende manter com seus interlocutores.

Em relação à modalização, podemos dizer, grosso modo, que são as atitudes do falante mediante determinado assunto do qual está tratando: seu posicionamento em relação a si mesmo, aos interlocutores e, ainda, sua opinião sobre determinado tópico pertinente ao discurso proferido por ele. Segundo Koch (2008, p. 85), “Ao produzir um discurso, o locutor manifesta suas intenções e atitude perante os enunciados que produz através de sucessivos atos de modalização, que atualizam por meio dos diversos modos de lexicalização que a língua oferece.” Expressões como “[É certo que] Maria virá”, analisada com base na sintaxe tradicional, a primeira oração é considerada a principal em relação à segunda, no entanto Koch (2008, p. 137) salienta que o conteúdo proposicional se encontra na segunda parte da oração, servindo a primeira parte apenas para modalizá-los.

Os modalizadores auxiliam no que podemos denominar de “sistema organizacional do texto⁴”, no qual são encontrados os posicionamentos ideológicos, cognitivos e lexicais do falante. Esses são essenciais para o entendimento e andamento do texto, mostrando qual direcionamento os argumentos levantados pelo locutor seguem para convencer seu interlocutor ou plateia.

⁴ Estamos denominando de sistema organizacional do texto todos os elementos que são essenciais para a composição do texto falado ou escrito como a coesão e a coerência, já mencionadas por Koch (2008) como sendo o conjunto de relações responsáveis pela tessitura do texto.

3.2 Oralidade *versus* escrita

Práticas orais e escritas permeiam o espaço escolar e extraescolar, entretanto a escrita continua concentrando toda a atenção na hora do planejamento escolar. A oralidade aparece em alguns momentos de leitura ou em práticas para auxiliar a fixação e o domínio da escrita. Mas, por que nos preocupamos tanto com a escrita e nos esquecemos da fala, se, como assinala Marcuschi (2007), “falamos mais do que escrevemos”? Esse argumento por si só já sustenta e valida a preocupação que devemos ter em ensinar essa modalidade linguística no mesmo patamar da modalidade escrita da língua. Eis o desafio para a escola resolver: usar essas práticas que estão inseridas na sociedade dita letrada de maneira valorativa, atribuindo prestígio similar a ambas as modalidades. Essas modalidades devem ser ensinadas vislumbrando sua sistematização sem nos esquecermos de seus contextos e circulação, além da função que exercem na sociedade.

Podemos nos perguntar para que ensinar oralidade ou textos orais se nossos alunos já sabem falar, argumentar, debater, questionar, entre outras práticas socializáveis da fala. Novamente, como já foi dito anteriormente, deve-se ensinar esse ou aquele gênero oral visando o seu uso real em contextos reais em situações que aparecem na sociedade. Além disso, o aluno quando chega à escola realmente já sabe falar, no entanto não domina o uso mais monitorado da fala, a norma culta da língua. Cabe lembrar que estamos falando da norma que leva em consideração a variação, sendo usada pelos letrados em situações mais monitoradas de fala e de escrita, e não norma “curta” discutida por Faraco (2008). Esse autor discute a distinção entre norma culta comum/standard e norma padrão. A primeira leva em consideração a variação existente na língua, porém a segunda desconhece essa variação. A norma padrão é a norma de maior prestígio que foi criada e imposta a toda a população brasileira em seus primórdios por aqueles que detêm o poder e é conhecida por tentar padronizar a língua impondo uma norma que desconhece o uso. Ela que determina o que é certo ou errado na língua. Trata-se de um modelo congelado, gerando preconceito em relação aos que não a usam, denominada pelo autor de norma “curta”.

Faraco ainda lembra que, cabe aos bons instrumentos normativos apresentar a diferença entre preferência e obrigatoriedade. Segundo o autor, a norma “curta” ainda é usada nas escolas e, talvez, isso explique o fracasso escolar e a exclusão de muitos de nossos alunos de nossas salas de aulas.

Se observarmos os contextos e usos da língua em nosso dia a dia e, principalmente, na escola, veremos que na maior parte do tempo usamos mais a modalidade falada do que a escrita, como defende Marcuschi (2001, 2008); Milanez (1993) e Carvalho & Ferrarezi Jr (2018).

Concluimos então que a maioria de nossas atividades estão centradas na fala. Destarte, para entendermos como essa temática funciona, nos apoiaremos nos conceitos defendidos por Marcuschi (2008b, p. 25-26), segundo o qual

A oralidade seria uma prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob variadas formas ou gêneros textuais fundados na realidade sonora; ela vai desde uma realização mais informal à mais formal nos mais variados contextos. O letramento, por sua vez, envolve as mais diversas práticas da escrita (nas suas variadas formas). A fala seria uma forma de produção textual-discursiva para fins comunicativos na modalidade oral (situa-se no plano da oralidade, portanto), sem a necessidade de uma tecnologia além do aparato disponível pelo próprio ser humano. A escrita seria um modo de produção textual discursiva para fins comunicativos com certas especificidades materiais e se caracterizaria por sua constituição gráfica, embora envolva também recursos de ordem pictórica e outros. (MARCUSCHI, 2008b, p. 25-26).

Conforme nos esclarece Marcuschi, a oralidade é uma prática social interativa que visa a comunicação; é uma prática fundada nos usos e nos contextos que circulam em nosso meio, portanto merecedora de grande atenção nas instituições de ensino. Apesar disso, ainda se tem a crença de que a escola é o lugar da escrita. Na medida em que falamos mais do que escrevemos, conseqüentemente, devemos cuidar mais dessa prática, inclusive na escola. O ideal seria que os professores trabalhassem constantemente com: apresentação de seminários, realização de debates, júris simulados, entrevistas, entre outros, no intuito de edificar práticas autênticas dos usos sociais públicos, monitorados e inseridos nos contextos usuais da fala.

Diante do exposto, fala e escrita se constituem como atividades interativas e complementares no contexto das práticas sociais. Essa relação deve ser pensada e assumida de maneira que as diferenças existentes sejam vistas dentro de um contínuo e não pensadas na relação dicotômica que outrora essas modalidades costumavam ser vistas. É o que podemos perceber no quadro abaixo.

Quadro 6 – Dicotomias Estritas

Fala	<i>versus</i>	Escrita
Contextualizada		Descontextualizada
Dependente		Autônoma
Implícita		Explícita
Redundante		Condensada
Não-planejada		Planejada
Imprecisa		Precisa
Não-normatizada		Normatizada
Fragmentária		Completa

Fonte: Marcuschi (2001, p. 27).

O quadro transcrito acima mostra a visão das dicotomias entre fala e escrita que permeavam os anos 1980, visão que deu origem à maioria das gramáticas pedagógica nas quais o ensino deveria ser realizado de maneira dicotômica e estanque, baseando-se no mero ensino de regras gramaticais.

Sob essa perspectiva, a fala é vista como o lugar do caos sem regras, sem objetivos, sem ordem, e de certa forma, até sem gramática. Por isso, ela é vista como o lugar do erro e do caos gramatical. Dessa maneira, assume-se para a escrita o lugar da ordem, do prestígio, do planejamento e da condição do bem falar. Antunes (2009, p. 24) constata que o trabalho com a oralidade é insuficiente pois ainda temos

Uma equivocada visão da fala, como o lugar privilegiado para a violação das regras da gramática. De acordo com essa visão, tudo o que é “erro” na língua acontece na fala e tudo o que é permitido, pois ela está acima das prescrições gramaticais; não se distingue, portanto, as situações mais formais de interação que vão, inevitavelmente, condicionar outros padrões de oralidade que não o coloquial. (ANTUNES, 2009, p. 24).

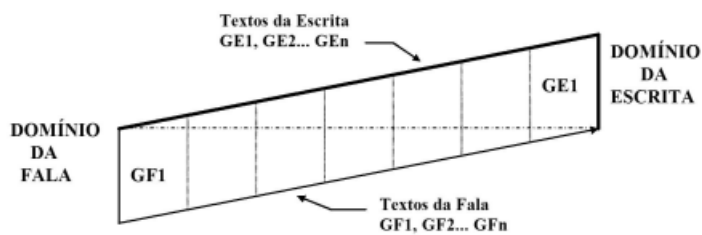
Essa perspectiva apontada por Irandé Antunes, infelizmente, ainda é a visão que permeia a maioria de nossas escolas, principalmente no que diz respeito ao ensino de língua portuguesa. Dentro desse quadro valoriza-se em demasia a escrita e abandona-se o ensino do oral. Em algumas instituições educacionais nem se cogita o ensino dessa modalidade, pois a ela é atribuída todo o desprestígio da língua, como se a oralidade fosse usada só de maneira espontânea ou para uso exclusivo das gírias populares.

A respeito da fala, Koch (2008) está de acordo com os autores já citados quando lembra que a fala possui características próprias:

É relativamente não-planejada de antemão, o que decorre de sua natureza altamente interacional; isto é, ela necessita ser localmente planejada, ou seja, planejada e replanejada a cada novo lance do jogo da linguagem. O texto falado apresenta-se “em se fazendo”, isto é, em sua própria gênese, tendendo, pois, a “pôr a nu” o próprio processo de sua construção. (KOCH, 2008, p. 79).

A autora ainda menciona a “descontinuidade do fluxo discursivo” (KOCH, 2008, p. 80) que está ligada diretamente ao caráter interacional do discurso, sem esquecer-se de sua sintaxe própria, amparada pela sintaxe geral da língua. A autora destaca a descontinuidade do fluxo discursivo, próprio da fala, mas se esquece de mencionar que essa pode ser alterada quando a planejamos aproximando-a da escrita: são os gêneros orais públicos. Em consonância com esse pensamento, recorreremos a Marcuschi (2007, p. 61) quando o autor mostra que devemos considerar o contínuo fala-escrita.

Figura 1 – O contínuo fala-escrita



Fonte: Marcuschi (2007).

A figura mostra que tanto a fala quanto a escrita se dão em dois domínios:

- (a) na linha dos diversos gêneros (GF1, GF2... GFn e GE1, GE2... GEn);
- (b) na linha das características específicas de cada modalidade.

Consoante Marcuschi (2007) não convém compararmos GF1 (conversa espontânea) com o GE1 (texto dissertativo-argumentativo), pois se os compararmos verificaremos um distanciamento e acentuação das diferenças estritas, contudo, o contínuo fala-escrita serve tanto para mostrar as diferenças quanto as semelhanças. Esse contínuo é observado quando vamos escrever um e-mail para um amigo ou pessoa mais próxima, fazendo uso da modalidade escrita, porém, seguindo a linguagem própria da conversa espontânea, ou seja, informal. Em contrapartida, ao analisarmos uma conferência acadêmica em que se utiliza de linguagem mais formal e pertence aos gêneros orais, constatamos que a linguagem utilizada é muito próxima à escrita.

Conforme o exposto, concordamos com Marcuschi (2008b, p. 47) quando o autor afirma que “não há uma dicotomia real entre fala e escrita, seja do ponto de vista das práticas sociais

ou dos fenômenos linguísticos produzidos. Fala e escrita são realizações enunciativas da mesma língua em situações de produção específicas e situadas”. Rojo (2008b, p. 63-64) já propõe “o radical abandono da dicotomia entre modalidades (oral/escrita)”, lembrando que não devemos confundir escrita (modalidade) com escrito (registro). Ainda com base na reflexão até aqui exposta lembramos que, quando estivermos falando de oralidade, estaremos tratando da prática social e, quando mencionarmos fala, estaremos aludindo à realização ou manifestações textuais-discursivas da modalidade falada.

Em relação ao planejamento, existem níveis observáveis tanto na fala quanto na escrita. Esses se sobrepõem formando um contínuo de variações em ambas as modalidades. Todavia a grande maioria de nossos alunos desconhece o trabalho que pode ser feito com o oral, inclusive que se pode planejá-lo de maneira coerente e aproximá-lo da escrita, que é uma modalidade de prestígio em nossa sociedade. Eles também desconhecem a necessidade de se adquirir essa oralidade mais monitorada (o oral público). Logo, é obrigação da escola, enquanto agência educadora, implantar projetos voltados para o ensino dessa prática social, inclusive mostrando para seus discentes a necessidade de saber se posicionar diante da demanda linguística mais planejada e monitorada.

3.3 Oralidade e variação estilística

Para pensarmos o ensino do oral e a elaboração de uma proposta condizente com ela, recorreremos a duas áreas de estudo: a sociolinguística – que contribuirá com nossa pesquisa no que tange ao monitoramento estilístico presente na maioria das oficinas de nosso trabalho; e a variação linguística – especialmente aquela relacionada ao estilo – quanto à seleção de uma variante que se adeque aos debates regrados, objeto de ensino e análise de nossas oficinas. Além disso, essa área também nos auxiliará na busca da adequação vocabular frente às situações comunicativas demonstrando que a oralidade também tem seus graus de formalidade. Também serão utilizados os conceitos concernentes ao contínuo fala e escrita já mencionados.

A análise da conversação dará sua contribuição quando recorrermos a recursos próprios dessa área na qual se trabalha com a argumentação em si e os pressupostos que a definem. Quando falamos de argumentação, estamos mencionando aquela que vai compor todo um conjunto de argumentações sustentáveis para a elocução formal, que é a estrutura almejada para a consolidação do objetivo viabilizado pela oralidade. Além disso, os jogos que comporão as nossas oficinas recorrerão a essa área para tratar das trocas de turno e do uso dos elementos prosódicos que participam de quadros conversacionais em geral.

A maioria dos professores, sejam eles de língua portuguesa ou de outra área do conhecimento, não dão a devida importância aos falares provenientes de seus alunos. Dessa maneira, os alunos em situação de interação na sala de aula podem sofrer preconceito linguístico. Em relação ao possível preconceito sofrido pelos alunos devido ao seu linguajar, Bortoni-Ricardo (2004) e Bagno (2003) esclarecem que, na realidade, não se trata de um preconceito linguístico propriamente dito, mas de um preconceito social.

De fato, se observarmos bem os falares verificaremos que o preconceito não é contra a língua, mas sim contra quem a usa. A norma padronizada da língua se faz necessária para simplesmente manter-se uma referência linguística principalmente em relação à escrita que necessita dessa padronização para sua edificação.

Para exemplificar o que foi mencionado, geralmente, em nossa sociedade, se um artista famoso usar uma roupa que não está adequada a um determinado evento, não será rechaçado, pois sendo uma pessoa de prestígio representa poder, tornando-se referência para os demais de seu grupo. Sendo assim, o modo como ele se vestiu pode se transformar em moda e referência de bom gosto. Porém, se uma pessoa comum, de classe desabastada, fizer uso do mesmo traje, no mesmo contexto, provavelmente será criticada e até mesmo impedida de frequentar o determinado lugar. A indústria da propaganda sabe disso e geralmente elabora propagandas nas quais famosos da TV ou da internet usam ou recomendam os produtos que serão lançados no mercado.

O mesmo ocorre com a língua, ela muda e varia, e essa variação sofre preconceito pelo fato de a camada menos afortunada usá-la sem monitoramento ou até mesmo por desconhecer a forma escolarizada. É papel do professor perceber essas variações estilísticas e sociais e explicar para seus alunos que existem maneiras diferentes de se falar. Cada elocução dependerá de um determinado contexto: se for um ambiente formal, poderá usar variante mais formal; se for um contexto diferente, poderá usar outra variante menos formal. Ambas são aceitáveis, porém devemos saber usar as variantes levando em conta os contextos nos quais eles, os alunos, estão inseridos.

O que de mais comum encontramos nas escolas são professores reclamando dos “erros” dos alunos quando deveriam, de fato, observarem em que consistem os “erros”, sejam escritos ou sejam orais. Até mesmo esses professores não conseguem usar a linguagem monitorada todo o tempo. Durante a exposição das aulas os estilos vão se alternando em monitorados e não monitorados, formais e informais, cultos e coloquiais, e isso acontece naturalmente sem que os próprios professores percebam. Geralmente, quando estão explicando algum detalhe da matéria, usam o estilo mais monitorado e quando necessitam interagir com a turma, usam o coloquial,

até por uma questão de aproximação com os alunos, pois quando eles não entendem o que foi explanado necessitam que o professor repita o que foi dito de outra maneira, ou seja, menos formal.

A sociolinguista Bortoni-Ricardo (2004) propõe uma linha imaginária de contínuos para que possamos entender melhor a variação no português brasileiro (PB), a saber:

- a) Contínuo de urbanização;⁵
- b) Contínuo de oralidade-letramento;⁶
- c) Contínuo de monitoração estilística.

Para o nosso trabalho é pertinente nos atermos ao contínuo de monitoração estilística proposto por Bortoni-Ricardo, pois dentro dele encontraremos a necessidade de delinear a noção de competência comunicativa que é o fio condutor durante a aplicação das oficinas. Com base no exposto, ao pensarmos no debate como objeto de pesquisa, a monitoração tem que estar presente durante todo o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, durante as oficinas e durante a execução dos debates propriamente ditos. Em função disso, não discorreremos sobre os demais contínuos propostos pela autora.

3.3.1 Variação: o contínuo de monitoração estilística

No contínuo de monitoração estilística, a análise recai sobre a atenção que o falante dá ao seu estilo de conversação mediante determinada situação. Dessa maneira, o falante, ao conversar com alguém de sua intimidade, usará um estilo menos monitorado de fala enquanto que ao falar com alguém que não é de seu convívio usará um estilo mais cuidadoso, escolherá melhor as palavras para se expressar, planejará mentalmente como disporá seu discurso para melhor atender àquela situação. Destarte, essa linha imaginária poderá ser representada assim:

.....
-monitorado

.....
+monitorado

O estilo monitorado será usado quando a situação o exigir. Usamos esse monitoramento para atender a uma necessidade que levará em conta o local, ou porque nosso interlocutor é uma autoridade e merece que planejemos o que vamos falar, ou quando um assunto é muito cerimonioso. Em linhas gerais, os fatores que nos levam a monitorar nosso estilo discursivo são:

⁵ Para Bortoni-Ricardo (2005) o contínuo de urbanização destina-se especialmente à análise dos atributos socioecológicos dos falantes.

⁶ O contínuo de oralidade/letramento destina-se especificamente a análise das práticas sociais em que o indivíduo toma parte.

- a) o ambiente;
- b) o interlocutor;
- c) o tópico da conversa.

O ambiente é fundamental para sabermos que estilo de linguagem será usado, pois, se estamos em uma entrevista de emprego em uma empresa, devemos usar uma linguagem mais cuidada, sem gírias, mais formal e mais clara. Durante a espera para ser entrevistado, se encontramos um amigo, usaremos um linguajar mais espontâneo, sem planejamento prévio. Da mesma maneira, devemos usar um linguajar mais cerimonioso durante uma entrevista em respeito ao interlocutor, pois, dependendo de como ocorrer a entrevista, ele poderá barrar o ingresso ao cargo que almejamos. O tópico da conversa nessa mesma entrevista também deve ser monitorado, pois, dependendo do teor da conversa, corre-se o risco de não se sair bem na sabatina conduzida pelo entrevistador que usará toda uma metodologia própria para entender como pensa ou age o entrevistado.

Durante a entrevista que tomamos como exemplo, podemos observar que o entrevistado pode alterar seu estilo durante a conversa indo do mais monitorado para o menos monitorado em função do alinhamento que usamos em relação ao tópico. Damos pistas verbais ou não-verbais para que nosso interlocutor entenda que o que vai ser proferido seja validado ou não. No caso do estilo menos monitorado, essa mudança de estilo também pode servir apenas para aliviar a tensão entre os interagentes.

No nosso trabalho, o ambiente é a escola e, mais precisamente, o espaço da sala de aula em que a prática do debate regrado se constitui em um momento no qual os alunos, no papel de debatedores, assumirão uma postura mais autônoma e usarão um estilo mais formal, monitorando a todo momento seus argumentos e expressões corporais.

A variação ao longo do contínuo de monitoração estilística tem por função situar a interação dentro de uma moldura ou enquadre que serve para orientar os interagentes sobre a natureza da interação. Essas interações podem ser para: fazer uma brincadeira, uma crítica, uma solicitação etc. Os enquadres, segundo Goulart (2017), são a maneira de o aluno se apresentar frente à situação comunicativa na prática discursiva. Desse modo, é possível termos um retrato do que o aluno apresenta frente a uma exposição oral ou a um debate. Na hora de apresentar um seminário, por exemplo, essa postura pode ser estudada e melhorada, desde que se faça um trabalho sistemático com o oral público observando todas as características pertencentes a esse gênero, segundo a autora.

3.3.2 Monitoração estilística e competência comunicativa

Quando os alunos chegam à escola já trazem consigo todo um repertório linguístico que os autoriza a desenvolverem práticas comunicativas com seus pares. Esses alunos têm as habilidades linguísticas internalizadas para desenvolverem qualquer interação interlocutiva, principalmente, as situações em que seus interlocutores são conhecidos, o que torna a prática dialogal mais fácil sem a necessidade de monitoração linguística.

Há situações comunicativas, porém, que exigem desse aluno, que já domina sua língua materna, uma série de recursos linguísticos que vão além do que ele já sabe. Essa linguagem mais especializada exige vocabulário específico, usos mais complexos da língua e de formações sintáticas mais elaboradas que estão abonadas nas gramáticas normativas. Cabe à escola preparar esses alunos para essas práticas sociais especializadas que vão exigir do aprendiz uma dedicação maior e uma melhor sistematização por parte das instituições de ensino. Assim sendo, a escola deverá desenvolver as competências comunicativas para o uso dos orais públicos que são práticas comunicativas ligadas às instâncias especializadas e de maior prestígio linguístico em nossa sociedade.

Para Bortoni-Ricardo (2004, p. 73), “a noção de competência comunicativa inclui não só as regras que presidem a formação das sentenças, mas também as normas sociais e culturais que definem a adequação da fala”. O termo “competência comunicativa” foi formulado pelo sociolinguista norte-americano Dell Hymes, em 1966, para reformular o conceito de competência linguística já proposto por Chomsky.

Para Noam Chomsky (1965), a noção de competência consiste no conhecimento que o falante tem de um conjunto de regras que lhe permite produzir e compreender um número infinito de sentenças, reconhecendo aquelas que são “bem formadas”. Hymes observa que esse conceito formulado por Chomsky não dá conta de explicar a variação que a língua sofre. Dessa maneira, propõe a ampliação do conceito de competência, agora denominado por ele de competência comunicativa. Esse novo conceito inclui ou ampara toda a variação que a língua sofre em seu uso. Bortoni-Ricardo (2008, p. 75) assevera que “todo falante dispõe de suficiente competência linguística em sua língua materna para produzir sentenças bem formadas e comunicar-se com eficiência”. Assim, em casa, com a família ou com vizinhos, o falante dispõe de um aparato linguístico que o atende prontamente em suas necessidades comunicativas. No entanto, sua interação não se restringe a esses grupos. Esse mesmo falante necessita participar de uma reunião de condomínio, falar com o gerente do banco, fazer uma comunicação ou dar uma palestra em sua igreja durante o culto religioso. Enfim, ele necessita estar preparado para uma infinidade de ações cotidianas em diferentes ambientes comunicativos e para isso

necessita, em alguns casos, fazer uso de uma linguagem mais monitorada de fala para ser aceito e compreendido por esses grupos sociais. Para isso, precisa atender a normas vigentes nos novos domínios sociais, as quais presidem certos tipos de interação por meio da língua escrita ou da língua oral monitorada.

A noção de competência comunicativa mostra que o falante tem a possibilidade de saber o que falar dependendo das situações e dos contextos comunicativos. O falante não só aplica as regras para obter sentenças bem formadas, mas também faz uso de normas de adequação definidas em sua cultura. Essas regras é que permitem ao falante selecionar o uso mais adequado da língua, sendo mais ou menos formal dependendo do contexto situacional.

Ao chegar à escola, o aluno já traz consigo uma norma internalizada. É o uso que faz da língua que o torna um falante competente em suas interações cotidianas, mas necessita ampliar seus conhecimentos e recursos comunicativos para atender as eventuais situações criadas nas interações sociais dentro dos grupos a que pertence. Então, qual é o papel da escola na vida dos alunos?

Para responder a essa pergunta, devemos lembrar que a escola se constitui em um espaço privilegiado, conforme Bortoni-Ricardo (2008, p. 75), “em que os alunos vão adquirir, de forma sistemática, recursos comunicativos que lhes permitam desempenhar-se competentemente em práticas sociais especializadas”.

Este é o propósito da existência das instituições escolares: desenvolver as competências e habilidades no educando para que ele se sinta seguro frente à uma situação comunicativa que lhe exija um mínimo de desenvoltura linguística e traquejo social. Será que esse papel tem sido cumprido efetivamente pela escola? O que comumente constatamos é que práticas que desconsideram os falares trazidos pelos educandos são uma constante na escola (BORTONI-RICARDO, 2005). A escola não conhece bem seu aluno, implementa um currículo único e rígido privilegiando uma norma que na maioria das vezes não está em uso. Trata-se de um ensino revestido de novo, mas contendo velhas práticas. É o que constata Lago (2012, p. 3) quando afirma que “a escola consegue emudecer a criança, privando-a de suas condições reais de sobrevivência de sua cultura, enquanto representação de mundo e enquanto forma de pensamento e de consciência.”.

Com base no exposto, e tendo como objeto de ensino o debate regrado, é de extrema importância, falarmos da argumentação que está imbricada no debate, pois os debatedores procurarão as melhores estratégias argumentativas para defender suas ideias.

3.4 A argumentação

A criança, ao questionar algo a seus pares mais próximos, usa argumentos de toda natureza para se posicionar frente à necessidade comunicativa. A argumentação é um fio condutor que sustenta qualquer diálogo. Podemos enxergá-la na conversa entre professor e aluno, patrão e empregado, atendente e cliente etc. Em várias situações de interlocução encontramos a presença da argumentação. Para Breton (2003), numa situação de violência, nós temos três caminhos a percorrer: recorrer a violência como resposta, fugir, ou usar a palavra, ou seja, argumentar para convencer os espíritos mais exaltados. Nessas situações podemos entender que o locutor tende a defender suas ideias buscando a aprovação de seu interlocutor, e para isso utiliza-se de estratégias argumentativas para convencer o outro de que suas ideias são aceitáveis. Para esse fim, necessita conhecer seu interlocutor, suas intenções, como assevera Aquino (2015):

A busca pela adesão do(s) interlocutor(s) requer o conhecimento de quem seja(m) esse(s) interlocutor(es), do papel que desempenha(m) socialmente e no discurso, do domínio do tema que esteja em discussão, do conhecimento de questões interacionais e de negociação, além do domínio das estratégias argumentativas. (AQUINO, 2015, p. 243).

Dessa maneira, para conseguirmos que nosso interlocutor nos compreenda, nos escute, seja convencido da validade de nossas ideias, devemos nos ater à validade de nossos argumentos nos processos de interação, mediados por negociações e estanciados por estratégias várias. Em consonância com o já exposto, Bezerra salienta que

A argumentação está ligada ao conjunto de ações humanas, cuja finalidade é promover a adesão do outro, para levá-lo a um determinado comportamento ou aceitação de uma opinião através de convencimento ou persuasão. (BARROSO, 2011, p. 141).

Promover a adesão do outro não é tarefa fácil. Requer atenção, jogo interlocutivo carregado de intencionalidade, buscando não só convencer, mas também persuadir. Em relação a isso, podemos observar várias estratégias de convencimento usadas na esfera política. Em suas campanhas eleitorais, os candidatos, quando necessitam não só convencer seus eleitores da licitude de seus argumentos, mas também persuadi-los a mudarem seus posicionamentos em prol de votarem neste ou naquele candidato, contratam marqueteiros para elaborarem um discurso que atenda a necessidade do público a quem se quer convencer e persuadir. Abreu (2011), em seu livro “A arte de argumentar” conceitua a argumentação levando em consideração estas duas acepções: convencer e persuadir. Para o autor

CONVENCER é saber gerenciar informação, é falar à razão do outro, demonstrando, provando. Etimologicamente, significa VENCER JUNTO COM O OUTRO (com + vencer) e não CONTRA o outro.

PERSUADIR é saber gerenciar relação, é falar à emoção do outro. A origem dessa palavra está ligada à preposição PER, “por meio de”, e a SUADA, deusa romana da persuasão. Significava “fazer algo por meio do auxílio divino”. Mas em que CONVENCER se diferencia de PERSUADIR? Convencer é construir algo no campo das ideias. Quando convencemos alguém, esse alguém passa a pensar como nós. Persuadir é construir no terreno das emoções, é sensibilizar. (ABREU, 2011, p. 15).

O ato de convencer, como já mencionado por Abreu, é vencer junto com o outro, é fazer, durante um debate de qualquer natureza, com que suas ideias se tornem, de certa forma, ideias aceitáveis pelo outro, de tal maneira que seu espírito também seja convencido da validade das ideias expostas porque contêm uma verdade ou um lado da questão que não havia sido enxergado por seu opositor. Não é diferente na escola. Ao se priorizar um trabalho com o gênero oral debate, temos de levar em consideração as capacidades argumentativas dos alunos, de que maneira eles organizam as ideias para convencer os colegas da validade de seus argumentos sem parecer autoritário ou leviano e de convencer apelando para as emoções de seus interlocutores de maneira suave, sem parecer agressivo. Nesse ambiente, porém, os alunos não poderão recorrer a um marqueteiro como fazem os políticos, somente ao auxílio do professor. À vista disso, serão os próprios protagonistas de suas ações argumentativas na hora de defender um ponto de vista.

Ao elegermos o debate como objeto de análise, temos que ter em mente que esse se constitui primordialmente de argumentos nos quais o locutor, frente a um auditório, busca defender uma tese a fim de obter “a adesão dos espíritos” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1958). Para isso, esse locutor busca subsídios argumentativos para assegurar um ponto de vista e ao mesmo tempo convencer seu interlocutor de que suas prerrogativas são válidas e devem ser consideradas e aceitas, minimamente, em prol das mudanças que, ao se aderir a essas ideias, outras que ali habitavam serão substituídas automaticamente. Consoante Oswald Ducrot (1989, p. 16), “a argumentação está na língua”, faz parte dela. Philippe Breton (2003) concorda, mas tece mais considerações específicas em relação ao ato de argumentar aproximando-o das acepções que aparecem no “Tratado da argumentação” de Perelman & Olbrechts-Tyteca (1958), que segundo estudiosos da área, inaugurou uma nova retórica.

Como este trabalho é voltado para a oralidade e suas características, e usará o gênero debate para análise, sendo esse gênero genuinamente argumentativo e oral com ênfase nas interações originárias de sua condição, concordamos com Ribeiro (2009, p. 31), que considera a argumentação “uma atividade interacional que supõe um movimento discursivo de emissão e troca de opiniões”.

A primeira condição da argumentação é ter definida uma tese e saber para que tipo de problema essa tese é resposta (ABREU, 2011, p. 18). Ao iniciarmos uma argumentação ou um processo argumentativo, devemos, segundo esse mesmo autor, nos cercarmos de cuidados para não propormos o que de fato queremos propor. Devemos lançar mão de argumentos que levem nosso interlocutor ou nosso auditório a concordar com nossas ideias e só após a adesão de nossas primeiras ideias é que, de fato, levaremos nosso interlocutor e o nosso auditório a conhecer a nossa verdadeira tese, ideia com a qual trabalharemos de maneira que nosso interlocutor seja convencido a concordar conosco. Aqui não devemos confundir interlocutor com auditório pois, em um debate, objeto que será analisado neste trabalho, interlocutores são os debatedores que irão tomar a palavra durante o processo discursivo, enquanto que o auditório estará lá para apreciar o evento e, se for o caso, dar sua opinião ou se manifestar ao término do debate.

Podemos lançar mão de várias estratégias argumentativas para convencermos nosso interlocutor e auditório da validade de nossas intenções e de nossas ideias. Para tanto, devemos construir argumentos sólidos baseados em vozes que têm uma certa relevância na área do conhecimento em que atuam. Por exemplo: se vamos convencer alguém a comprar um produto, dizemos que esse produto também é usado por uma atriz famosa; se vamos defender uma ideia minimamente polêmica como a descriminalização das drogas, podemos argumentar que o uso da maconha é recomendado por algum médico especialista no assunto e que recomenda o uso da droga por essa proporcionar vários benefícios. Chamamos este tipo de estratégia de **argumento baseado na autoridade**. Para Ribeiro (2009), é um dos argumentos mais usados na sala de aula pelos alunos. Platin (2008) em seu livro “A argumentação”, que trata dos significados e das teorias que subjazem a argumentação, nos mostra que essa categoria argumentativa foi formulada por Locke sob o nome de argumento *ad verecundiam* ou argumento fundado na modéstia. Nesse tipo de argumento aquele que tem em posse o conhecimento e está revestido de autoridade não deve ser contestado, pois já adquiriu essa condição, devendo ser tomado por referência. “Por isso, aquele que pode apoiar suas opiniões sobre tal autoridade” (PLATIN, 2008, p. 116) tende à vitória, não convém questioná-lo.

Consoante Breton (2003, p. 76) “esta é a primeira categoria de argumentos que tem por objetivo enquadrar o real a fim de fazer nele um lugar para a opinião proposta”. O locutor pode assumir dois lugares: ou ele se apoia em sua própria autoridade ou recorre a uma autoridade exterior. No caso da sala de aula o mais comum é que os alunos se apoiem em outras vozes, ou seja, recorram a autoridades exteriores. Somente nos casos em que o aluno ou locutor tenha

presenciado algum fato que possa contribuir para validar sua teia argumentativa, é que poderá, nesse caso, se revestir de autoridade.

Outro tipo de argumento que costumamos usar para convencer nossos interlocutores é o **argumento do senso comum** que, conforme Ribeiro (2009, p. 80), se reveste de um caráter essencialmente “ideológico”. Nas palavras de Philippe Breton (2003, p. 84-85), o apelo a pressupostos comuns mobiliza “um efeito de comunidade” e pode ser ideológico. Talvez isso explicaria a ideia “nós somos mais fortes porque somos alemães”, artifício argumentativo representativo do populismo e da demagogia. Esses argumentos que habitam o senso comum propagam “verdades” advindas do grupo social no qual estão inseridas. Quanto mais o grupo propaga esse argumento, mais forte e arraigado ele fica e se torna mais difícil de se questionar a veracidade de tal argumento. Um exemplo simples que vemos no cotidiano é quando alguém diz que meninos vestem azul e meninas vestem rosa e não se analisa de onde vem esse preceito. As pessoas tendem a aceitar sem questionar apenas porque é um argumento do senso comum criado por nossa sociedade paternalista e preconceituosa.

Outro tipo de argumento que podemos encontrar em nossa sociedade é o **argumento baseado em provas concretas**, recurso bastante usado pelo jornalismo e mídias em geral. Esse tipo de argumento leva em consideração fatos comprobatórios como estatísticas, dados históricos, fotografias. Também é bastante usado pelos alunos, pois os ajudam a estruturar melhor suas ideias. Em um debate o locutor pode usar essa estratégia para construir sua teia argumentativa em prol da adesão dos interlocutores contrários à sua tese inicial. Se esse recurso for bem empregado, pode-se conseguir que não só os interlocutores, mas também a plateia valide as ideias defendidas.

Além dos tipos de argumentos citados anteriormente, existe outro **baseado no raciocínio lógico**. Assim como Ribeiro (2009), não queremos que este “raciocínio lógico” aqui seja confundido com o modelo de lógica formal que limita e universaliza uma forma de raciocínio lógico. Esse raciocínio lógico levará em conta os movimentos dos dados que levam à conclusão ou vice-versa. Esse tipo de raciocínio é bastante usado na política também quando, em meio a um discurso, um candidato promete acabar com a corrupção aumentando a fiscalização do uso do dinheiro público nas instituições públicas. Trata-se de uma dedução pelo raciocínio: aumentando a fiscalização, diminui a corrupção.

Existem outras categorias de argumentos que estão diretamente ligadas à Teoria da Argumentação (TA) de Perelman & Olbrechts-Tyteca (1958). No entanto, devido ao espaço neste trabalho, nos atentaremos somente aos descritos acima por terem sido mencionados por Ribeiro (2003) como os que mais apareceram em sua pesquisa nas discussões argumentativas

dos alunos em duas propostas com gêneros orais argumentativos. Além disso, recorreremos a Koch (2008) para falar dos modalizadores que compõem a argumentação e que são caros e imprescindíveis aos interlocutores quando vão construir suas argumentações. “Estas lexicalizações compõem as categorias argumentativas supracitadas e dão o tom certo às ideias dos interactantes” (KOCH 2008, p. 85). Entre os vários tipos de lexicalização possíveis de modalização, a autora cita os seguintes:

a) performativos explícitos: eu ordeno, eu proíbo, eu permito etc.; b) auxiliares modais: poder, dever, querer, precisar etc.; c) predicados cristalizados: é certo, é preciso, é necessário, é provável etc.; d) advérbios modalizadores: provavelmente, certamente, necessariamente, possivelmente etc.; e) formas verbais perifrásticas: dever, poder, querer etc. + infinitivo; f) modos e tempos verbais: imperativo, certos empregos de subjuntivo, uso do futuro do pretérito com valor de probabilidade, hipótese, notícia não confirmada, uso do imperfeito do indicativo com valor de irrealidade etc.; g) verbos de atitude proposicional: eu creio, eu sei, eu duvido, eu acho etc.; h) entonação: (que permite, por exemplo, distinguir uma ordem de um pedido, na linguagem oral); i) operadores argumentativos: pouco, um pouco, quase, apenas, mesmo etc. (KOCH, 2008, p. 85).

Esses operadores modais levantados por Koch perpassam e envolvem toda a rede discursiva argumentativa e são usados para mostrar o engajamento dos locutores por meio de seus atos ou o distanciamento do que é dito, estabelecendo o grau de tensão durante uma interação. Assim, elementos como a entonação vão nos ajudar a verificar se o discurso proferido é uma ordem ou um pedido na linguagem oral, ou ainda, quando usamos o advérbio provavelmente não damos certeza do que vamos proferir, mas dependendo do desenrolar discursivo podemos construir argumentos que levarão o interlocutor a concluir um pensamento que havíamos planejado inicialmente. Essas lexicalizações da língua ajudarão o locutor a construir seus argumentos de maneira a convencer seu oponente de modo eficaz. Dentre esses modalizadores, existem os operadores argumentativos que controlam diretamente a direção dada ao discurso. Não citaremos todos, mas alguns que merecem considerações.

O uso do **mas** pode exprimir um movimento psicológico de oposição entre crenças e opiniões. O **e** funciona como operador de conjunção. O **porque** geralmente mostra uma justificativa. Consoante Koch (2008), esses operadores podem mobilizar outros sentidos. Tudo depende de como aparecem no texto seja escrito ou oral, isto é, depende exclusivamente do contexto. Assim, o **mas** pode assumir uma comparação, o **porque** não só justifica mas tem outras interpretações.

4 O GÊNERO DEBATE

Dentro dessa perspectiva de se trabalhar com os gêneros orais, este trabalho prioritariamente usará o gênero debate para termos uma noção de como funciona a linguagem oral na escola e de que maneira a língua falada mais monitorada pode ser ensinada aos nossos alunos. Para trabalharmos com esse gênero recorreremos aos estudos de Dolz, Schneuwly e Haller (2013), os quais tecem considerações a respeito do uso e do porquê da escolha do gênero debate para análise do oral em sala de aula.

Quadro 6 – Características do Gênero Debate

Debate
<ul style="list-style-type: none"> • Desempenha um papel importante em nossa sociedade; • Pertence às formas orais de comunicação; • Coloca em jogo as capacidades fundamentais: linguísticas (técnicas de retomada do discurso do outro, marcas de refutação); cognitiva (capacidade crítica); sociais (escuta e respeito pelo outro); individuais (capacidade de se situar, de tomar decisão, de construção de identidade); • Gênero bem definido.

Fonte: Dolz, Schneuwly e Haller (2013, p. 214).

Aquino (2008, p. 173) menciona que o debate “prevê uma dinâmica dialética, tendo por objetivo chegar a algum acordo ou fazer vencer uma determinada posição”.

Esse gênero se configura como, segundo pesquisa⁷, um dos gêneros orais mais aludidos nos livros didáticos. Porém, sabemos que sua efetiva realização em sala de aula é insuficiente, pois se faz necessário um trabalho mais sistemático e gradual voltado para a oralidade mais monitorada levando em conta todas as características que esse monitoramento requer. O que se observa são atividades voltadas, em sua maioria, para a opinião do aluno com base em seus conhecimentos empíricos sem busca e sem pesquisa para uma elaboração do pensamento mais sistemático. Falta uma teorização ligada à sistematização nas práticas que permeiam o ensino da oralidade no meio escolar.

Destarte, escolhemos trabalhar com o debate regrado, pois esse é o que atende melhor as expectativas em relação ao uso do oral público, ou seja, como se constitui uma elocução

⁷BARROS, José Batista; ROSA, Adriana Leticia Torres. A produção textual na escola: abordagens do gênero debate em estudo”. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2012, Uberlândia. *Anais do [...]*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012, v. 2, n.1.

formal em um espaço que retrate a realidade. Assim, possivelmente os alunos terão ferramentas para enfrentarem situações semelhantes ao sair da escola. Além disso, esse gênero possibilita ao aluno assumir um lugar de destaque no qual sua voz será ouvida, assumindo uma posição social de ser pensante que tem algo a dizer, configurando-se em momentos de protagonismos estudantis.

Os pesquisadores de Genebra dividiram o gênero debate em três categorias, a saber:

Debate de opinião de fundo controverso, que diz respeito a crenças e opiniões, não visando a uma decisão, mas a uma colocação em comum das diversas posições, com a finalidade de influenciar a posição do outro, assim como de precisar ou mesmo modificar a sua própria. O *debate deliberativo*, no qual a argumentação visa a uma tomada de decisão. O *debate para resolução de problemas*. A oposição inicial é aqui da ordem dos saberes, dos conhecimentos, ou, antes dos não saberes ou dos saberes parciais: uma solução existe, mas ela não é conhecida é preciso elaborá-la coletivamente. (DOLZ; SCHNEUWLY; PIETRO, 2013, p. 215-216).

Dentre os três tipos de debates citados acima, o debate regrado, denominado pelos autores de *debate de opinião de fundo controverso*, talvez seja o modelo que exija mais dedicação por parte do participante, pois este necessitará recorrer a todo o conhecimento que possui sobre o assunto – a debater – para expressar-se com clareza emitindo sua opinião de maneira contundente e persuasiva. E ainda precisa sobrepor-se às ideias apontadas por seu interlocutor que também terá que utilizá-las com maestria para que suas colocações sejam aceitas sem refutações.

Esse gênero, em particular, exige grande dedicação dos participantes, pois para organizar a defesa de um ponto de vista, esses têm que pesquisar e inteirar-se do assunto a ser defendido, pois, no embate oral, aquele que melhor usar o que sabe sobre o assunto do debate, conseqüentemente, se sairá melhor. Trata-se de um jogo no qual se guerreia com palavras, vencendo aquele que melhor se preparar e fizer melhor uso de suas intenções e atitudes expressando-as por meio de enunciados conduzidos por sucessivos atos de modalização, os quais se atualizam por meio dos diversos modos de lexicalização que a língua oferece, como já mencionado por Koch (1996, p. 85), para a construção de seu repertório linguístico e situacional, atrelados ao tema a ser defendido.

Esse tipo de debate é formado por: debatedores, um moderador, acompanhados por uma plateia (auditório). O papel dos debatedores é bem claro: defender um ponto de vista. Já o moderador, figura como peça principal na ordenação de qualquer debate, deve estar a par do assunto tratado e ter intimidade com ele. O moderador pode começar o debate apresentando quem vai participar e fazer um breve apanhado do tema tratado podendo fazer perguntas para os participantes. É papel também do moderador ditar as regras que compõem o debate, inclusive

delimitando o espaço de tempo que cada participante terá para fazer suas colocações, incluindo as réplicas e as trélicas, se houver. Outras regras ligadas ao espaço onde acontecerá o debate, também devem ser definidas e apontadas pelo moderador antes de iniciá-lo, para que os debatedores estejam cientes do que podem ou não fazer.

Em relação à plateia (auditório), os debatedores devem estar atentos, pois o debate é feito pensando nela e para ela. Então, os debatedores devem levar em conta o público, pois ele é o autêntico avaliador do “espetáculo” produzido durante o debate. A título de exemplo, podemos citar os debates eleitorais televisivos, nos quais candidatos com um discurso bem construído influenciam os telespectadores a votarem em um ou em outro candidato com base no discurso proferido. Além disso, os debatedores devem tentar convencer seu oponente do que defende e ainda conquistar a plateia em prol de assegurar o consentimento dela, em meio à sustentação dos argumentos proferidos durante sua elocução.

Ainda não se vê nas escolas um trabalho sistemático com o debate que é eminentemente um gênero pertencente à modalidade falada da língua, sendo de concepção escrita e meio falado. Muitos livros didáticos trazem atividades com o gênero debate, porém um trabalho sistemático e validado teoricamente ainda não se observa nas escolas. Talvez esse descaso para com a modalidade oral se dê por alguns motivos: a) valorização em demasia da modalidade escrita; b) despreparo dos professores; c) desconhecimento de como trabalhar os gêneros orais por parte dos professores; d) desconhecimento de uma variedade da língua que tem vários graus de monitoramento – do menos formal para o mais formal –, e dentro dos mais formais estariam os gêneros orais públicos que são gêneros que estão bem próximos da escrita.

Dentro do que foi aludido acima, a questão de se dar uma maior atenção ao ensino do oral talvez esbarre numa questão que também dificulta sua implementação por parte dos professores: a questão de dar voz aos alunos.

Quando trabalhamos com a oralidade, ouvir os alunos em algumas escolas ainda se constitui um problema que esbarra na indisciplina. O que vemos são professores desesperados quando a paz da sala de aula é quebrada, o que realmente dificulta o seu trabalho. Sobre essa realidade recorremos a Miranda (2005) que sugere a necessidade da “pedagogia do silêncio”, pois sob o rótulo de indisciplina, as práticas de oralidade em sala de aula ficam comprometidas, e o que se vê é a falta de polidez, de respeito às trocas de turnos. Além disso, é a falta de reconhecimento de papéis em sala de aula que leva o aluno a falar desesperadamente quando não é solicitado e o professor não consegue ser ouvido, o que afeta imensuravelmente o trabalho com a elocução formal oral. Desta maneira, este estudo pode auxiliar também para que o aluno aprenda a se comportar em momentos que exijam polidez, compromisso de respeitar o outro,

escutá-lo com atenção e só falar quando for solicitado. Não é uma atividade fácil, mas requer um esforço maior do professor para fazer os alunos se comportarem como o gênero exige.

Trabalhar com os gêneros orais implica, de certa maneira, trabalhar a capacidade de aprimoramento e sistematização do conhecimento. Isso pode melhorar a escrita porque o aluno que, mentalmente planeja um texto bem elaborado, eventualmente, pode conseguir transpor sua fala para o papel. Desta forma, os conhecimentos sobre determinado assunto estarão sedimentados em sua mente facilitando-lhe sua criatividade e inferências para tal tarefa. Marcuschi (2001, p. 34) menciona que a língua falada e a língua escrita estão sedimentadas nas interações sociais e usos em eventos comunicativos, de maneira que uma complementa a outra e de certa maneira estão imbricadas. Assim, podemos entender a língua como flexível e variável. Dentro dessa perspectiva, a relação entre língua falada e língua escrita é vista sobre um *continuum*, no qual certos gêneros permeiam em algum momento este setor de conexão entre essas modalidades, principalmente os gêneros da instância pública. Em conformidade com as ideias do autor, podemos entender que o debate pertence ao meio de produção sonora e à concepção discursiva escrita, segundo apontam Koch e Oesterreicher (1990).

Outrossim, o gênero secundário debate também se constitui como trampolim para outros gêneros orais, pois o aluno, ao se preparar para o debate pesquisando sobre o assunto, poderá recorrer a esses mesmos conhecimentos em uma futura exposição oral (trabalho expositivo) que pode ser requerida pelo professor. Seu conhecimento também poderá ajudá-lo em uma roda de conversa, em um júri simulado, em um pronunciamento cívico no ambiente escolar e em várias outras atividades escolares e extraescolares.

5 METODOLOGIA

Nesta seção serão tratadas questões voltadas para a metodologia usada durante a pesquisa, ou seja, a pesquisa-ação, na qual participamos efetivamente da intervenção como agentes de mediação. Ainda será mostrado o quadro que servirá para organizar a transcrição, sendo esse inspirado nos moldes dos trabalhos feitos pelo projeto da Norma Urbana Oral Culta (NURC Brasil). Para falarmos de metodologia, debruçarmo-nos sobre a pesquisa e o que significa pesquisar.

Segundo Santos, Molina, Dias (2007, p 125), pesquisar é “o exercício intencional da pura atividade intelectual, visando melhorar as condições práticas de existência”. Em consonância com esses autores, nossa pesquisa tem a contribuir na área educacional no intuito de melhorar a prática educativa nas aulas de Língua Portuguesa.

É condição *sine qua non* mencionarmos que nosso trabalho teve caráter qualitativo e foi sedimentado na pesquisa-ação que “é um estudo no qual o pesquisador participa do processo, convive com os sujeitos e pode propor uma ação modificadora da realidade encontrada” (SANTOS; MOLINA; DIAS, 2007, p. 128). Sobre esse tipo de pesquisa, Thiollent (1996) postula que a pesquisa-ação é

[...] um tipo de pesquisa social participante, com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, no qual pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo [...]. (THIOLLENT, 1996, p. 14).

Esse tipo de pesquisa possibilitou uma ação participativa para averiguar a aplicabilidade do oral público especificamente nas aulas de Língua Portuguesa. O trabalho foi realizado com um grupo de vinte e quatro alunos do nono ano do Ensino Fundamental, em uma escola estadual situada no município de Uberlândia no Estado de Minas Gerais. Para atingirmos os objetivos estabelecidos, realizamos previamente uma pesquisa bibliográfica que trouxe um aporte teórico consistente em relação à variação linguística, ao uso do oral público, à argumentação e às noções de língua falada – características, funcionalidade e usos no contexto escolar. Realizamos a análise de documentos oficiais que apresentam as diretrizes para o ensino de Língua Portuguesa no Brasil.

Após as leituras bibliográficas e a análise desses materiais, fizemos inicialmente uma sondagem do perfil dos alunos por meio de um questionário, no qual consideramos faixa etária e condição social. Ademais, submetemos esses alunos a questões sobre argumentação, falar em público, uso da oralidade nas aulas de língua portuguesa, participação em eventos comunicativos que exigissem monitoração linguística, consciência das variedades de estilo

existentes na língua diretamente relacionadas às variações pertencentes à língua viva e aos contextos de uso.

Em posse dessas constatações, seguimos com a análise dessas questões para a elaboração de atividades voltadas para a produção de textos orais materializados no gênero debate, que foram transcritos e analisados para alcançarmos o objetivo principal desta pesquisa: investigar a aplicabilidade do uso do oral público nas aulas de Língua Portuguesa e sua relevância para ampliar o poder argumentativo dos alunos por meio da análise do gênero debate. Objetivo esse seguido pelos objetivos específicos com os quais almejamos estudar os aspectos relacionados à oralidade, como as noções de turno, tópico discursivo, qualidade da voz, entonação, pausas, polidez. Verificamos, também, em que medida o uso do oral público manifestado no gênero debate, interferiu na competência comunicativa. Também nos propomos a reunir e elaborar material para subsidiar a prática docente concernente aos aspectos próprios da oralidade. Elaboramos e analisamos oficinas com práticas voltadas para a aplicabilidade do oral público. E por fim, estudamos a relação fala/escrita.

Ministramos quatorze oficinas organizadas da seguinte maneira: na primeira oficina, intitulada “Oralidade”, objetivamos conhecer o que os alunos já sabiam sobre o falar em público e propusemos um diálogo sobre os aspectos que compõem a oralidade tais como: qualidade da voz, velocidade, tonicidade, entre outros. O trabalho foi centrado na oralização de poemas que ajudaram os alunos a apreciar as nuances e melodias provenientes de uma leitura em voz alta para um determinado público. Além disso, a postura foi outro fator para observação na apresentação da leitura além da duração melódica e entonação.

Na segunda oficina, intitulada “Oralidade: turnos da fala, polidez, tópico discursivo”, o objetivo foi levar os alunos a conhecerem a noção de turnos de fala, polidez e tópico discursivo. Nessa oficina trabalhamos a transcrição de parte do debate realizado pela TV Globo com os candidatos à Prefeitura de São Paulo: José Serra e Fernando Haddad, na noite de sexta-feira, de 26/10/2012. Logo após, houve explanação sobre os constituintes do texto como as trocas de turno, a maneira como os participantes se expressaram; observamos os turnos de fala de cada candidato estabelecidos pelo mediador, Cesar Tralli, a mudança de tópico durante o debate e a polidez com que os candidatos se trataram durante o evento comunicativo. Posteriormente, fizemos um jogo no qual os alunos trabalharam: a capacidade de ouvir, a troca de turnos de fala, a mudança dos tópicos discursivos e o uso de polidez.

Na terceira oficina, trabalhamos objetivando a aprendizagem das características concernentes à oralidade e à escrita. Trabalhamos dois textos xerocopiados, sendo o primeiro um texto da esfera jornalística (reportagem) e o segundo uma transcrição de uma entrevista de

um professor universitário e duas alunas de graduação. Em seguida, entregamos aos alunos um quadro com características de texto oral e do texto escrito para os alunos preencherem os campos dizendo se as características pertenciam ao texto jornalístico ou a transcrição da fala. Posteriormente, projetamos o vídeo: “Uso do celular em sala de aula” que serviu de base para apresentação de textos orais construídos pelos alunos a partir do vídeo assistido.

Na quarta oficina, falamos da variação existente em nossa língua. Começamos projetando os textos no *datashow* para apreciação dos alunos e, após cada exibição e leitura feita pelos alunos, fizemos perguntas que aludiam à variação existente neles. Também discutimos os graus de formalidade, pois dependendo do texto e do contexto podemos usar um estilo mais monitorado de fala ou um estilo menos formal.

A quinta oficina trouxe um trabalho voltado para o uso do oral espontâneo por meio do gênero telefonema e jogos como “telefone imaginário” em que foram proferidos trava-línguas e confecção de “telefones sem fio” com copos descartáveis com a participação dos discentes.

Na sexta oficina, os alunos identificaram a temática dos textos e os argumentos que a sustentavam. Na sequência, entregamos dois textos xerocopiados, para que os alunos respondessem às questões concernentes aos temas, seguido de uma discussão dirigida durante uma roda de conversa.

Na sétima oficina, realizamos o primeiro debate que foi gravado e serviu para diagnose. O tema escolhido para o debate foi o “aborto” por se tratar de um tema polêmico que até hoje ocupa legisladores com pauta no congresso, sabendo que no Brasil essa prática é ilegal, salvo os casos de estupro e má formação fetal. Trata-se de um tema que requer do aluno conhecimento, leitura, e argumentos bem fundamentados para convencer qualquer interlocutor da validade da causa, esteja ele sendo: a favor, ou contra o aborto. É um assunto extremamente polêmico que gera inúmeras discussões em torno do tema. Um dos últimos projetos que tenta alterar a legislação vigente é um projeto de lei que tramitou no congresso no mês de dezembro de 2018, de autoria do deputado Marcos Reategui (PSD-AP), no qual se sustenta que a vida humana se inicia com o embrião vivo. O deputado defende que a personalidade civil começa com a concepção do embrião vivo – a partir da fecundação do óvulo. É mais um dos argumentos na tentativa de manter a criminalização do aborto, corrigindo a lei em vigor (Lei – 11.406/02). O texto atual do Código Civil estabelece que a personalidade civil começa com o nascimento com vida; resguardando-se, desde a concepção, os direitos do feto. É um tema com o qual os alunos podem e devem discutir porque compreende a realidade de muitas comunidades nas quais essa prática é muito corriqueira, trazendo consequências irreparáveis à vida das mulheres ou de adolescentes que recorrem a esse ato desesperado.

Na oitava oficina, trabalhamos a composição do debate e os tipos de debates. Utilizamos vídeos para que os alunos identificassem os papéis de cada componente de um debate e, após as devidas explicações, os alunos se dividiram em grupos para confecção de cartazes sobre os conceitos aprendidos na oficina.

Na nona oficina, estimulamos os alunos a criarem argumentos para sustentar uma tese já iniciada. Utilizamos textos incompletos para que os alunos os completassem e, em seguida, socializassem suas ideias. Após esse exercício, os alunos tiveram a oportunidade de verificar quão próximo ficou do texto original a sua versão final.

Na décima oficina, formamos grupos de cinco alunos para elaboração de roteiros de pesquisa sobre variados subtemas relacionados ao tema maior para o debate conclusivo (DC). Os subtemas foram: “A internet”, “Redes sociais” e “Malefícios causados pelo uso excessivo de celulares”. Decididos os subtemas, os grupos se reuniram para montar o roteiro em sala de aula. Ao término da confecção do roteiro de pesquisa, os alunos, em casa, fizeram suas pesquisas e se organizaram para a apresentação na sala de aula.

Na décima primeira oficina, trabalhamos a argumentação. Os alunos foram divididos em grupos e cada grupo (de três alunos) ficou responsável por fazer uma enquete em cada turma da escola, ou seja, do sexto ao nono ano, para saber se o corpo discente é a favor ou contra o uso do celular em sala de aula. A enquete serviu para subsidiar o trabalho de pesquisa na busca de dados, auxiliando os debatedores a se posicionarem em relação ao uso de celulares em sala de aula, tema abordado no debate conclusivo (DC).

Na oficina seguinte, as atividades centraram-se na argumentação, na qual os alunos trabalharam com textos a favor e textos contra o uso de celular em sala de aula para que eles conhecessem argumentos pertencentes a esses dois posicionamentos. Essas atividades visaram instrumentalizar os alunos para planejarem melhor sua participação no debate final.

Na décima terceira oficina, apresentamos alguns tipos de argumentos que podem ser usados para melhorar a capacidade argumentativa dos alunos. Iniciamos a oficina entregando um material xerocopiado com alguns tipos de argumentos que eventualmente podem ser usados durante um debate oral e/ou em textos escritos também. Em seguida, trouxemos um texto escrito, no qual os alunos destacaram os tipos de argumentos que compunham o texto. Após a execução da atividade, as respostas foram expostas e discutidas por todos os alunos.

A última oficina contemplou o DC, pois todas as oficinas anteriores eram destinadas à construção de conhecimento em prol desta oficina. Este debate foi gravado, transcrito e analisado. Durante a realização do DC observamos os seguintes aspectos:

- a) Qualidade da voz, velocidade; tonicidade entre outros;

- b) Troca de turnos;
- c) Polidez;
- d) Qualidade dos argumentos elencados em defesa da tese proposta;
- e) Monitoramento estilístico (adequação vocabular). Uso do registro formal durante as elocuções.

A qualidade da voz foi analisada, pois desde a primeira oficina já havíamos aludido sobre esse item que é central na questão do falar em público. A velocidade também foi observada, visto que se trata de um aspecto muito importante ao se apresentar em público, pois, se falamos rapidamente, não, damos chance de nossos interlocutores entenderem o que queremos proferir. O tom da voz é demasiado importante, por isso também foi observado. É ele que informa se meu interlocutor está eufórico ou está triste e isso influencia nas respostas que esse falante receberá durante um debate.

As trocas de turnos foi outro item que nos chamou atenção durante os debates, portanto devem ser mediadas pelo moderador. Assim, durante um debate, os interlocutores devem respeitar as regras e o princípio: “fale um de cada vez”, já mencionado por Marcuschi (2008a).

A polidez é outro aspecto importante no cenário que compõe o debate, e coube-nos analisá-la, pois sem esse aspecto o debate deixa de ser debate e se transforma em briga. A polidez modera as falas e coloca uma certa ordem ao cenário de disputa que, geralmente, um debate suscita.

Em relação à qualidade dos argumentos, o primeiro aspecto a se pensar é: quais argumentos serviram para montar a defesa em relação a determinado ponto de vista. Os alunos puderam recorrer aos conceitos, já adquiridos, durante as oficinas, tais como: argumento baseado em autoridade, no senso comum, em provas concretas ou em raciocínio lógico.

O uso do registro linguístico mais formal é indiscutivelmente um dos aspectos mais importantes no cenário que compôs os debates. Sabendo que esse gênero debate regrado pertence não só à esfera escolar como também à esfera pública, as escolhas lexicais e o registro formal da língua foram, em alguns momentos, principalmente no DP, negligenciados. Lembremo-nos que esses aspectos devem ser uma constante durante todo o processo organizacional e operacional do debate. Inclusive, quando o aluno consegue manter-se dentro dessas prerrogativas, podemos verificar que ele começa a entender a variação de estilo existente na língua, pois estará usando um registro formal, de maneira adequada, em uma situação real, que, apesar de hipotética, possibilita o exercício do registro formal, no qual o aluno se esforça para manter um ambiente que, prioritariamente, é para ser construído somente com elocuções formais.

Acreditamos que o material produzido durante as oficinas servirá para orientar profissionais da área que se interessarem pelo assunto. Entendemos ainda, que as oficinas possibilitaram aos alunos participantes a internalização da importância dos textos orais: como produzi-los eficazmente, de que maneira esses textos se apresentam nos meios comunicativos e até nos livros didáticos.

5.1 Sobre a pesquisa

A metodologia de oficinas foi pensada para que os alunos tivessem a oportunidade de sair dos papéis de meros receptores de informação, passando a assumir a posição de agentes participantes do processo no qual estão inseridos. Para mais, essa prática permite que o aluno se movimente em direção à construção de conhecimentos voltados à prática, ou seja, assuma a centralidade do processo de maneira reflexiva com base no tripé: *sentir-pensar-agir*, como defendem Paviani e Fontana (2009):

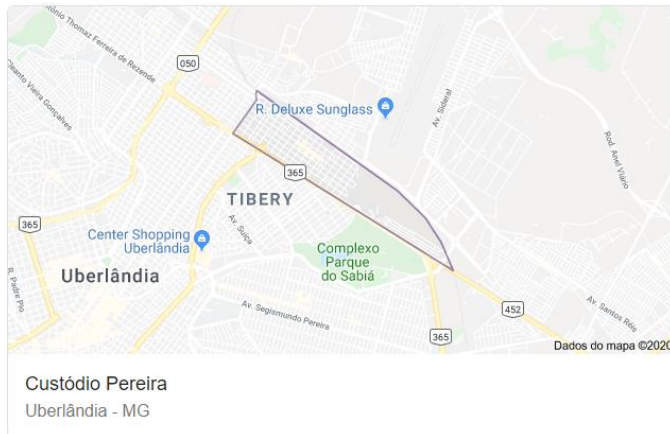
Uma oficina é, pois, uma oportunidade de vivenciar situações concretas e significativas, baseada no tripé: sentir-pensar-agir, com objetivos pedagógicos. Nesse sentido, a metodologia da oficina muda o foco tradicional da aprendizagem (cognição), passando a incorporar a ação e a reflexão. Em outras palavras, numa oficina ocorre apropriação, construção e produção de conhecimentos teóricos e práticos, de forma ativa e reflexiva. (PAVIANI; FONTANA, 2009, p. 78).

Essa metodologia tem sido usada porque proporciona uma participação efetiva do aluno em seu processo de aprendizagem e é uma forma de adquirir conhecimento de maneira prazerosa em que a vivência transforma a realidade. Assim, o ser que aprende por meio das oficinas constrói seu conhecimento em bases sólidas, desenvolvendo sua autonomia principalmente no que tange à elocução formal, conseguindo assimilar os novos conceitos aprendidos de maneira segura e oportuna. A metodologia escolhida oportuniza a ação-reflexão-ação e, sobre esse tripé, o aluno constrói seu saber dentro da prática educativa.

5.2 Sobre a instituição de ensino onde será aplicada a pesquisa

A pesquisa contou com a participação de alunos do Ensino Fundamental II, doravante EF, mais precisamente vinte e quatro alunos do nono ano. Para tanto, foi escolhida uma escola da rede estadual de Uberlândia por se tratar de uma escola onde a professora-pesquisadora atua desde 2015. Essa instituição de ensino está localizada em um bairro que lhe empresta o nome. Esse bairro é margeado pela rodovia BR-050. Vejamos agora sua localização no mapa.

Figura 2 – Localização do bairro Custódio Pereira



Fonte: Google Maps (2020).

O bairro também é delimitado pela estrada de Ferro Centro Atlântica e por uma fazenda que bloqueia seu crescimento.

Seus limites, conforme determina a Lei Mun. 6676 de 27/06/1996 são: início no cruzamento da BR-050, segue Av. Floriano Peixoto até o viaduto sob a linha férrea, segue paralela à linha férrea até encontrar o viaduto na BR-050 próximo à saída para Araxá, segue pela BR-050 até o viaduto Monteiro Lobato na Av. Floriano Peixoto. (AMCUP, 2018).

O público assistido pela escola são alunos oriundos do próprio bairro e, alguns, de bairros circunvizinhos. Uma peculiaridade desse público é que um número considerável de alunos que moram no bairro é proveniente da região nordeste (entre outras), sendo frequente a mudança de moradia. Assim, há uma alta rotatividade de alunos na escola escolhida para nossa pesquisa. A rotatividade compromete, de maneira significativa, o desempenho escolar dos alunos nas avaliações externas e internas, apesar dos esforços do corpo docente em manter um ambiente que ofereça condições mínimas de aprendizagem aos discentes, desenvolvendo uma educação de qualidade.

O bairro onde está localizada a escola possui duas escolas estaduais de Educação Básica, uma escola e uma creche municipal. Possui um Centro de Saúde e um Posto Integrado de Segurança e Cidadania (PISC) que atendem a população local e circunvizinha.

Quanto ao lazer, o bairro possui um centro poliesportivo onde são mantidas escolas de futebol de grama, futebol de salão, vôlei, basquete e ginástica para mulheres; extensa área verde para a comunidade usar – duas praças onde a comunidade pode fazer caminhada na parte da manhã e à tarde; além de barzinhos ao ar livre para as pessoas se descontraírem. O comércio é dinâmico, tendo todos os segmentos necessários ao atendimento da população tais como

supermercados, farmácias, sacolões, feira livre, pequenos atacadistas, duas indústrias de refrigerantes, dentre elas a *Coca-Cola* e uma indústria de reciclagem de papéis. Já na parte religiosa possui uma igreja católica, várias igrejas evangélicas e alguns centros espíritas, satisfazendo os interesses da comunidade. Possui também a Associação dos Moradores do Bairro Custódio Pereira.

A descrição apresentada comprova que é um bairro com infraestrutura completa. No que tange à perspectiva de crescimento territorial vimos que, por ser margeado pela BR 050, fica impossibilitado seu crescimento.

A escola participante da pesquisa tem um espaço físico considerável capaz de atender cerca de quinhentos e três alunos⁸. Possui quase tudo o que uma escola necessita para funcionar. Porém, a escola está com uma quadra em reforma há bastante tempo sem perspectiva de data de entrega, devido à morosidade do financiamento público. Sua biblioteca está sucateada, necessitando de um acervo melhor para atender aos discentes, já as salas de aulas são bem ventiladas, mas as carteiras requerem alguns reparos.

Seu corpo administrativo é bastante comprometido com as necessidades dos discentes e dos docentes, assegurando uma atmosfera de tranquilidade e companheirismo entre as equipes que compõem a escolar. No matutino estudam os alunos do sexto ao nono ano, portanto, esse foi o horário no qual se desenvolveu o trabalho proposto pela professora-pesquisadora. É um turno agradável para desenvolver qualquer atividade, pois o verão (estação climática durante a qual desenvolvemos nosso trabalho) favorece nossa intervenção, é, pois nesta estação que os alunos são mais assíduos.

O corpo discente que compõe a escola é formado por classe média-baixa. São alunos, em sua maioria, atenciosos e brincalhões. Assim o índice de violência dentro da escola é bem pequeno. Segundo relato dos professores do sexto e do sétimo ano, essas são as turmas que apresentam maior dificuldade de concentração, influenciando na disciplina necessária para uma boa aprendizagem.

Com base no exposto, podemos concluir que a escola é pequena, situada em um bairro periférico, que atende a um público heterogêneo, com singularidades próprias e com anseios de melhoras em nível de resultados nas avaliações externas e internas. Ademais, ainda necessita melhorar no que diz respeito ao espaço físico, de maneira que venha atender a seu público de forma satisfatória (falta de uma quadra poliesportiva pronta para uso). No que tange ao suporte pedagógico, falta uma biblioteca mais bem estruturada, principalmente no que se refere a livros

⁸ Dados fornecidos pela secretaria da escola participante em 21/11/2018.

literários e exemplares em maior número para leituras em sala de aula e empréstimos. Pensando em tudo o que foi exposto, elaboramos uma proposta de trabalho com o gênero oral público debate para auxiliar os professores de Língua Portuguesa na difícil tarefa de ser mediador do conhecimento.

5.3 Apresentação do Plano de intervenção

Modalidade de ensino: Fundamental II

Ano: 9º ano

Componente curricular: Língua Portuguesa

Gênero trabalhado: debate

Ao final da proposta, o aluno deverá estar apto a:

- Distinguir turnos de fala;
- Reconhecer as características do texto oral;
- Reconhecer a variação existente em nossa língua;
- Argumentar com propriedade;
- Saber procurar informações, em fontes confiáveis, para dar sustentação ao seu discurso.
- Defender suas ideias;
- Falar em público, usando um estilo mais monitorado de fala.

Duração das atividades (h/a): 14 Oficinas, cada oficina com 2 (h/a), perfazendo um total de 28 (h/a).

Estratégias e recursos utilizados:

- Internet;
- Sala de vídeo;
- Quadro branco;
- Xérox;
- Cartolina ou papel pardo;
- Canetinha;
- Cola;
- Copos descartáveis e barbante.

Introdução

Para melhorarmos o ensino de Língua Portuguesa no que tange à oralidade, à escrita e à leitura, com base nos pressupostos teóricos de Marcuschi (1997, 2001, 2007, 2008, 2008a, 2008b, 2008c) Bortoni- Ricardo (2004, 2005) e Kleiman (1999, 2008), entre outros, elaboramos

esta proposta didática que serve como alternativa ao que já é desenvolvido em sala de aula. É mais uma opção didática que pode auxiliar os profissionais da educação que não medem esforços para aprimorar e melhorar a educação em nosso país. A oralidade é a modalidade mais usada pelos alunos em ambientes não escolares. No entanto, quando chegam à escola, principalmente quando lhes é pedido para que se manifestem a respeito de determinado assunto, há certo bloqueio, parece que estes alunos não sabem falar ou emitir opiniões. Esse bloqueio, segundo Carvalho e Ferrarezi Jr. (2018, p. 23), se dá devido à postura “silenciadora da escola”, resultando em pessoas “que têm medo de falar e não sabem ouvir”.

Para amenizar os problemas causados por essa visão reducionista do ensino, os autores supracitados recomendam que “é preciso romper com essa tradição de silêncio e devolver ao ambiente escolar o desenvolvimento das competências da oralidade” (CARVALHO e FERRAREZI JR., 2018, p. 23).

Entendemos que é papel da escola trabalhar com esses alunos o estilo mais monitorado da fala sem agir com preconceito em relação aos falares que os acompanham, levando em conta as variações pertinentes à nossa língua e criando a necessidade de os alunos praticarem, de maneira segura, seus argumentos em situações de língua mais monitorada. Para mais, um trabalho com a escrita não pode ser dissociado da fala, sabendo-se que essas duas modalidades de uso da língua são primordiais para o aluno desenvolver seus conhecimentos por meio de pesquisas e leituras cotidianas. Destarte, o *continuum* oralidade e escrita, já defendido por Marcuschi (2008, p. 32) quando o autor menciona que “fala e escrita não são propriamente dois dialetos, mas sim duas modalidades de uso da língua, de maneira que o aluno, ao dominar a escrita, se torna bimodal. Fluente em dois modos de uso e não simplesmente em dois dialetos”, nos mostra que devemos sempre trabalhar essas duas modalidades, sem supervalorizar uma em detrimento da outra.

Esta proposta se justifica à medida que devemos preparar nossos alunos para serem estudantes completos, sabendo falar com propriedade e sem medo, fazendo uso da leitura e da pesquisa para ampliar o leque de conhecimento. Nesse sentido, isso possibilitou que eles ampliassem seu potencial linguístico e, conseqüentemente, seu poder argumentativo. Sua cognição foi ampliada por intermédio das mediações feitas pelo professor, que se encontra em uma posição na qual pode auxiliar os alunos na difícil tarefa de ampliação de seu poder argumentativo.

Apesar deste trabalho ser voltado para o meio falado, fizemos uso da leitura e do registro escrito, principalmente com o objetivo de desenvolver nos alunos o hábito da leitura e da pesquisa. O bom leitor se faz quando ele consegue preencher todas as lacunas do texto

independentemente do gênero. Assim, o leitor tem que usar todas as estratégias para entender, nos textos argumentativos, em que medida o autor está se posicionando a favor ou contra determinado assunto. Ademais, o aluno usa de seus conhecimentos prévios quando, dentro de uma atividade de debate, precisa defender um ponto de vista. Ele usa estratégias metacognitivas quando, durante uma atividade de completar um texto com um posicionamento pré-definido, buscar em seus conhecimentos prévios, os argumentos que darão sustentação a seu texto e ainda quando faz a reescrita⁹ desse mesmo texto.

Os textos utilizados para a proposta interventiva foram voltados exclusivamente para os temas abordados no debate inicial e final a fim de que o aluno, durante a participação nos encontros, fique munido de material para sustentar sua tese mediante as solicitações de trabalho.

Esta proposta de trabalho objetivou investigar a aplicabilidade do uso do oral público nas aulas de Língua Portuguesa e sua relevância para ampliar o poder argumentativo dos alunos por meio da análise do gênero debate.

Primeira Oficina - Oralidade

Objetivos: Conhecer o que os alunos já sabem sobre falar em público; dialogar sobre os aspectos que compõem a oralidade como: qualidade da voz, velocidade, tonicidade, entre outros.

Metodologia: Explicação dialogada; recitação e escuta de poemas (trazidos pela professora pesquisadora).

Avaliação: Dialogada na qual os alunos tiveram a oportunidade de verificar as características do oral, principalmente quando estavam em ação, ou seja, recitando os poemas.

Descrição detalhada da oficina: Nesta primeira oficina, iniciamos comentando sobre a importância de sabermos nos posicionar mediante situações que a vida nos apresenta, e que, por mais neutros que tentamos ser, sempre temos que defender um ponto de vista. Além disso, em algum momento, também teremos que falar em público e precisamos estar preparados para esse momento ou, pelo menos, conscientes de sua necessidade.

A interação se iniciou com as seguintes perguntas:

⁹ O termo “reescrita” aqui cunhado, está no sentido dado por Possenti (2008, p. 6). Desta maneira, reescrever “é tornar o texto mais adequado a uma certa finalidade, a um certo tipo de leitor, a um certo gênero.” Essa visão postula que o ato de corrigir é um ato muito especial, pois tenta entender quais foram as razões que provocaram o erro para, posteriormente, se discutir com o aluno-autor as possibilidades de troca lexicais e ampliação das informações dando completude ao texto. A noção de revisão é acentuada para compor o quadro da reescrita como estratégia interventiva, dando maior eficácia ao ato de reescrita. Assim, a revisão faz parte do processo e levanta as lacunas preexistentes no texto para que o aluno perceba as possíveis necessidades de reescrita, almejando a reestrutura e, conseqüentemente, aumentando a informatividade e aceitabilidade receptiva do leitor.

- Você costuma argumentar ou contra-argumentar com os colegas, defendendo seu ponto de vista sobre determinado assunto?
- Você se sente seguro para falar em público?
- Já participou de apresentações, seminários e/ou jogos dentro da escola ou fora dela?
- Já participou de algum debate na escola ou fora dela?

Após as repostas dos alunos e a manifestação do que eles sabiam sobre falar em público e monitoração da fala, iniciamos uma elocução lembrando aos alunos que devemos nos ater a alguns aspectos quando estamos falando em público como tom da voz, postura, polidez, vestimentas, organização do espaço, entre outras características. Precisamos estar atentos quando estamos diante de uma plateia, pois todos os olhares estão voltados para nós, sendo observados, entre outros aspectos: o que você diz, como diz, se está seguro do que diz, como se porta, se veste e se comporta durante a apresentação. Dependendo do comportamento na frente da plateia, a comunicação pode perder a credibilidade, mesmo quando o assunto tratado é dominado. Então devemos estar atentos a esses detalhes para não cairmos no erro de perdermos a confiabilidade do público que nos assiste. Essa explanação foi acompanhada de anotações no quadro branco.

O falar em público envolve aspectos como:

- Tom de voz;
- Polidez;
- Vestimentas.

Dentre todas as características a que devemos nos atentar ao falar em público, a primeira deverá ser o tom de voz. Assim, pedimos para um ou mais alunos virem à frente (os alunos mais desinibidos) para ler o poema “Sete faces” de Carlos Drummond Andrade, de duas maneiras: com o timbre de voz mais baixo como se lesse para si e, depois, com o timbre mais alto para que todos pudessem ouvi-lo, inclusive os alunos que se sentam no fundo da sala.

Na sequência solicitamos a leitura dos poemas: “Soneto de Fidelidade” de Vinícius de Moraes e “Amar” de Carlos Drummond Andrade. Durante cada apresentação, chamamos a atenção dos alunos para que eles observassem:

- a) qualidade da voz;
- b) velocidade da voz;
- c) tonicidade da voz;
- d) pronúncia correta das palavras (ortoépia).

Salientamos que, constantemente, relembramos aos alunos os aspectos que devem ser levados em conta quando falamos em público, tais como: a postura, o falar respeitando as características próprias do gênero, a pronúncia correta das palavras etc.

Na sequência, colocamos poemas (em áudio) para que os alunos observassem os aspectos anteriormente mencionados e refletissem, planejando como poderiam fazer a recitação dos poemas, buscando o melhor caminho a percorrer para se chegar a uma oralização harmoniosa e sensível própria da linguagem poética.

Avaliação: Nesta oficina, avaliamos o desempenho dos alunos durante a oralização dos poemas.

Textos utilizados nesta oficina:

Texto 1 – Poema de sete faces

Quando nasci, um anjo torto
desses que vivem na sombra
disse: Vai, Carlos! ser gauche na vida.

As casas espiam os homens
que correm atrás de mulheres.
A tarde talvez fosse azul,
não houvesse tantos desejos.

O bonde passa cheio de pernas:
pernas brancas pretas amarelas.
Para que tanta perna, meu Deus,
pergunta meu coração.
Porém meus olhos
não perguntam nada.

O homem atrás do bigode
é sério, simples e forte.
Quase não conversa.
Tem poucos, raros amigos
o homem atrás dos óculos e do bigode.

Meu Deus, por que me abandonaste
se sabias que eu não era Deus
se sabias que eu era fraco.

Mundo mundo vasto mundo,
se eu me chamasse Raimundo
seria uma rima, não seria uma solução.
Mundo mundo vasto mundo,
mais vasto é meu coração.

Eu não devia te dizer
mas essa lua

mas esse conhaque
botam a gente comovido como o diabo.

(ANDRADE, 2019).

Texto 2 – Soneto de Fidelidade

De tudo, ao meu amor serei atento
Antes, e com tal zelo, e sempre, e tanto
Que mesmo em face do maior encanto
Dele se encante mais meu pensamento.

Quero vivê-lo em cada vão momento
E em louvor hei de espalhar meu canto
E rir meu riso e derramar meu pranto
Ao seu pesar ou seu contentamento.

E assim, quando mais tarde me procure
Quem sabe a morte, angústia de quem vive
Quem sabe a solidão, fim de quem ama

Eu possa me dizer do amor (que tive):
Que não seja imortal, posto que é chama
Mas que seja infinito enquanto dure.

(MORAES, 1946).

Texto 3 - Amar

Que pode uma criatura senão,
entre criaturas, amar?
amar e esquecer,
amar e malamar,
amar, desamar, amar?
sempre, e até de olhos vidrados, amar?

Que pode, pergunto, o ser amoroso,
sozinho, em rotação universal, senão
rodar também, e amar?
amar o que o amar traz à praia,
o que ele sepulta, e o que, na brisa marinha,
é sal, ou precisão de amor, ou simples ânsia?

Amar solenemente as palmas do deserto,
o que é entrega ou adoração expectante,
e amar o inóspito, o áspero,
um vaso sem flor, um chão de ferro,

e o peito inerte, e a rua vista em sonho,
e uma ave de rapina.

Este o nosso destino: amor sem conta,
distribuído pelas coisas pérfidas ou nulas,
doação ilimitada a uma completa ingratidão,
e na concha vazia do amor a procura medrosa,
paciente, de mais e mais amor.

Amar a nossa falta mesma de amor, e na segura nossa
amar a água implícita, e o beijo tácito, e a sede infinita.

(ANDRADE, 2016).

Segunda Oficina - Oralidade: turnos da fala, polidez, tópico discursivo

Objetivo: Levar os alunos a conhecerem a noção de turnos de fala, polidez e tópico discursivo.

Metodologia: Aula expositiva e dialogada com o uso do *datashow* para a apropriação dos conceitos; jogo (dialogando com o amigo) com trocas de turnos, progressividade de tópico discursivo e troca de tópicos.

Descrição detalhada da oficina: Iniciamos a oficina com o texto 4 projetado no *Datashow*, “Transcrição de parte do debate realizado pela TV Globo com os candidatos à Prefeito de São Paulo: José Serra e Fernando Haddad, na noite de sexta-feira, 26/10/2012”. Após sua leitura, explanamos sobre os constituintes do texto: as trocas de turno, a maneira como os participantes se expressam e se tratam, e a troca de tópicos discursivos. Como se trata de um debate, o limite e as trocas de turnos de fala são determinados pelo moderador no início do debate.

Lembramos ainda durante a oficina que a polidez “é um conjunto de procedimentos que o falante utiliza para poupar ou valorizar seu parceiro de interação.” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 94). Desta maneira, esse princípio não deve ser excluído durante as interações, pois mantém a harmonia das relações interacionais. Após essas explicações, passamos a instruir os alunos em relação a um jogo (dialogando com o amigo), do qual toda a turma participaria.

Dividimos os alunos em grupos, cada grupo contendo cinco componentes para realização do jogo. Solicitamos aos alunos que cada componente do grupo iniciasse um diálogo (com contexto e que fizesse sentido) com a primeira letra do alfabeto e passasse seu turno de fala para o aluno subsequente, nesse caso, para o que estivesse à sua direita. Esse daria continuidade ao diálogo iniciando-a com a segunda letra do alfabeto e assim sucessivamente, até que todos

do grupo tivessem a oportunidade de falar respeitando a vez de seu colega. Desta maneira, frases como: “Acredito que o ano letivo será fabuloso” e na sequência “Bom, isto é o que você pensa, os professores são novos, novos conteúdos” e “Difícil mesmo é achar tempo para estudar” etc. poderiam ser proferidas. O tópico da conversa foi criado na hora do diálogo e poderia ser mudado por qualquer um dos participantes durante a troca de turnos. Como não houve dificuldade para se criar um tópico conversacional durante o jogo, não houve a necessidade de sugerirmos alguns tópicos para dinamizá-lo.

Os alunos tiveram liberdade para criar o diálogo. Dessa forma, os aspectos supracitados compuseram a sistematicidade que envolve as regras pré-estabelecidas. Durante o jogo ficamos atentas ao modo como acontecia o diálogo, ou seja, o teor da conversa, observando que a polidez fez parte da conversação.

Avaliação: Nesta oficina, a avaliação foi processual com base nas observações durante o jogo.

Vejamos o **texto 4** utilizado para esta oficina:

Transcrição de parte do debate realizado pela TV Globo com os candidatos à Prefeito de São Paulo: José Serra e Fernando Haddad, na noite de sexta-feira, 26/10/2012. O trecho selecionado faz parte do primeiro bloco, terceira pergunta (com resposta, réplica e tréplica).

Mediador César Tralli: Boa noite. São 23h03, nós falamos ao vivo dos estúdios da TV Globo, no bairro do Brooklin aqui em São Paulo, zona sul da capital. Começa agora o último debate entre os candidatos a prefeito de São Paulo. Uma oportunidade para você conhecer melhor as propostas de quem pretende administrar a nossa cidade pelos próximos quatro anos. (...) (Em seguida, são apresentadas as regras para o debate)

Terceira Pergunta

Fernando Haddad: Hoje as manchetes dos jornais dão conta de algo que a população já sente na pele, um aumento brutal da criminalidade. O número de assassinatos na cidade de São Paulo em setembro foi de 144, o dobro de setembro do ano passado. Eu queria saber se você como prefeito, governador, se sente responsável de alguma maneira por isso ou se os seus sucessores têm alguma responsabilidade e o que pretende fazer pela segurança?

José Serra: O que eu devo dizer pela segurança é o seguinte, como prefeito eu vou da batalha, vou ser um prefeito ativista para ajudar o Governo do Estado na tarefa da segurança. Primeiro, vamos contratar mais PMs na operação delegada, mais quatro mil PMs nas ruas.

Segundo, vamos multiplicar ainda mais as câmeras de segurança por toda a cidade, que eu comecei quando prefeito, que comecei quando governador. Nós vamos se aliar ao Governo do Estado nessa operação, que é uma operação fundamental para a segurança da cidade.

Terceiro, nós vamos cuidar também de melhorar a iluminação. Eu quero dizer aqui, César, dentro de um ano, nós teremos a cidade totalmente bem

iluminada. Nas ruas que não tiverem luz ou na melhoria da qualidade das luzes.

Quarto ponto: Guarda Civil metropolitana. Nós vamos reforçar a guarda, inclusive com mais efetivos. Pondo gente de fora para fazer as funções burocráticas, contratando gente de fora para liberar o guarda civil que já é treinado para o trabalho na rua, vai ser um trabalho de cooperação o tempo inteiro. Porque segurança não tem partido, nós temos que cooperar, temos que trabalhar para trazer paz para a nossa Cidade.

Fernando Haddad: Bom, o candidato não respondeu a que atribui a escalada da violência no último ano. Dobrou o número de assassinatos na cidade de São Paulo. 144 mortes apenas em setembro. Se é possível iluminar a cidade em um ano, tiveram oito para fazer! Não fizeram nada! A cidade está mal iluminada.

A guarda civil e a operação delegada estão restritas ao combate ao comércio ambulante, inclusive combate ao comércio ambulante regular, pessoas com deficiência foram reprimidas, tanto pela guarda civil como pela operação delegada. Nós não, nós vamos investir na polícia comunitária, vamos reorientar e investir em programas sociais para a juventude que está abandonada na cidade de São Paulo.

José Serra: Como se vê a respeito de segurança é mais fácil criticar do que propor, porque efetivamente Fernando Haddad não propôs nada, mas nós propusemos e vamos levar à prática. Tem outra questão, a do crack. O crack está por trás da aceleração dos crimes. Se faz pouco no Brasil pelo combate ao contrabando de armas e de drogas, mas eu não vou ficar brigando com o Governo Federal.

Junto com o governo do Estado nós vamos atrair o governo federal para que o governo federal se envolva no combate ao contrabando e ao tráfico, que são prerrogativas dele, dentro da cidade de São Paulo e no resto do país. Com isso, nós vamos juntar forças para melhorar a condição de segurança. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2011).

Terceira Oficina: Contínuo fala-escrita

Objetivo: Diferenciar as características concernentes à oralidade e à escrita.

Metodologia: Exposição de textos orais e escritos e seleção das características de ambos os textos.

Descrição detalhada da oficina: Nesta oficina, apresentamos dois textos aos alunos: o primeiro (texto 5) “Males do celular”, texto de opinião sobre o celular, postado em uma coluna na Folha de São Paulo versão *on-line*; e o segundo (texto 6) é uma transcrição disponível no projeto NURC/RJ – entrevista de duas alunas de graduação com um professor universitário. Esses textos serviram de análise para que os alunos pudessem destacar características de ambas as produções em um quadro (Quadro das características fala-escrita), que foi xerocopiado e entregue aos alunos para que eles utilizassem essas informações quando necessário. Ao entregarmos o quadro, pedimos aos alunos que marcassem um X nas características, verificando se elas pertenciam ao texto 5 ou ao texto 6.

Após o trabalho com o quadro, projetamos o vídeo: “Uso do celular em sala de aula” que serviu de base para a apresentação de textos orais construídos pelos alunos a partir do vídeo assistido por eles. Os alunos se reuniram em grupos e escolheram um representante para apresentar a temática ora exposta no vídeo e no texto 5.

Avaliação: Durante a apresentação dos textos orais avaliamos se o aluno conseguiu:

- a) apresentar seu texto de maneira coerente;
- b) usar poucas pausas para organizar-se mentalmente;
- c) usar poucas repetições ou repetir com o intuito de enfatizar o que está sendo dito;
- d) usar poucas hesitações.

Vejam a atividade proposta nesta oficina:

Marque um X nas características, verificando se elas pertencem ao texto 5 ou ao texto 6.

Quadro 7 - Características fala-escrita

CARACTERÍSTICAS	TEXTO 5	TEXTO 6
O texto é formado por mais de uma pessoa		
Interrupções, hesitações, truncamento		
Ausência de fragmentação		
Dependência do contexto situacional para compreensão		
Repetição de palavras frases		
Maior organização das ideias		
Produção individual		

Fonte: A própria autora.

Vejam os textos para leitura e análise das características do texto escrito e do texto falado.

Texto 5 - Males do celular

Não são conclusivas, muito ao contrário, as pesquisas relacionando o uso de telefones celulares à ocorrência de alguns tipos de câncer. Ganhou destaque no noticiário, entretanto, a decisão de um painel da OMS (Organização Mundial da Saúde), incluindo a utilização frequente dos aparelhos numa lista de outros 266 fatores "possivelmente cancerígenos" – ao lado do consumo de café e do trabalho em lavanderias.

Dos 900 itens avaliados pelo comitê, apenas um, o caprolactama – substância presente em alguns plásticos – obteve plena absolvição das

suspeitas que inspirava. Novas pesquisas deverão ser feitas, afirma o relatório da OMS, até que se tenha uma avaliação definitiva dos riscos do celular.

Inexistem, portanto, razões para alarmismo. Seria exagerado, ainda assim, descartar a informação como apenas mais um sintoma do ambiente cultural de nossa época – notoriamente exposto a sucessivas ondas de medo e paranoia, justificados ou não, em matéria de saúde pública.

Houve pânico excessivo com o vírus ebola, o antraz, a gripe aviária, dirão os mais céticos. Não houvesse algum alarme, talvez medidas de prevenção terminassem chegando tarde demais, responderão os cautelosos.

De uma perspectiva menos científica do que bem-humorada, uma observação de qualquer modo se impõe. O uso excessivo de celulares, se não é certo que cause câncer, algum mal para a saúde há de fazer.

O estresse que sua solicitação contínua impõe será mais significativo, sem dúvida, do que o bem-estar oferecido a quem o emprega para a troca de trivialidades. O celular interrompe tudo – da concentração de um concertista aos instantes de intimidade conjugal; invade, com os dramas da vida alheia, os momentos de recolhimento que alguém possa ter num elevador ou numa sala de espera.

Talvez mais mortal do que o efeito térmico de suas emissões, vale acrescentar, é a prática dos motoristas que conversam longamente em seus aparelhos enquanto o automóvel segue à deriva pelas ruas da cidade.

Verdade que, em caso de acidente, o celular pode ajudar as vítimas dos males que causou... O leque de cogitações não tem fim.

Não é preciso, entretanto, o aval da OMS para recomendar, a todo falante de celular do mundo (há bilhões de assinantes no planeta): use-o com moderação. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2011).

O texto abaixo é uma transcrição disponível *on-line* no projeto NURC/RJ – entrevista de duas alunas de graduação com um professor universitário.

Texto 6 - (início da gravação)

L2 (então pra) começar até falar que a gente vai falar sobre esse assunto não sei se você vai lembrar disso

[

L1 tá

[

L2 éh::: cê fez uma palestra cê deu uma palestra no Sesc Pompéia

[

L1 ahn

[

L2 pro projeto Alta Voltagem ... que era u:ma palestra em São Pa:ulo ... aí tinha uma mulecada ali na choperi:a ... aí eu até te f/ eu tava lá por acaso

[

L1 ahn

[

(REVISTA ANAGRAMA, 2008).

Quarta Oficina: Variação linguística – Monitoração estilística

Objetivos: Conhecer e reconhecer a variação existente em nossa língua por meio do gênero debate.

Metodologia: Vídeos com debates de variados temas para que os alunos identificassem variações e estilos. Analisar textos escritos e orais, avaliando qual o estilo está sendo usado.

Descrição detalhada da oficina: Levamos para a sala de aula vídeos de debates com estilos mais monitorados e menos monitorados de fala. Após a escuta e visualização dos vídeos, explicamos a importância de valorizarmos todo estilo de linguagem, desde os mais monitorados aos menos monitorados. Também lembramos que o papel da escola é ensinar o estilo mais monitorado de fala, ou seja, o oral público. Dependendo do contexto pode-se usar um estilo mais coloquial e espontâneo para conversas com amigos ou com pessoas com as quais se tenha mais intimidade. Já em situações em que fazemos uma solicitação ao diretor da escola, por exemplo, o uso de uma linguagem mais cuidada, mais elaborada, planejada anteriormente, um estilo mais monitorado de fala e de maior prestígio é o mais recomendável. Esse estilo é usado em situações mais controladas como em ambientes de negócios, publicidade, meios acadêmicos, grandes empresas, jornais impressos e televisivos, rádio, propagandas via internet e na maioria dos eventos comunicativos que usam esse canal de comunicação. Após as explicações, trouxemos os textos (7, 8 e 9), projetados no *Datashow*, para que os alunos os classificassem (oralmente) quanto ao estilo usado.

Avaliação: Nesta oficina, avaliamos se os alunos conseguiram entender: a) a variação existente em nossa língua; b) a diferença entre linguagem formal e linguagem informal; c) a importância de se respeitar todo tipo de linguagem; d) o reconhecimento da existência e da necessidade de se apropriar de uma linguagem padrão de maior prestígio social, sem desprezecer outros modos de fala.

Os vídeos (relacionados nas referências desta dissertação) utilizados durante a oficina para apreciação e análise foram os seguintes:

- Debate Legalização do Aborto 1A;
- Debate entre alunos sobre o uso do celular na sala de aula;
- Celular em sala de aula? Veja como escolas estão se adaptando à nova realidade.

Nota: Nesta mesma oficina, solicitamos aos alunos que trouxessem para a próxima oficina: copos descartáveis, clipes e barbantes, para realizarmos a confecção dos telefones sem fio.

Vejamos os textos projetados no *Datashow* nos quais os alunos identificaram, oralmente, o estilo usado durante a oficina.

Figura 3 - Texto 7



Fonte: Disponível em: <http://s3-sa-east-1.amazonaws.com/descomplica-blog/wp-content/uploads/2015/10/caipira2.png>. Acesso em: 26 ago. 2019.

Texto 8 - Entenda como o aborto é tratado ao redor do mundo

Na contrapartida das medidas que proíbem o procedimento, países onde o aborto é criminalizado registram os mais altos índices dessa prática por ano

Por Alexa Meirelles, de Exame.com (adaptado)

Na penúltima quarta-feira (20), o senado chileno sancionou a lei que permite o aborto em casos de estupro, má formação do feto e risco de vida para a mãe. Até então, a prática era totalmente restrita no país.

O projeto, que é um dos principais do governo da presidente Michelle Bachelet (2014 – atualmente), segue agora para ratificação na Câmara dos Deputados. A Casa possui maioria governista, o que pode se traduzir em sua aprovação, e deve, em breve, ser levado para a sanção presidencial.

Falar sobre **aborto** costuma gerar polêmica, mas os números que circundam essa prática tornam o debate inevitável. Segundo a OMS, 22 milhões de **abortos** ocorrem por ano em locais insalubres e sem a estrutura adequada. Estima-se, ainda, que 47 mil mulheres morram todos os anos por complicações decorrentes do procedimento.

Grupos defensores de direitos das mulheres defendem que, se a prática fosse descriminalizada, tanto a mulher gestante que decide interromper a gravidez como o terceiro que realiza o procedimento, deixariam de ser penalizados por isso. Algo que traria maior segurança jurídica para os envolvidos.

Já a legalização seria um passo adiante: estabelecer regras para regulamentar a prática, oferecendo estrutura para que o **aborto** ocorresse de forma segura, sem risco de vida para a gestante.

Para a antropóloga Debora Diniz, da Universidade de Brasília, a discussão em torno do tema deve frisar que a sua legalização não é sinônimo de banalização. “As mulheres devem saber que recorrer à prática é só em último caso e que elas devem continuar a utilizar preservativos”, nota. (MEIRELLES, 2018).

Figura 4 - Texto 9



Fonte: Justificando (2009).

Quinta Oficina: Gêneros orais

Objetivo: Reconhecer os gêneros orais e a função deles tanto na escola quanto na sociedade.

Metodologia: Aula dialogada e expositiva com o objetivo de levar o aluno a reconhecer a importância dos gêneros orais para a aprendizagem das competências comunicativas; brincadeira interativa com o jogo “telefone imaginário”; discussão sobre o gênero telefonema; construção de um “telefone sem fio”.

Descrição detalhada da oficina: Iniciamos esta oficina citando alguns gêneros orais como o debate e o telefonema, lembrando aos alunos que eles têm em comum a necessidade da voz

humana para existir, ou seja, para se materializarem. Após as explicações sobre a importância dos gêneros orais, fizemos o jogo “telefone imaginário”.

Para o jogo levamos frases prontas escritas, dividimos a turma em dois grupos que ficaram em semicírculo. Na sequência, entregamos a frase para o primeiro aluno, ele a leu e repassou o que estava escrito, falando baixinho ao ouvido do colega e assim sucessivamente. O grupo vencedor foi aquele cujo último componente conseguiu proferir em voz alta a frase tal qual sua escrita inicial.

Para a construção do “telefone sem fio”, os alunos deveriam ter em mãos o material que foi solicitado na aula anterior: dois copos descartáveis para cada aluno, barbante e clipe. No entanto, foram poucos que estavam com o material em mãos. Após a confecção do telefone, os alunos convidaram um amigo da sala para utilizarem o telefone juntos, iniciando uma conversa. O telefone deveria estar com o fio esticado para o melhor funcionamento.

Ambas as atividades exercitaram o oral espontâneo, lembrando que existem os orais públicos monitorados que necessitam de um planejamento com um linguajar mais cuidado, como o debate regrado, objeto de investigação de nosso trabalho.

Avaliação: Nesta oficina, avaliamos se os alunos conheciam os gêneros telefonema e debate e, também, se eles conseguiram apreender a noção de gênero oral: a) a função dos gêneros; b) a importância dos gêneros em nossa sociedade.

Sexta Oficina: Oralidade

Objetivo: Identificar a temática dos textos e os argumentos que a sustentam.

Metodologia: Discussão comandada e roda de conversa.

Descrição detalhada da oficina: Nesta oficina, usamos textos escritos (xerocopiados) que abordavam o tema aborto como, por exemplo, notícias de jornais. Primeiramente, utilizamos uma reportagem da então candidata Marina Silva à presidência da República, para que os alunos identificassem o posicionamento da candidata em relação ao aborto. Em seguida, para o mesmo tipo de atividade, os alunos leram e trabalharam com uma carta ao leitor, publicada na revista Veja, sobre a lei do aborto. Ambos os textos objetivaram chamar a atenção do aluno para as questões voltadas para a construção do texto que é de cunho opinativo, construído com argumentos que aprovam ou refutam a temática discutida. Entregamos as cópias e pedimos aos alunos, em duplas, que destacassem as temáticas e os argumentos utilizados pelos autores que as sustentavam. Os dois textos foram lidos e comentados por todos, durante a oficina, em uma roda de conversa.

Avaliação: Nesta oficina, averiguamos se os alunos conseguiram identificar: a) os temas dos textos estudados; b) os argumentos que sustentam o posicionamento dos autores.

Vejamos os textos trabalhados nesta oficina:

Texto 10 - Marina vetaria descriminalização do aborto, se aprovada pelo Congresso

A candidata da Rede Sustentabilidade à Presidência da República, **Marina Silva**, afirmou nesta quarta-feira 19, em entrevista ao fórum **Amarelas ao Vivo**, organizado por VEJA, que, se eleita, defenderia um plebiscito sobre a descriminalização do aborto e vetaria a medida caso ela fosse aprovada pelo Congresso.

“Se o Congresso decidir, eu vetaria. Se for um plebiscito, acho que é uma decisão soberana da sociedade”, afirmou a ex-ministra. “Se for para ampliar [a previsão do aborto em lei], que 513 deputados não substituam 200 milhões de brasileiros, nem 81 senadores, o presidente não convoca plebiscito nem muda leis do Congresso, agora, se por decisão soberana no plebiscito a sociedade decidir que é isso, estamos em uma democracia e um Estado laico...”, ponderou.

Evangélica da Assembleia de Deus, Marina voltou a se posicionar contra o aborto na entrevista. “Eu sou contra o aborto, não acho que é a melhor forma de você encarar o problema de não querer uma gravidez indesejada. Defendo planejamento familiar, que se orientem as pessoas para que elas não tenham uma gravidez indesejada”, disse a ex-senadora. (VEJA, 2018).

Atividade proposta sobre o texto 10 – Com base no texto motivador, converse com seus colegas a respeito do texto e exponha o tema e o que defende a presidenciável, destacando oralmente quais argumentos válidos e a posição defendida por ela.

Texto 11 - Carta ao leitor

Em setembro de 1997, VEJA publicou uma reportagem de capa em que dezenas de mulheres tiveram a coragem de falar sobre um assunto proibido: como, quando e por que fizeram um aborto. Em oito páginas, a matéria trazia uma coleção de histórias de dor, solidão, culpa, angústia. Na época, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovava a regulamentação do aborto legal, prevista no Código Penal desde 1940, para os casos de estupro e de risco de vida para a gestante.

Hoje, mais de vinte anos depois, o aborto continua praticamente no mesmo lugar do ponto de vista legal. A única mudança substancial ocorreu em 2012, quando o Supremo Tribunal Federal ampliou a possibilidade do aborto legal ao permitir a interrupção da gravidez no caso de fetos com anencefalia, uma malformação do cérebro que inviabiliza a vida fora do útero.

Agora, o assunto voltou à pauta. O Supremo Tribunal Federal acaba de encerrar a fase de audiências públicas, em que ouviu opiniões contrárias e favoráveis a uma ação apresentada pelo PSOL. Nela, o partido propõe que o aborto realizado até a 12ª semana de gravidez deixe de ser considerado crime. Em favor de sua tese, o PSOL argumenta que a proibição fere direitos previstos na Constituição, como a dignidade, a igualdade em relação aos homens e o direito ao planejamento familiar. Em outro ponto, a ação afirma que a Carta Magna não garante o direito à vida desde a concepção. Prevê “aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à

vida” e assegura “à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida”. A ministra Rosa Weber, relatora do caso, vai redigir seu voto e encaminhá-lo para discussão em plenário, o que deve acontecer apenas no ano que vem.

Será uma nova oportunidade para alterar o marco legal do aborto no país. O assunto desperta uma enorme gama de paixões, porque toca em questões morais, éticas e religiosas. Nas audiências do STF, as cenas de exaltação, intolerância e agressividade são uma mostra da alta combustão do tema. Mas, para além dos valores de cada um, é recomendável que o assunto seja tratado com racionalidade e, sobretudo, com uma atenção especial aos dados objetivos. E, objetivamente, nos países ricos e desenvolvidos, em cuja maioria o aborto é legalizado, morrem menos de duas mulheres para cada 100 000 abortos. Nos países em desenvolvimento, onde o aborto é normalmente considerado um crime, morrem 220 mulheres para cada 100 000 abortos. Ou seja: a legislação, ao criminalizar a interrupção da gravidez, mata um enorme contingente de mulheres.

No Brasil, uma mulher morre a cada dois dias devido a complicações do aborto, segundo os últimos números disponíveis do Ministério da Saúde. Outro dado: a incidência do aborto é o dobro entre mulheres pobres e o triplo entre mulheres negras. Os gastos com hospitalização em decorrência do aborto no SUS foram de 50 milhões de reais em 2017 e 500 milhões na última década. A todas essas mortes, a toda essa desigualdade — e adicionem-se ainda o tormento, a dor, a solidão, a culpa, a angústia —, a lei brasileira acrescenta a prisão para as mulheres que interrompem a gravidez. Por mais valorosas e respeitáveis que sejam as objeções individuais de cada um de nós, talvez esse quadro, esse quadro dramático, seja por si só motivo suficientemente sólido para que o aborto deixe de ser considerado um crime no Brasil. E os depoimentos que VEJA colheu há mais de vinte anos entrem definitivamente para o passado. (VEJA, 2018).

Atividade proposta sobre o texto 11 – Com base no texto, grife ou destaque os argumentos em relação ao aborto. Verifique se eles são a favor ou contra, justificando sua resposta com argumentos retirados do próprio texto.

Sétima Oficina: Debate Piloto (DP)

Objetivo: Verificar o que os alunos sabem sobre o gênero debate (diagnose).

Metodologia: Debate, gravação da fala dos alunos durante o debate, escuta e análise do material gravado.

Descrição detalhada da oficina: Nesta oficina, a sala foi organizada em semicírculo. Propusemos à turma um debate regrado sobre o tema “aborto”. Um aluno foi selecionado para o papel de moderador e o restante da sala elegeu alguns representantes da turma para serem debatedores, os quais deveriam se posicionar a favor ou contra o tema escolhido. O papel do moderador é conduzir da melhor forma possível o debate e deve iniciá-lo lendo as regras do debate para a plateia e para os debatedores. As regras do gênero debate foram xerocopiadas e distribuídas entre os alunos antes de iniciar o debate. Além disso, o moderador também exerce

papel de juiz, advertindo os debatedores caso se manifestem de maneira diferente do combinado, realizando a mediação entre as partes e interferindo quando houver sobreposições de vozes ou tomada de turno sem permissão. Este primeiro debate foi gravado para transcrição, servindo de diagnose oral. Ao término do debate, algumas reflexões foram feitas sobre a desenvoltura dos debatedores e sobre a performance do moderador, abrindo a reflexão para as contribuições da plateia. O material gravado foi transcrito para fins de análise deste trabalho.

Os alunos que participaram do primeiro debate, também participaram do debate de fechamento, para que a análise incida sobre os mesmos participantes a fim de podermos fazer uma análise comparativa entre o primeiro e o último debates. Desta maneira, tivemos condições de analisar como se deu esse processo e se houve crescimento no que tange à monitoração linguística e estilística, ampliação vocabular, aumento do poder de argumentação, entre outras características.

Finalizamos esta oficina reforçando a importância de sabermos argumentar sobre determinado assunto. Para sermos bons argumentadores, necessitamos de embasamento teórico, ou seja, subsídios que nos possibilitam conhecer melhor determinado assunto. Desse modo, devemos recorrer à pesquisa com o intuito de melhor nos prepararmos para debater sobre o tema em questão, independentemente do posicionamento que nos propusermos a defender.

Avaliação: Nesta oficina, avaliamos: a) a capacidade de escuta dos alunos; b) o conhecimento prévio sobre o gênero debate; c) a desenvoltura dos participantes durante este primeiro debate DP.

Vejamos as regras que foram usadas para orientar o debate DP:

1. Falar e ouvir livremente (não se deve interromper a exposição do outro; fala-se apenas quando for a vez);
2. Expressar suas ideias em igualdade de condições (igualdade de tempo, por exemplo);
3. Ser respeitado ao expor o que pensa (não se deve zombar ou provocar o debatedor, por exemplo, durante sua exposição).
4. Os participantes devem evitar argumentos repetidos, a fim de que o debate ganhe um bom andamento e não fique monótono.
5. Cada debatedor tem três minutos para expor suas ideias. As réplicas e tréplicas também se constituirão no mesmo tempo.

Oitava Oficina: Debate II

Objetivos: Identificar, reconhecer e diferenciar os debates regrado e deliberativo, a troca de turnos, o papel do moderador e os debatedores.

Metodologia: Vídeos, discussão comandada e confecção de cartazes.

Descrição detalhada da oficina: Nesta oficina, explicamos a diferença entre os debates regrado e deliberativo. Após essa explanação, os alunos assistiram aos vídeos de debates televisivos de variados temas, na sala de vídeo, a saber:

Vídeo I: Debate realizado pelos alunos semifinalistas no gênero Artigo de opinião em 2012. O tema da discussão foi “Há uma apatia na atual geração de jovens para participar de ações sociais que visem o bem da coletividade?”. Disponível em: <https://www.escrevendoofuturo.org.br/conteúdo/vídeos/a-olimpiada/artigo/2080/o-debate-de-belo-horizonte-bloco-2>. Acesso em: 02 nov. 2018.

Vídeo II: Debates públicos entre os candidatos à eleição para Reitor-Capital. Disponível em: <http://iptv.usp.br/portal/video.action?idItem=37866>. Acesso em: 19 set. 2018.

Vídeo III: Como vencer um debate. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S2MR9TsvdZ0>. Acesso em: 02 nov. 2018.

Após cada uma das exibições, fizemos perguntas a respeito dos vídeos assistidos, tais como:

- Como está organizado este debate?
- Trata-se de um debate regrado ou deliberativo?
- Como se constituiu a troca de turnos?
- O que vocês observam na postura dos debatedores?
- Como é feita a mediação do moderador?

Chamamos a atenção dos alunos para a linguagem empregada nos debates por se tratar de um registro mais monitorado de fala, uma variação da língua que requer cuidado e maior planejamento, sempre de acordo com o momento e com o público a que se destina. Segundo Preti (2006, p. 15), é preciso lembrar que “nossa linguagem é nosso cartão de visita que nos permite o acesso ao grupo social em que desejamos entrar”. É de extrema importância estarmos atentos aos ambientes nos quais atuamos e nos adequarmos linguisticamente aos usos pertencentes a cada situação.

Solicitamos aos alunos antes da exposição dos vídeos que observassem a postura dos palestrantes, a altura da voz, a polidez, as vestimentas e como os participantes usavam seus argumentos para assegurar seu posicionamento mediante o interlocutor.

Durante a exibição dos vídeos, os alunos tiveram a oportunidade de verificar e identificar o moderador, os debatedores e a plateia. Também os orientamos que pesquisassem e assistissem a outros vídeos da mesma natureza dos apresentados durante a oficina, para seu enriquecimento pessoal e para ser usado no debate conclusivo – DC.

Na sequência, dividimos a turma em quatro grupos. Cada grupo ficou responsável pelos seguintes temas: “debate regrado”, “debate deliberativo”, “os constituintes de um debate: debatedor, moderador, plateia” e “como se organizar para um debate”.

Para confeccionarem cartazes que aludam aos temas estabelecidos, os alunos tinham em mãos: revistas velhas, canetinha, papel cartolina ou papel pardo. As revistas velhas serviram para que eles procurassem gravuras a fim de ilustrarem os cartazes. Nessa atividade, usamos aulas geminadas (2 horas/aulas).

Avaliação: Verificamos durante as atividades que compuseram a oficina: a) consolidação dos conceitos de debate deliberativo e debate regrado; b) conscientização da necessidade das trocas de turnos; c) conhecimento das funções exercidas pelo moderador e debatedor durante um debate.

Nona Oficina: Oralidade e argumentação II

Objetivo: Criar argumentos para dar sustentação a um tema iniciado.

Metodologia: Textos xerocopiados e recursos audiovisuais.

Descrição detalhada da oficina: Nesta oficina, levamos os textos: “Celular na escola: vilão ou aliado pedagógico?” e “A rosa e a borboleta”, cada um com apenas a introdução para que os alunos (em duplas) os complementassem, utilizando argumentos válidos para cada situação. Após a conclusão dessa atividade, cada dupla apresentou suas argumentações oralmente. A turma contribuiu e fez comentários sobre o que cada dupla expôs. Em seguida, mostramos, por meio de projeção, os textos na íntegra, ou seja, completos. Desta maneira, os alunos tiveram a oportunidade de conhecer o suporte e os autores dos textos e como estes se apropriam de determinados conteúdos para sustentar as ideias defendidas no texto.

Avaliação: Com esta atividade, pudemos averiguar a capacidade criativa dos alunos no que diz respeito à construção argumentativa. A leitura dos textos produzidos pelos alunos serviu para verificarmos a fluência linguística.

Vejamos os textos que foram usados para esta oficina:

Texto 12 - Celular e sala de aula

Os celulares na sala de aula têm infernizado a vida de professores, coordenadores e diretores das escolas. Um verdadeiro vício nos fones de ouvido e na facilidade de andar com uma câmera, uma musicoteca, um gravador, um computador e muito mais (em 10 centímetros quadrados) é um dos grandes problemas enfrentados nas salas de aula. Mas o que fazer? (BRASIL ESCOLA, [20--]).

Atividade proposta sobre o texto 12 – Complete o texto empregando argumentos válidos para sustentar a ideia defendida inicialmente.

Vejamos agora o restante do texto original usado durante a oficina:

Os celulares na sala de aula têm infernizado a vida de professores, coordenadores e diretores nas escolas. Um verdadeiro vício nos fones de ouvido e na facilidade de andar com uma câmera, uma musicoteca, um gravador, um computador e muito mais (em 10 centímetros quadrados) é um dos grandes problemas enfrentados nas salas de aula. Mas o que fazer? Combater, abolir, confiscar, proibir? Uma coisa é fato. Não vamos conseguir convencer jovens a não utilizarem seus aparelhos. O aparelho é uma propriedade privada do indivíduo, ou seja, não pode ser confiscado. **Então** se não podemos com o inimigo temos que nos aliar a ele. Toda essa tecnologia comprimida em alguns centímetros quadrados pode servir como excelente ferramenta pedagógica e disciplinar.

Isso mesmo, câmera, gravadores, *bluetooths*, música e internet são ferramentas pedagógicas muito eficazes em muitos tipos de atividades pedagógicas. Gravação de uma aula expositiva, produção de vídeos, montagem de aulas com imagens e fotos. Estudo de músicas. Por exemplo, um professor pode propor o estudo de uma determinada música e para estimular o bom uso dos aparelhos ele passa via *bluetooth* a música para os alunos no início da aula, propõe a análise e orienta e cada um com seu aparelho, pois a maioria tem um, irá ouvir e analisar a música. Outra situação é a pesquisa. Dicionários, Wikipédia e sites são instantaneamente acessados. E por que não os usar a nosso favor. A favor do aprendizado.

Mas então e como usar como questão disciplinar. É simples. Uma das grandes dificuldades é manter alunos, principalmente do ensino fundamental, sentados e em silêncio após uma atividade. Agora se você propor que, após a atividade realizada, eles estarão liberados para ouvirem suas músicas em seus fones, desde que permaneçam sentados e em silêncio, a aceitação será positiva. Além disso, cultive muito sua paciência para gerir esse uso, pois, como sempre, eles tentarão ultrapassar os limites que você impuser.

O fato é que temos que nos adaptar às novas realidades. E o vício tecnológico é uma delas. vamos tentar converter seus efeitos negativos em efeitos positivos. Criar possibilidades. Negociar situações e diminuir conflitos. Tudo é possível. E é também difícil, mas afinal as coisas boas e positivas não são fáceis. (BRASIL ESCOLA, [20--]).

Texto 13 – A rosa e a borboleta

Uma vez uma borboleta se apaixonou por uma linda rosa. A rosa ficou comovida, pois o pó das asas da borboleta formava um maravilhoso desenho em ouro e prata. Assim, quando a borboleta se aproximou voando da rosa e disse que a amava, a rosa ficou coradinha e aceitou o namoro. Depois de um longo noivado e muitas promessas de fidelidade, a borboleta deixou sua amada rosa. Mas ó desgraça! A borboleta só voltou muito tempo depois.

- É isso que você chama fidelidade? – choramingou a rosa. – Faz séculos que você partiu, e além disso você passa o tempo de namoro com todos os tipos de flores. Vi quando você beijou dona Gerânio, vi quando você deu voltinhas na dona Margarida até que dona Abelha chegou e expulsou você... Pena que ela não lhe deu uma boa ferroada! (ESOPO, 2004).

Atividade proposta sobre o texto 13 – Complete o texto empregando argumentos válidos para a defesa da borboleta mediante a acusação da rosa.

Vejamos agora o texto na íntegra:

Uma vez uma borboleta se apaixonou por uma linda rosa. A rosa ficou comovida, pois o pó das asas da borboleta formava um maravilhoso desenho em ouro e prata. Assim, quando a borboleta se aproximou voando da rosa e disse que a amava, a rosa ficou coradinha e aceitou o namoro. Depois de um longo noivado e muitas promessas de fidelidade, a borboleta deixou sua amada rosa. Mas ó desgraça! A borboleta só voltou muito tempo depois.

- É isso que você chama fidelidade? – choramingou a rosa. – Faz séculos que você partiu e, além disso, você passa o tempo de namoro com todos os tipos de flores. Vi quando você beijou dona Gerânio, vi quando você deu voltinhas na dona Margarida até que dona Abelha chegou e expulsou você... Pena que ela não lhe deu uma boa ferroada!

- Fidelidade!?! – riu a borboleta. – Assim que me afastei, vi o senhor Vento beijando você. Depois você deu o maior escândalo com o senhor Zangão e ficou dando trela para todo besourinho que passava por aqui. E ainda vem me falar em fidelidade!

Moral: Não espere fidelidade dos outros se não for fiel também.
(ESOPO, 2004).

Décima Oficina: Elocução formal

Objetivo: Criar roteiros que norteiem e sistematizem o trabalho com a linguagem mais monitorada.

Metodologia: Fichas para orientar uma pesquisa e exposição de trabalhos oralmente.

Descrição detalhada da oficina: Nesta oficina, formamos grupos de cinco alunos e elaboramos roteiros de pesquisa sobre variados subtemas relacionados ao tema maior para o DC. Os subtemas foram: “A internet”, “Redes sociais” e “Malefícios causados pelo uso excessivo de celulares”. Definidos os subtemas, os grupos se reuniram para montar o roteiro em sala de aula. Caso escolhessem um subtema como “A internet”, poderiam desenvolver perguntas, tais como:

- Qual a influência que exerce na vida das pessoas?
- Quais as camadas sociais que atingem?
- Quais pontos negativos podem ser observados no uso excessivo deste veículo?

Para o subtema “Redes Sociais”, poderiam formular as seguintes perguntas:

- As redes sociais influenciam a vida das pessoas? De que maneira?
- Existem pontos positivos e/ou negativos a serem considerados ao usarmos as redes sociais?
- Quais as camadas sociais que são atingidas?

Em relação ao tema “Malefícios causados pelo uso excessivo de celulares”, os seguintes questionamentos poderiam ser surgidos:

- Qual a influência que os celulares exercem na vida das pessoas?
- Quais as camadas sociais que atingem?
- Quais pontos negativos podem ser observados no uso excessivo de aparelhos celulares? Justifique sua resposta usando argumentos formulados por especialistas no assunto.

Ao término da confecção do roteiro de pesquisa, os alunos, em casa, fizeram suas pesquisas e se organizaram para a apresentação que foi realizada em uma aula reservada para esse fim. Os grupos ficaram livres para: a) desenvolverem seu trabalho, podendo elegerem um representante para a apresentação do roteiro e outro para a apresentação da pesquisa que o roteiro gerou; b) dividir a tarefa entre todos os integrantes do grupo.

Durante as apresentações, apesar de deixarmos à disposição dos alunos recursos audiovisuais, quadro branco, revistas, entre outros – necessários para o bom desempenho da atividade –, não os utilizaram em sua maioria, apenas o quadro branco.

Nesta atividade, a professora-pesquisadora auxiliou os alunos durante a elaboração dos roteiros, cuidou para que os trabalhos fluíssem com um mínimo de organização e estimulou os alunos de cada grupo para que todos participassem da atividade como equipes.

Avaliação: As atividades desta oficina foram avaliadas durante a apresentação dos trabalhos nos seguintes critérios: a) o desempenho linguístico; b) a adequação vocabular; c) a consistência discursiva constituída de coerência; d) postura; e) adequação e boa utilização dos recursos audiovisuais para a apresentação.

Décima Primeira Oficina: Argumentação

Objetivo: Trabalhar com a pesquisa de campo (enquete) para subsidiar a fomentação de argumentos.

Metodologia: Produção de enquete e pesquisa na escola.

Descrição detalhada da oficina: Cada grupo de três alunos ficou responsável por fazer uma enquete em cada turma da escola, do sexto ao nono ano, para saber se o corpo discente é a favor ou contra o uso do celular em sala de aula. Uma das equipes ficou responsável por realizar essa enquete também com o corpo docente presente na escola no momento da realização do trabalho.

Vejamos o quadro que foi utilizada pelos alunos durante a enquete:

Quadro 8 - Você é a favor do uso do celular em sala de aula?

TURMAS	Sim	Não		TOTAL

Fonte: A própria autora.

De posse dos resultados, os grupos se reuniram na sala de aula para socializá-los.

Avaliação: Avaliamos o desempenho organizacional dos grupos para a coleta de dados e as conclusões obtidas por meio da enquete.

Décima Segunda Oficina: Argumentação II

Objetivo: Identificar a temática e os posicionamentos defendidos nos textos.

Metodologia: Leitura dos textos, discussão comandada, roda de conversa.

Descrição detalhada: Nesta oficina, levamos três textos sobre o uso do celular em sala de aula: “Celular em sala de aula: uma proibição necessária”, “Como aproveitar o uso do celular em sala de aula?” e uma charge que retrata o argumento levantado por um aluno, justificando a ausência das atividades prontas.

Essas atividades visavam instrumentalizar os alunos para planejarem melhor sua participação no debate final.

Vejamos os textos supracitados e as questões norteadoras que serviram para a discussão comandada

**Texto 14 – Opinião –
Celular em sala de aula: uma proibição necessária**

Atualmente, um assunto que vem despertando a atenção não só da comunidade acadêmica, mas da sociedade como um todo é a proibição do uso de celulares na sala de aula.

A proibição do seu uso em sala de aula é uma medida que se harmoniza com o ambiente em que o estudante está. A sala de aula é um local de aprendizagem, onde o discente deve se esforçar ao máximo para extrair do professor os conhecimentos da matéria. Nesse contexto, o celular é um aparelho que só vem dificultar a relação ensino-aprendizagem, visto que atrapalha não só quem atende, mas todos os que estão ao seu redor.

Um estudo divulgado no mês passado pela *London School of Economics* mostrou que alunos de escolas da Inglaterra que baniram os smartphones melhoraram em até 14% suas notas em exames de avaliação nacional.

O aumento acontece principalmente entre estudantes com conceitos mais baixos. Na faixa etária entre 7 e 11 anos, o banimento ajudou alunos com aproveitamento abaixo de 60% nas provas. Para o resto, não mudou nada.

Segundo os autores do estudo as distrações atingem todo mundo, mas são piores em alunos com celulares. E ainda piores naqueles com notas mais baixas.

O impacto da proibição, diz especialista, é o equivalente a uma hora a mais de aula por semana. O estudo "Tecnologia, distração e desempenho de estudantes" foi feito com 130 mil alunos desde 2001, em 91 escolas de quatro cidades.

Por que banir o uso do celular? Porque ter acesso fácil ao celular faz com o que aluno tenha mais chance de distração, o que pode levar a notas mais baixas; adolescentes ainda não têm maturidade para usar nos momentos apropriados; em ambientes liberados, é muito difícil para o professor monitorar a sala toda; a distração do smartphone é muito pior do que desenhar no caderno, por exemplo, porque o aluno entra em um 'universo paralelo'.

Enfim são inúmeras as razões para proibir o uso de celular nas salas de aula. O Estado de São Paulo, mais uma vez, foi pioneiro nesse assunto e aprovou a lei 12.730 de 2007, de minha autoria, que proíbe o uso de telefone celular nas escolas.

Segundo a Nielsen Ibope, atualmente 15% dos 68 milhões de usuários da internet pelo celular no Brasil têm entre 10 e 17 anos, ou seja, a maioria dos adolescentes. Sendo assim, a fiscalização do uso do aparelho deve ser feita rigorosamente nas escolas pelos professores e diretores de ensino. Mas como esses números de usuários aumentam a cada dia, o momento é de ampliar a fiscalização e cumprir a Lei. (MORANDO, 2015).

Atividade proposta sobre o texto 14 – Se você fosse utilizar esse texto para planejar seu discurso em defesa do não uso de aparelhos de celulares dentro da sala de aula, como o faria? (Redija um breve rascunho de seu planejamento).

Texto 15 - Como aproveitar o uso do celular em sala de aula?

Por Amanda Viegas

O acesso à comunicação e à tecnologia evoluíram muito: atualmente existe um fluxo contínuo de informações que impulsionam uma interação mais efetiva e rápida entre todos. Essas transformações provocaram mudanças profundas de uma geração para outra, sobretudo em relação ao uso de celulares.

Nessa perspectiva, fica claro que somente o quadro, o caderno e a caneta não são mais suficientes para manter os alunos interessados em aprender. Nesse cenário, o uso pedagógico da tecnologia pode muito a contribuir com a motivação dos estudantes. Embora o uso do celular em sala de aula tenha sido por muito tempo inaceitável, tanto pelo corpo docente quanto por lei, hoje o cenário é bem diferente.

A Assembleia Legislativa do estado de São Paulo aprovou, em outubro de 2017, a proposta que permite o uso de celulares em sala de aula. O maior desafio das escolas é aprender a inserir esses aparelhos de forma eficiente e adequada para o melhor desenvolvimento e aproveitamento dos estudantes.

De acordo com a pesquisa TIC Educação de 2016, o celular já faz parte da vida de 93% da população brasileira - incluindo, é claro, muitas crianças e jovens. Por isso, proibir o uso do celular em sala de aula pode não ser uma boa alternativa. Os aplicativos, funcionalidades e facilidades dos

celulares auxiliam no contexto pessoal e também podem ser inseridos no ambiente escolar como prática educacional.

O aparelho celular pode se tornar um rico instrumento de aprendizagem. A maioria dos smartphones atuais possui inúmeros recursos que podem ser utilizados nesse sentido: câmeras, gravador de voz, mapas, além do acesso à internet.

Isso porque estar conectado em sala de aula não significa necessariamente distração e perda de foco. Quando bem direcionada, essa alternativa é também uma maneira de aprender como pesquisar, coletar dados, buscar referências e se inteirar de assuntos atuais em tempo real. Ou seja, a prática pode contribuir para que o aluno acabe se tornando o protagonista do próprio aprendizado. (ADAPTADO DE VIEGAS, 2018).

Atividade proposta sobre o texto 15 – Discuta com seus colegas sobre o que trata os dois textos (14 e 15) e seus respectivos posicionamentos. Socialize oralmente suas conclusões.

Figura 5 – Texto 16



Fonte: Niero (2012).

Atividade proposta sobre o texto 16 – Com base na charge, discuta com seus colegas se o argumento usado pelo aluno convencerá a professora. Socialize sua percepção.

Avaliação: Nesta oficina, avaliamos a percepção dos alunos frente às questões levantadas e discutidas nos textos.

Décima Terceira Oficina: Argumentação II

Objetivos: Levar ao conhecimento dos alunos alguns tipos de argumentos para melhorar a capacidade comunicativa.

Metodologia: Material xerocopiado e socialização de ideias.

Descrição detalhada da oficina: Nesta oficina, apresentamos aos alunos alguns tipos de argumentos que podem ser usados para melhorar a capacidade argumentativa deles. Iniciamos a oficina entregando um material xerocopiado com alguns tipos de argumentos que, eventualmente, podem ser empregados durante um debate oral e em textos escritos também. Em seguida, trouxemos um texto escrito, no qual os alunos destacaram os tipos de argumentos que nele apareciam. Após a execução da atividade, as respostas foram expostas e discutidas por todos os alunos em sala de aula.

Avaliação: Verificamos nesta oficina se os alunos conseguiram apreender os tipos de argumentos apresentados e se conseguiram identificá-los no texto escrito e, conseqüentemente, saber usar essas informações oportunamente no debate conclusivo (DC).

Vejamos os textos utilizados nesta oficina:

Texto 17 – O que é argumentar?

Argumentar não é uma tarefa fácil, pois consiste em convencer os outros da validade das nossas ideias e para tal devemos reunir em nosso repertório linguístico bons argumentos. Algumas teorias nos dão dicas de como argumentar com propriedade, desta maneira recorreremos a alguns usos de argumentos consagrados.

Existem vários tipos de argumentos, mas nos ateremos a apenas alguns que costumamos encontrar em debates políticos, rodas de conversas, artigos de opinião, entre outros. Assim, começaremos pelo **argumento baseado na autoridade** – é quando nos baseamos em vozes de outras pessoas ou instituições para validar nosso ponto de vista, nos revestindo do poder emanado dessas vozes já consagradas pela sociedade e aceitas pela plateia a quem queremos convencer. Podemos usar este tipo de argumento para validar nosso posicionamento ou para refutá-lo. Podemos citar algum *youtuber* famoso, por exemplo, para validar a ideia de que a internet possibilita essa fama repentina ou usar o mesmo exemplo para mostrar que não é todo mundo que consegue ficar famoso com esse veículo de informação.

Outro tipo de argumento que costumamos usar para convencer nossos interlocutores é **argumento do senso comum**. Esses argumentos que habitam o senso comum propagam “verdades” advindas do grupo social no qual está inserida. Quanto mais o grupo propaga tal argumento mais forte e arraigado ele fica e mais difícil de se questionar sobre sua veracidade. Um exemplo simples que vemos no cotidiano é quando alguém diz que meninos vestem azul e meninas vestem rosa, e nem paramos para analisar de onde vem esse preceito. Aceitamos sem questionar apenas porque é um argumento do senso comum, criado por nossa sociedade paternalista.

Outro tipo de argumento que podemos encontrar em nossa sociedade é o **argumento baseado em provas concretas**, recurso bastante usado pelo

jornalismo e mídias em geral. Esse tipo de argumento leva em consideração fatos comprobatórios como estatísticas, dados históricos, fotografias.

Além dos tipos de argumentos citados anteriormente, existe outro **baseado no raciocínio lógico**. Esse tipo de raciocínio é bastante usado na política também, quando em meio a um discurso, um candidato promete acabar com a corrupção, aumentando a fiscalização do uso do dinheiro público nas instituições públicas. Trata-se de uma dedução pelo raciocínio, aumentando a fiscalização, diminui a corrupção. (A PRÓPRIA AUTORA).

Texto 18 – Uso excessivo de celular pode comprometer funcionalidade de neurônios

Os jovens viciados no aparelho apresentaram ainda maior índice de depressão e ansiedade

Nunca se olhou tanto para baixo. Na fila, no parque, na escola, no trabalho, no museu, no ônibus e, perigosamente, no carro, as pessoas parecem só ter um interesse: a tela do smartphone. A ponto de, nos Estados Unidos, um estudo do Pew Research Center ter apontado que 46% da população diz não conseguir viver sem seu celular com acesso à internet. A dependência do gadget, usado menos para fazer ligações do que para ler notícias, interagir nas redes sociais, jogar e assistir a vídeos, tem até nome: nomofobia, o medo de ficar longe do aparelho.

Preocupados principalmente com o impacto disso entre os jovens, que, segundo estudos, são os usuários que passam mais tempo mexendo nos celulares, pesquisadores da Universidade da Coreia em Seul decidiram investigar como essa dependência se dá do ponto de vista da química cerebral. Para tanto, o neurorradiologista Hyung Suk Seo reuniu um grupo de 19 jovens, com média de idade de 15,5 anos e dependência em internet e/ou smartphones diagnosticada, e outro com 19 adolescentes da mesma faixa etária, mas que não sofriam do problema.

Doze dos 19 que não conseguiam viver longe dos aparelhos receberam nove semanas de terapia cognitivo-comportamental, adaptada de um programa desenhado para dependentes em jogos de azar, como parte do estudo. Os pesquisadores utilizaram testes padrão de adicção em tecnologia para medir a severidade do vício. As questões investigavam o quanto a internet e os celulares afetam a rotina diária, a vida social, a produtividade, os sentimentos e os padrões de sono dos jovens. Quanto maior o escore, maior no nível de adicção.

Um dos achados foi que os adolescentes dependentes de celular exibem níveis mais significativos de depressão, ansiedade, insônia e impulsividade, comparados aos que não sofrem do problema. Para medir como isso ocorre no cérebro do ponto de vista fisiológico, os pesquisadores fizeram o exame chamado espectroscopia por RNM, tipo de ressonância magnética que mede a composição química do órgão.

Os participantes foram submetidos a esse método não invasivo antes e depois da terapia cognitivo-comportamental. Já os jovens não adictos em tecnologia foram submetidos ao exame apenas uma vez para medir os níveis de GABA, um neurotransmissor que inibe ou retarda sinais no cérebro, e de Glx, neurotransmissor que torna os GABA está envolvido no controle da visão e da parte motora, além da regulação de várias funções cerebrais, incluindo a ansiedade.

Os resultados da espectroscopia por RNM revelaram que, comparado aos jovens do grupo de controle, os dependentes apresentavam uma razão entre Gaba e Glx muito maior no córtex cingulado anterior, região que, entre

outras coisas, regula as emoções. “Essa associação foi significativamente correlacionada às escalas clínicas de dependência em internet e smartphone, além de depressão e ansiedade”, diz Hyung Suk Seo, que apresentou um trabalho sobre o estudo, ainda não publicado, no congresso anual da Sociedade Radiológica da América do Norte. “Um excesso de GABA pode resultar em vários efeitos colaterais, incluindo ansiedade e sonolência” observa.

“A dependência tecnológica não é um transtorno mental oficial, mas esse termo se refere a um comportamento de adicção em relação a mídias sociais, mandar mensagens em excesso, carregar muita informação, fazer muitas compras on-line, jogar, acessar pornografia on-line, enfim, o uso excessivo do smartphone”, diz Vaghefi. “Enquanto que a minoria se identificou como dependente, acredito que a adicção tecnológica vai aumentar à medida que a própria tecnologia continua a avançar, e os desenvolvedores de gadgets, aplicativos e jogos encontram novas formas de ganhar a atenção dos usuários por longos períodos de tempo”, afirma. (OLIVETO, 2017).

Atividades propostas sobre o **texto 18**:

1. Destaque os tipos de argumentos que aparecem no texto.
2. Com qual intencionalidade esses mesmos argumentos foram usados?
3. Você ficou convencido dos males causados pelo uso excessivo de celulares após ter lido os argumentos levantados pela autora do texto?
4. Digamos que você não foi convencido com os argumentos apresentados no texto. Como você defenderia um ponto de vista contrário?

Décima Quarta Oficina: Debate conclusivo (DC)

Objetivo: Averiguar a desenvoltura dos alunos durante o debate nos seguintes tópicos: como organizaram as ideias, a seleção lexical, a fluência comunicativa, os aspectos do oral público (registro formal), o discurso argumentativo, elementos próprios da oralidade (postura, polidez, troca de turnos) e a prosódia.

Metodologia: Debate e gravação do debate.

Descrição detalhada da oficina: Como oficina conclusiva, solicitamos aos alunos do primeiro debate que realizassem um novo debate com o tema “O celular em sala de aula” para apreciação e gravação do evento comunicativo. A sala de aula foi organizada da mesma maneira como aconteceu na realização do DP. Ao longo da realização do DC, os alunos que fizeram parte da plateia (auditório) avaliaram oralmente o debate conclusivo, verificando os seguintes aspectos:

- a) Qualidade da voz, velocidade, tonicidade, entre outros;
- b) Troca de turnos;
- c) Polidez;
- d) Qualidade dos argumentos elencados em defesa da tese proposta;

e) Monitoramento estilístico (adequação vocabular) e uso do registro formal nas elocuições dos alunos debatedores no decorrer do DC.

Avaliação: O DC possibilitou a verificação da apropriação, por parte dos alunos, dos conceitos apresentados durante as oficinas anteriores. Desta maneira, esta proposta final de trabalho serviu para sabermos se algumas perguntas feitas no início deste trabalho foram respondidas, a saber:

- O gênero debate pode ajudar o aluno a organizar melhor suas ideias em torno de determinado assunto, aumentando assim a sua competência comunicativa?
- Ao fazer uso de trabalhos voltados para a modalidade falada, o aluno melhorará seu desempenho linguístico e discursivo também na modalidade escrita da língua?
- Os gêneros orais públicos, em especial, o gênero debate, se constituem como ferramentas indispensáveis para ampliação dos conhecimentos linguísticos, adequação vocabular, autonomia argumentativa, organização de ideias, sociabilização e interação dos usos linguísticos?

5.4 Normas para transcrição

Já que o nosso trabalho será constituído de análise da transcrição de dois debates orais, sendo um diagnóstico (debate piloto- DP) e o segundo (debate conclusivo- DC) para análise final, convém estabelecermos critérios para a transcrição com o intuito de obtermos melhor aproveitamento do material coletado. Marcuschi (2008, p. 9) afirma que “não existe a melhor transcrição”. Sendo assim, cabe ao analista verificar o que é mais relevante para a sua pesquisa, de maneira a seguir um parâmetro que favoreça essa análise.

Considerando a posição desse autor, faremos nossas transcrições seguindo um parâmetro já utilizado pelo próprio Marcuschi e outros autores que seguem a mesma linha de pesquisa, como Preti (1999, 2008), Urbano (1999), Galembeck (1999) e Aquino (2008).

Quadro 9 – Sinais para transcrição

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLOS
Incompreensão das palavras	()	do nível de renda... () Nível de renda nominal...
Hipóteses do que se ouviu	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	/	e comé/ e reinicia
Entonação enfática	Maiúscula	porque AS pessoas retêm moeda
Prolongamento de vogal e consoante (como s, r)	:: podendo aumentar para ::: ou mais	ao emprestarem os...éh:::...o dinheiro
Silabação	-	por motivo tran- sa- ção
Interrogação	?	e o Banco... Central...certo?
Qualquer pausa	...	são três motivos... ou três razões...que fazem com que se retenha moeda...existe uma...retenção
Comentários descritivos do transcritor	((minúsculas))	((tossiu))
Comentários que quebram a sequência temática da exposição; desvio temático	-- --	...a demanda de moeda-- vamos dar essa notação -- Demanda de moeda por motivo
Superposição, simultaneidade de vozes	Ligando as [linhas	A. A casa da sua irmã B [sexta-feira? A. fizeram lá B. [cozinham lá?
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no início, por exemplo.	(...)	(...) nós vimos que existem...
Citações literais ou leituras de textos, durante a gravação.	“ ”	Pedro Lima... ah escreve na ocasião... “o cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma barreira entre nós”

Fonte: Projeto NURC/SP. In: Preti (2008, p. 17-18).

6 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO

Nesta seção serão discutidos os dados obtidos a partir do questionário (APÊNDICE C, p. 154) aplicado junto aos alunos participantes, das oficinas realizadas e das transcrições da gravação do DP e do DC. As apreciações feitas pela professora durante o desenvolvimento das oficinas também serão relatadas caso a pesquisadora julgue pertinente e relevante para o desenvolvimento do trabalho.

6.1 Análise do questionário aplicado aos participantes da pesquisa

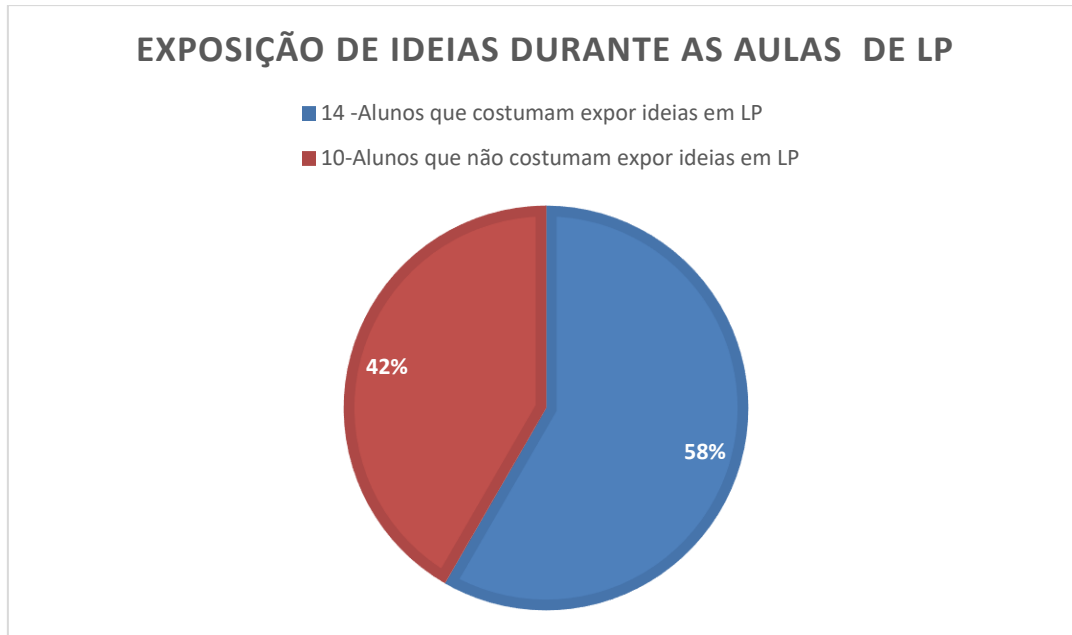
O questionário (APÊNDICE C, p. 153) foi entregue a trinta alunos, porém só vinte e quatro alunos responderam-no. Esse questionário revelou uma realidade que a pesquisadora já conhecia: a maioria dos participantes são advindos de outros bairros e uma minoria reside no bairro onde está localizada a instituição pesquisada. Todos são representantes da classe média baixa. Um grande número de participantes declarou desconhecer sua renda familiar.

Todos declararam ter acesso à internet, seja por meio de computador ou do próprio celular. No entanto, usam essa ferramenta para entretenimento e bem pouco para pesquisas escolares.

Não costumam falar em público em seus círculos de convivência, mas se declaram falantes (uso da fala espontânea), sem preocupação com a monitoração linguística diante de autoridades como a diretora e a vice-diretora.

A **questão de número um** versava a respeito de: Você costuma expor suas ideias nas aulas de Língua Portuguesa? Sim () Não (). Nessa questão, 14 alunos responderam que se manifestam durante as aulas de LP e 10 alunos responderam que não se manifestam. É o que podemos visualizar por meio do gráfico a seguir:

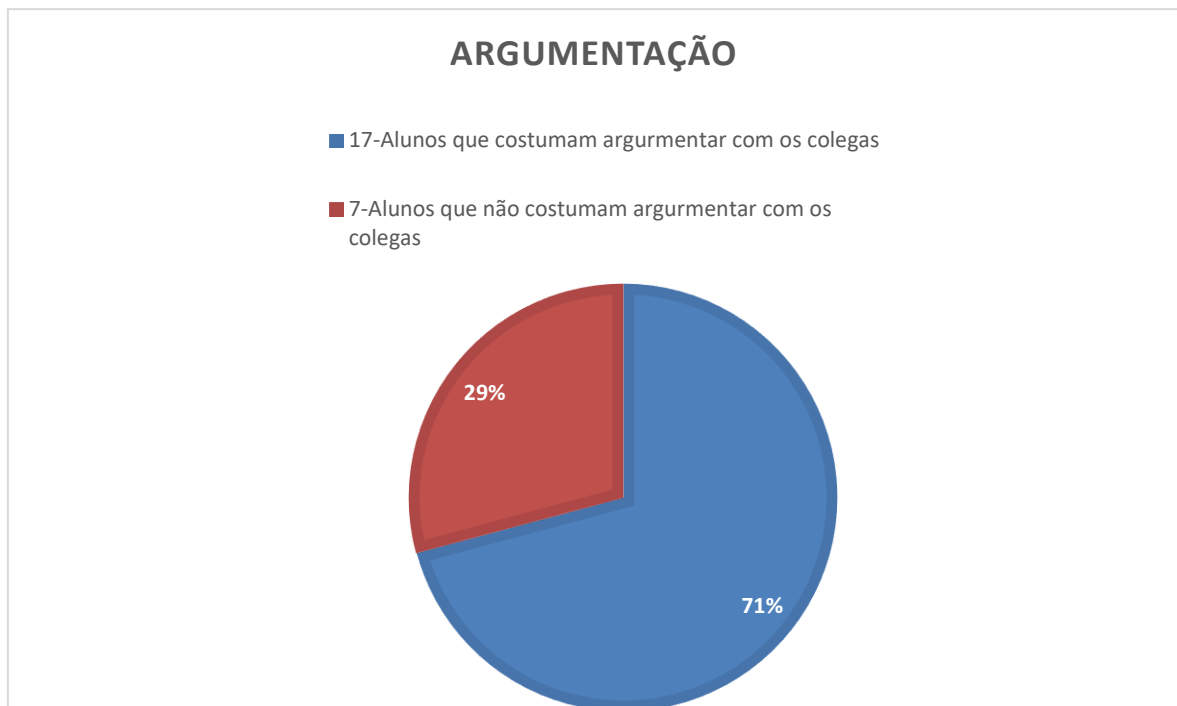
Gráfico 1 –Exposição de ideias durante as aulas de Língua Portuguesa



Fonte: A própria autora.

Um número expressivo de alunos costuma expor o pensamento durante as aulas de LP, ou seja, 58%. No entanto, devemos levar em consideração que 42% do total de entrevistados não devem ser ignorados, pois são esses, provavelmente, os que requerem maior atenção ao tratarmos das questões próprias da oralidade. Talvez alguns alunos desse expressivo número tenham sofrido preconceito por parte dos colegas durante uma exposição oral ou tenham dificuldade em falar em público devido à timidez. São questões que devem ser olhadas pelo professor de maneira a entender o que está acontecendo com esses alunos que, de alguma maneira, sentem-se constrangidos em apresentar-se de maneira formal e até em momentos espontâneos da aula.

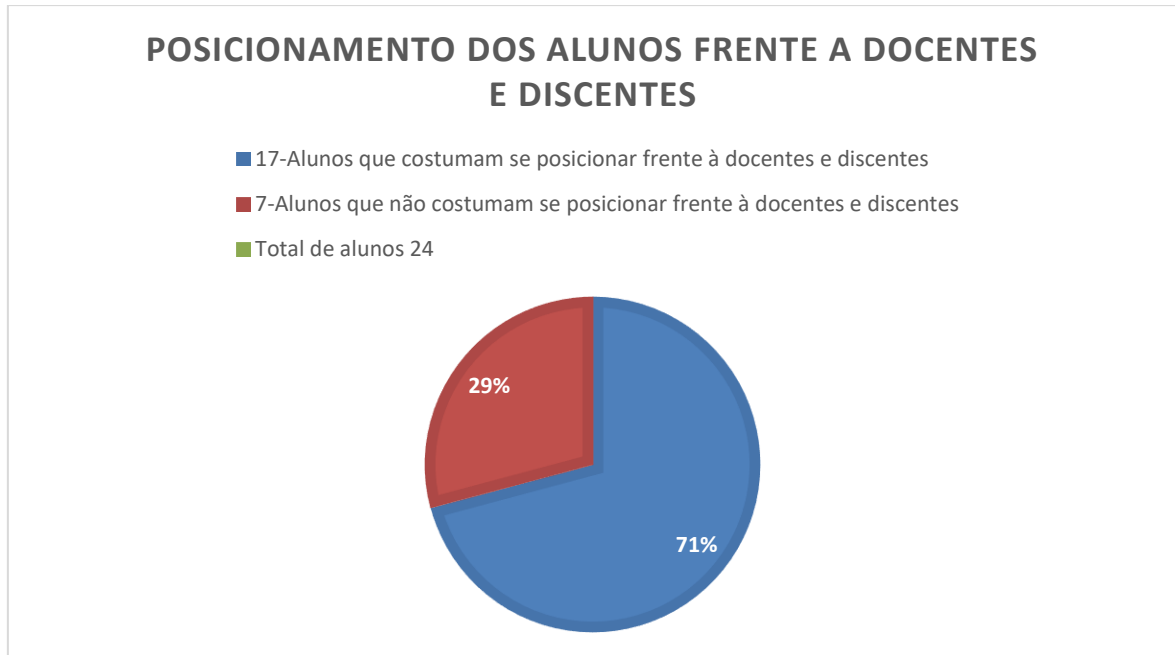
Na **questão de número dois**, seguimos o mesmo propósito da questão anterior para saber sobre as manifestações de ideias e defesa de posicionamentos dos alunos diante de seus pares. Vejamos a questão: Você costuma argumentar ou contra argumentar com os colegas defendendo seu ponto de vista sobre determinado assunto? Sim () Não (). Os resultados estão no gráfico seguinte:

Gráfico 2 - A argumentação

Fonte: A própria autora.

Em comparação ao gráfico anterior, percebemos que os alunos se sentem mais desinibidos para conversarem com seus colegas, desenvolvendo sua argumentação. É o que nos mostra os 71% dos entrevistados. Acreditamos que os alunos responderam dessa maneira porque estavam levando em consideração todos os momentos de conversa: as formais e as informais. O restante da turma, ou seja, 29%, que responderam não estarem acostumados a argumentar com os colegas, também merecem atenção porque não sabemos quais os reais motivos pelos quais esses alunos não querem emitir determinada opinião durante uma conversa, mesmo de cunho informal.

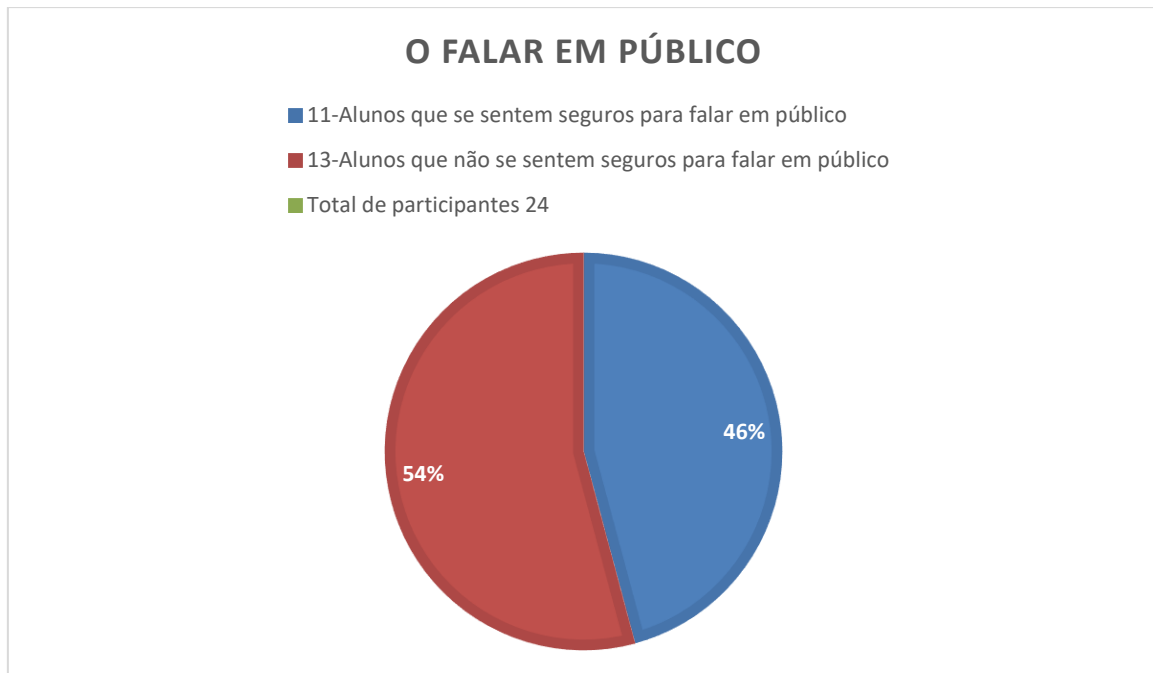
A **terceira pergunta** pertence a mesma linha de raciocínio das duas outras perguntas já mencionadas. Vejamos a pergunta: Você costuma questionar com colegas e/ou professores quando não concorda com o que ouviu sobre determinado assunto? Sim () Não (). Observemos os resultados no gráfico três:

Gráfico 3 – Posicionamento dos alunos frente a interlocutores

Fonte: A própria autora.

Nesse gráfico, o número de alunos que costumam se posicionar frente a docentes e discentes é bastante expressivo: 71%. A maioria dos alunos não perde a oportunidade de expor seu posicionamento, questionando sobre ideias das quais discordam. Isso é muito produtivo, principalmente, porque o nosso trabalho com o debate regrado exigirá do participante que ele tenha ideias relevantes e se posicione a todo instante, contrapondo as ideias de seus colegas, de maneira educada, levando em consideração as regras estabelecidas.

Dentre as questões que compunham o questionário aplicado aos alunos, é relevante destacarmos algumas questões em especial, como por exemplo, a de **número quatro**: Você se sente seguro para falar em público? Sobre essa questão, verifiquemos os resultados no gráfico apresentado a seguir:

Gráfico 4- Segurança ao falar em público

Fonte: A própria autora.

Como é possível observar pelos dados expressos no gráfico, do número de alunos entrevistados, 46%, ou seja, onze alunos se sentem seguros para falar em público. Treze estudantes (54%) não se sentem confiáveis para essa tarefa.

Nesta primeira checagem, é possível perceber que nossos alunos da rede pública não têm o hábito de participarem de eventos dessa natureza, e ao que parece a escola não tem trabalhado com a modalidade oral pública de maneira sistemática. É o que nos sugerem Dolz e Schneuwly (2013, p. 66): “o ensino da comunicação oral e escrita pode e deve acontecer de forma sistemática levando em consideração o uso de gêneros para ampliar a possibilidade de aumentar a competência comunicativa dos alunos.”

Em relação à participação de apresentações juntamente com jogos ou seminários, a **questão de número cinco** aludiu a esse respeito. O que objetivávamos saber era se o aluno era participativo e usava a elocução formal, pois a maioria dos eventos citados na pergunta exigem do participante uma elocução formal. Vejamos a pergunta: Já participou de apresentações, seminários, jogos, dentro da escola, ou fora dela? Sim () Não (). As respostas compuseram o gráfico a seguir:

Gráfico 5 – Participação em eventos comunicativos internos e externos a escola



Fonte: A própria autora.

Como a pergunta era ampla, enumerando apresentações de toda natureza como jogos, dentre outros, causou-nos estranheza um número expressivo de 42% dos alunos responderem que não costumavam participar desses eventos. Mais uma vez, esses dados nos revelam que realmente se faz emergencial um trabalho voltado para a oralidade dentro de nossas escolas.

As informações obtidas na **questão de número seis** confirmam a realidade já encontrada pela questão número quatro. Lembramos que a questão de número seis perguntava se os alunos já participaram de debates na escola ou fora dela. Vejamos o gráfico:

Gráfico 6 – Participação em evento comunicativo (debates)

Fonte: A própria autora.

Esses dados nos mostram que os alunos não têm o hábito de participar de debates no âmbito escolar. Dentre os sete alunos que responderam já terem participado desse evento de comunicação, esclareceram que os temas versavam sobre questões, especificamente, políticas na aula de geografia. O gráfico seis nos revela que a elocução formal por meio de gêneros orais, e aqui representado pelo debate, não é bem usado na escola, pois a pergunta “Já participou de algum debate na escola ou fora dela?” não especifica o tipo de debate. A pergunta refere-se a qualquer debate que suscitasse movimentação comunicativa em situações reais de uso para discutir temas que necessitam de reflexão dentro de um debate regrado ou temas que necessitam serem confrontados em prol de se tomar uma decisão (debate deliberativo). Salientamos que dos trinta alunos participantes da pesquisa, apenas vinte e quatro responderam ao questionário e desses vinte e quatro, apenas sete, ou seja, 29% dos entrevistados havia participado de algum tipo de debate.

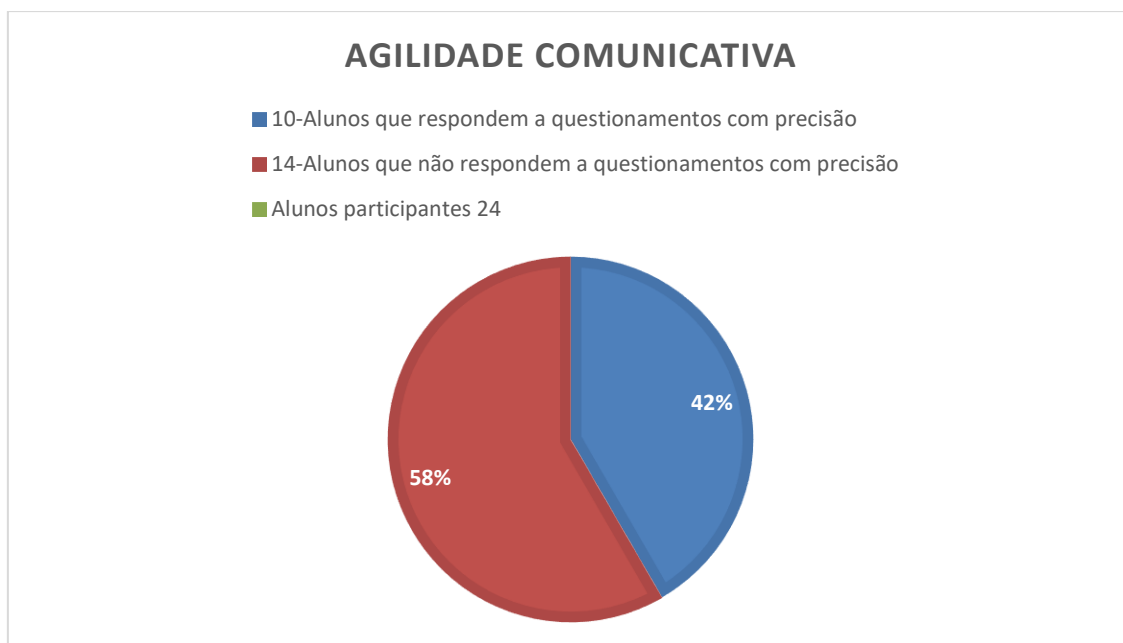
Esses dados nos fazem refletir sobre o porquê de haver tão pouca participação dos alunos em eventos comunicativos de elocução formal dentro e fora da escola. Será que nossos alunos não estão tendo a oportunidade de participar desses eventos porque eles não são trabalhados nas aulas de LP? Ou será que os eventos têm acontecido, porém são poucos os alunos que se aventuram a falar ou a se preparar para falar em público? Uma pesquisa feita por Lago (2012) revelou que a maioria dos alunos encaminhados ao consultório de um fonoaudiólogo,

diagnosticados pela escola com “problemas de linguagem”, na realidade, ao se visitar as escolas de alguns desses mesmos alunos, a pesquisadora constatou que os problemas eram apenas as variações linguísticas desses falantes, e que alguns professores e diretores desconheciam a variação de seus alunos ou não a consideravam em seus planejamentos.

A variação linguística em nossa escola ainda parece se configurar como um problema na hora do planejamento dos profissionais que a acompanham, e isso impede que alunos ousem a falar em público e tentar falar formalmente com medo de serem cerceados pelos professores em suas falas.

Outra avaliação que podemos fazer é a questão de o gênero debate estar sendo pouco usado nas práticas educativas, apesar de a nossa legislação contemplar e exigir que os currículos adotados sejam norteados pelo “eixo da oralidade” (BRASIL, 2017, p. 76). Esse eixo vai compor as práticas educativas, juntamente com os demais eixos, para formar o aluno dentro de uma educação integral, ou seja, formar o cidadão para atuar na sociedade como protagonista dentro de sua própria aprendizagem, como um ser pensante e atuante. É o aprender o que dizer, de que maneira dizer, para quem dizer, considerando o contexto situacional.

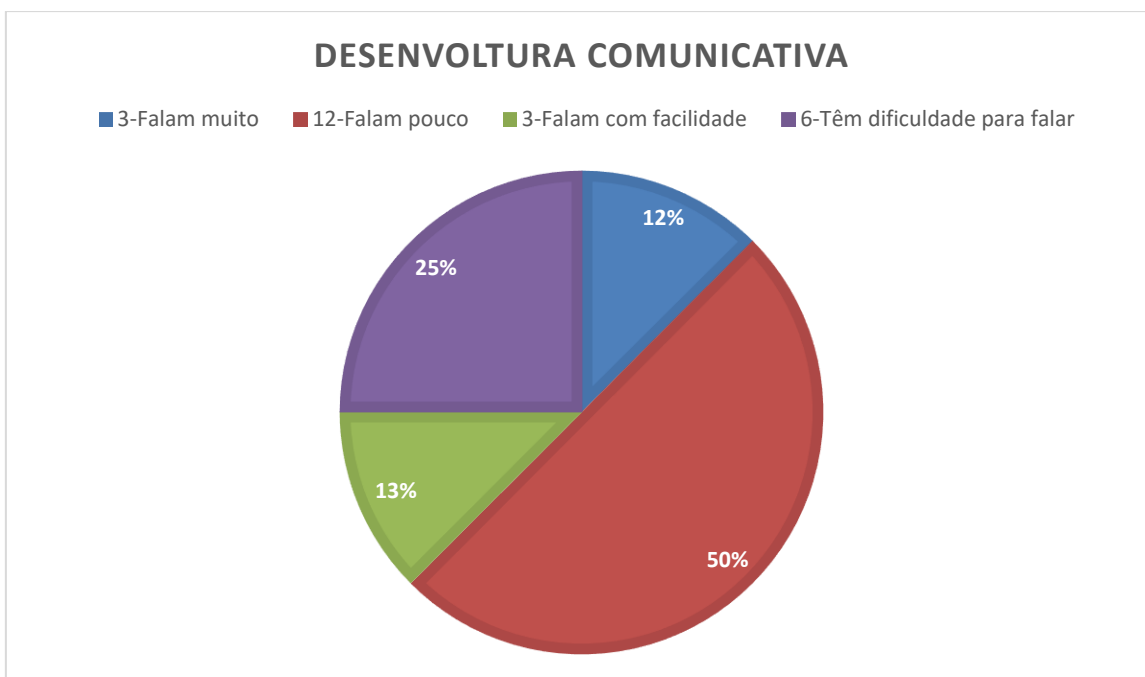
A **questão sete** do questionário versava sobre a agilidade dos alunos ao responderem perguntas feitas pelo professor, isto é, queríamos saber sobre a capacidade cognitiva e a desenvoltura linguística dos alunos no momento de responderem aos questionamentos em sala de aula. Vejamos a pergunta: Quando o professor faz alguma pergunta a você, você consegue responder sem demora e com precisão? Essa questão resultou no seguinte gráfico:

Gráfico 7 – Agilidade comunicativa em processos interlocutórios

Fonte: A própria autora.

Conforme os dados obtidos no gráfico sete, entendemos que um número considerável de alunos, 58%, não têm o hábito de responderem a questionamentos feitos pelo professor em sala de aula, talvez devido à falta de prática e desvalorização da voz. Na maioria das vezes, os alunos não costumam participar ativamente das aulas porque são poucos os eventos que priorizam e que dão voz aos discentes.

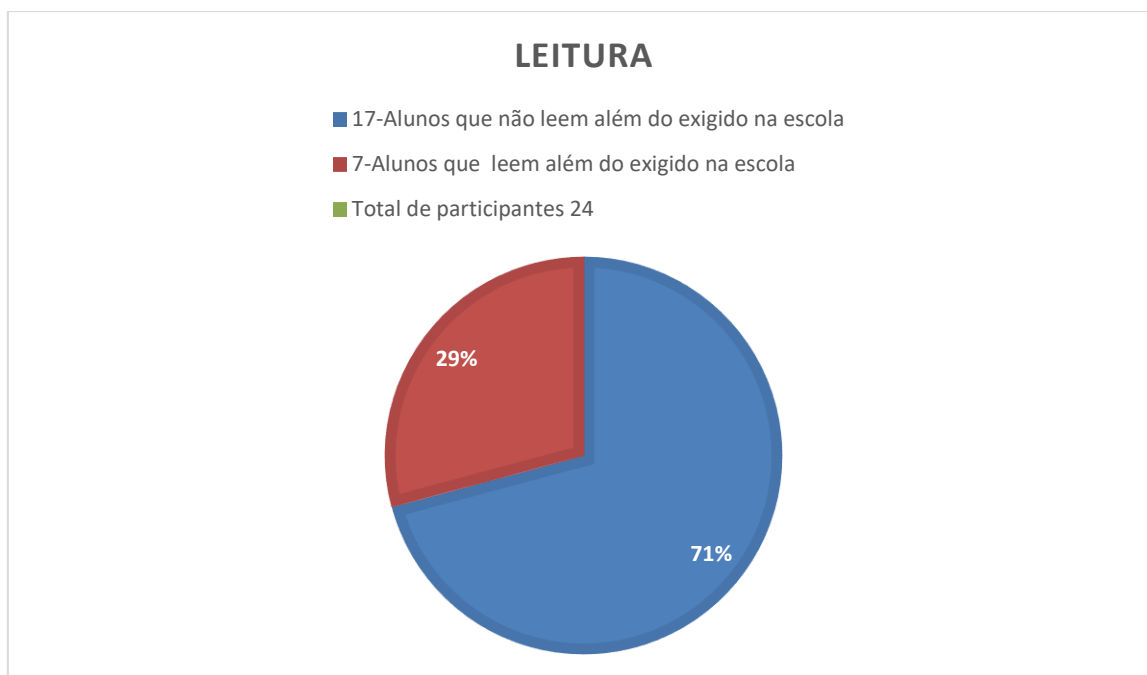
Na **questão de número oito** almejávamos saber sobre a desenvoltura do aluno quando em situação de apresentação: se falava muito, pouco, ou se falava com dificuldades, com facilidade. Os resultados foram colocados no gráfico a seguir:

Gráfico 8 – Desenvoltura durante uma atividade oral

Fonte: A própria autora.

Os números mostram que durante as apresentações orais os alunos costumam falar pouco, ou seja, 50% deles, conforme avaliação dos próprios alunos, seguidos por 25% de alunos que mostram dificuldade para falar durante uma atividade oral. Estas duas porcentagens somadas, mostram que os alunos têm muita dificuldade para falar ou expor suas ideias em atividades orais, é um dado que deve ser considerado porque o nosso trabalho será desenvolvido, tendo como objeto de ensino, o debate regrado, um gênero oral que necessita de alunos falantes e bem preparados para sua realização.

Outra questão que aparece latente no questionário, **questão nove**, versa sobre leitura, pois os alunos ainda não desenvolveram uma prática de leitura além do que é minimamente exigido pela e na escola, e às vezes, esse mínimo nem é cumprido pelos alunos. É o que podemos observar nas respostas dadas pelos entrevistados no gráfico que se segue:

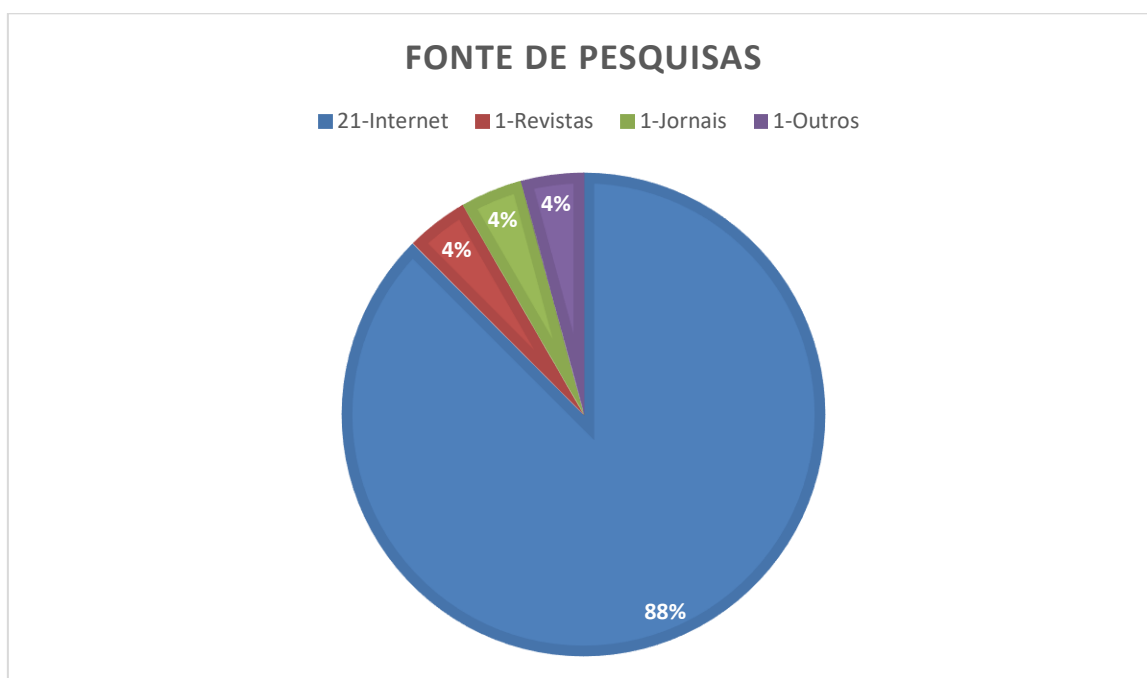
Gráfico 9 – Prática da leitura

Fonte: A própria autora.

O que podemos observar nos dados expostos pelo gráfico é que nossos alunos realmente não têm a prática de ler além do que se pede na escola. Somente 29% o fazem, ou seja, apenas sete dos vinte e quatro alunos entrevistados costumam fazer outras leituras além das solicitadas por seus professores. Esse fenômeno talvez se explique devido à falta de atenção dada à leitura domiciliar, oriunda de uma deficitária cultura de leitura, na qual outras preocupações como: o uso do celular para jogos e visitas as redes sociais são priorizadas. Mais uma vez, verificamos a importância da escola na vida desses alunos que têm nesse espaço a oportunidade de ampliar seus conhecimentos de mundo e de ter acesso à norma de maior prestígio social por meio da leitura.

A leitura é um auxiliar determinante para o sucesso de nosso ensino em qualquer área do conhecimento. Ela nos possibilita alcançar determinado conhecimento concernente às práticas de letramentos. Destarte, se o aluno não tem o hábito de leitura, fica mais difícil para esse aluno acompanhar as demandas inerentes às práticas educativas. Essa constatação se configura como um elemento complicador, principalmente quando se pensa em pesquisas para a preparação dos constituintes dos debates que serão realizados durante a intervenção própria deste trabalho.

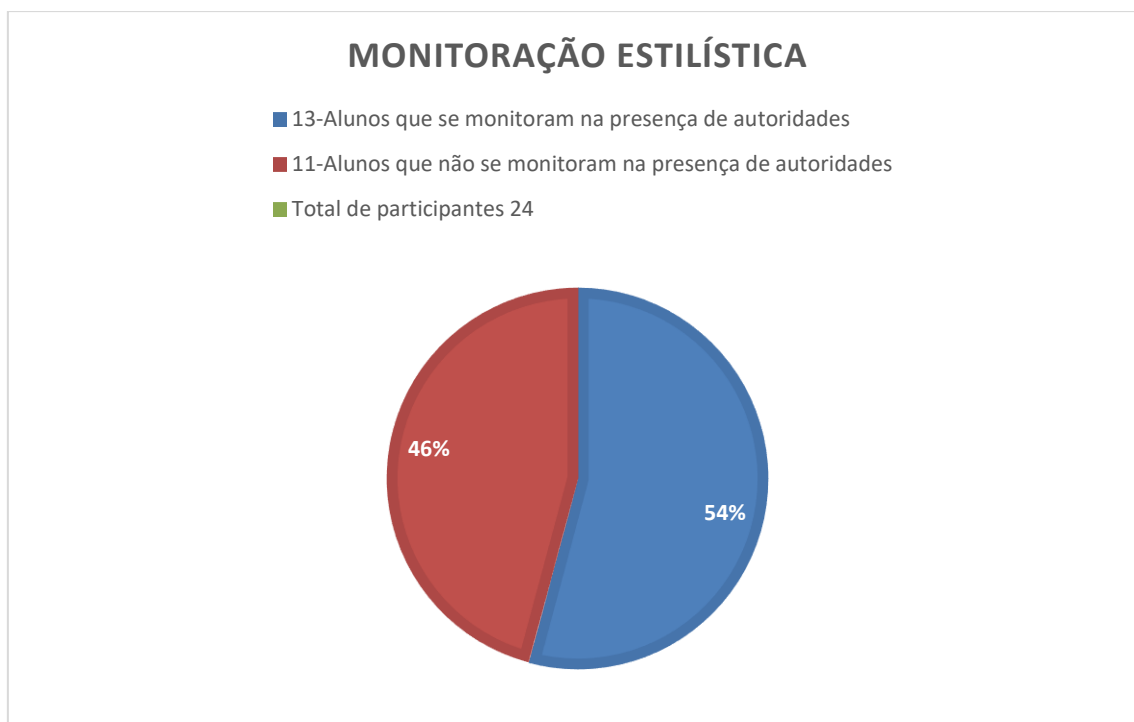
Em relação às pesquisas feitas pelos alunos e às fontes pesquisadas, elaboramos a **questão dez** para saber quais as fontes mais usadas por eles durante uma pesquisa. É o que identificaremos no gráfico a seguir:

Gráfico 10 – A origem das pesquisas

Fonte: A própria autora.

Ficou evidente que a fonte mais usada pelos alunos para pesquisas escolares ou de outra natureza é a internet, apontada por 88% dos entrevistados.

Em relação à monitoração de fala, isto é, o falar cuidado mediante situações que o exijam como, por exemplo, fazer uma solicitação para uma autoridade escolar (diretor, vice-diretor) – tema da **questão onze** –, 50% dos entrevistados responderam que se preocupavam em mudar seu estilo de falar sendo mais cuidadoso com as palavras. É o que nos demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 11: Monitoração estilística

Fonte: A própria autora.

Com base nesse gráfico, percebemos que um pouco mais da metade dos entrevistados se preocupa em falar de maneira mais cuidada. O restante dos entrevistados, ou seja, onze alunos, não percebem essa necessidade de monitorarem-se em situações de uso que exijam oralidade mais formal ou o oral público. Considerando essa realidade, entendemos que é um desafio que deve ser assumido pela escola e que já está normatizado pela legislação vigente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), quando essa menciona as competências que o aluno deve adquirir por meio da língua portuguesa: “Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequada à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual.” (BRASIL, 2017, p. 85). Portanto, cabe aos profissionais da área criar condições para que o educando se conscientize da necessidade de monitorar-se em contextos sociais nos quais se exija um falar mais elaborado, não menosprezando as variedades da fala usadas em contextos espontâneos. Com o propósito de que essa competência seja adquirida, a BNCC recomenda ser usado como objeto de estudo os gêneros orais ou escritos. Para cada gênero que estudamos encontramos uma linguagem adequada, exigida para a consolidação dos conhecimentos, levando em consideração o estilo, o conteúdo composicional e o meio no qual aquele gênero circula.

Acreditamos que um trabalho com os gêneros orais, em especial com os gêneros orais públicos, viabilizará uma dinamização dentro da sala de aula, pois essa opção pode contribuir para uma aprendizagem mais significativa. Desta maneira, o aluno sai de uma posição de interlocutor e passa a ser locutor, lembrando que essa mudança de postura requer do aluno mais responsabilidades e maior engajamento durante as aulas. Esse novo comportamento uma vez assumido pelo aluno, exigirá que ele participe mais efetivamente do processo ensino-aprendizagem, tornando-se protagonista desse processo, auxiliado por seu professor.

6.2 Análise das oficinas realizadas com os alunos

Primeira oficina

No decorrer da aplicação da primeira oficina, após a explicação do que iria ser feito, foi lembrado aos alunos que aquela oficina almejava saber o que eles conheciam sobre falar em público, como deveriam proceder mediante uma comunicação para determinado público, dando atenção à qualidade da voz, à velocidade e à tonicidade, durante a recitação de poemas.

Para iniciarmos a interação, fizemos os seguintes questionamentos:

- Você costuma argumentar ou contra-argumentar com os colegas, defendendo seu ponto de vista sobre determinado assunto?
- Você se sente seguro para falar em público?
- Já participou de apresentações, seminários, jogos, dentro da escola ou fora dela?
- Já participou de algum debate na escola ou fora dela?

Em relação ao primeiro questionamento, a grande maioria foi unânime em afirmar que costumava argumentar e defender suas ideias veementemente. Os que não se manifestaram verbalmente, demonstravam concordância com os que se manifestaram positivamente, por meio de movimentos de cabeça afirmativos (apesar de essa turma ser bastante participativa, temos alguns alunos que não costumam se expressar verbalmente devido à timidez ou, em alguns momentos, à falta de interesse).

Quando perguntamos se a turma se sentia segura para falar em público, houve uma hesitação ruidosa na sala, porém muitos alunos afirmaram que não viam problemas ao falar em público. Diferente da pergunta inicial, os alunos que não se manifestaram, desta vez, não se expressaram gestualmente em favor ou contra o que havíamos perguntado.

Quanto à participação dos alunos em jogos, seminários, dentro ou fora da escola, os alunos responderam que costumavam participar de eventos dessa natureza, principalmente nos espaços religiosos dos quais faziam parte. A pergunta seguinte que versava sobre a participação

dos alunos em debates na escola ou fora dela, os alunos afirmaram que participaram em debates nas aulas de geografia e pouquíssimos debates fora da escola, restringindo-se a debates de fórum familiar e nos eventos promovidos nas comunidades religiosas das quais faziam parte.

Após essa sondagem inicial e depois de explanarmos sobre a importância de sabermos falar em público de modo a prender a atenção de quem nos ouve com uma elocução audível e com um tema apropriado ao público a que se destina, pedimos para um aluno mais dinâmico que viesse à frente da turma para ler o “Poema sete faces” de Carlos Drummond Andrade, primeiramente com a voz mais baixa, e, em seguida, de forma mais audível. Aproveitamos a leitura desse primeiro poema para chamar a atenção dos alunos sobre os vários aspectos que compõem uma leitura de poemas como, por exemplo, a qualidade da voz. Explicamos que se o locutor não conhecer bem o texto e não fizer uma leitura prévia dele, pode ocorrer tropeços durante a leitura, e foi o que aconteceu na leitura dos poemas “Soneto de felicidade” de Vinícius de Moraes, “Amar” de Carlos Drummond de Andrade. No decurso da leitura dos poemas supracitados, os alunos vieram à frente da sala e realizaram a leitura dos poemas de maneira aparentemente tranquila, porém alguns relataram que se sentiram nervosos em relação à leitura. Notadamente, percebemos em algumas leituras certos tropeços na pronúncia (ortoépia); o tom, às vezes, era baixo, fato ocorrido mais de uma vez. Solicitamos a esses estudantes que repetissem a leitura de alguns poemas, tentando fazer as correções para uma leitura harmonicamente melodiosa.

No tocante à postura, todos sentiram dificuldades em projetar-se com desenvoltura e elegância durante as apresentações. Alguns alunos tentavam ficar encostados no quadro, outros começavam a leitura e iam pedindo para repetir de onde haviam parado.

A qualidade da voz saiu destoada em duas leituras, talvez isso se explique devido ao nervosismo de terem que ler em frente à turma, fato que confirmamos após as apresentações, quando alguns alunos vieram justificar as dificuldades durante a leitura, creditando as falhas ao nervosismo. É o que percebemos em relação à velocidade da voz que dita o ritmo ao longo da leitura, sendo um elemento prosódico muito importante nessas apresentações.

Posteriormente levamos os alunos para a sala de vídeo, local onde houve a exibição dos mesmos poemas em recurso audiovisual para que eles percebessem como se faz uma leitura condizente com o gênero e com o espaço a que ele se destina, ou seja, com uma elocução para um público definido dentro de um determinado contexto social.

Segunda oficina

Na segunda oficina, objetivávamos levar os alunos a conhecerem a noção de turnos de fala, polidez e tópico discursivo. Iniciamos a oficina projetando o texto 4 no *Datashow*, “Transcrição de parte do debate realizado pela TV Globo com os candidatos à Prefeito de São Paulo: José Serra e Fernando Haddad, na noite de sexta-feira, 26/10/2012”. Solicitamos a dois alunos que fizessem o papel de debatedores, lendo o que cada candidato defendia. Após a leitura, explicamos sobre os constituintes do gênero, como eram as trocas de turno, a maneira como os participantes se expressavam e se tratavam, e a troca de tópicos discursivos, além do destaque às regras que compõem um debate regrado, o papel do moderador e dos debatedores como também o papel e a importância da plateia.

O que observamos é que durante a leitura interpretativa dos alunos que se colocaram no papel de debatedores do debate televisivo, a entonação, em alguns momentos, beirava uma certa agressividade, talvez, isso se explique devido a esse tipo de debate suscitar um espírito mais exaltado próprio dos debates políticos especificamente.

Apesar dos esforços dos alunos debatedores se empenharem em dar veracidade à leitura, os demais alunos não se interessaram pela leitura e as explicações dos aspectos que compunham o debate televisivo. Mesmo com a falta de interesse da maioria dos alunos, explicamos como aconteciam as trocas de turno dentro de um debate, lembrando que essas trocas são feitas pelo mediador que está lá para organizar e administrar eventuais conflitos. Além disso, é muito importante que os debatedores entendam as regras de qualquer debate e use de polidez em suas elocuições mesmo que essas sejam incisivas. Lembramos também que as trocas de tópicos discursivos podem ser feitas tanto pelo moderador quanto pelos debatedores, que durante a defesa de um ponto de vista pode provocar seu opositor, questionando sobre um fato que ainda não foi mencionado e que não faz parte do tema (sorteado) proposto inicialmente pelo moderador em debates eleitorais.

Na sequência das ações propostas para esta oficina, começamos dividindo a sala em grupos. A proposta inicial era para que fossem grupos de cinco alunos, porém acatamos as sugestões dos alunos que se agruparam em dois grupos apenas, compondo um grupo de seis alunos e outro grupo de sete alunos (neste dia havia poucos alunos em sala). Solicitamos aos alunos que cada componente do grupo iniciasse um diálogo (com contexto e que fizesse sentido), com a primeira letra do alfabeto e passasse seu turno de fala para o aluno subsequente, ou seja, o que estava à sua direita. Esse, por sua vez, daria continuidade ao diálogo iniciando-o com a segunda letra do alfabeto e assim sucessivamente, até que todos do grupo tivessem a oportunidade de falar respeitando a vez de seu colega. Explicamos que o tópico conversacional

deveria ser criado na hora do diálogo e poderia ser mudado por qualquer um dos participantes durante a troca de turnos.

Durante o jogo “dialogando com o amigo”, percebemos que os alunos se empenharam bastante, demonstrando interesse. Os grupos pediram um tempo para se organizar, traçaram estratégias, alguns alunos líderes dentro de seus grupos enumeraram quais alunos falariam em ordem alfabética, todo tipo de estratégia foi usado na organização do jogo que levou mais de quarenta minutos. Prontos os grupos, iniciaram o jogo e fizeram duas rodadas de conversação. Houve deslize na concatenação de ideias e na sequência alfabética em um dos grupos. Em outro grupo, houve a precipitação e trocas de ordem de falantes. Um dos grupos montou a rodada de conversa falando sobre a escola, sentença como: “A escola é um lugar bom”, “basta ficarmos atentos ao que se fala na aula.” Assim, prosseguiu a conversação. O outro grupo preferiu falar do tema aborto, talvez porque havíamos comentado no início das oficinas que este tema seria trabalhado. Chegamos à conclusão de que os grupos haviam empatado em número de equívocos. Explicamos aos alunos que o mais importante havia sido alcançado, ou seja, a escuta do outro, e o saber ouvir e estar atento às trocas de turnos, sabendo que se não estivermos preparados para ouvir, possivelmente não estaremos preparados para falar, principalmente em situações formais de elocução.

Outro aspecto analisado é o princípio “fale um de cada vez” já mencionado por Marcuschi (2008a, p. 19) e Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 45). O jogo propiciou a vivência desse princípio, pois, se houvesse sobreposições de falas, os grupos perderiam pontos. Além disso, atende às cinco características básicas constitutivas da organização elementar da conversação, já postulada por Marcuschi (2008a, p. 15), a saber: a) interação entre pelo menos dois falantes; b) ocorrência de pelo menos uma troca de falantes; c) presença de uma sequência de ações coordenadas; d) execução numa identidade temporal; e) envolvimento numa “interação centrada”, o que realmente aconteceu em todos os grupos.

A interação foi total e envolveu todos os participantes, o que nos levou a avaliar positivamente a oficina na qual todos os objetivos propostos foram alcançados.

Quanto à polidez, orientamos os grupos que, no decorrer do jogo, as colocações respeitassem esse aspecto que deve fazer parte de qualquer elocução em situação controlada, principalmente quando os alunos estivessem desenvolvendo o debate ou nas apresentações de seminários, em entrevistas e durante as enquetes nas próximas oficinas. Esta oficina foi desenvolvida em duas aulas geminadas, como havíamos previsto.

Terceira oficina

Na terceira oficina, entregamos aos alunos dois textos. O primeiro (texto 5) “Males do celular”, texto de opinião sobre o celular, postado em uma coluna na Folha de São Paulo versão *on-line*. O segundo (texto 6) é uma transcrição disponível no projeto NURC/RJ – entrevista de duas alunas de graduação com um professor universitário. Pedimos a um aluno que lesse o primeiro texto e, para o segundo, solicitamos a ajuda de mais três alunos para uma leitura interpretativa da entrevista. O primeiro texto foi lido tranquilamente, porém os alunos que ficaram responsáveis pela segunda leitura disseram: “Este texto não está certo” e ainda “Precisa de mais informações” ou “Não entendi”. Acharam o texto estranho, bem diferente dos textos que eles estavam acostumados a ler. Explicamos que eles estavam estranhando a segunda leitura porque era uma transcrição de fala de uma entrevista que apesar de ser composta por falantes com um certo grau de escolaridade (professor universitário e alunas de graduação), buscando obter maior intimidade, as entrevistadoras procuravam manter uma certa informalidade, tentando deixar o entrevistador mais à vontade e mais próximo. Continuamos explicitando as diferenças de uma elocução oral (fala) e de um texto escrito, explicando que ambos servem a propósitos distintos em situações específicas, assim como falamos na sala de aula. Com uma certa informalidade podemos também falar de maneira mais formal em textos orais ou textos escritos e ainda que os textos falados podem ser transcritos e podem ser tanto formais como informais, respeitando a graus diferentes de monitoramento. Após discutirmos os textos, entregamos um quadro aos alunos, cujo propósito era a sensibilização das características próprias dos textos falados e dos textos escritos.

Em relação as dúvidas que surgiram no preenchimento do quadro, procuramos esclarecer. Explicamos que o primeiro item do quadro- o texto é formado por mais de uma pessoa-, deixamos claro que no texto 6, tínhamos uma transcrição de uma entrevista em que a fala dos participantes foram transcritos, apareceram o entrevistador e o entrevistado, ou seja, mais de uma pessoa. Já no texto 5 a pessoa que escreve é um jornalista da Folha de São Paulo, portanto temos a voz dele no texto.

Esclarecemos ainda que as interrupções, hesitações e truncamentos só aparecem em transcrições de falas, esses aspectos na escrita, aparecem de outra maneira: são suprimidos ou são substituídos por pontuação e símbolos.

No caso da dependência do contexto situacional o texto escrito tem maior dependência do contexto situacional, pois por não termos acesso ao momento em que o texto está sendo escrito, dependemos de uma certa descrição do autor do texto para situar o leitor durante a leitura.

Os demais itens que compunham o quadro, parece que estava mais claro, não exigindo explicações durante a oficina.

Vejamos a atividade: Marque um X nas características, verificando se elas pertencem ao texto 5 ou ao texto 6.

Quadro 10 - Características fala-escrita

CARACTERÍSTICAS	TEXTO 5	TEXTO 6
O texto é formado por mais de uma pessoa		X
Interrupções, hesitações, truncamento		X
Ausência de fragmentação	X	
Dependência do contexto situacional para compreensão	X	
Repetição de palavras frases		X
Maior organização das ideias	X	
Produção individual	X	

Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

Quase todos os alunos responderam acertadamente o quadro da atividade como podemos averiguar no quadro 10. Aproveitamos também para retomar os conceitos de turno de falas já discutido nas oficinas anteriores.

Após o trabalho com o quadro, projetamos o vídeo: “Uso do celular em sala de aula”.

Figura 6 – Vídeo “Uso do celular em sala de aula”



Fonte: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q0I4GGLWQG8>. Acesso em: 04 mar. 2019.

Ao término da exibição do vídeo, dividimos os alunos em grupos para uma apresentação oral com base no vídeo assistido e no texto 5 “Males do celular”. Os grupos organizaram suas falas com registro escrito e durante a apresentação ficaram presos ao papel. Somente um grupo organizou sua apresentação por meio de perguntas, as quais eram feitas por alguns integrantes e outro componente do grupo respondia sem se ater à leitura do roteiro do que haviam preparado. No entanto, em relação à postura, os grupos, em geral, não se policiaram, deixando transparecer nervosismo, ansiedade e até despreparo de alguns alunos que os compunham, risos também fizeram parte desse quadro, principalmente advindos de alunos que não foram muito participativos nas oficinas anteriores. Essa primeira apresentação oral traduz o que já havia sido constatado pela pesquisa feita por Goulart (2005) em relação a risos que, segundo a pesquisadora, pode ser resultante do nervosismo, ou pode ser usado para conquistar a plateia. No caso dessa primeira apresentação oral dentro desta pesquisa, esse riso é expoente do nervosismo de alguns alunos, devido a uma possível timidez ou ocasionado por falta de preparação para a apresentação.

Para a apresentação dos grupos, havíamos pensado em um representante para apresentar a temática, no entanto, os grupos acharam mais didático a participação de todos durante a apresentação.

O grupo que melhor apresentou os textos o fez de maneira coerente, usou poucas pausas para organizar-se mentalmente (levando em consideração as demais apresentações), mas usou muitas repetições, além de muitas hesitações.

Os grupos tentaram em alguns momentos, durante as apresentações, cuidar do tom de voz, até mesmo os que estavam lendo durante a apresentação. Em relação aos turnos de fala, durante essa primeira apresentação houve uma sincronia na maioria das apresentações com pequenas sobreposições de vozes.

Os grupos se trataram com polidez e apresentaram pequenos deslizes que não comprometeram o quadro geral das apresentações. Outro fato observado foi a maneira como alguns grupos recorreram a dados de outros textos, inclusive de texto das oficinas anteriores. Esta oficina foi concluída em duas aulas geminadas.....

Quarta oficina

Esta oficina foi realizada na sala de vídeo, local onde os alunos gostam de frequentar. Organizamos a sala de vídeo colocando as cadeiras em semicírculo para melhor visualização da tela e para que a professora - pesquisadora pudesse observar os gestos e comentários dos alunos durante a exibição dos vídeos.

O primeiro vídeo versava sobre a legalização do aborto, feito por alunos adolescentes do 1º ano do ensino médio, no qual os meninos eram a favor da legalização do aborto e as meninas, contra. Escolhemos esse vídeo porque o tema do primeiro debate foi esse. Durante a exibição, os alunos em alguns momentos riam ou teciam comentários, a saber: “nossa! Ele não soube se expressar.”, “Falou tudo errado”, “A menina falou melhor, quero dizer, argumentou melhor”. Observamos que esses comentários demonstram que os alunos têm consciência de como falar em determinados momentos, principalmente, de usar o monitoramento durante algumas falas, dependendo para quem se fala.

Durante a exibição do primeiro e do segundo vídeos, perguntamos aos alunos se eles haviam percebido a variação estilística existente nas falas dos participantes, ao que responderam terem percebido e que os participantes do debate deveriam ter tido mais cuidado ao falar e defender suas ideias. No entanto, não souberam dizer se conseguiriam fazer diferente.

Alguns justificaram os deslizes cometidos pelos participantes atribuindo-os ao nervosismo de estarem se expondo para os colegas. Outros falaram que eles erraram nas colocações porque realmente não sabiam se expressar.

Após as colocações dos alunos, inclusive os sussurros, explicamos que, dependendo da situação comunicativa e do contexto, podemos falar sem a preocupação de monitoramento e

que não devemos considerar os desvios cometidos pelos participantes como algo ruim, mas algo a ser melhorado. Em algumas situações que exigem um maior monitoramento da fala, um palestrante ou um debatedor pode usar expressões menos formais para tentar aproximar-se de sua plateia, porém devemos ter o cuidado para que isso não seja uma constante. Além disso, não está errado falar com seus colegas como se fala em casa ou em sua comunidade, apenas devemos ter o cuidado de nos policiarmos, usando uma linguagem mais formal quando a situação o exigir.

O segundo vídeo também era um debate com o tema “celular em sala de aula”, sendo escolhido por representar o tema de nosso debate conclusivo- DC. Desta vez, os debatedores não foram divididos por gênero, fato que chamou a atenção dos alunos, sobre o qual teceram alguns comentários: “Agora este debate está misturado: meninas e meninos”, “Assim fica melhor”, “Acho que estão falando bem”. Esses comentários mostraram que o segundo vídeo foi mais bem avaliado pelos alunos, talvez isso seja explicável devido aos temas abordados nos vídeos. Tendo o primeiro vídeo aludido a um tema bastante controverso, que envolve aspectos religiosos, jurídicos, sociais, e os estudantes ainda, nessa faixa etária, não têm consciência, nem maturidade, ou têm pouco entendimento dos discursos que permeiam estes domínios discursivos complexos.

Durante a exibição do terceiro vídeo, reportagem do jornal “Hoje em dia” da tv Record que tratava do mesmo assunto do vídeo anterior sobre o uso do celular em sala de aula, os alunos verificaram que a linguagem usada pelo jornalista era monitorada e de alguns entrevistados não, apesar de eles parecerem preocupados em falar durante a entrevista. Quando perguntamos sobre quais falantes desse vídeo usavam a linguagem mais formal, os alunos foram unânimes nas respostas, atribuindo esse discurso ao apresentador do jornal e ao entrevistador. Eles perceberam também que, em alguns momentos, poucos entrevistados tentavam manter certa formalidade, porém não conseguiam mantê-la durante toda a entrevista.

Ainda na sala de vídeo, exibimos no *Datashow* os textos escritos para que os alunos descrevessem se viam a linguagem mais monitorada ou menos monitorada, formal ou informal, planejada ou sem planejamento.

Sobre o primeiro texto, os alunos gostaram bastante e logo identificaram a variação linguística no modo de falar do avô e do neto. O segundo texto era uma reportagem sobre o aborto e o terceiro complementava o segundo, pois era um infográfico com dados estatísticos sobre o aborto. Ambos foram analisados pelos alunos como textos que usavam prioritariamente o registro formal, monitorada e planejada, além do que, os dois últimos textos eram bem diferentes do primeiro que nada mais era que o registro de uma conversa entre avô e neto.

Concluimos que o que almejávamos com esta oficina foi alcançado, pois os alunos conheceram e reconheceram a variação existente na língua, sendo essa variação inerente à própria língua que está em constante movimento, condicionado pelo uso de seus falantes em contextos sociais distintos. Esses contextos socialmente determinados impõem o que chamamos de monitoramento estilístico, isto é, dependendo de onde estou, devo usar um estilo mais monitorado de fala para atender às demandas comunicativas interacionais em dado momento. Esclarecemos aos alunos que o objetivo primordial da oficina era que, para além do que eles conseguiram apreender, reconhecessem a necessidade de adotarmos uma postura diferente durante um debate, uma postura não apenas na língua, obedecendo a um padrão linguístico respaldado pela norma culta, mas também, reconhecendo o valor social que essas práticas oportunizam aos falantes da língua. Segundo Bortoni-Ricardo (2005, p. 14), a padronização impositiva da língua não deixa de ser necessária, visto que, é com a padronização linguística que temos acesso aos avanços tecnológicos e científicos, sendo papel da escola propiciar aos alunos o aprendizado dessa variação de maior prestígio para que o aluno tenha oportunidades na sociedade. Ademais, os profissionais da educação não podem menosprezar a variante trazida de casa pelo aluno, pois essa é seu padrão comunicativo com a qual constrói sua vida social.

O interessante é que os alunos perceberam que o gênero debate pertence à esfera pública e necessita de uma elocução formal própria desse gênero. Essas atividades foram desenvolvidas em duas aulas geminadas.

Quinta oficina

Nesta oficina, objetivávamos levar ao conhecimento dos alunos a importância dos gêneros orais e como defini-los. Iniciamos a oficina destacando a importância dos gêneros orais na escola, isto é, aqueles que necessitam da voz humana para existir, conforme preconizam Dolz, Schneuwly e Haller (2013, p. 127) quando definem o oral como “aquilo que é dito em voz alta”. Após as explicações sobre os gêneros orais, começamos a detalhar o que faríamos no jogo. Percebemos que os alunos, antes de iniciar o jogo, faziam comentários, rotulando o jogo de “infantil”. Dividimos a sala em dois grandes grupos para a execução do jogo, entregamos os papéis com os trava-línguas. A inquietação foi tamanha que atrapalhou a concentração, dificultando o processo do jogo, principalmente quando os alunos iam falar ao ouvido do colega, repetiam as frases inúmeras vezes para que seu companheiro de grupo pudesse entender o que falava.

Avaliamos que esse jogo foi produtivo, pois além de seu caráter lúdico, ele proporcionou aos participantes o treino da escuta, do saber ouvir e do saber falar, pois, para que seu

companheiro o ouvisse nitidamente, o aluno teria que proferir pausadamente a frase de maneira a se fazer ouvir. Além disso, seu companheiro também deveria se concentrar e ter uma boa escuta para que a mensagem lida inicialmente fosse devidamente passada sem atropelos.

Outra capacidade treinada durante o jogo foi a capacidade de guardar informação e passá-la adiante como a original, tarefa que os alunos consideraram difícil, mudando a avaliação valorativa feita antes de iniciarmos o jogo.

Ao falarmos do gênero telefonema como expoente de gêneros orais, propusemos a construção de um telefone sem fio, através do qual os alunos iriam trabalhar mais uma vez com a capacidade de escuta. Para esse fim, havíamos solicitado aos alunos que portassem o material (barbante, copos descartáveis) para a confecção de um telefone sem fio, no entanto, apenas um pequeno grupo estava com o material solicitado. Procedemos à construção dos telefones sem fio e os poucos que construímos emprestamos às duplas que os usavam e, em seguida, passavam a outra dupla, a fim de que todos pudessem ter acesso aos aparelhos.

Com o uso do telefone sem fio, trabalhamos os aspectos da conversa espontânea, levando em consideração os já mencionados por Marcuschi (2008a) e o princípio “fale um de cada vez”. Ademais, outros fatores apareceram em nossas observações como a “sincronização interacional” defendida por Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 10), que nada mais é que o conjunto de fatores que contribuem para o desenvolvimento interacional dentro de uma conversa como turnos de fala, o estilo usado, o vocabulário utilizado e as escolhas lexicais. É evidente que, tratando-se de uma conversa ao telefone com um amigo, o registro utilizado foi o informal e as escolhas lexicais são próprias desse quadro comunicativo. De fato, algumas duplas conversaram sobre a escola, sobre fazer algo após a aula, e apenas duas duplas direcionaram sua conversa telefônica sobre o tema aborto, influenciados pelas oficinas anteriores. Assim como as oficinas anteriores, esta, também, precisou de duas aulas geminadas.

Sexta oficina

Entregamos o material xerocopiado e pedimos para os alunos realizarem uma leitura prévia e, em duplas, fazerem os levantamentos dos argumentos que sustentavam os posicionamentos das vozes presentes nos textos, pois nesta oficina tínhamos como objetivo a identificação das temáticas dos textos e dos argumentos que as sustentavam. Para facilitar essa busca, pedimos aos alunos para grifarem ou anotarem as frases que demonstravam os posicionamentos que sustentavam a tese dos textos. Em seguida, pedimos para dois alunos lerem os textos em voz alta, e em meio a uma roda de conversa, começamos os questionamentos sobre o primeiro texto que versava sobre uma entrevista da então candidata à presidência da

República, Marina da Silva, na qual ela se posicionava contra o aborto. O posicionamento presente no texto foi facilmente detectado por alguns alunos, porém alguns não conseguiram identificar um posicionamento claro no texto. Talvez essa dificuldade tenha surgido devido à falta de prática de se trabalhar textos, olhando os posicionamentos argumentativos. O segundo texto, publicado na revista *Veja*, não ofereceu muitas dificuldades aos alunos na busca do posicionamento defendido pelo autor.

Apesar de alguns autores dizerem que a argumentação é inerente à natureza humana, existem maneiras de nos colocarmos linguisticamente para convencer nosso interlocutor ou nossa plateia. Desta maneira, esta oficina começou a chamar a atenção dos alunos para como os argumentos são construídos dentro de um texto, falado ou escrito, lembrando que esta oficina pretende começar a caminhada em direção à preparação da necessidade de se criar bons argumentos para sustentar as ideias durante um debate. Diferentemente das outras oficinas, já relatadas, esta realizou-se em apenas uma aula.

Sétima oficina – DP

Para iniciarmos o debate piloto (DP), organizamos a sala em semicírculo e explicamos que faríamos um debate com regras estabelecidas com o tema “aborto”. Destacamos o papel do moderador e dos debatedores, entregamos aos alunos as regras para o debate (xerocopiadas). Em seguida, pedimos a eles que lessem em voz alta as regras e perguntamos se havia alguma dúvida em relação a essas, ao que responderam prontamente que estavam claras. Esta oficina foi realizada no dia 02 de outubro de 2019 e resultou em uma transcrição com duração de 16 min 48s.

Durante a escolha dos candidatos a debatedores e moderador, tivemos uma certa dificuldade, pois poucos candidatos se propuseram a exercer essas funções. Por fim, conseguimos dois debatedores para defenderem o aborto e dois em posição contrária.

Neste primeiro debate observamos que o papel do moderador não foi bem desenvolvido, pois esse participante, após apresentar os debatedores, limitou-se a usar vocativos para mediar as trocas de turno, o que podemos verificar nos trechos abaixo.

D2: é... o seguinte: não tem porque a gente ser a favor do do aborto porque a criança não teve culpa de nascer ou de ter de ser criada pelo pai que não sabe o que é camisinha... então...se a criança não tem culpa ela não pode ser abortada como um Lixo... porque ela não tem culpa disso... quem digita um é porque está concordando

Moderador: Vai... A

Moderador: Vai... A. Fala qualquer coisa aí...

D3: sou a favor do aborto se... o filho for nascido pelo estupro

D2: oh ...é o seguinte... o argumento que ele acabou de utilizar é um argumento falho... porque todos nós já sabemos que o aborto pelo estupro não é crime... se você estuprar uma pessoa e ela abortar... o aborto pelo estupro não é crime... agora estuprar a pessoa é... não é possível que vocês não saibam que isso é crime... você abortar sem ser estuprada, mas se você for estuprada e abortar a criança é aceito... quem concorda digita um

Na sequência desse texto transcrito¹⁰, também podemos observar que o moderador não faz a mediação para a troca de turnos entre o D2 e o D3, denominado de A, pois sabemos que o moderador figura como peça principal na ordenação de qualquer debate e, por isso, deve estar a par do assunto tratado e ter intimidade com ele. O moderador pode começar o debate apresentando quem vai participar e fazer um breve apanhado do tema tratado, podendo fazer perguntas para os participantes. É papel também do moderador ditar as regras que comporão o debate, inclusive delimitando o espaço de tempo que cada participante terá para fazer suas colocações, incluindo as réplicas e tréplicas, se houver. Outras regras ligadas ao espaço onde acontecerá o debate também devem ser definidas pelo moderador antes de iniciá-lo, para que os debatedores estejam cientes do que podem ou não fazer. Na realidade, o que presenciamos foi quase ou nenhum direcionamento de turno durante o debate, não houve também perguntas orquestradas pelo moderador para dinamizar o debate. Concluímos que no DP, o papel do moderador foi deficitário, o que, de certo modo, prejudicou a desenvoltura dos participantes e descaracterizou o gênero debate em alguns momentos.

É condição *sine qua non* durante um debate os debatedores procurarem diversos caminhos a percorrer em direção à validação e aceitação do que dizem, o que podemos denominar aqui de capacidade comunicativa. No entanto, isso não é fácil de se adquirir, pois exige de qualquer locutor, interlocutor ou orador ações complexas e estratégias bem elaboradas para sedimentar as ideias. Além disso, sabemos que em se tratando de um gênero formal pertencente à esfera pública, como o debate, é certo que não se adquire essa habilidade tão rapidamente. Infelizmente, na sociedade moderna, caracterizada pela era tecnológica tão natural para nossos adolescentes, parece que a celeridade é a palavra do momento. Então, dedicar-se ao aprimoramento de alguma técnica que exija estudo, leituras várias, pesquisas e treinamento são obstáculos que dificultam a aquisição desta competência advinda da capacidade comunicativa, denominada por Hymes (1966) de competência comunicativa.

¹⁰ O trecho transcrito foi retirado da transcrição do DP e seguiu as orientações estabelecidas pelo Projeto Nurc/SP. In: Preti (2008, p. 17-18).

A falta de intimidade com o uso do falar em público aliada à falta de pesquisa mais direcionada, ajudaram a formar o quadro que observamos durante o primeiro debate, ou seja, participantes proferindo sentenças confusas. É o que podemos observar no trecho abaixo.

D2: oh é o seguinte... o argumento que ele acabou de utilizar é um argumento falho.... porque todos nós já sabemos que o aborto pelo estupro não é crime... se você estuprar uma pessoa e ela abortar... o aborto pelo estupro não é crime... agora estuprar a pessoa é... não é possível que vocês não saibam que isso é crime... você abortar sem ser estuprada... mas se você for estuprada é aceito... quem concorda digita um

Acreditamos que o debatedor 2 estava se referindo ao texto da oficina 4 que versava sobre a notícia de que o senado do Chile sancionara a legalização do aborto em caso de estupro, exposto no texto “Entenda como o aborto é tratado ao redor do mundo”. No Brasil, o aborto também é crime, excetuando-se os casos de estupro, risco de vida para a gestante e bebês anencefálicos. O debatedor 2 termina seu turno brincando “quem concorda digita um”, talvez para distrair o público e dar leveza ao seu discurso.

Durante as falas do debatedor 2, doravante D2, observamos que ele sabia do assunto tratado, mas não soube organizar bem seu discurso. Durante o trecho transcrito, o debatedor gesticulava veementemente na tentativa de ser mais bem compreendido, ele estava absorto em seu discurso, deixando transparecer seu envolvimento emocional em prol da causa que defendia, sendo contra o aborto.

Os alunos debatedores tentaram falar o mais formalmente possível, porém o que se viu foram algumas gírias usadas, a saber: D2 no trecho“(...) se você pagar pro médico pra ele ficar calado você pode abortar de boa”, termo que poderia ser substituído por “tranquilamente”, sem prejuízo de valor, pois sabemos que o gênero debate, por pertencer à esfera pública, necessita de uma linguagem mais elaborada, mais formal, adequada à situação comunicativa .

Outras expressões aparecem no discurso dos demais debatedores, por exemplo: “cara”, notadamente uma gíria. Vejamos o trecho no qual ele aparece “porque... cara, se você não passou você não pode falar que simplesmente a pessoa não vai notar ou não vai sentir, tem que primeiro viver a situação, pra depois falar alguma coisa.” E ainda “eu meio que entendi”; “a gente”, “o moleque”, adequados em momentos espontâneos de fala e próprios de outros gêneros como o telefonema, quando esse é destinado a uma pessoa próxima, ou à conversa espontânea, pertencente à esfera familiar.

Observamos que um dos debatedores usam a argumentação fundamentada nos direitos humanos quando menciona “D1:... dos *Direitos Humanos* é... todo humano pode viver... então... se todo humano pode viver... você não pode matar uma criança... também tem a questão de... o

aborto é literalmente homicídio... então é um crime...” Acreditamos que D1 referia-se ao artigo 3 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o qual rege que “Todo o homem tem direito à vida, liberdade e à segurança pessoal”. Porém, para organizar seu discurso, D1 recorre a um argumento de autoridade, confundindo todo homem tem direito à vida com todo humano pode viver.

Outro argumento que aparece neste primeiro debate é o argumento baseado no senso comum identificado no trecho “porque a criança não teve culpa de nascer”, usado para justificar a defesa de se manter a proibição ao aborto.

Durante as tentativas argumentativas para defender seu ponto de vista, um dos debatedores começa seu discurso usando um argumento que não se sustenta: “D3: sou a favor do aborto se o filho for nascido pelo estupro”, visto que, a legislação brasileira já permite o aborto a mulheres que engravidaram por meio de estupro. D2 percebeu a falha e faz uma réplica ao turno de D3 para salientar o erro cometido, é o que podemos perceber no trecho de D2 “oh... é o seguinte... o argumento que ele acabou de utilizar é um argumento falho... porque todos nós já sabemos que o aborto pelo estupro não é crime”.

Um dos participantes (D4) que debatia em defesa do aborto, apela para as emoções dos interlocutores, argumentando que a legalização do aborto se faz necessária porque essa medida irá salvar a vida de muitas mulheres negras e de baixa renda que não têm condições de criar seus filhos. Ele engendra seus argumentos falando que se essas crianças não forem abortadas e se forem doadas para orfanatos, esses não as tratarão dignamente e essas crianças órfãs não se sentirão bem por saberem que não foram desejados por seus pais. Vejamos o trecho:

D4: ... falou de método intra conceptivo né? se caso o aborto for legalizado obviamente com ela começou a falar a taxa de mortalidade das mulheres pobres... principalmente negras vai abaixar bastante... eu sou a favor do aborto porque ele pode ir pra o orfanato... o moleque... mas não se sabe as condições do orfanato e nem da família que vai criá-lo... nem sempre de uma família e vai ter que passar uma e pra outra família... então... a mentalidade da criança vai sofrer desde pequena por causa que ela foi abandonada pelos pais e ela não se encaixa em nenhum lar adotivo... isso pra mim...acho que não vai ser legal nem pra criança

Após as argumentações de D4, seus oponentes aproveitaram seu discurso e mudaram o tópico da conversa por meio de réplica, evocando os sentimentos ocasionados por um abandono, expressos no trecho “D1: não... você já passou por abandono ou por...”. A mudança de tópico discursivo não ajudou a dinamizar o debate, tornando-o um pouco centrado na questão de abandono. O debate só voltou a fluir quase no final, quando os participantes voltam ao tópico discursivo inicial:

D4: não é homicídio como o C falou no começo do debate

D1: eu disse que era homicídio?

D4: sim... você falou que é homicídio... mas não é? porque o feto não é cem por cento ser humano ainda porque ele não tá formado

D1: o seu corpo é feito de quê? células... se têm células dentro de você é o quê? um corpo humano... se têm células humanas dentro de você é um corpo humano... não é? não importa o tamanho...

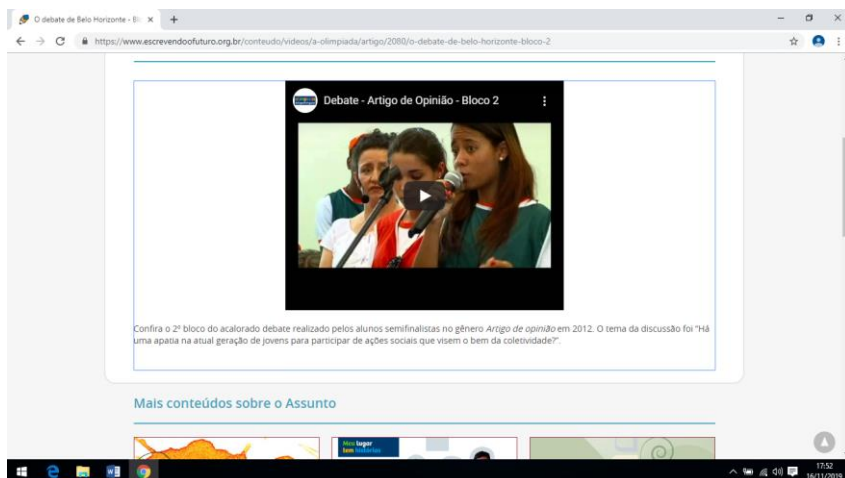
Na argumentação levantada por D1, que é contra o aborto, observa os que ele tenta convencer a plateia e seus oponentes de que não pode haver aborto porque qualquer fase embrionária tem células e se as células são vivas, há vida.

Apesar de alguns tropeços durante o debate, os alunos ficaram empolgados com a possibilidade de serem locutores e atores de sua própria história. É o que sugere os PCNLP (BRASIL, 1998), quando mencionam o protagonismo que os estudantes precisam assumir diante de suas necessidades estudantis, sendo papel da escola priorizar práticas orais que familiarizem os estudantes com as possibilidades de usar o falar formal próprio das instâncias públicas. Eis a necessidade de termos mais momentos como esses para os alunos adquirirem familiaridade com as práticas dos gêneros orais, assim como já acontece com os escritos.

Oitava oficina

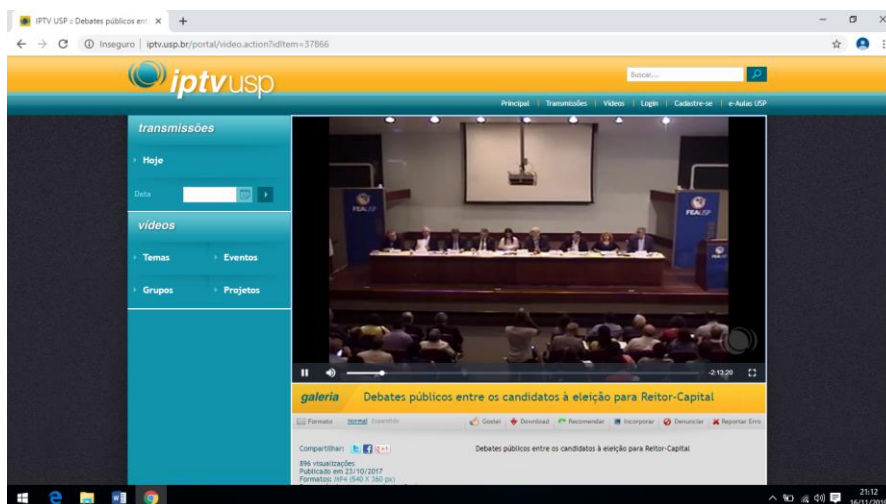
Nesta oficina, objetivávamos que o aluno adquirisse maior conhecimento a respeito do gênero debate e foi o que conseguimos. Iniciamos a oficina falando do debate da aula anterior, destacando o papel do moderador, do debatedor e da plateia. Além disso, explicamos a diferença entre debate deliberativo e debate regrado, e, para a consolidação dos conhecimentos, nos organizamos em uma roda de conversa. Então passamos a exibir os vídeos, o que demandou muito tempo, pois nesse dia o áudio da sala de vídeo não estava funcionando bem. Até resolvermos o problema de áudio, passamos a exibir o primeiro vídeo sobre os semifinalistas das Olimpíadas de Língua de Portuguesa. Optamos por uma exibição com transcrição na tela para facilitar a escuta, aliás, a escuta não é uma tarefa fácil, e saber escutar se torna um dos obstáculos mais difíceis durante o percurso das oficinas. Após cada exibição fizemos perguntas como: “Como está organizado esse debate?”; “Trata-se de um debate regrado ou deliberativo?”; “Como se constituiu a troca de turnos?”; “O que vocês observam na postura dos debatedores?”; “Como é feita a mediação do moderador?”. Os alunos responderam às perguntas acertadamente, pois para alguns o que perguntávamos pareciam obviedades, mas não era consenso entre todos, muitos ainda não haviam percebido o gênero debate como algo a ser estudado.

Figura 7 – Semifinalistas das Olimpíadas de Língua Portuguesa (1º vídeo)



Fonte: Disponível em: <https://www.escrevendofuturo.org.br/conteúdo/videos/a-olimpiada/artigo/2080/o-debate-de-belo-horizonte-bloco-2>. Acesso em: 02 nov. 2018.

Figura 8 – Debates públicos entre os candidatos à eleição (2º vídeo)



Fonte: Disponível em: <http://iptv.usp.br/portal/video.action?idItem=37866>. Acesso em: 19 set. 2018.

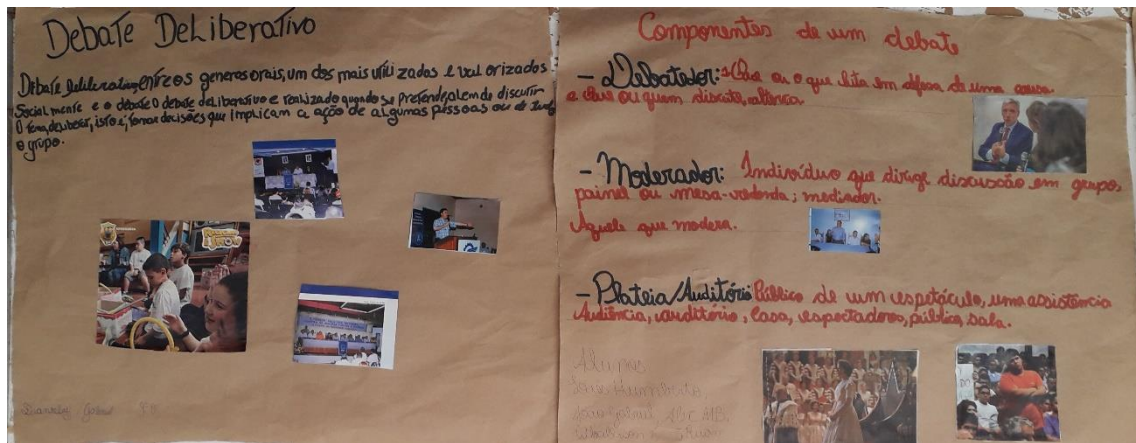
Figura 9 – Como vencer um debate (3º vídeo)



Fonte: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S2MR9TsvdZ0>. Acesso em: 02 nov. 2018.

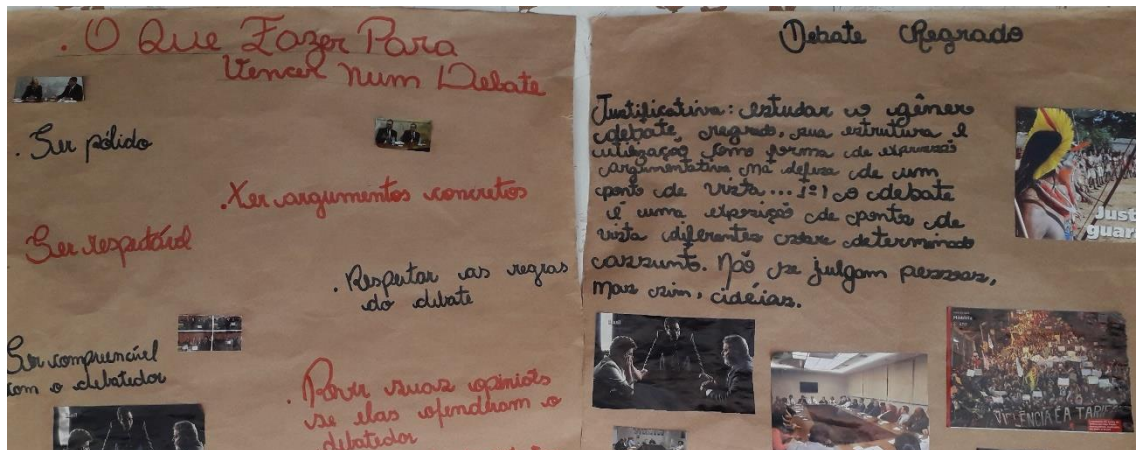
Na parte prática da oficina, em que a sala teria de se reunir em grupos para a confecção de cartazes, houve empolgação, o que resultou em cartazes bem estruturados que traduziram a integração e o interesse dos alunos. Ao final dos trabalhos realizados, os alunos sentiram-se orgulhosos. Avaliamos que os pontos positivos que nortearam os trabalhos desta oficina foram a escuta, a diferença entre os tipos de debates com ênfase no debate regrado e a fixação dos componentes de um debate, incluindo suas funções.

Figura 10 – Cartazes produzidos pelos alunos na oficina



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

Figura 11 – Cartazes produzidos pelos alunos na oficina



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

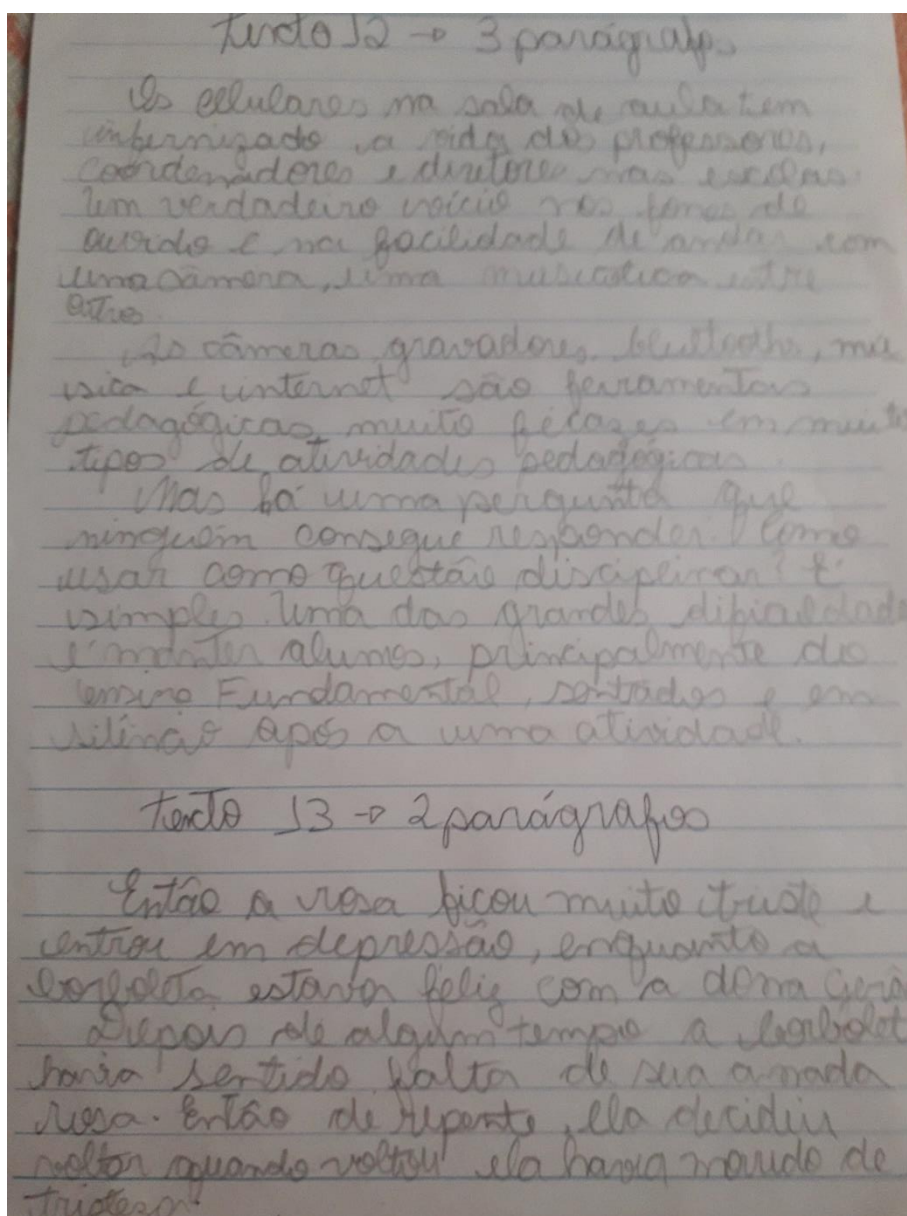
Nona Oficina

Para falarmos de debate, não podemos nos esquecer da argumentação, pois ela está diretamente ligada a qualquer debate para que tenhamos a “adesão dos espíritos” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1958). Assim, convencer e persuadir são ações que se aprendem ou se aprimoram (ABREU, 2011), para induzir o outro a aceitar nossas ideias, nossas

colocações. Pensando nisso, esta oficina oportunizou aos alunos a possibilidade de trabalhar a argumentação em textos para exercitar o poder de argumentar.

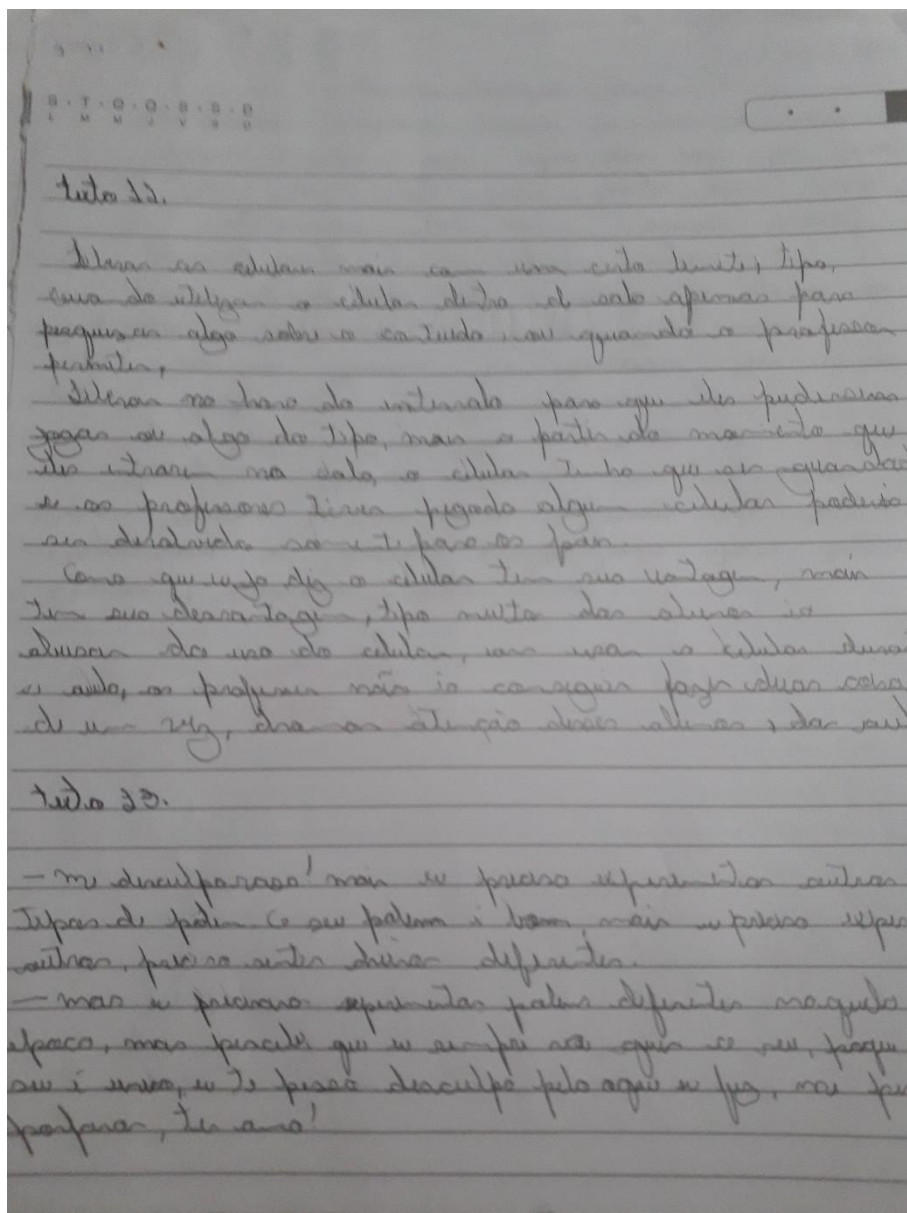
Durante a atividade os alunos acharam difícil criar argumentos para defender o posicionamento interrompido nos textos 12/13 (Celular em sala de aula, A rosa e a borboleta), o que ocasionou travamento e pouca participação durante a roda de conversa. Assim, propusemos que rascunhassem um planejamento do que deveriam falar para facilitar suas colocações.

Figura 12: Imagens do rascunho dos alunos para esta oficina



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

Figura 13 - Imagens do rascunho dos alunos para esta oficina



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

No segundo texto, especificamente, alguns alunos falavam: “Nossa! muito difícil criar argumentos para a borboleta se defender”, “Não estou conseguindo...professora”. Esses comentários mostraram-nos que exercícios de raciocínio e criatividade são classificados pelos alunos como difíceis de serem executados, o que mostra a necessidade de se trabalhar a argumentação com os alunos constantemente e em todas as séries para que nosso aluno tenha a oportunidade de treinar essa capacidade que está adormecida.

Décima Oficina

Nesta oficina, priorizamos a criação de roteiros de trabalhos para que os alunos tivessem a oportunidade de se organizarem concretamente para uma exposição oral de maneira a usar a

norma culta da língua, a linguagem mais monitorada, a elocução formal. Dividimos a sala em grupos para que os alunos montassem os roteiros de pesquisa com base nos temas: “A internet”, “Redes sociais” e “Malefícios causados pelo celular”. Os grupos se mostraram bem colaborativos durante a criação dos roteiros, no entanto, a organização do trabalho demandou mais tempo do que havíamos planejado (duas aulas geminadas), pois, apesar de os alunos terem usado o tempo destinado à elaboração do roteiro, no dia em que estava marcada a apresentação das exposições, os grupos pediram mais tempo para se prepararem, reivindicação que atendemos prontamente.

Durante a exposição de alguns grupos, percebemos que os participantes realmente conseguiram se organizar para a apresentação, excetuando-se um dos grupos que parecia ainda não ter conseguido unificar seus componentes, o que resultou em uma apresentação um pouco tumultuada e com algumas sobreposições de vozes. O riso também compôs o quadro dessa apresentação. A polidez se fez presente em todos os grupos que apresentaram, seguido por uma postura um pouco mais cuidada. Os traços melódicos e o bom uso da prosódia caracterizaram o grupo que melhor apresentou. A apresentação deste grupo organizou-se em torno de perguntas que norteavam a temática ora exposta, dando ritmo, sinergia, cadência e organização para a apresentação.

Em linhas gerais, percebemos nesta oficina que os alunos tentavam usar o que havíamos ensinado nas primeiras oficinas sobre impositação da voz, falar cerimonioso e cuidado ao falar e se dirigir ao próximo componente de seu grupo para que não houvesse atropelos nas apresentações.

Durante as apresentações dos grupos não observamos o uso de recursos audiovisuais. Talvez os grupos não tenham recorrido a essa possibilidade porque havíamos deixado a critério deles usar ou não tais recursos. O fato é que nenhum dos grupos explorou essa possibilidade.

Décima primeira oficina

Nesta oficina, optamos pela prática de uma enquete para subsidiar um futuro debate sobre o uso do celular em sala de aula. Os alunos tiveram a oportunidade de treinar vários aspectos já trabalhados anteriormente. Dessa forma, para a realização da enquete dividimos a sala em grupos e esses saíram para saber o que achavam os demais alunos da escola sobre o uso do celular em sala de aula. A enquete versava sobre: “Você é a favor do uso do celular em sala? Sim ou Não?”.

Esse trabalho de campo foi de grande valia, pois além de subsidiar um futuro debate, serviu para que os alunos tivessem a oportunidade de se apresentarem às outras turmas da escola

numa verdadeira interação em contexto real de aprendizagem, pois para poder entrar na sala, primeiramente, os alunos deveriam elaborar um discurso cerimonioso no tratamento com os professores e alunos. Além disso, deveriam também assumir a posição de locutor e falar de maneira clara para que todos pudessem ouvi-los; organizar o espaço para colher as opiniões durante a enquete; falar em um tom audível para que todos os alunos da sala na qual se realizava o evento tivessem a oportunidade de ouvi-los; e manter uma postura coerente com o momento da realização da enquete.

Figura 14: Aplicação da enquete (primeira parte)

Você é a favor do uso do celular em sala de aula?				
TURMAS	Sim	Não		TOTAL
6º A	23			23
6º B	27			27
6º C	22			22
7º A	33			33
7º B	32			32
7º C	23			23
				105

Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

Figura 15 – Aplicação da enquete (segunda parte)

TURMAS	Sim	Não		TOTAL
8º A	33			33
8º B	30			30
9º A	18	4		22
9º B	24			24
				109

Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

A figura nos mostra que a somatória dos alunos participantes da enquete das turmas de 6º, 7º, 8º, e 9º foram duzentos e sessenta e nove alunos, destes ,apenas quatro se posicionaram contra o uso do celular em sala de aula, a maioria posicionou-se a favor.

A enquete do corpo docente ficou a cargo da professora pesquisadora porque alguns professores preferiram não se manifestar a respeito do assunto durante a enquete dos discentes. A enquete mostrou que a maioria dos discentes aprovam o uso do celular em sala de aula. Os docentes também compartilham da mesma opinião, porém com ressalvas.

A enquete ajudou os debatedores que no DC se posicionaram a favor do uso do celular em sala de aula. Puderam, assim, usar os resultados da enquete para subsidiar seus pontos de vista.

Décima segunda Oficina

Nesta oficina, voltamos a trabalhar com a capacidade argumentativa dos alunos, com leituras e questionamentos que levaram os alunos a pensarem sobre o texto, verificando a temática e os argumentos que os norteavam. Foram três textos para se trabalhar a argumentação e a percepção de como se argumenta e para que se argumenta. Iniciamos a oficina pedindo para um dos alunos ler o primeiro texto em voz alta “Celular em sala de aula: uma proibição necessária”, no qual os alunos perceberam a temática e o posicionamento defendido pelo autor. Após a leitura deste primeiro texto, um aluno comentou em tom de brincadeira: “Então... se os alunos ... né A (olhando para o colega) ... que tiram nota baixa... ficar sem celular... vai ficar mais inteligente?”, esse comentário foi acompanhado por risos na sala, notamos que com este comentário ele havia entendido o texto e o posicionamento defendido.

O segundo texto “Como aproveitar o uso do celular em sala de aula”, fazia oposição ao primeiro, o que foi prontamente entendido pelos alunos, pois após as leituras, alguns alunos comentavam: “Nossa! este texto é contra o anterior.”

O terceiro texto era uma charge, e foi a que os alunos mais gostaram por seu teor e forma. Em relação à questão que acompanhava a charge, os alunos disseram que a desculpa do aluno não iria convencer a professora, pois alguns deles teriam melhores argumentos quando não conseguiam entregar a tarefa proposta pela professora na data combinada, esses comentários foram acompanhados de muitos risos. Perguntamos quais outros argumentos poderiam substituir o argumento da charge, levando em consideração o mesmo contexto, porém os alunos que se dispuseram a responder disseram que conseguiriam ter melhores ideias, mas não conseguiram dizer quais seriam estas ideias. Com isso, concluímos que os alunos, de um modo em geral têm dificuldades em expor ideias e se posicionar diante de algumas questões é o que já havia mostrado o questionário desta pesquisa.

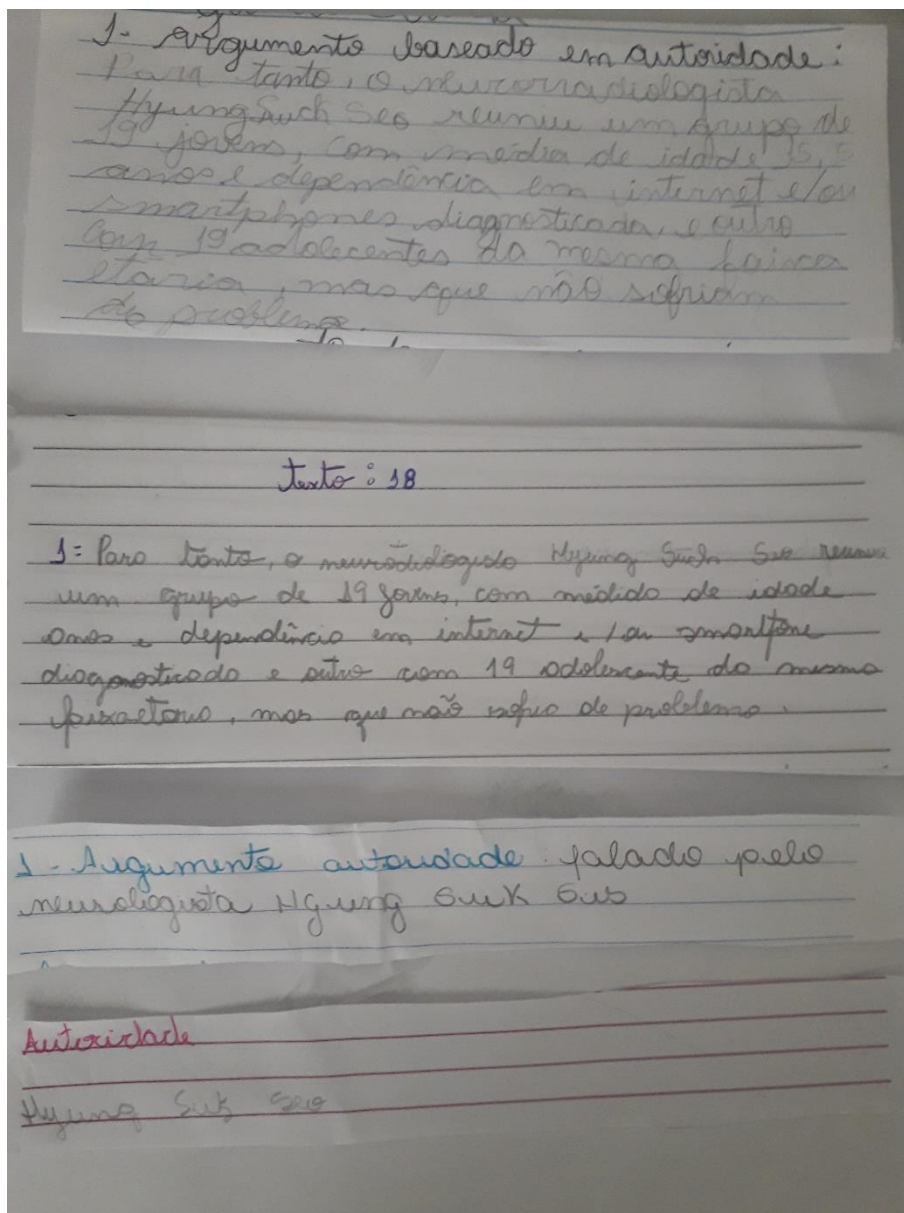
Se fôssemos classificar as oficinas em blocos, as de número 11, 12 e 13, comporiam um bloco, o bloco da argumentação medido em graus de dificuldades. É o que observamos devido às colocações dos alunos durante a realização da oficina de número 13.

Décima terceira Oficina

Iniciamos esta oficina com a leitura do texto “O que é argumentar?” realizada por um aluno voluntário. Durante a leitura desse primeiro texto que ensejava instruir os alunos em relação a alguns tipos de argumentação, íamos explicando e fazendo anotações no quadro, eliminando as dúvidas que surgiam durante as explanações. No segundo texto, “Uso excessivo do celular pode comprometer funcionalidade de neurônios”, os alunos deveriam encontrar e marcar os tipos de argumentos que o compunham, entre outras questões voltadas para a argumentação. Como os alunos acharam difícil a atividade, propusemos que se reunissem em duplas ou trios para tentarem resolver as questões para posterior socialização.

Na primeira questão, que pedia para os alunos marcarem os tipos de argumento que apareciam no texto, os alunos, em duplas, conseguiram achar no texto, facilmente, o **argumento por autoridade**, atribuindo ao neurorradiologista Hyung Suk Seo que chefiou uma pesquisa sobre o vício do uso dos celulares, em jovens, resultar em depressão e ansiedade, como uma autoridade dentro do texto.

Figura 16 - Imagem das respostas dos alunos



Fonte: Acervo da pesquisa (2019).

O argumento baseado em provas concretas, foi selecionado, pelos alunos, na parte do texto em que é citada uma pesquisa nos Estados Unidos em que 46% da população não conseguem viver longe de seus celulares com acesso à internet. Intervimos, dizendo que apesar deste argumento ser de provas concretas ele também pode ser classificado como de autoridade. Outro argumento que apareceu no texto, mas os alunos não conseguiram achar, foi de **raciocínio lógico**, pois o texto trazia o argumento de que se o jovem usar muito o celular, consequentemente, ficará doente, logo, se o jovem diminuir sua dependência tecnológica ficará

saudável, dito de outra maneira, pode-se deduzir: se o jovem usa o celular em demasia fica doente, logo, o celular é prejudicial à saúde.

A segunda questão versava sobre a intencionalidade dos argumentos dentro do texto, a que a maioria dos alunos respondeu que queria convencer os leitores de que o uso do celular exagerado era prejudicial à saúde.

A terceira pergunta que queria saber se os alunos haviam sido convencidos pelo texto a moderarem o uso do celular. A resposta foi unânime, os alunos acreditam que os fatos narrados no texto possam realmente acontecer, no entanto não conseguem se separar dos celulares.

A questão número quatro que pedia um posicionamento contrário ao texto, os alunos argumentaram que o celular é indispensável na vida deles porque precisam dele para fazer amigos e interagir. É a falsa sensação de se ter muitos amigos, criado pelas redes sociais, que atraem os jovens.

Esta oficina realizou-se em duas aulas geminadas.

Décima quarta Oficina

Iniciamos a oficina, ressaltando a importância deste debate e que o tema que trabalharíamos já era um tema conhecido por todos com textos que compuseram muitas oficinas: “O uso do celular em sala de aula”. Lembramos a todos que as regras referentes ao primeiro debate também se aplicavam a este. Dividimos a sala em dois grandes grupos, um sendo a favor do uso do celular em sala de aula e outro, contra. Pedimos que escolhessem dois representantes para serem debatedores e perguntamos quem gostaria de ser o moderador. Uma aluna se candidatou ao cargo de moderador e os debatedores foram escolhidos.

O debate realizou-se em 29 de outubro de 2019, transcorreu tranquilamente e atendeu às expectativas almejadas. Passaremos à análise da transcrição do debate regrado realizado com vinte e quatro alunos de nono ano, que atuaram nos papéis de moderador, auditório e debatedores.

No DC observamos que realmente o moderador assumiu a organização do debate e controlou as trocas de turno tornando mais visíveis as réplicas e tréplicas, dinamizou o debate e repreendeu os participantes quando se fez necessário. Se compararmos a atuação do moderador do DP com o moderador do DC, podemos obter o seguinte quadro:

Quadro 11 – Atuação dos moderadores nos DP e DC

Moderador DP	Moderador DC	Transcrições
Pouco atuante	Muito atuante	Moderador (DP): “Vai... A. ¹¹ Fala qualquer coisa aí...” Moderador (DC): “por que você acha que isso prejudicaria os alunos?”
Pouco controle de trocas de turno	Bom controle de trocas de turnos	Moderador (DP): “Vai... A.” Moderador (DC): “o que vocês acham sobre isso que eles disseram?”
Pouca organização (abertura e fechamento do debate)	Boa organização (abertura e fechamento do debate)	<u>Abertura (DP)</u> Moderador (DP): “Vai... A.” <u>Fechamento (DP)</u> - sem registro. <u>Abertura (DC)</u> Moderador (DC): “estamos aqui para debater o uso de celular em sala de aula, a favor temos a candidata S ¹² , VH ¹³ e contra C ¹⁴ e V, é...: quem vai começar vai ser o contra, tem três minutos a partir de agora ” <u>Fechamento (DC)</u> Moderador (DC): “estamos encerrando nosso debate”

Fonte: A própria autora.

O quadro nos mostra a diferença de atuação dos dois moderadores: do DP e do DC. Isso demonstra que as oficinas operaram de maneira eficaz na formação do moderador, resultando em uma melhor atuação desse aluno no DC.

O registro formal da língua é uma condição indispensável na construção e constituição do gênero aqui trabalhado, pois, sabendo que esse pertence à esfera pública e devido à sua complexidade, é um gênero secundário, conforme Bakhtin (2003), podendo ser um gênero

¹¹ A letra “A” refere-se a inicial do nome de aluno participante do debate.

¹² A letra “S” que aparece no texto, refere-se a inicial do nome do aluno participante do debate.

¹³ A sigla “VH” que aparece no texto, refere-se as iniciais do nome do aluno participante do debate.

¹⁴ As letras “C” e “V” que aparecem no texto, referem-se as iniciais do nome dos alunos participantes do debate.

também da esfera escolar, portanto, passível de ser ensinado, transformando-se em um objeto de ensino (Schneuwly; Dolz, 2013). Além disso, sabemos que nossa língua está em constante movimento e se mantém viva por meio dos falantes que a usam em situações diversas e de maneira a atender suas necessidades. Cabe a nós, profissionais da área educacional, promover ambientes de aprendizagem que priorizem a aquisição da língua culta sem menosprezar a língua trazida e usada por nossos alunos. Para tanto, convém encontrarmos estratégias para o aluno ampliar seu léxico e apropriar-se dessa língua usada em situações mais formais.

Em consonância com o exposto, notamos que no primeiro debate (DP) houve grande uso de registro menos formal ou uso de registro formal e informal em grande quantidade. No segundo debate (DC), houve a predominância de uma linguagem mais formal, seguida por registro formal e informal ao mesmo tempo e, em menor ocorrência, uma linguagem menos formal beirando à espontaneidade. Houve a ocorrência de algumas gírias tanto no primeiro debate quanto no segundo, porém com maior incidência no primeiro debate, e apenas uma ocorrência no segundo (DC), atribuímos este uso de gírias ao fator idade, pois como o corpus de nossa pesquisa era constituído por adolescentes, na faixa etária de quatorze e quinze anos, o uso de gírias é muito comum. O quadro abaixo nos dá uma amostragem das ocorrências nos debates:

Quadro 12: Desempenho comunicativo dos falantes durante o DP e o DC

	Linguagem Formal	Linguagem Informal	Gírias
Participantes DP	“não preciso dar depoimento porque quem passou não fui eu”	“... tá contando uma história”	“de boa”, “cara”
Participantes DC	“vocês acham que as fiscalizações iriam ser fáceis?”	“só porque o celular num... vai entrar significa que isso vai mudar? em minha opinião não vai... Tipo...”	“tipo”

Fonte: A própria autora (2019).

Podemos observar que as ocorrências amostrais deixam evidente que houve uma considerável melhora na capacidade comunicativa dos alunos, sinalizando que a questão de se

trabalhar o oral público nas instituições de ensino deve ser uma prática corriqueira para que os alunos criem o hábito de monitorarem-se em situações em que o uso mais formal da língua se faça presente, pois, pelo que podemos averiguar, os problemas apresentados no primeiro debate não desapareceram por completo no segundo, e isso reforça a ideia de que realmente se fazem emergenciais práticas dessa natureza no ambiente escolar.

Observamos durante os dois debates que, na busca da adesão do outro à sua tese, os alunos se lançaram ao campo do debate com dedicação. No primeiro, um de seus locutores, enquanto proferia sua declaração, fazia um movimento com o corpo para frente e para trás, como se estivesse possuído por suas emoções para conquistar o auditório (ou plateia) da validade de seus argumentos.

D1: ... dos *Direitos Humanos* é... todo humano pode viver... então... se todo humano pode viver... você não pode matar uma criança... também tem a questão de... o aborto é literalmente homicídio... então é um crime... (balançando-se para a frente e para atrás)

No segundo debate, os movimentos de escuta e refutação se fizeram presente. É o que podemos acompanhar neste trecho do debate, lembrando que D1 e D2 são contra o uso do celular em sala de aula e D3, a favor.

D1: eu acho que isso prejudicaria os alunos porque... se o aluno está com a posse do celular em mãos... ele não vai prestar atenção ao que o professor ou professora está passando no quadro e assim... terão mais alunos ficando no nono... sétimo ano que passando e concluindo seus estudos

D2: eu acho que o telefone com... consiste em deixar o aluno acomodado e não prestar atenção às aulas do professor... o telefone consiste em tirar a atenção do aluno

Moderador: o que vocês acham sobre isso que eles disseram?

D3: como nós estávamos falando... o telefone da escola vai ser um telefone modificado... certo? já falei isso antes... oh... na hora que o professor...: estou falando isso porque eu vi num projeto... isso é real, está no *Youtube*... quando o professor estiver explicando a matéria... o telefone vai tá como posso falar... no modo ocioso... ele vai estar de tela preta... os alunos não vão poder estar mexendo e assim eles não vão poder estar se distraíndo e mesmo assim... o professor.../ não se trata apenas do aluno... o professor também tem que ter a voz pra falar aos alunos pra não mexerem no telefone... não simplesmente falar que o adolescente... a criança ou talvez o adulto que vai tentar concluir o *Ensino Médio* não vai conseguir mexer no telefone... porque não consegue prestar atenção no professor... se a gente vai mexer no telefone... por que o professor não pode estar no *Notebook*... lançando a matéria em nossa tela

D1 e D2 defendem a ideia de que o celular atrapalharia a concentração dos alunos em aula, tornando-os acomodados, ideia refutada por D3 alegando que o celular não atrapalharia a concentração dos alunos, pois estaria no modo silenciado, e faz menção a um projeto que havia visto no *YouTube*. E ainda argumenta a possibilidade de o professor também trabalhar de maneira digital, lançando as aulas em um *notebook* conectado diretamente ao celular do aluno. D3 astutamente refuta as ideias ora defendidas com alegações possíveis, desarmando a dupla de debatedores. D3 defende o uso de TIDC em sala de aula, ideia também já mencionada pela BNCC (2017), documento que destaca o uso das várias semioses proporcionadas pelo emprego das mídias. É o que observamos em uma das competências descritas no documento: “Mobilizar práticas da cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais.” (BRASIL 2017, p. 85).

Podemos ainda observar no trecho transcrito que D3 usa um argumento baseado na **autoridade**, quando ele fala que o projeto para o uso do celular naqueles moldes já existe e foi veiculado na internet, mais precisamente no *YouTube*. Em outros trechos, a autoridade é conferida a alguns aplicativos usados no celular e no computador, que é refutada pelos alunos que são contra o uso do celular em sala de aula.

D4: oh... vou explicar o mundo de hoje pra vocês... numa encenação assim... certo? o mundo de hoje... você acorda pega sua mochila... põe cinco livros porque você tem cinco matérias em um dia... talvez cinco cadernos ou talvez dois cadernos de de capa grossa. no mundo novo:... que o telefone vai ser nossa mochila... você pega o telefone... põe no bolso... beijo mãe... pra escola... o que você acha mais fácil? vai melhorar sua coluna... sua caminhada... vai melhorar os estudos porque o aluno vai ter mais facilidade de prestar atenção... muito mais fácil de prestar atenção... igual você disse... é muito difícil monitorar a escola inteira com o telefone... tem o *Avast* e o *DSRN Circuit*... dois melhores aplicativos de monitoramento do seu telefone... monitoram todos os aplicativos... monitora a sua memória... por que a escola não faz um *App* tão simples pra olhar o que o aluno tá fazendo?

Moderador: ((inteligível))

D3: você disse *Avast*... sabia que o *Avast* já foi processado várias vezes por uso impróprio de armazenamento? ele pega todas suas informações e vende no *Mercado Negro* por vá--rios milhões... milhares de dinheiro.

O trecho transcrito mostra bem o uso da autoridade conferida a alguns aplicativos e refutada por D3, que se lança a refutar as ideias defendidas por D4, usando dados colhidos da própria internet para desqualificar os argumentos defendidos.

Outro tipo de argumento que aparece no DC é o de **raciocínio lógico**. É o que podemos observar no seguinte trecho:

D4: e que quase todo mundo hoje em dia tem... concordam comigo? todo mundo tem um celular sempre na mão... ou seja... se é um aparelho que quase todo mundo tem e é de fácil acesso...por que a gente não pode unir o útil ao agradável?

Auditório: ((aplausos))

Nesse trecho, observamos que a estratégia usada por D4 deu certo, pois a força de seus argumentos conseguiu convencer o auditório, o que fica claro quando ocorre a manifestação do auditório por meio de aplausos. A ideia de que quase todo mundo tem um celular hoje em dia, foi encadeada pela pergunta: por que não unir o útil ao agradável? Ou seja, por que não usar o aparelho que é tão agradável de uma maneira prática na escola? Essa ideia foi prontamente acatada pelo auditório deixando os demais debatedores sem argumentos para replicar. Aqui, vimos o que nos recomenda os estudiosos da área da argumentação, a adesão dos espíritos, convencer seu público da veracidade de suas ideias com astúcia e sem imposições.

Com base no que já expomos, é possível depreender que houve uma considerável melhoria na qualidade dos argumentos no segundo debate, a força interlocutiva e interacional estava mais bem estruturada. Foi o que verificamos em vários trechos da transcrição do DC. Os movimentos argumentativos, a clareza e a intencionalidade com que foram proferidos os questionamentos e a força de tentar convencer o opositor, o movimento das proposições seguidos de refutações, e os papéis bem definidos caracterizaram o segundo debate.

De uma maneira geral os alunos estavam mais falantes e descontraídos. É o que podemos observar na maneira como se expressaram e na qualidade dos argumentos levantados. Houve, também, melhoria na postura do moderador e maior consciência dos papéis que cada componente exerceu dentro da estrutura composicional do gênero trabalhado. Observamos isso quando pedimos que alguns alunos manifestassem seu parecer em relação ao debate conclusivo e alguns disseram que foi melhor que o outro, porque o moderador atuou mais e os debatedores estavam mais desinibidos e mais concentrados. Outra avaliação positiva do trabalho foi quando estávamos trabalhando o conteúdo programático curricular após o projeto, e os alunos falavam: “vamos debater, tenho já alguns temas em mente que dariam um ótimo debate”; “quero ser o moderador”; e ainda, “no último debate, eu teria debatido melhor”.

Com base nos dados analisados acima, podemos depreender que os objetivos elencados para o DP como também para o DC – lembrando que tínhamos como objetivo no DP verificar o que os alunos sabiam sobre o gênero debate (diagnose) e, no DC, averiguar a desenvoltura

dos alunos durante o debate: como organizaram as ideias, a seleção lexical, a fluência comunicativa, os aspectos do oral público (registro formal), discurso argumentativo, aspectos próprios da oralidade (postura, polidez, troca de turnos) e a prosódia – foram todos alcançados. A partir disso, podemos analisar algumas questões que foram levantadas no início deste trabalho.

Começaremos pela primeira: O gênero debate pode ajudar o aluno a organizar melhor suas ideias em torno de determinado assunto, aumentando assim a sua competência comunicativa? Para responder essa primeira pergunta, nos deparamos com um trabalho que não se constitui uma tarefa fácil, pois muitas foram as dificuldades que encontramos na tentativa de implementarmos as oficinas da proposta didática. Porém, apesar das dificuldades, um trabalho voltado para a modalidade falada da língua requer dedicação e esforço dos professores que pretenderem implementá-lo de maneira sistemática e ligado à rotina da sala de aula. Em relação ao gênero trabalhado, o debate é uma ferramenta que deve ser usada na sala de aula de maneira contundente, pois esse gênero pode, juntamente com outros gêneros orais, aumentar e ampliar a competência comunicativa dos alunos que, ao se lançarem ao desafio de sair do papel de ouvinte e passar a ser autor e protagonista, ampliam seu horizonte de atuar em sociedade.

A segunda pergunta é um desenrolar da primeira quando preconiza: Os gêneros orais públicos, em especial, o gênero debate, se constituem ferramentas indispensáveis para ampliação dos conhecimentos linguísticos, adequação vocabular, autonomia argumentativa, organização de ideias, sociabilização e interação dos usos linguísticos?

Os gêneros orais públicos são ferramentas de ensino que levam os alunos a um aprendizado aprofundado, pois, ao fazermos uso de gêneros orais públicos como o debate, conseguimos ampliar o repertório linguístico do aluno. Além disso, podemos perceber que durante as oficinas, os alunos foram gradativamente se apropriando de leituras que traziam informações importantes ligadas aos temas desenvolvidos nos debates. Portanto, não havia como não ler, assim o interesse do aluno estava sempre direcionado à etapa posterior, ou seja, à oficina seguinte. Assim sendo, para o aluno se sair bem em determinada oficina e nos debates, ele precisou estar sempre atento e antenado às propostas de cada oficina, ampliando cognitivamente as possibilidades de entender como o gênero funcionava e, também, como se apropriar das informações que lhes serviria de referência para a etapa seguinte até chegarmos ao debate conclusivo. Ademais, o que nos chamou a atenção foi como os alunos ficavam alegres durante as oficinas, pois isso mostra que o aprendizado estava sendo significativo para a maioria.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar do oral é falar da mudança de perspectiva de ensino, saindo da passividade para uma atuação ativa e responsiva, embasada em documentos legais como a BNCC (2017) e os PCN (1998). Assim sendo, devemos olhar para a língua falada, levando em consideração seu uso, seu contexto e sua relação com a escrita, pois essas duas modalidades estão intimamente imbricadas conforme observamos durante a aplicação de nossas oficinas. Além disso, a modalidade falada da língua tem características próprias (repetições, hesitações, entonação, polidez etc.) que só são visíveis no instante em que o locutor profere seu discurso, segundo averiguamos durante a realização dos debates que compuseram nossa proposta interventiva.

Outro fator ligado à língua falada é a questão da adequação vocabular atrelada ao gênero que se deseja trabalhar. Como trabalhamos com o gênero debate que pertence à esfera pública, portanto, exigindo o uso da norma culta, tivemos que alertar os nossos alunos em relação à linguagem empregada durante o debate, ressaltando que eles poderiam usar uma linguagem menos formal em seu cotidiano, pois isso não incorria em erro devido à situação. Para Marcuschi (2007), a situacionalidade é uma característica influenciadora nas escolhas lexicais de um texto oral ou escrito, uma vez que é estabelecida, levando em consideração as relações culturais, sociais, históricas e cognitivas. Durante o debate, admitiríamos apenas a linguagem mais formal, dado que essa característica era primordial para caracterizar o debate regrado. Verificamos que durante o DC, os alunos atuaram melhor e usaram a norma culta durante quase todo o debate.

No início de nossa pesquisa, levantamos as seguintes hipóteses: a) O gênero debate ajuda o aluno a desenvolver sua capacidade linguística; b) Esse gênero, em particular, ajuda o aluno a desenvolver sua capacidade argumentativa; c) Um trabalho voltado para a aplicabilidade e a sistematicidade da língua falada, em especial o oral público, ajuda o aluno a aprender a se posicionar autonomamente diante das questões que surgem em seu meio social.

A primeira e a segunda hipóteses que levantamos, foram confirmadas ao investigarmos a aplicação das oficinas, principalmente quando passamos a analisar os debates (DP) e (DC), pois, segundo essa análise, verificamos uma acentuada melhoria na capacidade linguística dos alunos participantes, inclusive na criação de argumentos mais organizados e menos vazios. A outra questão aludida pela terceira hipótese nos foi confirmada quando aplicamos as quatorze oficinas, de maneira que uma oficina levava à subsequente, aumentando a fixação do que se desejava ensinar.

Concluimos que se faz necessário um trabalho sistemático com o oral público e que esse deve constar no planejamento das aulas de Língua Portuguesa e até de outras disciplinas, a fim de que o aluno tenha a oportunidade de saber se posicionar diante das necessidades comunicativas que surgirem na sua comunidade.

Acreditamos que se faz emergencial um trabalho com vistas à aplicabilidade do oral público, via gêneros orais, para minimizar alguns entraves que permeiam nossas instituições de ensino, especialmente nas aulas de Língua Portuguesa. Desse modo, precisamos melhorar a qualidade do que é oferecido aos nossos alunos, que já estão cansados de estarem na posição de interlocutor, ajudando-os a se tornarem locutores e atores de suas escolhas comunicativas. Para isso, é importante construirmos ambientes educacionais que tragam a realidade em seu planejamento e considere o aluno como ser participante e ativo dentro de um ambiente sociointeracionista.

O que observamos até o presente momento é um ensino ainda pautado em práticas que fogem à realidade. Temos um sistema educacional que necessita de melhorias e que está procurando alternativas para atender às necessidades mais urgentes, inclusive em termos qualitativos. Falamos de professores que necessitam de melhor formação acadêmica (e de formação continuada) para renovar suas práticas. Nossos alunos compõem uma massa que representa quantidade, mas a educação brasileira ainda não alcançou a qualidade que todo país almeja, formando uma parcela da população que, até o momento, não conhece bem seus direitos. Nossos estudantes aceitam quase tudo passivamente e não aprenderam a fazer boas escolhas eleitorais. Esquecem-se de que uma nação é feita com cidadãos que sabem falar e, principalmente, sabem como falar, visto que têm consciência do que dizem. Entretanto, essa condição só será alcançada se for feito um bom trabalho com a oralidade desde a tenra idade até a universidade. Há alunos que ingressam no ensino superior, no entanto não conseguem fazer uma exposição oral porque não desenvolveram essa competência nas instâncias anteriores.

Consoante o exposto, esperamos, com este trabalho, ter contribuído em prol de se aplicar o ensino do oral ou dos orais públicos nas aulas de Língua Portuguesa de maneira sistemática. Além disso, ter colaborado para acentuar a necessidade do ensino dos gêneros orais, que tem sido negligenciado nas escolas. É imprescindível, que a modalidade falada da língua deixe de ser alegoria, para se constituir como eixo central, perpassando todos os campos do conhecimento, auxiliando o ensino em todas as suas etapas e caminhando de mãos dadas com a escrita a fim de edificar e consolidar todas as práticas que levam a um verdadeiro aprendizado e a um ensino digno.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. S. **A arte de argumentar**: gerenciando razões e emoção, São Paulo: Ateliê Editora, 13. ed. 2011. Disponível em: <https://designunip.files.wordpress.com/2011/08/a-arte-de-argumentar-antonio-suarez-abreu.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- ANDRADE, C. D. Amar. *In: Carlos Drummond de Andrade*. [S. l.], [20--]. Disponível em: <http://carlosdrummonddandrade.blogspot.com/2016/01/poema-favorito-amar.html>. Acesso 11 fev. 2019.
- ANDRADE, C. D. Poema de sete faces. *In: Cultural Genial*. [S. l.], [20--]. Disponível em: <https://www.culturagenial.com/poemas-de-carlos-drummond-de-andrade/>. Acesso em: 18 maio 2019.
- AQUINO, Z. G. O. Gêneros orais, argumentação e ensino de língua portuguesa. **Revista Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 227-248, jan./jun. 2015. ISSN 1517-4530. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v17i1p227-248>.
- AQUINO, Z. G. O. Diálogos da mídia – o debate televisivo. *In: PRETI, D. (org.). Diálogos na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2008. p.171-193.
- ARAUJO, L. S. Entrevista radiofônica em espanhol: delimitações do gênero discursivo. *In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA*. 2013, Uberlândia. **Anais** [...]. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, EDUFU, 2013, v. 3, n. 1. Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2013_724.pdf. Acesso em: 22 fev. 2020.
- BAGNO, M. **Norma oculta**: língua & poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BAIRRO Custódio Pereira. *In: AMCUP*, Uberlândia, [20--]. Disponível em: <https://www.farolcomunitario.com.br/amcup/>. Acesso em: 18 nov. de 2018.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARROS, J. B. ROSA, A. L. T. A produção textual na escola: abordagens do gênero debate em estudo. *In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA*. 2012, Uberlândia. **Anais** [...]. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. v. 2, n. 1. Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/07/volume_2_artigo_156.pdf. Acesso em: 29 jul. 2019.
- BARROSO, T. Gênero Textual como Objeto de Ensino: Uma Proposta de Didatização de Gêneros do Argumentar. **Revista SIGNUM: Estudos da Linguagem**, Londrina, n. 14/2, p. dez. 2011.
- BATISTA, G. C. Quais são as últimas notícias sobre o direito ao aborto no Brasil? *In: Justificando – Mentres quietas pensam direito*. [S. l.], 2020. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/08/09/quais-sao-as-ultimas-noticias-sobre-o-direito-ao-aborto-no-brasil/>. Acesso em: 01 nov. 2018.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: 3º e 4º ciclos do Ensino fundamental de Língua Portuguesa**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria da Educação Fundamental, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documento-curricular/>. Acesso em: 04 jul. 2018.

BRETON, P. **A argumentação na comunicação**. Tradução de Viviane Ribeiro, 2. ed. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemos na escola, e agora? Sociolinguística e educação**. São Paulo: Parábola, 2005.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial.2004

CALVET, L. **Tradição oral & tradição escrita**: Tradução Waldemar Ferreira Neto e Maressa de Freitas Vieira. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

CAMPOS, J. P. Marina vetaria descriminalização do aborto, se aprovada pelo Congresso. *In: Revista Veja*. [São Paulo], 2018. Disponível: <https://veja.abril.com.br/politica/marina-vetaria-descriminalizacao-do-aborto-se-aprovada-pelo-congresso>. Acesso em: 19 set. 2018.

CARTA ao leitor. *Revista Veja*. [São Paulo], 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/revista-veja/carta-ao-leitor-a-lei-do-aborto/> Acesso em 31 out. 2018.

CARVALHO, R. S. FERRREZI- JR, C. Oralidade na educação básica: o que saber, como ensinar. São Paulo: Parábola, 2018.

CELULAR e sala de aula. *In: Brasil Escola*. [S. l.], [20--]. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/celular-sala-aula.htm>. Acesso em: 01 nov. 2018.

COMO vencer um debate. [S. l.], 2017. 1 vídeo (4 min). *In: Canal Minutos Psíquicos*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S2MR9TsvdZ0>. Acesso em: 02 nov. 2018.

DEBATES públicos entre os candidatos à eleição para Reitor-Capital. [São Paulo], [20--]. 1 vídeo (5 min). *In: Canal iptvusp*. Disponível em: <http://iptv.usp.br/portal/video.action?idItem=37866>. Acesso em: 19 set. 2018.

DIONISIO, A. P.; HOFFNAGEL, J. Estratégias de textualização na fala e na escrita. *In: MARCUSCHI, L. A.; DIONISIO, A. P. (org.). Fala e escrita*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. cap. 5, p. 105-122.

DI RAIMO, L. C. F. D.; BURACH, C. A. M. Oralidade ou oralização da escrita? uma análise do livro didático letramento e alfabetização. *In: Caderno Seminal Digital*, ano 22, n. 26, v. 1

jul./dez., 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12957/cadsem.2016.25032>. Acesso em: 25 fev. 2020. ISSN 1806-9142 DOI: 10.12957.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B.; HALLER, S. O oral como texto: como construir um objeto de ensino. *In*: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização Roxane Rojo e Glaís S. Cordeiro. 3. ed. Campinas: Mercado das Letras, 2013. cap. 6, p. 125-155.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. ; PIETRO, J. F. Relato da elaboração de uma sequência: o debate público. *In*: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização Roxane Rojo e Glaís S. Cordeiro. 3. ed. Campinas: Mercado das Letras, 2013. cap. 9, p. 213-239.

DUCROT, O. Argumentação e “topoi” argumentativos. *In*: GUIMARÃES, E. **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989.

ESOPO. A rosa e a borboleta *In*: Metáforas. São Paulo, 2004. Disponível em: <https://metaforas.com.br/infantis/2004-02-26-a-rosa-e-a-borboleta.htm>. Acesso em: 31 out. 2018.

FAVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O.; AQUINO, Z. Reflexões sobre oralidade e escrita no ensino de língua portuguesa. *In*: ELIAS, V. M. (org.). **Ensino de Língua Portuguesa: oralidade, escrita e leitura**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 13-27.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo, Parábola Editorial, 2008.

GALEMBECK, Paulo de Tarso. O turno conversacional. *In*: PRETI, D. (org.) **Análise de textos orais**. São Paulo, Humanitas Publicações FFLCH/USP, 1999, v. 1, p. 55-79.

GLASBERGEN. Charge. *In*: **Blog Professora Pamela Niero**. [S. l.], 2012. Disponível em: <https://profpamela.wordpress.com/2012/04/15/tipologia-argumentativa/>. Acesso em: 03 dez. 2018.

GOOGLE MAPS. **Localização geográfica do bairro Custódio Pereira**. Uberlândia, [201-], Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Cust%C3%B3dio+Pereira,+Uberl%C3%A2ndia+-+MG/@18.8982443,48.2552706,14z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x94a44f7ca648aedb:0xe8e2063976bb2dc8!8m2!3d-18.896254!4d-48.2381088>. Acesso em: 20 dez. 2019.

GOULART, C. A caracterização do gênero exposição oral no contexto das práticas de linguagem na escola. **Revista Olhares & Trilhas**, Uberlândia. v. 19, n. 2 . jul. /dez. 2017. ISSN 1983-3857. p. 236-264. DOI: 10.14393/OT2017v19.n.2.230-258. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/40811-Texto%20do%20artigo-169726-1-10-20171228.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2019.

HÁ UMA APATIA na atual geração de jovens para participar de ações sociais que visem o bem da coletividade? *In*: **Escrevendo o futuro**. [S. l.], 2013. Disponível em: <https://www.escrevendoofuturo.org.br/conteúdo/vídeos/a-olimpiada/artigo/2080/o-debate-de-belo-horizonte-bloco-2>. Acesso em: 02 nov. 2018.

JUBRAN, C. C. A. Tópico Discursivo. *In*: JUBRAN, C. C. A. S; KOCH, I. G.V. (org.). **Gramática do Português falado no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2006.

LAGO, C. J. M. C. A importância da competência comunicativa no processo de ensino-aprendizagem: uma investigação das práticas de oralidade e de letramento. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA. 2012, Uberlândia. **Anais** [...]. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. v. 2, n. 1. ISSN 2237-8758. Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wpcontent/uploads/2014/06/volume_2_artigo_063.pdf. Acesso em: 29 jul. 2019.

LYONS, John. **Introdução à linguística teórica**. São Paulo: Nacional/EdUSP. 1979.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. Tradução FILHO, C. V. **Análise da conversação**: princípios e métodos. São Paulo: Parábola, 2006.

KLEIMAN, A. B. Modelos de Letramento e as Práticas de Alfabetização na Escola. *In*: KLEIMAN, A. B. (org.). **Os significados do letramento**: novas perspectivas sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1999. v. 1, p. 15-61.

KLEIMAN, A. B. Os estudos do letramento e a formação de professores de língua materna. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 487-517, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ld/v8n3/05.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019. <https://doi.org/10.1590/S1518-76322008000300005>

KOCH, I. G. V. **Argumentação e Linguagem**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KOCH, P.; OESTERREICHER, W. Oralidad y escrituralidad a la luz de la teoría del lenguaje. *In*: KOCH, Peter. OESTERREICHER, Wulf. LÓPEZ SERENA, Araceli. *Lengua hablada en la Romania: español, francés, italiano*. Madrid, Gredos, 1990.

KOCH, I. V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2008.

MALES do celular. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 jun. 2011. Seção Opinião. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0306201102.htm>. Acesso em 04 Mar. 2019.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**. São Paulo: Princípios, 2008a.

MARCUSCHI, L. A. A oralidade no contexto dos usos linguísticos: caracterizando a fala. *In*: MARCUSCHI, L. A.; DIONISIO, A. P. (org.). **Fala e escrita**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. cap. 3, p. 57-84.

MARCUSCHI, L. A. **A Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCUSCHI, L. A. Letramento e oralidade no contexto das práticas sociais e eventos comunicativos. *In*: MARCUSCHI, L. A.; SIGNORINI, I. (org.). **Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento**. Campinas: Mercado das Letras, 2008. p. 23-50.

MARCUSCHI, L. A. O diálogo no contexto da aula expositiva: continuidade, ruptura e interação. *In*: PRETI, D. (org.). **Diálogos na fala e na escrita**. São Paulo: Humanitas, 2008c. p. 45-83.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In*: DIONISIO, A. P. et al. **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

MARCUSCHI, L. A. Oralidade e Escrita. *In*: **Signóstica**, [Goiânia], v. 9, n. 1, 119-145, jan./dez. 1997. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sig/article/view/7396>. Acesso em 25 fev. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5216/sig.v9i1.7396>

MEIRELLES, A. Entenda como o aborto é tratado ao redor do mundo. **Revista Superinteressante**. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://super.abril.com.br/sociedade/entenda-como-o-aborto-e-tratado-ao-redor-do-mundo>. Acesso em: 01 nov. 2018.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. **Proposta Curricular de Português para o Ensino Fundamental**, 2005.

MIRANDA, N. S. Educação da Oralidade ou cale a boca não morreu. **Revista ANPOLL**, Juiz de Fora, n. 18. p.159-182, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.ufjf.br/projetodeoralidade/files/2018/06/8-Educa%C3%A7%C3%A3o-da-oralidade-ou-cala-a-boca-n%C3%A3o-morreu-Neusa-Salim-Miranda-2005.pdf>. Acesso em: 15 set. de 2019.

MORANDO, O. Celular em sala de aula: uma proibição necessária. *In*: **Assembleia Legislativa**. São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/noticia/?22/06/2015/opiniao___celular_em_sala_de_aula___uma_proibicao_necessaria. Acesso em: 03 dez. 2018.

MORAES, V. Soneto de fidelidade. *In*: **Vinicius de Moraes**. [S. l.], [20--]. Disponível em <http://www.viniciusdemoraes.com.br/pt-br/poesia/poesias-avulsas/soneto-de-fidelidade>. Acesso em 11 fev. 2019.

OLIVETO, P. Uso excessivo de celular pode comprometer funcionalidade de neurônios. **Correio Brasiliense**. [S. l.], 2017. Seção Ciência e Saúde. Disponível em: https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2017/12/03/interna_ciencia_saude,645067/quais-sao-as-consequencias-do-uso-excessivo-de-celular.shtml. Acesso em: 27 de jul. 2019.

PAVIANI, N. M. S.; FONTANA, N. M. Oficinas pedagógicas: relato de uma experiência. **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 14, n. 2, p. 77-88, maio/ago. 2009.

PLATIN, C. **A argumentação**. Tradução Marcos Marcionilo, São Paulo: Parábola, 2008.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução Maria Ermantina Galvão. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983 [1958].

POSSENTI, S. **Reescrita de textos: sugestões de trabalho**. São Paulo: Unicamp, 2008.

PRETI, D. (org.). **Diálogos na fala e na escrita**. São Paulo: Humanitas, 2008.

PRETI, D. **Estudos de língua oral e escrita**. Rio de Janeiro: Lucena, 2006.

PRETI, D. (org.). **O discurso oral culto**. 2 ed. São Paulo: Humanitas, 1999.

QUEIROZ, I.; ZANELATO, J.; OLIVEIRA, K. Análise da conversação em uma entrevista: interação entre falantes. **Revista Anagrama**, São Paulo, ano 1, ed. 3, mar./maio, 2008.

RECORD TV. **Celular em sala de aula?** Veja como escolas estão se adaptando à nova realidade. [S. l.], 2015. 1 vídeo (6 min). Disponível em: <https://recordtv.r7.com/hoje-em-dia/videos/celular-em-sala-de-aula-veja-como-escolas-estao-se-adaptando-a-nova-realidade-14102018>. Acesso em: 14 fev. 2018.

RIBEIRO, R. M. A construção da argumentação oral no contexto de ensino. São Paulo: Cortes Editora, 2009.

ROJO, R. Letramento escolar, oralidade e escrita em sala de aula: Diferentes modalidades ou gêneros do discurso? *In*: MARCUSCHI, L. A.; SIGNORINI, I. (org.). **Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento**. Campinas: Mercado das Letras, 2008. p.51-74.

ROJO, R. Esferas ou campos de atividades humanas. *In*: **Glossário Ceale**. Belo Horizonte, [20--]. Disponível em: <http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/esferas-ou-campos-de-atividade-humana>. Acesso em: 29 fev. 2020.

SANTOS, J. **Debate entre alunos sobre o uso do celular na sala de aula**. [S. l.], 2015. 1 vídeo (7 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j7DxeGKc1eU>. Acesso em: 14 fev. 2018.

SANTOS, R. C. M.; MOLINA, N. L.; DIAS, F. V. **Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos**. Curitiba: Ibpx, 2007.

SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas. *In*: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização Roxane Rojo e Gláís S. Cordeiro. 3. ed. Campinas: Mercado das Letras, 2013. Cap. 1, p.19-34.

SEMIFINALISTAS das Olimpíadas de Língua Portuguesa. *In*: **Escrevendo o futuro**. [S. l.], 2013. Disponível em: <https://www.escrevendoofuturo.org.br/conteúdo/vídeos/a-olimpiada/artigo/2080/o-debate-de-belo-horizonte-bloco-2>. Acesso em: 02 nov. 2018.

SILVA, A. C. **Legalização do Aborto 1A**. [S. l.], 2015. 1 vídeo (7 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2GJyDHFfnoE>. Acesso em: 14 fev. 2018.

SILVA, T. C. **Fonética e fonologia do português**: roteiro de estudos e guia de exercícios. 10. ed., 3. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

SOARES, R. M. F.; PICCOLOTTO, L. **Técnicas de impositação e comunicação oral**. São Paulo: Loyola, 1977.

SOUZA, M. Projeto estabelece que a personalidade civil começa com fecundação do óvulo. *In: Câmara dos deputados*, 2018, Brasília. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/550332-projeto-estabelece-que-a-personalidade-civil-comeca-com-fecundacao-do-ovulo/>. Acesso em 03 out. 2019.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1996.

TRANSCRIÇÃO do debate da TV Globo entre candidatos a prefeito de SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 out. 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1176189-leia-a-transcricao-do-debate-da-tv-globo-entre-candidatos-a-prefeito-de-sp.shtml>. Acesso em: 11 fev. 2019.

[TRANSCRIÇÃO]. **Revista Anagrama**. São Paulo, ano 1, ed. 3, mar./maio, 2008.

TRAVAGLIA, L. C. **Gêneros Oraís – conceituação e caracterização**. Anais do SILEL. v. 3, n. 1. Uberlândia: EDUFU, 2013.

TRAVAGLIA, L. C. Tipologia textual e o ensino de língua. **Revista Domínios de Linguagem**. Uberlândia, v. 12, n. 3, p. 1336-1400, set. 2018. <https://doi.org/10.14393/DL35-v12n3a2018-1>

USO do celular em sala de aula. [S. l.], 2017. 1 vídeo (4 min). *In: UPFTV*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q0I4GGLWQG8>. Acesso em: 04 mar. 2019.

VIEGAS, A. Como aproveitar o uso do celular em sala de aula? *In: Par Plataforma Educacional*. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.somospar.com.br/uso-do-celular-em-sala-de-aula/>. Acesso em: 27 jun. 2018.

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA RESPONSÁVEL LEGAL POR MENOR DE 18 ANOS

Considerando a sua condição de responsável legal pelo(a) menor, apresentamos este convite e solicitamos o seu consentimento para que ele(a) participe da pesquisa intitulada **“ORALIDADE E ENSINO: uma proposta de trabalho com o gênero oral público debate nas aulas de Língua Portuguesa,”** sob a responsabilidade das pesquisadoras Maria do Livramento Gomes Rosa e Marlúcia Maria Alves, vinculadas a Universidade Federal de Uberlândia – UFU Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS Instituto de Letras e Linguística – ILEEL. Nessa pesquisa nós estamos buscando investigar a aplicabilidade do uso do oral público nas aulas de Língua Portuguesa e sua relevância para ampliar o poder argumentativo dos alunos, por meio da análise do gênero debate. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Maria do Livramento Gomes Rosa durante a reunião anual de pais, que acontece na escola, local da pesquisa, no início do ano letivo. Após explicar para os responsáveis como será o procedimento para a participação de cada aluno convocado a fazer parte da pesquisa, a pesquisadora seguirá, disponibilizando um tempo para o indivíduo decidir se concordará com a participação, com base no item IV da Resolução CNS 466/12. Na participação do(a) menor sob sua responsabilidade, ele(a) o participante da pesquisa será submetido a oficinas que mostrarão a importância de saber se posicionar mediante determinada situação linguística. Atividade essa que mostrará como o participante ampliará seu poder argumentativo. Será pedido ao participante, em duas das oficinas, que defenda um ponto de vista sobre determinado assunto, fazendo uso do gênero oral debate. A primeira atividade será usada como sondagem. A segunda, no final das oficinas, como avaliativa, dentro do mesmo gênero. Essas atividades serão gravadas e transcritas para comporem a pesquisa. Após a transcrição das gravações para a pesquisa, todo o material será desgravado. Em nenhum momento, nem o(a) menor nem você serão identificados. Os resultados da pesquisa serão publicados e, ainda assim, a identidade dele(a) e a sua serão preservadas. Nem ele(a) nem você terão gastos nem ganhos financeiros por participar na pesquisa. Há o risco de o participante de pesquisa ser identificado. Entretanto, para não contrariar a Resolução 466/12, as pesquisadoras se comprometem a guardar com sigilo absoluto a identidade dos participantes, sendo que os mesmos não serão identificados na pesquisa. Além disso, serão utilizados códigos para evitar a identificação dos participantes da pesquisa. Conforme mencionado anteriormente, os benefícios da pesquisa serão no intuito de contribuir para uma discussão mais frequente no ambiente

escolar. A qualquer momento, você poderá retirar o seu consentimento para que o(a) menor sob sua responsabilidade participe da pesquisa. Garantimos que não haverá coação para que o consentimento seja mantido nem que haverá prejuízo ao(a) menor sob sua responsabilidade. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos dados do(a) menor sob sua responsabilidade, devendo o pesquisador responsável devolver-lhe o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por você. O(A) menor sob sua responsabilidade também poderá retirar seu assentimento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, ele(a) também é livre para solicitar a retirada dos seus dados, devendo o pesquisador responsável devolver-lhe o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por você. Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Em caso de qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, você poderá entrar em contato com: Maria do Livramento Gomes Rosa - Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Instituto de Letras e Linguística (ILEEL), localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco U, sala 221, campus Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38400-902, telefone: (34) 32918323 e com Marlúcia Maria Alves - Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Instituto de Letras e Linguística (ILEEL), localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco U, sala 221, campus Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38400-902, telefone: (34) 32918323. Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, campus Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100, telefone: (34)3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, de de 20.....

Profª. Dra. Marlúcia Maria Alves

Profª. Maria do Livramento Gomes Rosa

Eu, responsável legal pelo(a) menor _____

consinto na sua participação na pesquisa citada acima, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do responsável pelo(a) participante da pesquisa

APÊNDICE B – Termo de assentimento para o menor

TERMO DE ASSENTIMENTO PARA O MENOR ENTRE 12 E 18 ANOS INCOMPLETOS

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada **“ORALIDADE E ENSINO: uma proposta de trabalho com o gênero oral público debate nas aulas de Língua Portuguesa”**, sob a responsabilidade dos pesquisadores Maria do Livramento Gomes Rosa e Marlúcia Maria Alves, vinculadas à Universidade Federal de Uberlândia – UFU Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS Instituto de Letras e Linguística – ILEEL. Nesta pesquisa nós estamos buscando investigar a aplicabilidade do uso do oral público nas aulas de Língua Portuguesa e sua relevância para ampliar o poder argumentativo dos alunos por meio da análise do gênero debate. O Termo de assentimento para o menor entre 12 e 18 anos incompletos será obtido pela pesquisadora Maria do Livramento Gomes Rosa após a reunião anual de pais, que acontece na escola, local da pesquisa, no início do ano letivo. Será entregue em reunião específica para esse fim, na escola, no início do ano letivo. Após explicar para os participantes como será a pesquisa, a pesquisadora seguirá, disponibilizando um tempo para o indivíduo decidir se concordará com a participação, com base no item IV da Resolução CNS 466/12. Na sua participação, você será submetido a oficinas que mostrarão a importância de saber se posicionar mediante determinada situação linguística. Atividade essa que mostrará como o participante ampliará seu poder argumentativo. Será pedido ao participante, em duas das oficinas, que defenda um ponto de vista sobre determinado assunto, fazendo uso do gênero oral debate. A primeira atividade será usada como sondagem. A segunda, no final das oficinas, como avaliativa, dentro do mesmo gênero. Essas atividades serão gravadas e transcritas para comporem a pesquisa. Após a transcrição das gravações para a pesquisa, todo o material será desgravado. Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa. Há o risco de o participante de pesquisa ser identificado. Entretanto, para não contrariar a Resolução 466/12, as pesquisadoras se comprometem a guardar com sigilo absoluto a identidade dos participantes, sendo que os mesmos não serão identificados na pesquisa. Além disso, serão utilizados códigos para evitar a identificação dos participantes da pesquisa. Conforme mencionado anteriormente, os benefícios da pesquisa serão no intuito de contribuir para uma discussão mais frequente no ambiente escolar. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para

solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa. Mesmo seu responsável legal tendo consentido, você não é obrigado a participar da pesquisa se não quiser. Uma via original deste Termo de Assentimento ficará com você. Em caso de qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, você poderá entrar em contato com: Maria do Livramento Gomes Rosa - Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Instituto de Letras e Linguística (ILEEL), localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco U, sala 221, campus Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38400-902, telefone: (34) 32918323 e com Marlúcia Maria Alves - Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Instituto de Letras e Linguística (ILEEL), localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco U, sala 221, campus Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38400-902, telefone: (34) 32918323. Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, campus Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100, telefone: (34)3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, de de 20.....

Assinatura do(s) pesquisador(es)

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do participante da pesquisa

APÊNDICE C – Questionário

QUESTIONÁRIO

Idade _____ Sexo: masculino () feminino () Ano escolar _____

Local em que reside (cidade) _____ (bairro) _____

Há quantos anos estuda nesta escola? _____

Média salarial de sua família, aproximadamente:

() Entre 1 e 2 salários mínimos () Entre 3 e 6 salários mínimos

() Entre 7 e 10 salários mínimos () Acima de 11 salários mínimos

() Não sei

Sua família é composta por quantos integrantes? _____

Em sua casa há computador? Sim () Não ()

Em caso afirmativo, você utiliza o computador para pesquisa? Sim () Não ()

1-Você costuma expor suas ideias nas aulas de Língua Portuguesa? Sim () Não ()

2-Você costuma argumentar ou contra argumentar com os colegas defendendo seu ponto de vista sobre determinado assunto? Sim () Não ()

3-Você costuma questionar com colegas e ou professores quando não concorda com o que ouviu sobre determinado assunto? Sim () Não ()

4-Você se sente seguro para falar em público? Sim () Não ()

5-Já participou de apresentações, seminários, jogos, dentro da escola, ou fora dela? Sim () Não ().

Se sua resposta for sim. Qual ou quais? _____

6-Já participou de algum debate na escola, ou fora dela? Sim () Não ().

Se sua resposta for sim, qual ou quais? _____

7-Quando o professor faz alguma pergunta a você, você consegue responder sem demora e com precisão? Sim () Não ()

8-Seus colegas dizem que você durante uma apresentação:

a- Fala muito

c- Fala com facilidade

b- Fala pouco

d- Tem dificuldade para falar

9-Você costuma ler além do que se é exigido na escola? Sim () Não ()

10-Que fontes suportes você usa para buscar informações?

a-Internet

b-Revistas

c- Jornais

d- Outros _____

11-Quando fala com alguma autoridade escolar como diretor(a) ou vice-diretor(a), você se preocupa com a maneira como articula seus apontamentos, e tenta falar mais formalmente?

Sim () Não ()

APÊNDICE D – Transcrição do DP

Transcrição do debate piloto (DP)

D1: ... dos *Direitos Humanos* é:: todo humano pode viver... então... se todo humano pode viver... você não pode matar uma criança... também tem a questão de... o aborto é literalmente homicídio... então é um crime...

D2: é o seguinte... não tem porque a gente ser a favor do aborto porque a criança não teve culpa de nascer ou de ter de ser criada pelo pai que não sabe o que é camisinha... então... se a criança não tem culpa ela não pode ser abortada como um “lixo”... porque ela não tem culpa disso... quem digita um é porque está concordando

Moderador: Vai... A

Moderador: Vai... A. Fala qualquer coisa aí...

D3: sou a favor do aborto se o filho for nascido pelo estupro

D2: oh... é o seguinte... o argumento que ele acabou de utilizar é um argumento falho... porque todos nós já sabemos que o aborto pelo estupro não é crime... se você estuprar uma pessoa e ela abortar... o aborto pelo estupro não é crime... agora estuprar a pessoa é... não é possível que vocês não saibam que isso é crime... você abortar sem ser estuprada... mas se você for estuprada e abortar a criança é aceito... quem concorda digita um

D1: olha... eu acho que eu meio que entendi o que o A quis dizer... eu entendi que se o aborto for legalizado o que vai acontecer? talvez possa acontecer de... talvez ter menos morte com as mulheres que vão abortar... também pode acontecer de ter menos mulheres mortas... porque as mulheres vão a lugares clandestinos e elas fazem o processo... então isso aí... causaria...

D4: ... falou de método intra conceptivo né? se caso o aborto for legalizado obviamente com ela começou a falar a taxa de mortalidade das mulheres pobres... principalmente negras vai abaixar bastante... eu sou a favor do aborto porque ele pode ir pra o orfanato... o moleque... mas não se sabe as condições do orfanato e nem da família que vai criá-lo... nem sempre de uma família e vai ter que passar uma e pra outra família... então... a mentalidade da criança vai sofrer desde pequena por causa que ela foi abandonada pelos pais e ela não se encaixa em nenhum lar adotivo... isso pra mim... acho que não vai ser legal nem pra criança

D4: ... tá falando que ele não vai sentir?

D1: olha pra você estar falando dessas estatísticas... eu faço a mesma pergunta... você já passou por esta situação pra você estar falando?

D4: minha prima

D1: sua prima... mas você? eu estou falando você...

D4: não... mas eu vi a vida que ela está vivendo agora (ininteligível)

D1: não... você já passou por abandono ou por...

D4: ... não... nunca passei... mas já...

D1: ... teve problemas na família?

D4: sim

D1: todo mundo aqui teve

Informantes: eu não

D1: então... L... seus pais nunca brigaram?

D4: isso não está no debate (ininteligível)

D1: moderador... site todas as regras... alguma regra fala... o debatedor não pode conversar com o ouvinte? todos vocês são ouvintes... tem alguma regra assim? Então... eu posso conversar com o ouvinte. tá bom... voltando ao assunto...

D2: ... do mesmo jeito que a gente não pode falar com o ouvinte... o ouvinte também não pode entrar na nossa discussão... você já viu essa situação como você acabou de explicar... dê um depoimento pra nós então...

D4: não preciso dar depoimento porque quem passou não fui eu... eu apenas passei momentos com ela... então... eu posso dizer que isso não é uma experiência muito boa, que ela passou e que ela está vivendo até hoje... porque... cara... se você não passou você não pode falar que simplesmente a pessoa não vai notar ou não vai sentir, tem que primeiro viver a situação... pra depois falar alguma coisa

D2: é o seguinte: eu tenho nove irmãos... certo? o primeiro irmão que eu tive... ele sofreu por isso... o pai dele abandonou ele e a minha mãe foi a única que teve que cuidar dele... ele simplesmente não ficou triste por essa situação... soube se adaptar.... igual como você acabou de falar... não é todo mundo...

Moderador: ... pode parar o assunto

D2: isso é o quê?

Moderador: isso é uma história.

D2: moderador vamos...

Moderador: ... tá contando uma história

D2: mas... isso é um assunto

D1: isso é um exemplo do assunto... é um exemplo de abandono

D2: e o assunto é o quê?

Moderador: a gente não está falando de abandono

D2: do mesmo jeito que ela falou... eu estou falando

D1: ela falou que a prima dela sofreu o abandono... vai continua

D2: e do mesmo jeito que ele soube se adaptar ela não pode ter se adaptado? esse é um argumento que qualquer um pode usar... por isso que essa situação sobre aborto ou não aborto tem que ser discutido em dinheiro... se você pagar pro médico pra ele ficar calado você pode abortar de boa

Auditório: não entendi nada

D4: e as mulheres que sofrem por isso... que morrem por isso... é só o dinheiro que ela vai dar pro médico e acabou? e a família dela? ela vai ter mãe... ela tem pai... ela tem família... não quer dizer que porque ela apenas pagou pro médico que não vai acontecer nada... o aborto é clandestino e muitas vezes colocam um chumbo dentro do útero da mulher e se ela chegar passando mal no outro dia... no hospital... falando que ela cometeu um aborto... provavelmente ela vai ser presa, porque isso é crime

D2: e por que você é a favor?

D4: porque eu sou a favor? porque não tendo mais clínicas clandestinas isso vai facilitar muito mais a vida das mulheres e vai obviamente acabar com a... não acabar... mas pelo menos abaixar a mortalidade com o aborto porque quem mais sofre com isso são as mulheres não o feto porque muitas das vezes pode se dizer que não é um ser humano porque ainda não está desenvolvido

D1: como você disse a grávida... a gestante... ela tem pai... tem mãe e tem família... se ela tem pai... tem mãe e tem família... ela tem onde se abrigar e cuidar do filho dela... então... você está falando... se o problema é a criação da pessoa...ela pode recorrer à família... então... por que você é a favor do aborto se a única coisa que tem é a criação da pessoa... não é por causa... tipo... vamos supor... a pessoa ela vai abortar porque ela não quer ter um filho? só isso?

Auditório: sim, não

D4: porque a mulher não pode decidir o que ela vai fazer com o corpo dela e você homem pode decidir?

D2: porque simplesmente não é o corpo dela... pode ser qualquer outra coisa... ela pode tá matando um médico que pode salvar e proteger alguém... ela pode estar matando alguma pessoa que pode ajudar o mundo

D4: ele ainda não é um ser vivo...então... ele não pode ser chamado de um ser humano

D2: mas.... como você tem certeza disso?

D4: não é homicídio com o C falou no começo do debate

D1: eu disse que era homicídio?

D4: sim... você falou que é homicídio... mas não é? porque o feto não é cem por cento ser humano ainda porque ele não tá formado

D1: o seu corpo é feito de quê? células... se têm células dentro de você é o quê? um corpo humano... se têm células humanas dentro de você é um corpo humano...não é? não importa o tamanho... o quanto que ele viveu

APÊNDICE E – Transcrição do DC

Transcrição do debate de conclusão (DC)

Moderador: estamos aqui para debater o uso de celular em sala de aula... a favor temos a candidata S... VH e contra C e V...é...: quem vai começar vai ser o contra... tem três minutos a partir de agora

D1: bom dia

Auditório: bom dia

D1: as primeiras perguntas que eu queria fazer para para o nosso debate são... como o celular poderia ajudar e se ele atrapalhasse na nossa aula? se os alunos usassem muito o celular em aula... você concordaria que...: haveria muitas distrações e eles não prestariam na aula? isso não iria ajudar os alunos no ensino... porém iria atrapalhar e atrapalhar muito

D2: eu acho que o uso do celular consiste em identificar alguns mais acomodados e eu quero fazer uma pergunta...: como vocês acham que o celular pode ajudar no meio da relação em não deixar os alunos acomodados?

D3: então... vamos lá:: vamos começar aqui... primeiramente... o telefone disponibilizado pela escola para o aluno utilizar não vai ser o dele... não vai ser qualquer telefone...vai ser um telefone modificado com o uso limitado do *Google* para ele não poder pesquisar qualquer coisa e que ele não possa instalar nada além dos aplicativos que a escola quer... então... ele não vai poder usar joguinhos ou se distrair com qualquer outro jogo que tenha no telefone... o telefone iria ajudar bastante com o meio ambiente... não iria precisar desmatar árvores para poder fazer caderno que iria descartar fora e comprar mais e lápis... a gente simplesmente iria ter um telefone para o resto da vida...: na escola:... a única coisa que a gente iria precisar é fazer atualizações

D4: você perguntou como o celular pode ser o quê?

D1: ... utilizado no meio...

D2: ... isso... como pode fazer bem... sem deixar os alunos acomodados?

D4: eu quero fazer uma pergunta pra todo mundo... vocês concordam que o celular é um dos aparelhos mais fáceis de acesso... concordam comigo?

Auditório: concordam

D4: e que quase todo mundo hoje em dia tem... concordam comigo? todo mundo tem um celular sempre na mão... ou seja... se é um aparelho que quase todo mundo tem e é de fácil acesso... por que a gente não pode unir o útil ao agradável?

Auditório: ((aplausos))

Moderador: por que você acha que isso prejudicaria os alunos?

D1: eu acho que isso prejudicaria os alunos porque... se o aluno está com a posse do celular em mãos... ele não vai prestar atenção ao que o professor ou professora está passando no quadro e assim...terão mais alunos ficando no nono... sétimo ano que passando e concluindo seus estudos

D2: eu acho que o telefone com...consiste em deixar o aluno acomodado e não prestar atenção às aulas do professor... o telefone consiste em tirar a atenção do aluno

Moderador: o que vocês acham sobre isso que eles disseram?

D3: como nós estávamos falando... o telefone da escola vai ser um telefone modificado... certo? já falei isso antes. oh, na hora que o professor...: estou falando isso porque eu vi num projeto... isso é real... está no *Youtube*... quando o professor estiver explicando a matéria... o telefone vai tá como posso falar... no modo ocioso... ele vai estar de tela preta... os alunos não vão poder estar mexendo e assim eles não vão poder estar se distraíndo e mesmo assim... o professor.../ não se trata apenas do aluno... o professor também tem que ter a voz pra falar aos alunos pra não mexerem no telefone... não simplesmente falar que o adolescente... a criança ou talvez o adulto que vai tentar concluir o *Ensino Médio* não vai conseguir mexer no telefone... porque não consegue prestar atenção no professor.... se a gente vai mexer no telefone... por que o professor não pode estar no *Notebook*... lançando a matéria em nossa tela em vez de estar explicando?

D4: é... você falou que com o celular o adolescente pode ficar mais acomodado... eu creio na hipótese da maturidade que mesmo que a gente use o celular... você pode usá-lo para coisas ruins e para coisas boas e isso vai do caráter de cada um... vocês concordam que tipo... a gente estudando aqui com livros sem o uso do celular já tem gente que bomba.... só porque o celular num... vai entrar significa que isso vai mudar? em minha opinião não vai... tipo... se você tem consciência que você tem que passar de ano pra poder ter um emprego... dar uma.....: condição de vida melhor para sua família... você vai ter que estudar.... de uma forma ou de outra... então... eu acho que o celular não influencia em nada... isso vai do caráter de cada um... da vontade de aprender de cada um e da consciência de cada um

Moderador: vocês têm alguma coisa a dizer?

D3: eu quero falar...: quero fazer uma pergunta... com o governo de hoje... você acha que eles poderiam comprar celulares para milhões de alunos e poderiam dar um *Notebook* para cada professor? você acha que isso iria acontecer?

Auditório: eu acho que não

D3: estamos aqui para discutir o bem ou o mal do telefone e não pra saber se o governo vai ter dinheiro para distribuir... você acha mais fácil entrar na biblioteca e sentir aquele cheiro de

mofa de livros... ou você entrar e ter só um (ininteligível)... escolher um livro e baixar e usar no seu telefone?

D2: eu acho muito injusto vocês disseram assim... que o telefone não deixa o aluno acomodado e eu acho que deixa... porque o aluno com o tempo vai perdendo a vontade de estudar porque não é todo aluno que tem o senso de não mexer no telefone em horas inadequadas e eu acho que sim... vai do caráter de cada um... porém nem todo mundo tem... então eu acho que vai de cada um sim... porém o telefone atrapalha muito... o telefone é muito bom... porém ele atrapalha e deixa o aluno acomodado em certas coisas... tira a atenção dele com mais facilidade trazendo problemas tanto pra o aluno como pro professor estar ensinando

D1: e com todos esses celulares... vocês acham que as fiscalizações iriam ser fáceis? você acha que a pessoa... vamos supor que o celular seja legalizado dentro de aula... você acha que o professor iria parar a aula toda hora para olhar o celular de cada aluno e ver se eles estariam fazendo alguma coisa boa?

Moderador: em sua opinião... o celular teria uma melhoria em sala de aula... por exemplo... pras notas dos alunos?

D4: eu acredito o celular como sendo um aparelho de muito fácil acesso... todo mundo poderia estudar em qualquer lugar que quiser... se você quisesse parar... sei lá... no ônibus... para revisar alguma matéria que você não entendeu... é simples... é só você entrar no site da escola... ver a matéria... revisar e pronto... tá muito na mão de cada um... tá muito simples e como você mesma disse... você acha que tem muitos alunos que não têm o senso... esses alunos a gente não pode fazer nada... não é o professor que vai mudar o caráter de um aluno é dentro de casa... o ensino é dentro de casa... se o seu pai não te der o ensino para você saber lidar com o celular em sala de aula... pra você ter o respeito com o seu professor... não vai ser o professor que vai mudar o pensamento de um aluno

D1: você disse que o celular ajudaria muito... mais o que te impede de trocar o celular por um livro? não vai ser a mesma coisa? se você pode ter um celular dentro do ônibus... você também pode ter um livro... um caderno cheio de tarefas pra você revisar

D3: a questão aqui é o meio ambiente... o meio ambiente e a facilidade de uso... a gente quer menos pesos... mais facilidade e quer mais coisas em um pequeno aparelho... o livro pode conter coisas de uma matéria só e é peso...: isso aqui é árvore... foi feito de árvore... com o celular muito menos árvores vão ser cortadas... derrubadas... ah... eu tenho certeza que o planeta vai agradecer muito e eu sei que o nosso governo atualmente não tem condições pra comprar essa quantidade de celular... de *Notebook* pra os professores e pras... escolas... mas eu tenho certeza que se ele deixasse de comprar livros ou até mesmo fizesse melhorias nas escolas pra não ter que gastar tanto com livro... material... caderno... essas coisas... teriam sim

D4: oh... vou explicar o mundo de hoje pra vocês... numa encenação assim... certo? o mundo de hoje... você lembra pega sua mochila... põe cinco livros porque você tem cinco matérias em um dia... talvez cinco cadernos ou talvez dois cadernos de capa grossa... no mundo novo::...

que o telefone vai ser nossa mochila... você pega o telefone... põe no bolso... beijo mãe... pra escola... o que você acha mais fácil? vai melhorar sua coluna... sua caminhada... vai melhorar os estudos porque o aluno vai ter mais facilidade de prestar atenção... muito mais fácil de prestar atenção... igual você disse... é muito difícil monitorar a escola inteira com o telefone... tem o *Avast* e o *DSRN Circuit*... dois melhores aplicativos de monitoramento do seu telefone... monitoram todos os aplicativos... monitora a sua memória... por que a escola não faz um *App* tão simples pra olhar o que o aluno tá fazendo?

Moderador: ((inteligível))

D3: você disse *Avast*... sabia que o *Avast* já foi processado várias vezes por uso impróprio de armazenamento? ele pega todas suas informações e vende no *Mercado Negro* por vá--rios milhões... milhares de dinheiro.

Moderador1: agora uma última pergunta:é... você acha que o desempenho de aluno iria piorar com o uso de celular em sala de aula?

D1: dependendo... se for o celular do aluno... se ele estivesse usando... com certeza o aluno não iria prestar atenção à aula... ele iria ficar só nas *Redes Sociais* dele e... trocando mensagens... ele não iria pesquisar no *Google* a matéria que o professor falou e isso não seria fácil de fazer

D3: simplesmente como eu falei no começo do debate... o telefone disponibilizado pras escolas é um telefone modificado... a gente não vai poder baixar nenhum aplicativo a não ser o que a escola Deixe... entre aspas... não vai ter o *Whatsapp*... *Instagram*... nada... só no seu... o da escola é da escola... não vai poder baixar aplicativozinho pra ficar conversando... simplesmente o governo não vai ser idiota de deixar isso acontecer

Moderador: algo mais a dizer a favor?

D3[Não

D4: [não

Moderador1: contra?

D1: não

D2: [não

Moderador [

Moderador: estamos encerrando nosso debate

APÊNDICE F - Proposta de intervenção

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

APRESENTAÇÃO

Para melhorarmos o ensino de Língua Portuguesa no que tange à oralidade, à escrita e à leitura, com base nos pressupostos teóricos de Marcuschi (1997, 2001, 2007, 2008, 2008a, 2008b, 2008c) Bortoni- Ricardo (2004, 2005) e Kleiman (1999, 2008), entre outros, elaboramos esta proposta didática que serve como alternativa ao que já é desenvolvido em sala de aula. É mais uma opção didática que pode auxiliar os profissionais da educação que não medem esforços para aprimorar e melhorar a educação em nosso país. A oralidade é a modalidade mais usada pelos alunos em ambientes não escolares. No entanto, quando chegam à escola, principalmente quando lhes é pedido para que se manifestem a respeito de determinado assunto, há certo bloqueio, parece que estes alunos não sabem falar ou emitir opiniões. Esse bloqueio, segundo Carvalho e Ferrarezi Jr. (2018, p. 23), se dá devido à postura “silenciadora da escola”, resultando em pessoas “que têm medo de falar e não sabem ouvir”.

Para amenizar os problemas causados por essa visão reducionista do ensino, os autores supracitados recomendam que “é preciso romper com essa tradição de silêncio e devolver ao ambiente escolar o desenvolvimento das competências da oralidade” (CARVALHO e FERRAREZI JR., 2018, p. 23).

Entendemos que é papel da escola trabalhar com esses alunos o estilo mais monitorado da fala sem agir com preconceito em relação aos falares que os acompanham, levando em conta as variações pertinentes à nossa língua e criando a necessidade de os alunos praticarem, de maneira segura, seus argumentos em situações de língua mais monitorada. Para mais, um trabalho com a escrita não pode ser dissociado da fala, sabendo-se que essas duas modalidades de uso da língua são primordiais para o aluno desenvolver seus conhecimentos por meio de pesquisas e leituras cotidianas. Destarte, o *continuum* oralidade e escrita, já defendido por Marcuschi (2008, p. 32) quando o autor menciona que “fala e escrita não são propriamente dois dialetos, mas sim duas modalidades de uso da língua, de maneira que o aluno, ao dominar a escrita, se torna bimodal. Fluente em dois modos de uso e não simplesmente em dois dialetos”,

nos mostra que devemos sempre trabalhar essas duas modalidades, sem supervalorizar uma em detrimento da outra.

Esta proposta se justifica à medida que devemos preparar nossos alunos para serem estudantes completos, sabendo falar com propriedade e sem medo, fazendo uso da leitura e da pesquisa para ampliar o leque de conhecimento. Nesse sentido, isso possibilitou que eles ampliassem seu potencial linguístico e, conseqüentemente, seu poder argumentativo. Sua cognição foi ampliada por intermédio das mediações feitas pelo professor, que se encontra em uma posição na qual pode auxiliar os alunos na difícil tarefa de ampliação de seu poder argumentativo.

Apesar deste trabalho ser voltado para o meio falado, fizemos uso da leitura e do registro escrito, principalmente com o objetivo de desenvolver nos alunos o hábito da leitura e da pesquisa. O bom leitor se faz quando ele consegue preencher todas as lacunas do texto independentemente do gênero. Assim, o leitor tem que usar todas as estratégias para entender, nos textos argumentativos, em que medida o autor está se posicionando a favor ou contra determinado assunto. Ademais, o aluno usa de seus conhecimentos prévios quando, dentro de uma atividade de debate, precisa defender um ponto de vista. Ele usa estratégias metacognitivas quando, durante uma atividade de completar um texto com um posicionamento pré-definido, buscar em seus conhecimentos prévios, os argumentos que darão sustentação a seu texto e ainda quando faz a reescrita¹⁵ desse mesmo texto.

Os textos utilizados para a proposta interventiva foram voltados exclusivamente para os temas abordados no debate inicial e final a fim de que o aluno, durante a participação nos encontros, fique munido de material para sustentar sua tese mediante as solicitações de trabalho.

Esta proposta de trabalho objetivou investigar a aplicabilidade do uso do oral público nas aulas de Língua Portuguesa e sua relevância para ampliar o poder argumentativo dos alunos por meio da análise do gênero debate.

¹⁵ O termo “reescrita” aqui cunhado, está no sentido dado por Possenti (2008, p. 6). Desta maneira, reescrever “é tornar o texto mais adequado a uma certa finalidade, a um certo tipo de leitor, a um certo gênero.” Essa visão postula que o ato de corrigir é um ato muito especial, pois tenta entender quais foram as razões que provocaram o erro para, posteriormente, se discutir com o aluno-autor as possibilidades de troca lexicais e ampliação das informações dando completude ao texto. A noção de revisão é acentuada para compor o quadro da reescrita como estratégia interventiva, dando maior eficácia ao ato de reescrita. Assim, a revisão faz parte do processo e levanta as lacunas preexistentes no texto para que o aluno perceba as possíveis necessidades de reescrita, almejando a reestrutura e, conseqüentemente, aumentando a informatividade e aceitabilidade receptiva do leitor.

Plano de intervenção

Modalidade de ensino: Fundamental II

Ano: 9º ano

Componente curricular: Língua Portuguesa

Gênero trabalhado: debate

Ao final da proposta, o aluno deverá estar apto a:

- Distinguir turnos de fala;
- Reconhecer as características do texto oral;
- Reconhecer a variação existente em nossa língua;
- Argumentar com propriedade;
- Saber procurar informações, em fontes confiáveis, para dar sustentação ao seu discurso.
- Defender suas ideias;
- Falar em público, usando um estilo mais monitorado de fala.

Duração das atividades (h/a): 14 Oficinas, cada oficina com 2 (h/a), perfazendo um total de 28 (h/a).

Conhecimentos prévios: Partimos do pressuposto de que o aluno do nono ano já tem um conhecimento prévio a respeito do gênero debate e do que venha a ser argumentar. Este trabalho, em especial, prioriza o uso do oral, por isso, a avaliação principal se dá por meio da análise dos discursos proferidos pelos alunos durante os debates e as constatações que compuseram as anotações de campo da professora pesquisadora durante as oficinas.

Estratégias e recursos utilizados:

- Internet;
- Sala de vídeo;
- Quadro branco;
- Xérox;
- Cartolina ou papel pardo;
- Canetinha;
- Cola;
- Copos descartáveis e barbante.

Introdução

Primeira Oficina - Oralidade

Objetivos: Conhecer o que os alunos já sabem sobre falar em público; dialogar sobre os aspectos que compõem a oralidade como: qualidade da voz, velocidade, tonicidade, entre outros.

Metodologia: Explicação dialogada; recitação e escuta de poemas (trazidos pelo professor).

Avaliação: Dialogada na qual os alunos têm a oportunidade de verificar as características do oral, principalmente quando em ação, ou seja, recitando os poemas.

Descrição detalhada da oficina: Nesta primeira oficina, o professor pode iniciar, comentando sobre a importância de sabermos nos posicionar mediante situações que a vida nos apresenta, e que, por mais neutros que tentamos ser, sempre temos que defender um ponto de vista. Além disso, em algum momento, também teremos que falar em público e precisamos estar preparados para esse momento ou, pelo menos, conscientes de sua necessidade.

A interação pode ser iniciada com as seguintes perguntas:

- Você costuma argumentar ou contra-argumentar com os colegas, defendendo seu ponto de vista sobre determinado assunto?
- Você se sente seguro para falar em público?
- Já participou de apresentações, seminários e/ou jogos dentro da escola ou fora dela?
- Já participou de algum debate na escola ou fora dela?

Após as repostas dos alunos e a manifestação do que eles sabem sobre falar em público e monitoração da fala, o professor pode iniciar uma elocução lembrando aos alunos que devemos nos ater a alguns aspectos quando estamos falando em público como tom da voz, postura, polidez, vestimentas, organização do espaço, entre outras características. Precisamos estar atentos quando estamos diante de uma plateia, pois todos os olhares estão voltados para nós, sendo observados, entre outros aspectos: o que você diz, como diz, se está seguro do que diz, como se porta, se veste e se comporta durante a apresentação. Dependendo do comportamento na frente da plateia, a comunicação pode perder a credibilidade, mesmo quando o assunto tratado é dominado. Então devemos estar atentos a esses detalhes para não cairmos no erro de perdermos a confiabilidade do público que nos assiste.

Essa explicação pode ser acompanhada de anotações no quadro branco, caso o professor avalie ser necessário.

O falar em público envolve aspectos como:

- ✓ Tom de voz;
- ✓ Polidez;
- ✓ Vestimentas.

Após as explicações, o professor pode pedir para um ou mais alunos virem à frente (os alunos mais desinibidos) para ler o poema “Sete faces” de Carlos Drummond Andrade, de duas maneiras: com o timbre de voz mais baixo como se lesse para si e, depois, com o timbre mais alto para que todos possam ouvi-lo, inclusive os alunos que sentam no fundo da sala.

Na sequência, pode-se solicitar a leitura dos poemas: “Soneto de Fidelidade”, de Vinícius de Moraes, e “Amar”, de Carlos Drummond Andrade. Durante cada apresentação, o professor pode chamar a atenção dos alunos para que eles observem:

Qualidade da voz; tonicidade da voz; velocidade da voz; pronúncia correta das palavras (ortoépia).

O professor também pode lembrar aos alunos os aspectos que devem ser levados em conta quando falamos em público, tais como: a postura, o falar respeitando as características próprias do gênero, a pronúncia correta das palavras etc.

Fica interessante, durante este trabalho, que os poemas lidos pelos alunos sejam escutados (em áudio) para que os alunos observem os aspectos anteriormente mencionados e reflitam, planejando como poderiam fazer a recitação dos poemas, buscando o melhor caminho a percorrer para se chegar a uma oralização harmoniosa e sensível própria da linguagem poética.

Avaliação: Nesta oficina, pode-se avaliar o desempenho dos alunos durante a oralização dos poemas.

Textos utilizados nesta oficina:

Texto 1 – Poema de sete faces

Quando nasci, um anjo torto
desses que vivem na sombra
disse: Vai, Carlos! ser gauche na vida.

As casas espiam os homens
que correm atrás de mulheres.
A tarde talvez fosse azul,
não houvesse tantos desejos.

O bonde passa cheio de pernas:
pernas brancas pretas amarelas.
Para que tanta perna, meu Deus,
pergunta meu coração.
Porém meus olhos
não perguntam nada.

O homem atrás do bigode
é sério, simples e forte.
Quase não conversa.
Tem poucos, raros amigos
o homem atrás dos óculos e do bigode.

Meu Deus, por que me abandonaste
se sabias que eu não era Deus
se sabias que eu era fraco.

Mundo mundo vasto mundo,
se eu me chamasse Raimundo
seria uma rima, não seria uma solução.
Mundo mundo vasto mundo,
mais vasto é meu coração.

Eu não devia te dizer
mas essa lua
mas esse conhaque
botam a gente comovido como o diabo.

(ANDRADE, 2019).

Texto 2 – Soneto de Fidelidade

De tudo, ao meu amor serei atento
Antes, e com tal zelo, e sempre, e tanto
Que mesmo em face do maior encanto
Dele se encante mais meu pensamento.

Quero vivê-lo em cada vão momento
E em louvor hei de espalhar meu canto
E rir meu riso e derramar meu pranto
Ao seu pesar ou seu contentamento.

E assim, quando mais tarde me procure
Quem sabe a morte, angústia de quem vive

Quem sabe a solidão, fim de quem ama

Eu possa me dizer do amor (que tive):
Que não seja imortal, posto que é chama
Mas que seja infinito enquanto dure.

(MORAES, 1946).

Texto 3 - Amar

Que pode uma criatura senão,
entre criaturas, amar?
amar e esquecer,
amar e malamar,
amar, desamar, amar?
sempre, e até de olhos vidrados, amar?

Que pode, pergunto, o ser amoroso,
sozinho, em rotação universal, senão
rodar também, e amar?
amar o que o amar traz à praia,
o que ele sepulta, e o que, na brisa marinha,
é sal, ou precisão de amor, ou simples ânsia?

Amar solenemente as palmas do deserto,
o que é entrega ou adoração expectante,
e amar o inóspito, o áspero,
um vaso sem flor, um chão de ferro,
e o peito inerte, e a rua vista em sonho,
e uma ave de rapina.

Este o nosso destino: amor sem conta,
distribuído pelas coisas pérfidas ou nulas,
doação ilimitada a uma completa ingratidão,
e na concha vazia do amor a procura medrosa,
paciente, de mais e mais amor.

Amar a nossa falta mesma de amor, e na segura nossa
amar a água implícita, e o beijo tácito, e a sede infinita.

(ANDRADE, 2016).

Segunda Oficina - Oralidade: turnos da fala, polidez, tópico discursivo

Objetivo: Levar os alunos a conhecerem a noção de turnos de fala, polidez e tópico discursivo.

Metodologia: Aula expositiva e dialogada com o uso do *datashow* para a apropriação dos conceitos; jogo (dialogando com o amigo) com trocas de turnos, progressividade de tópico discursivo e troca de tópicos.

Descrição detalhada da oficina: O professor pode projetar no *Datashow*, o texto: “Transcrição de parte do debate realizado pela TV Globo com os candidatos à Prefeito de São Paulo: José Serra e Fernando Haddad, na noite de sexta-feira, 26/10/2012”.

A leitura do texto pode ser feita pelos próprios alunos.

O professor poderá chamar a atenção dos alunos sobre os constituintes do texto: as trocas de turno, a maneira como os participantes se expressam e se tratam, e a troca de tópicos discursivos. Como se trata de um debate, o limite e as trocas de turnos de fala são determinados pelo moderador no início do debate, durante a leitura das regras para a realização do gênero.

Fica interessante, durante a oficina, que se fale sobre a polidez.

“Polidez é um conjunto de procedimentos que o falante utiliza para poupar ou valorizar seu parceiro de interação.” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 94).

Desta maneira, esse princípio não deve ser excluído durante as interações, pois mantém a harmonia das relações interacionais.

Jogo -Dialogando com o amigo

A turma pode ser dividida em grupos, cada grupo contendo cinco componentes. Cada componente do grupo inicia um diálogo (com contexto e que faça sentido) com a primeira letra do alfabeto e passa seu turno de fala para o aluno subsequente, nesse caso, para o que estiver à sua direita. Esse dar continuidade ao diálogo iniciando-a com a segunda letra do alfabeto e assim sucessivamente, até que todos do grupo tenham a oportunidade de falar respeitando a vez de seu colega. Desta maneira, frases como: “Acredito que o ano letivo será fabuloso” e na sequência “Bom, isto é o que você pensa, os professores são novos, novos conteúdos” e “Difícil mesmo é achar tempo para estudar” etc. poderiam ser proferidas.

O jogo estimula a criatividade além de exercitar as trocas de turnos, respeitando o princípio “fala um de cada vez” já mencionado por Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 45) e

Marcuschi (2008a, p. 19). Ademais, atende às cinco características básicas constitutivas da organização elementar da conversação, já postuladas por Marcuschi (2008, p. 15), a saber: a) interação entre pelo menos dois falantes; b) ocorrência de pelo menos uma troca de falantes; c) presença de uma sequência de ações coordenadas; d) execução numa identidade temporal; e) envolvimento numa “interação centrada”. Esse jogo atendeu a todas essas prerrogativas inerentes a qualquer conversação.

Avaliação: Nesta oficina, a avaliação pode ser processual com base nas observações durante o jogo.

Vejamos o **texto 4** utilizado para esta oficina:

Transcrição de parte do debate realizado pela TV Globo com os candidatos à Prefeito de São Paulo: José Serra e Fernando Haddad, na noite de sexta-feira, 26/10/2012. O trecho selecionado faz parte do primeiro bloco, terceira pergunta (com resposta, réplica e tréplica).

Mediador César Tralli: Boa noite. São 23h03, nós falamos ao vivo dos estúdios da TV Globo, no bairro do Brooklin aqui em São Paulo, zona sul da capital. Começa agora o último debate entre os candidatos a prefeito de São Paulo. Uma oportunidade para você conhecer melhor as propostas de quem pretende administrar a nossa cidade pelos próximos quatro anos. (...) (Em seguida, são apresentadas as regras para o debate)

Terceira Pergunta

Fernando Haddad: Hoje as manchetes dos jornais dão conta de algo que a população já sente na pele, um aumento brutal da criminalidade. O número de assassinatos na cidade de São Paulo em setembro foi de 144, o dobro de setembro do ano passado. Eu queria saber se você como prefeito, governador, se sente responsável de alguma maneira por isso ou se os seus sucessores têm alguma responsabilidade e o que pretende fazer pela segurança?

José Serra: O que eu devo dizer pela segurança é o seguinte, como prefeito eu vou da batalha, vou ser um prefeito ativista para ajudar o Governo do Estado na tarefa da segurança. Primeiro, vamos contratar mais PMs na operação delegada, mais quatro mil PMs nas ruas.

Segundo, vamos multiplicar ainda mais as câmeras de segurança por toda a cidade, que eu comecei quando prefeito, que comecei quando governador. Nós vamos se aliar ao Governo do Estado nessa operação, que é uma operação fundamental para a segurança da cidade.

Terceiro, nós vamos cuidar também de melhorar a iluminação. Eu quero dizer aqui, César, dentro de um ano, nós teremos a cidade totalmente bem iluminada. Nas ruas que não tiverem luz ou na melhoria da qualidade das luzes.

Quarto ponto: Guarda Civil metropolitana. Nós vamos reforçar a guarda, inclusive com mais efetivos. Pondo gente de fora para fazer as funções burocráticas, contratando gente de fora para liberar o guarda civil que já é treinado para o trabalho na rua, vai ser um trabalho de cooperação o tempo inteiro. Porque segurança não tem partido, nós temos que cooperar, temos que trabalhar para trazer paz para a nossa Cidade.

Fernando Haddad: Bom, o candidato não respondeu a que atribui a escalada da violência no último ano. Dobrou o número de assassinatos na cidade de São Paulo. 144 mortes apenas em setembro. Se é possível iluminar a cidade em um ano, tiveram oito para fazer! Não fizeram nada! A cidade está mal iluminada.

A guarda civil e a operação delegada estão restritas ao combate ao comércio ambulante, inclusive combate ao comércio ambulante regular, pessoas com deficiência foram reprimidas, tanto pela guarda civil como pela operação delegada. Nós não, nós vamos investir na polícia comunitária, vamos reorientar e investir em programas sociais para a juventude que está abandonada na cidade de São Paulo.

José Serra: Como se vê a respeito de segurança é mais fácil criticar do que propor, porque efetivamente Fernando Haddad não propôs nada, mas nós propusemos e vamos levar à prática. Tem outra questão, a do crack. O crack está por trás da aceleração dos crimes. Se faz pouco no Brasil pelo combate ao contrabando de armas e de drogas, mas eu não vou ficar brigando com o Governo Federal.

Junto com o governo do Estado nós vamos atrair o governo federal para que o governo federal se envolva no combate ao contrabando e ao tráfico, que são prerrogativas dele, dentro da cidade de São Paulo e no resto do país. Com isso, nós vamos juntar forças para melhorar a condição de segurança. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2011).

Terceira Oficina: Contínuo fala-escrita

Objetivo: Diferenciar as características concernentes à oralidade e à escrita.

Metodologia: Exposição de textos orais e escritos e seleção das características de ambos os textos.

Descrição detalhada da oficina: Nesta oficina, fica interessante xerocopiar os textos e entregá-los aos alunos. Porém, se isso não for possível, eles podem ser projetados no *Datashow*.

O primeiro (texto 5) “Males do celular”, texto de opinião sobre o celular, postado em uma coluna na Folha de São Paulo versão on-line; e o segundo (texto 6) é uma transcrição disponível no projeto NURC/RJ – entrevista de duas alunas de graduação com um professor universitário.

Após a leitura, o professor pode entregar o quadro (Quadro das características fala-escrita), que deve ser xerocopiado, pedindo aos alunos que marquem um X nas características, verificando se elas pertenciam ao texto 5 ou ao texto 6.

Após o trabalho com o quadro, o professor pode passar o vídeo: “Uso do celular em sala de aula” que servirá de base para a apresentação de textos orais construídos pelos alunos a partir do vídeo assistido por eles.

Os alunos se reunirão em grupos e escolherão um representante para apresentar a temática ora exposta no vídeo e no texto 5.

Avaliação: Durante a apresentação dos textos orais é possível avaliar se o aluno conseguiu:

- a) apresentar seu texto de maneira coerente;
- b) usar poucas pausas para organizar-se mentalmente;
- c) usar poucas repetições ou repetir com o intuito de enfatizar o que está sendo dito;
- d) usar poucas hesitações.

Vejamos a atividade proposta nesta oficina:

Marque um X nas características, verificando se elas pertencem ao texto 5 ou ao texto 6.

Quadro 7 - Características fala-escrita

CARACTERÍSTICAS	TEXTO 5	TEXTO 6
O texto é formado por mais de uma pessoa		
Interrupções, hesitações, truncamento		
Ausência de fragmentação		
Dependência do contexto situacional para compreensão		
Repetição de palavras frases		
Maior organização das ideias		
Produção individual		

Fonte: elaborado pela autora.

Vejamos os textos para leitura e análise das características do texto escrito e do texto falado.

Texto 5 - Males do celular

Não são conclusivas, muito ao contrário, as pesquisas relacionando o uso de telefones celulares à ocorrência de alguns tipos de câncer. Ganhou destaque no noticiário, entretanto, a decisão de um painel da OMS (Organização Mundial da Saúde), incluindo a utilização frequente dos aparelhos numa lista de outros 266 fatores "possivelmente cancerígenos" – ao lado do consumo de café e do trabalho em lavanderias.

Dos 900 itens avaliados pelo comitê, apenas um, o caprolactama – substância presente em alguns plásticos – obteve plena absolvição das

suspeitas que inspirava. Novas pesquisas deverão ser feitas, afirma o relatório da OMS, até que se tenha uma avaliação definitiva dos riscos do celular.

Inexistem, portanto, razões para alarmismo. Seria exagerado, ainda assim, descartar a informação como apenas mais um sintoma do ambiente cultural de nossa época – notoriamente exposto a sucessivas ondas de medo e paranoia, justificados ou não, em matéria de saúde pública.

Houve pânico excessivo com o vírus ebola, o antraz, a gripe aviária, dirão os mais céticos. Não houvesse algum alarme, talvez medidas de prevenção terminassem chegando tarde demais, responderão os cautelosos.

De uma perspectiva menos científica do que bem-humorada, uma observação de qualquer modo se impõe. O uso excessivo de celulares, se não é certo que cause câncer, algum mal para a saúde há de fazer.

O estresse que sua solicitação contínua impõe será mais significativo, sem dúvida, do que o bem-estar oferecido a quem o emprega para a troca de trivialidades. O celular interrompe tudo – da concentração de um concertista aos instantes de intimidade conjugal; invade, com os dramas da vida alheia, os momentos de recolhimento que alguém possa ter num elevador ou numa sala de espera.

Talvez mais mortal do que o efeito térmico de suas emissões, vale acrescentar, é a prática dos motoristas que conversam longamente em seus aparelhos enquanto o automóvel segue à deriva pelas ruas da cidade.

Verdade que, em caso de acidente, o celular pode ajudar as vítimas dos males que causou... O leque de cogitações não tem fim.

Não é preciso, entretanto, o aval da OMS para recomendar, a todo falante de celular do mundo (há bilhões de assinantes no planeta): use-o com moderação. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2011).

O texto abaixo é uma transcrição disponível *on-line* no projeto NURC/RJ – entrevista de duas alunas de graduação com um professor universitário.

Texto 6 - (início da gravação)

L2 (então pra) começar até falar que a gente vai falar sobre esse assunto não sei se você vai lembrar disso

[

L1 tá

[

L2 éh::: cê fez uma palestra cê deu uma palestra no Sesc Pompéia

[

L1 ahn

[

L2 pro projeto Alta Voltagem ... que era u:ma palestra em São Pa:ulo ... aí tinha uma mulecada ali na choperi:a ... aí eu até te f/ eu tava lá por acaso

[

L1 ahn

[

(REVISTA ANAGRAMA, 2008).

Quarta Oficina: Variação linguística – Monitoração estilística

Objetivos: Conhecer e reconhecer a variação existente em nossa língua por meio do gênero debate.

Metodologia: Vídeos com debates de variados temas para que os alunos identifiquem as variações e estilos usados. Analisar textos escritos e orais, avaliando qual o estilo está sendo usado.

Descrição detalhada da oficina: O professor poderá iniciar a oficina passando os vídeos: 1) Debate Legalização do Aborto 1A; 2) Debate entre alunos sobre o uso do celular na sala de aula; 3) Celular em sala de aula? Veja como escolas estão se adaptando à nova realidade.

Após a escuta e visualização dos vídeos, deverá ser lembrado aos alunos a importância de valorizarmos todo estilo de linguagem, desde os mais monitorados aos menos monitorados. E ainda que o papel da escola é ensinar o estilo mais monitorado de fala, ou seja, o oral público. Dependendo do contexto pode-se usar um estilo mais coloquial e espontâneo para conversas com amigos ou com pessoas com as quais se tenha mais intimidade. Já em situações em que fazemos uma solicitação ao diretor da escola, por exemplo, o uso de uma linguagem mais cuidada, mais elaborada, planejada anteriormente, um estilo mais monitorado de fala e de maior prestígio é o mais recomendável. Esse estilo é usado em situações mais controladas como em ambientes de negócios, publicidade, meios acadêmicos, grandes empresas, jornais impressos e televisivos, rádio, propagandas via internet e na maioria dos eventos comunicativos que usam esse canal de comunicação.

Após as explicações, os textos (7, 8 e 9), podem ser projetados no *Datashow*, para que os alunos os classificassem (oralmente) quanto ao estilo usado.

Avaliação: Nesta oficina, é possível realizar uma avaliação processual observando se os alunos, durante a realização das atividades, conseguiram entender: a) a variação existente em nossa língua; b) a diferença entre linguagem formal e linguagem informal; c) a importância de se respeitar todo tipo de linguagem; d) o reconhecimento da existência e da necessidade de se apropriar de uma linguagem padrão de maior prestígio social sem desmerecer outros modos de fala.

Nota: Nesta mesma oficina, o professor já poderá solicitar aos alunos que tragam para a próxima oficina: copos descartáveis, clipes e barbantes.

Vejamos os textos projetados no *Datashow* nos quais os alunos deveriam identificar, oralmente, o estilo usado durante a oficina.

Figura 3 - Texto 7



Fonte: Disponível em: <http://s3-sa-east-1.amazonaws.com/descomplica-blog/wp-content/uploads/2015/10/caipira2.png>. Acesso em: 26 ago. 2019.

Texto 8 - Entenda como o aborto é tratado ao redor do mundo

Na contrapartida das medidas que proíbem o procedimento, países onde o aborto é criminalizado registram os mais altos índices dessa prática por ano

Por Alexa Meirelles, de Exame.com (adaptado)

Na penúltima quarta-feira (20), o senado chileno sancionou a lei que permite o aborto em casos de estupro, má formação do feto e risco de vida para a mãe. Até então, a prática era totalmente restrita no país.

O projeto, que é um dos principais do governo da presidente Michelle Bachelet (2014 – atualmente), segue agora para ratificação na Câmara dos Deputados. A Casa possui maioria governista, o que pode se traduzir em sua aprovação, e deve, em breve, ser levado para a sanção presidencial.

Falar sobre **aborto** costuma gerar polêmica, mas os números que circundam essa prática tornam o debate inevitável. Segundo a OMS, 22 milhões de **abortos** ocorrem por ano em locais insalubres e sem a estrutura adequada. Estima-se, ainda, que 47 mil mulheres morram todos os anos por complicações decorrentes do procedimento.

Grupos defensores de direitos das mulheres defendem que, se a prática fosse descriminalizada, tanto a mulher gestante que decide interromper a gravidez como o terceiro que realiza o procedimento, deixariam de ser penalizados por isso. Algo que traria maior segurança jurídica para os envolvidos.

Já a legalização seria um passo adiante: estabelecer regras para regulamentar a prática, oferecendo estrutura para que o **aborto** ocorresse de forma segura, sem risco de vida para a gestante.

Para a antropóloga Debora Diniz, da Universidade de Brasília, a discussão em torno do tema deve frisar que a sua legalização não é sinônimo de banalização. “As mulheres devem saber que recorrer à prática é só em último caso e que elas devem continuar a utilizar preservativos”, nota. (MEIRELLES, 2018).

Figura 4 - Texto 9



Fonte: Justificando (2009).

Quinta Oficina: Gêneros orais

Objetivo: Reconhecer os gêneros orais e a função deles tanto na escola quanto na sociedade.

Metodologia: Aula dialogada e expositiva com o objetivo de levar o aluno a reconhecer a importância dos gêneros orais para a aprendizagem das competências comunicativas; brincadeira interativa com o jogo “telefone imaginário”; discussão sobre o gênero telefonema; construção de um “telefone sem fio”.

Descrição detalhada da oficina: O professor poderá iniciar esta oficina citando alguns gêneros orais como o debate e o telefonema, lembrando aos alunos que eles têm em comum a necessidade da voz humana para existir, ou seja, para se materializarem.

Jogo “telefone imaginário:” Para o jogo, o professor pode escolher as frases que melhor convier, trava-línguas é muito interessantes e propicia uma dificuldade a mais.

O professor poderá dividir a turma em dois grupos que colocá-los em semicírculo. Na sequência, entrega-se a frase para o primeiro aluno, ele a lê e repassa o que estava escrito, falando baixinho ao ouvido do colega e assim sucessivamente. O grupo vencedor será aquele cujo último componente conseguir proferir em voz alta a frase tal qual sua escrita inicial.

Telefone sem fio: Para a construção do “telefone sem fio”, os alunos deverão ter em mãos o material que foi solicitado na aula anterior: dois copos descartáveis para cada aluno, barbante e clipe. Após a confecção do telefone, os alunos deverão convidar um amigo da sala para utilizarem o telefone juntos, iniciando uma conversação. O telefone deveria estar com o fio esticado para o melhor funcionamento.

Avaliação: Nesta oficina, é possível avaliar processualmente, observando, durante a realização da oficina, se os alunos conheciam os gêneros telefonema e debate e, também, se eles conseguiram apreender a noção de gênero oral: a) a função dos gêneros; b) a importância dos gêneros em nossa sociedade.

Sexta Oficina: Oralidade

Objetivo: Identificar a temática dos textos e os argumentos que a sustentam.

Metodologia: Discussão comandada e roda de conversa.

Descrição detalhada da oficina: Nesta oficina, o professor poderá usar textos escritos (xerocopiados) que abordem o tema aborto como, por exemplo, notícias de jornais. Aqui apresentamos uma reportagem da então candidata Marina Silva à presidência da República, para que os alunos identifiquem o posicionamento da candidata em relação ao aborto. Em seguida, para o mesmo tipo de atividade, os alunos lerão e trabalharão com uma carta ao leitor, publicada na revista Veja, sobre a lei do aborto.

Ambos os textos objetivam chamar a atenção do aluno para as questões voltadas para a construção do texto que é de cunho opinativo, construído com argumentos que aprovam ou refutam a temática discutida.

Sugestão: Após a entrega das cópias, pode-se pedir aos alunos que trabalhem em duplas e socializem suas análises durante uma roda de conversa.

Avaliação: Nesta oficina, também é possível realizar uma avaliação processual observando, no transcorrer das atividades, se os alunos conseguiram identificar: a) os temas dos textos estudados; b) os argumentos que os sustentavam.

Vejamos os textos trabalhados nesta oficina:

Texto 10 - Marina vetaria descriminalização do aborto, se aprovada pelo Congresso

A candidata da Rede Sustentabilidade à Presidência da República, Marina Silva, afirmou nesta quarta-feira 19, em entrevista ao fórum Amarelas ao Vivo, organizado por VEJA, que, se eleita, defenderia um plebiscito sobre a descriminalização do aborto e vetaria a medida caso ela fosse aprovada pelo Congresso.

“Se o Congresso decidir, eu vetaria. Se for um plebiscito, acho que é uma decisão soberana da sociedade”, afirmou a ex-ministra. “Se for para ampliar [a previsão do aborto em lei], que 513 deputados não substituam 200 milhões de brasileiros, nem 81 senadores, o presidente não convoca plebiscito nem muda leis do Congresso, agora, se por decisão soberana no plebiscito a sociedade decidir que é isso, estamos em uma democracia e um Estado laico...”, ponderou.

Evangélica da Assembleia de Deus, Marina voltou a se posicionar contra o aborto na entrevista. “Eu sou contra o aborto, não acho que é a melhor forma de você encarar o problema de não querer uma gravidez indesejada. Defendo planejamento familiar, que se orientem as pessoas para que elas não tenham uma gravidez indesejada”, disse a ex-senadora. (VEJA, 2018).

Atividade proposta sobre o texto 10 – Com base no texto motivador, o professor pode orientar seu aluno para que converse com seus colegas a respeito do texto e exponha o tema e o que defende a presidenciável, destacando oralmente quais argumentos válidos e a posição defendida por ela.

Texto 11 - Carta ao leitor

Em setembro de 1997, VEJA publicou uma reportagem de capa em que dezenas de mulheres tiveram a coragem de falar sobre um assunto proibido: como, quando e por que fizeram um aborto. Em oito páginas, a matéria trazia uma coleção de histórias de dor, solidão, culpa, angústia. Na época, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovava a regulamentação do aborto legal, prevista no Código Penal desde 1940, para os casos de estupro e de risco de vida para a gestante.

Hoje, mais de vinte anos depois, o aborto continua praticamente no mesmo lugar do ponto de vista legal. A única mudança substancial ocorreu em 2012, quando o Supremo Tribunal Federal ampliou a possibilidade do aborto legal ao permitir a interrupção da gravidez no caso de fetos com anencefalia, uma malformação do cérebro que inviabiliza a vida fora do útero.

Agora, o assunto voltou à pauta. O Supremo Tribunal Federal acaba de encerrar a fase de audiências públicas, em que ouviu opiniões contrárias e favoráveis a uma ação apresentada pelo PSOL. Nela, o partido propõe que o aborto realizado até a 12ª semana de gravidez deixe de ser considerado crime.

Em favor de sua tese, o PSOL argumenta que a proibição fere direitos previstos na Constituição, como a dignidade, a igualdade em relação aos homens e o direito ao planejamento familiar. Em outro ponto, a ação afirma que a Carta Magna não garante o direito à vida desde a concepção. Prevê “aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida” e assegura “à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida”. A ministra Rosa Weber, relatora do caso, vai redigir seu voto e encaminhá-lo para discussão em plenário, o que deve acontecer apenas no ano que vem.

Será uma nova oportunidade para alterar o marco legal do aborto no país. O assunto desperta uma enorme gama de paixões, porque toca em questões morais, éticas e religiosas. Nas audiências do STF, as cenas de exaltação, intolerância e agressividade são uma mostra da alta combustão do tema. Mas, para além dos valores de cada um, é recomendável que o assunto seja tratado com racionalidade e, sobretudo, com uma atenção especial aos dados objetivos. E, objetivamente, nos países ricos e desenvolvidos, em cuja maioria o aborto é legalizado, morrem menos de duas mulheres para cada 100 000 abortos. Nos países em desenvolvimento, onde o aborto é normalmente considerado um crime, morrem 220 mulheres para cada 100 000 abortos. Ou seja: a legislação, ao criminalizar a interrupção da gravidez, mata um enorme contingente de mulheres.

No Brasil, uma mulher morre a cada dois dias devido a complicações do aborto, segundo os últimos números disponíveis do Ministério da Saúde. Outro dado: a incidência do aborto é o dobro entre mulheres pobres e o triplo entre mulheres negras. Os gastos com hospitalização em decorrência do aborto no SUS foram de 50 milhões de reais em 2017 e 500 milhões na última década. A todas essas mortes, a toda essa desigualdade — e adicionem-se ainda o tormento, a dor, a solidão, a culpa, a angústia —, a lei brasileira acrescenta a prisão para as mulheres que interrompem a gravidez. Por mais valorosas e respeitáveis que sejam as objeções individuais de cada um de nós, talvez esse quadro, esse quadro dramático, seja por si só motivo suficientemente sólido para que o aborto deixe de ser considerado um crime no Brasil. E os depoimentos que VEJA colheu há mais de vinte anos entrem definitivamente para o passado. (VEJA, 2018).

Atividade proposta sobre o texto 11 – Com base no texto, grife ou destaque os argumentos em relação ao aborto. Verifique se eles são a favor ou contra, justificando sua resposta com argumentos retirados do próprio texto.

Sétima Oficina: Debate Piloto (DP)

Objetivo: Verificar o que os alunos sabem sobre o gênero debate (diagnose).

Metodologia: Debate, gravação do mesmo, escuta e análise do material gravado.

Descrição detalhada da oficina: Nesta oficina, sugerimos ao professor que a sala seja organizada em semicírculo para a realização de um debate regrado sobre o tema “aborto”. Um aluno poderá ser selecionado para o papel de moderador e o restante da sala poderá eleger

alguns representantes da turma para serem debatedores, os quais deverão se posicionar a favor ou contra o tema escolhido.

O papel do moderador é conduzir da melhor forma possível o debate e deve iniciá-lo lendo as regras do debate para a plateia e para os debatedores. As regras do gênero debate podem ser xerocopiadas e distribuídas entre os alunos antes de iniciar o debate. Além disso, o moderador também exerce papel de juiz, advertindo os debatedores caso se manifestem de maneira diferente do combinado, realizando a mediação entre as partes e interferindo quando houver sobreposições de vozes ou tomada de turno sem permissão.

Este primeiro debate poderá ser gravado para transcrição, servindo de diagnose oral. O professor poderá tecer comentários sobre a desenvoltura dos debatedores e sobre a performance do moderador, abrindo a reflexão para as contribuições da plateia. O material gravado deverá ser transcrito para fins de análise deste trabalho.

Os alunos que participarem do primeiro debate, também participarão do debate de fechamento, para que a análise incida sobre os mesmos participantes a fim de podermos fazer uma análise comparativa entre o primeiro e o último debate.

Avaliação: Nesta oficina, é possível avaliar, também de forma processual: a) a capacidade de escuta dos alunos; b) o conhecimento prévio sobre o gênero debate; c) a desenvoltura dos participantes durante este primeiro debate DP.

Vejamos as regras que podem ser usadas para orientar o debate DP:

1. Falar e ouvir livremente (não se deve interromper a exposição do outro; fala-se apenas quando for a vez);
2. Expressar suas ideias em igualdade de condições (igualdade de tempo, por exemplo);
3. Ser respeitado ao expor o que pensa (não se deve zombar ou provocar o debatedor, por exemplo, durante sua exposição).
4. Os participantes devem evitar argumentos repetidos, a fim de que o debate ganhe um bom andamento e não fique monótono.
5. Cada debatedor tem três minutos para expor suas ideias. As réplicas e tréplicas também se constituirão no mesmo tempo.

Oitava Oficina: Debate II

Objetivos: Identificar, reconhecer e diferenciar os debates regrado e deliberativo, a troca de turnos, o papel do moderador e os debatedores.

Metodologia: Vídeos, discussão comandada e confecção de cartazes.

Descrição detalhada da oficina: Nesta oficina, o professor poderá explicar a diferença entre os debates regrado e deliberativo. Após essa explanação, os alunos assistirão aos vídeos de debates televisivos de variados temas, na sala de vídeo, a saber:

Vídeo I: Debate realizado pelos alunos semifinalistas no gênero *Artigo de opinião* em 2012. O tema da discussão foi “Há uma apatia na atual geração de jovens para participar de ações sociais que visem o bem da coletividade?”.

Disponível em: <https://www.escrevendoofuturo.org.br/conteúdo/vídeos/a-olimpiada/artigo/2080/o-debate-de-belo-horizonte-bloco-2>. Acesso em: 02 nov. 2018.

Vídeo II: Debates públicos entre os candidatos à eleição para Reitor-Capital

Disponível em: <http://iptv.usp.br/portal/video.action?idItem=37866>. Acesso em: 19 set. 2018.

Vídeo III: Como vencer um debate.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S2MR9TsvdZ0>. Acesso em: 02 nov. 2018.

Fica interessante, caso o professor decida, chamar a atenção dos alunos para a linguagem empregada nos debates por se tratar de um registro mais monitorado de fala, uma variação da língua que requer cuidado e maior planejamento, sempre de acordo com o momento e com o público a que se destina. Segundo Preti (2006, p. 15), é preciso lembrar que “nossa linguagem é nosso cartão de visita que nos permite o acesso ao grupo social em que desejamos entrar”. É de extrema importância estarmos atentos aos ambientes nos quais atuamos e nos adequarmos linguisticamente aos usos pertencentes a cada situação.

Após cada uma das exibições, algumas perguntas podem ser feitas a respeito dos vídeos assistidos, tais como:

- Como está organizado este debate?
- Trata-se de um debate regrado ou deliberativo?
- Como se constituiu a troca de turnos?
- O que vocês observam na postura dos debatedores?
- Como é feita a mediação do moderador?

É importante que os alunos estejam atentos à postura dos palestrantes, à altura da voz, à polidez, às vestimentas e a como os participantes usavam seus argumentos para assegurar seu posicionamento mediante o interlocutor durante a exibição dos vídeos.

Na sequência, o professor poderá dividir a turma em quatro grupos. Cada grupo ficará responsável pelos seguintes temas: “debate regrado”, “debate deliberativo”, “os constituintes de um debate: debatedor, moderador, plateia” e “como se organizar para um debate”.

Para confeccionarem cartazes que aludem aos temas estabelecidos, os alunos têm que ter em mãos: revistas velhas, canetinha, papel cartolina ou papel pardo.

Avaliação: É possível verificar durante as atividades que compuseram a oficina: a) a consolidação dos conceitos de debate deliberativo e debate regrado; b) a conscientização da necessidade das trocas de turnos; c) o conhecimento das funções exercidas pelo moderador e debatedor durante um debate.

Nona Oficina: Oralidade e argumentação II

Objetivo: Criar argumentos para dar sustentação a um tema iniciado.

Metodologia: Textos xerocopiados e recursos audiovisuais.

Descrição detalhada da oficina: Nesta oficina, os alunos (em duplas) complementarão os textos: “Celular na escola: vilão ou aliado pedagógico?” e “A rosa e a borboleta”, cada um com apenas a introdução. Após a conclusão dessa atividade, cada dupla apresentará suas argumentações oralmente. A turma poderá contribuir e fazer comentários sobre o que cada dupla expôs. Em seguida, o professor poderá, por meio de projeção, mostrar os textos na íntegra, ou seja, completos. Desta maneira, os alunos terão a oportunidade de conhecer o suporte e os autores dos textos e como estes se apropriam de determinados conteúdos para sustentar as ideias defendidas no texto.

Avaliação: Com esta atividade, é possível averiguar, durante as atividades, a capacidade criativa dos alunos no que diz respeito à construção argumentativa. A leitura dos textos produzidos pelos alunos, servirão para verificar a fluência linguística.

Vejamos os textos que foram usados para esta oficina:

Texto 12 - Celular e sala de aula

Os celulares na sala de aula têm infernizado a vida de professores, coordenadores e diretores das escolas. Um verdadeiro vício nos fones de ouvido e na facilidade de andar com uma câmera, uma musicoteca, um gravador, um computador e muito mais (em 10 centímetros quadrados) é um dos grandes problemas enfrentados nas salas de aula. Mas o que fazer? (BRASIL ESCOLA, [20--]).

Atividade proposta sobre o texto 12 – Complete o texto empregando argumentos válidos para sustentar a ideia defendida inicialmente.

Vejamos agora o restante do texto original usado para esta oficina:

Os celulares na sala de aula têm infernizado a vida de professores, coordenadores e diretores nas escolas. Um verdadeiro vício nos fones de ouvido e na facilidade de andar com uma câmera, uma musicoteca, um gravador, um computador e muito mais (em 10 centímetros quadrados) é um dos grandes problemas enfrentados nas salas de aula. Mas o que fazer? Combater, abolir, confiscar, proibir? Uma coisa é fato. Não vamos conseguir convencer jovens a não utilizarem seus aparelhos. O aparelho é uma propriedade privada do indivíduo, ou seja, não pode ser confiscado. **Então** se não podemos com o inimigo temos que nos aliar a ele. Toda essa tecnologia comprimida em alguns centímetros quadrados pode servir como excelente ferramenta pedagógica e disciplinar.

Isso mesmo, câmera, gravadores, *bluetooths*, música e internet são ferramentas pedagógicas muito eficazes em muitos tipos de atividades pedagógicas. Gravação de uma aula expositiva, produção de vídeos, montagem de aulas com imagens e fotos. Estudo de músicas. Por exemplo, um professor pode propor o estudo de uma determinada música e para estimular o bom uso dos aparelhos ele passa via *bluetooth* a música para os alunos no início da aula, propõe a análise e orienta e cada um com seu aparelho, pois a maioria tem um, irá ouvir e analisar a música. Outra situação é a pesquisa. Dicionários, Wikipédia e sites são instantaneamente acessados. E por que não os usar a nosso favor. A favor do aprendizado.

Mas então e como usar como questão disciplinar. É simples. Uma das grandes dificuldades é manter alunos, principalmente do ensino fundamental, sentados e em silêncio após uma atividade. Agora se você propor que, após a atividade realizada, eles estarão liberados para ouvirem suas músicas em seus fones, desde que permaneçam sentados e em silêncio, a aceitação será positiva. Além disso, cultive muito sua paciência para gerir esse uso, pois, como sempre, eles tentarão ultrapassar os limites que você impuser.

O fato é que temos que nos adaptar às novas realidades. E o vício tecnológico é uma delas. vamos tentar converter seus efeitos negativos em efeitos positivos. Criar possibilidades. Negociar situações e diminuir conflitos. Tudo é possível. E é também difícil, mas afinal as coisas boas e positivas não são fáceis. (BRASIL ESCOLA, [20--]).

Texto 13 – A rosa e a borboleta

Uma vez uma borboleta se apaixonou por uma linda rosa. A rosa ficou comovida, pois o pó das asas da borboleta formava um maravilhoso desenho em ouro e prata. Assim, quando a borboleta se aproximou voando da rosa e disse que a amava, a rosa ficou coradinha e aceitou o namoro. Depois de um longo noivado e muitas promessas de fidelidade, a borboleta deixou sua amada rosa. Mas ó desgraça! A borboleta só voltou muito tempo depois.

- É isso que você chama fidelidade? – choramingou a rosa. – Faz séculos que você partiu, e além disso você passa o tempo de namoro com todos os tipos de flores. Vi quando você beijou dona Gerânio, vi quando você deu voltinhas

na dona Margarida até que dona Abelha chegou e expulsou você... Pena que ela não lhe deu uma boa ferroada! (ESOPO, 2004).

Atividade proposta sobre o texto 13 – Complete o texto empregando argumentos válidos para a defesa da borboleta mediante a acusação da rosa.

Vejam agora o texto na íntegra:

Uma vez uma borboleta se apaixonou por uma linda rosa. A rosa ficou comovida, pois o pó das asas da borboleta formava um maravilhoso desenho em ouro e prata. Assim, quando a borboleta se aproximou voando da rosa e disse que a amava, a rosa ficou coradinha e aceitou o namoro. Depois de um longo noivado e muitas promessas de fidelidade, a borboleta deixou sua amada rosa. Mas ó desgraça! A borboleta só voltou muito tempo depois.

- É isso que você chama fidelidade? – choramingou a rosa. – Faz séculos que você partiu e, além disso, você passa o tempo de namoro com todos os tipos de flores. Vi quando você beijou dona Gerânio, vi quando você deu voltinhas na dona Margarida até que dona Abelha chegou e expulsou você... Pena que ela não lhe deu uma boa ferroada!

- Fidelidade!? – riu a borboleta. – Assim que me afastei, vi o senhor Vento beijando você. Depois você deu o maior escândalo com o senhor Zangão e ficou dando trela para todo besourinho que passava por aqui. E ainda vem me falar em fidelidade!

Moral: Não espere fidelidade dos outros se não for fiel também.
(ESOPO, 2004).

Décima Oficina: Elocução formal

Objetivo: Criar roteiros que norteiem e sistematizem o trabalho com a linguagem mais monitorada.

Metodologia: Fichas para orientar uma pesquisa e exposição de trabalhos oralmente.

Descrição detalhada da oficina: Nesta oficina, o professor poderá montar grupos de cinco alunos para elaborarem roteiros de pesquisa sobre variados subtemas relacionados ao tema maior para o DC. Os subtemas podem ser: “A internet”, “Redes sociais” e “Malefícios causados pelo uso excessivo de celulares”. Definidos os subtemas, os grupos se reunirão para montar o roteiro em sala de aula. Caso escolham um subtema como “A internet”, podem desenvolver perguntas, tais como:

- Qual a influência que exerce na vida das pessoas?
- Quais as camadas sociais que atingem?
- Quais pontos negativos podem ser observados no uso excessivo deste veículo?

Para o subtema “Redes Sociais”, poderiam formular as seguintes perguntas:

- As redes sociais influenciam a vida das pessoas? De que maneira?

- Existem pontos positivos e/ou negativos a serem considerados ao usarmos as redes sociais?
- Quais as camadas sociais que são atingidas?

Em relação ao tema “Malefícios causados pelo uso excessivo de celulares”, os seguintes questionamentos poderiam ser surgidos:

- Qual a influência que os celulares exercem na vida das pessoas?
- Quais as camadas sociais que atingem?
- Quais pontos negativos podem ser observados no uso excessivo de aparelhos celulares?

Justifique sua resposta usando argumentos formulados por especialistas no assunto.

Nota: lembramos que esses temas são apenas sugestões, caso o professor queira, poderá mudar os temas e as perguntas.

Ao término da confecção do roteiro de pesquisa, os alunos, em casa, devem fazer suas pesquisas e se organizarem para a apresentação que será realizada em uma aula reservada para esse fim. Os grupos ficaram livres para: a) desenvolverem seu trabalho, podendo elegerem um representante para a apresentação do roteiro e outro para a apresentação da pesquisa que o roteiro gerou; b) dividir a tarefa entre todos os integrantes do grupo.

Avaliação: As atividades desta oficina podem ser avaliadas durante a apresentação dos trabalhos nos seguintes critérios: a) o desempenho linguístico; b) a adequação vocabular; c) a consistência discursiva constituída de coerência; d) postura; e) adequação e boa utilização dos recursos audiovisuais para a apresentação.

Décima Primeira Oficina: Argumentação

Objetivo: Trabalhar com a pesquisa de campo (enquete) para subsidiar a fomentação de argumentos.

Metodologia: Produção de enquete e pesquisa na escola.

Descrição detalhada da oficina: O professor poderá dividir a turma da maneira que lhe convier, aqui sugerimos grupo de três alunos. Cada grupo fica responsável por fazer uma enquete em cada turma da escola, do sexto ao nono ano, para saber se o corpo discente é a favor ou contra o uso do celular em sala de aula. Uma das equipes fica responsável por realizar essa enquete também com o corpo docente presente na escola no momento da realização do trabalho.

Vejamos o quadro que poderá ser utilizado pelos alunos durante a enquete:

Quadro 8 - Você é a favor do uso do celular em sala de aula?

TURMAS	Sim	Não		TOTAL

Fonte: A própria autora.

De posse dos resultados, os grupos se reunirão na sala de aula para socializá-los.

Avaliação: A avaliação pode ser feita sobre o desempenho organizacional dos grupos para a coleta de dados e as conclusões obtidas por meio da enquete.

Décima Segunda Oficina: Argumentação II

Objetivo: Identificar a temática e os posicionamentos defendidos nos textos.

Metodologia: Leitura dos textos, discussão comandada, roda de conversa.

Descrição detalhada: Nesta oficina, o professor poderá usar os três textos sobre o uso do celular em sala de aula: “Celular em sala de aula: uma proibição necessária”, “Como aproveitar o uso do celular em sala de aula?” e uma charge que retrata o argumento levantado por um aluno, justificando a ausência das atividades prontas. Aqui sugeridos.

Essas atividades visam instrumentalizar os alunos para planejarem melhor sua participação no debate final.

Vejamos os textos supracitados e as questões norteadoras que servirão para uma possível discussão comandada

**Texto 14 – Opinião –
Celular em sala de aula: uma proibição necessária**

Atualmente, um assunto que vem despertando a atenção não só da comunidade acadêmica, mas da sociedade como um todo é a proibição do uso de celulares na sala de aula.

A proibição do seu uso em sala de aula é uma medida que se harmoniza com o ambiente em que o estudante está. A sala de aula é um local de aprendizagem, onde o discente deve se esforçar ao máximo para extrair do professor os conhecimentos da matéria. Nesse contexto, o celular é um aparelho que só vem dificultar a relação ensino-aprendizagem, visto que atrapalha não só quem atende, mas todos os que estão ao seu redor.

Um estudo divulgado no mês passado pela *London School of Economics* mostrou que alunos de escolas da Inglaterra que baniram os smartphones melhoraram em até 14% suas notas em exames de avaliação nacional.

O aumento acontece principalmente entre estudantes com conceitos mais baixos. Na faixa etária entre 7 e 11 anos, o banimento ajudou alunos com aproveitamento abaixo de 60% nas provas. Para o resto, não mudou nada.

Segundo os autores do estudo as distrações atingem todo mundo, mas são piores em alunos com celulares. E ainda piores naqueles com notas mais baixas.

O impacto da proibição, diz especialista, é o equivalente a uma hora a mais de aula por semana. O estudo "Tecnologia, distração e desempenho de estudantes" foi feito com 130 mil alunos desde 2001, em 91 escolas de quatro cidades.

Por que banir o uso do celular? Porque ter acesso fácil ao celular faz com o que aluno tenha mais chance de distração, o que pode levar a notas mais baixas; adolescentes ainda não têm maturidade para usar nos momentos apropriados; em ambientes liberados, é muito difícil para o professor monitorar a sala toda; a distração do smartphone é muito pior do que desenhar no caderno, por exemplo, porque o aluno entra em um 'universo paralelo'.

Enfim são inúmeras as razões para proibir o uso de celular nas salas de aula. O Estado de São Paulo, mais uma vez, foi pioneiro nesse assunto e aprovou a lei 12.730 de 2007, de minha autoria, que proíbe o uso de telefone celular nas escolas.

Segundo a Nielsen Ibope, atualmente 15% dos 68 milhões de usuários da internet pelo celular no Brasil têm entre 10 e 17 anos, ou seja, a maioria dos adolescentes. Sendo assim, a fiscalização do uso do aparelho deve ser feita rigorosamente nas escolas pelos professores e diretores de ensino. Mas como esses números de usuários aumentam a cada dia, o momento é de ampliar a fiscalização e cumprir a Lei. (MORANDO, 2015).

Atividade proposta sobre o texto 14 – Se você fosse utilizar esse texto para planejar seu discurso em defesa do não uso de aparelhos de celulares dentro da sala de aula, como o faria? (Redija um breve rascunho de seu planejamento).

Texto 15 - Como aproveitar o uso do celular em sala de aula?

Por Amanda Viegas

O acesso à comunicação e à tecnologia evoluíram muito: atualmente existe um fluxo contínuo de informações que impulsionam uma interação mais efetiva e rápida entre todos. Essas transformações provocaram mudanças profundas de uma geração para outra, sobretudo em relação ao uso de celulares.

Nessa perspectiva, fica claro que somente o quadro, o caderno e a caneta não são mais suficientes para manter os alunos interessados em aprender. Nesse cenário, o uso pedagógico da tecnologia pode muito a contribuir com a motivação dos estudantes. Embora o uso do celular em sala de aula tenha sido por muito tempo inaceitável, tanto pelo corpo docente quanto por lei, hoje o cenário é bem diferente.

A Assembleia Legislativa do estado de São Paulo aprovou, em outubro de 2017, a proposta que permite o uso de celulares em sala de aula. O maior desafio das escolas é aprender a inserir esses aparelhos de forma

eficiente e adequada para o melhor desenvolvimento e aproveitamento dos estudantes.

De acordo com a pesquisa TIC Educação de 2016, o celular já faz parte da vida de 93% da população brasileira - incluindo, é claro, muitas crianças e jovens. Por isso, proibir o uso do celular em sala de aula pode não ser uma boa alternativa. Os aplicativos, funcionalidades e facilidades dos celulares auxiliam no contexto pessoal e também podem ser inseridos no ambiente escolar como prática educacional.

O aparelho celular pode se tornar um rico instrumento de aprendizagem. A maioria dos smartphones atuais possui inúmeros recursos que podem ser utilizados nesse sentido: câmeras, gravador de voz, mapas, além do acesso à internet.

Isso porque estar conectado em sala de aula não significa necessariamente distração e perda de foco. Quando bem direcionada, essa alternativa é também uma maneira de aprender como pesquisar, coletar dados, buscar referências e se inteirar de assuntos atuais em tempo real. Ou seja, a prática pode contribuir para que o aluno acabe se tornando o protagonista do próprio aprendizado. (ADAPTADO DE VIEGAS, 2018).

Atividade proposta sobre o texto 15 – Discuta com seus colegas sobre o que trata os dois textos (14 e 15) e seus respectivos posicionamentos. Socialize oralmente suas conclusões.

Figura 5 – Texto 16



Fonte: Niero (2012).

Atividade proposta sobre o texto 16 – Com base na charge, discuta com seus colegas se o argumento usado pelo aluno convencerá a professora. Socialize sua percepção.

Avaliação: Nesta oficina, é possível avaliarmos, durante o processo de realização das atividades, a percepção dos alunos frente às questões levantadas e discutidas nos textos.

Décima Terceira Oficina: Argumentação II

Objetivos: Levar ao conhecimento dos alunos alguns tipos de argumentos para melhorar a capacidade comunicativa.

Metodologia: Material xerocopiado e socialização de ideias.

Descrição detalhada da oficina: Nesta oficina, o professor apresentará aos alunos alguns tipos de argumentos que podem ser usados para melhorar a capacidade argumentativa deles. Inicia-se a oficina entregando um material xerocopiado com alguns tipos de argumentos que, eventualmente, podem ser empregados durante um debate oral e em textos escritos também. Em seguida, entrega-se um texto escrito, no qual os alunos podem destacar os tipos de argumentos que nele aparecem. Após a execução da atividade, as respostas podem ser expostas e discutidas por todos os alunos em sala de aula.

Avaliação: É possível verificar nesta oficina, de forma processual, se os alunos conseguem apreender os tipos de argumentos apresentados e se conseguem identificá-los no texto escrito e, conseqüentemente, saber usar essas informações oportunamente no debate conclusivo (DC).

Vejamos os textos utilizados nesta oficina:

Texto 17 – O que é argumentar?

Argumentar não é uma tarefa fácil, pois consiste em convencer os outros da validade das nossas ideias e para tal devemos reunir em nosso repertório linguístico bons argumentos. Algumas teorias nos dão dicas de como argumentar com propriedade, desta maneira recorreremos a alguns usos de argumentos consagrados.

Existem vários tipos de argumentos, mas nos ateremos a apenas alguns que costumamos encontrar em debates políticos, rodas de conversas, artigos de opinião, entre outros. Assim, começaremos pelo **argumento baseado na autoridade** – é quando nos baseamos em vozes de outras pessoas ou instituições para validar nosso ponto de vista, nos revestindo do poder emanado dessas vozes já consagradas pela sociedade e aceitas pela plateia a quem queremos convencer. Podemos usar este tipo de argumento para validar nosso posicionamento ou para refutá-lo. Podemos citar algum *youtuber* famoso, por exemplo, para validar a ideia de que a internet possibilita essa fama repentina ou usar o mesmo exemplo para mostrar que não é todo mundo que consegue ficar famoso com esse veículo de informação.

Outro tipo de argumento que costumamos usar para convencer nossos interlocutores é **argumento do senso comum**. Esses argumentos que habitam o senso comum propagam “verdades” advindas do grupo social no qual está inserida. Quanto mais o grupo propaga tal argumento mais forte e arraigado ele fica e mais difícil de se questionar sobre sua veracidade. Um exemplo simples que vemos no cotidiano é quando alguém diz que meninos vestem azul e meninas vestem rosa, e nem paramos para analisar de onde vem esse preceito. Aceitamos sem questionar apenas porque é um argumento do senso comum, criado por nossa sociedade paternalista.

Outro tipo de argumento que podemos encontrar em nossa sociedade é o **argumento baseado em provas concretas**, recurso bastante usado pelo jornalismo e mídias em geral. Esse tipo de argumento leva em consideração fatos comprobatórios como estatísticas, dados históricos, fotografias.

Além dos tipos de argumentos citados anteriormente, existe outro **baseado no raciocínio lógico**. Esse tipo de raciocínio é bastante usado na política também, quando em meio a um discurso, um candidato promete acabar com a corrupção, aumentando a fiscalização do uso do dinheiro público nas instituições públicas. Trata-se de uma dedução pelo raciocínio, aumentando a fiscalização, diminui a corrupção. (A PRÓPRIA AUTORA).

Texto 18 – Uso excessivo de celular pode comprometer funcionalidade de neurônios

Os jovens viciados no aparelho apresentaram ainda maior índice de depressão e ansiedade

Nunca se olhou tanto para baixo. Na fila, no parque, na escola, no trabalho, no museu, no ônibus e, perigosamente, no carro, as pessoas parecem só ter um interesse: a tela do smartphone. A ponto de, nos Estados Unidos, um estudo do Pew Research Center ter apontado que 46% da população diz não conseguir viver sem seu celular com acesso à internet. A dependência do gadget, usado menos para fazer ligações do que para ler notícias, interagir nas redes sociais, jogar e assistir a vídeos, tem até nome: nomofobia, o medo de ficar longe do aparelho.

Preocupados principalmente com o impacto disso entre os jovens, que, segundo estudos, são os usuários que passam mais tempo mexendo nos celulares, pesquisadores da Universidade da Coreia em Seul decidiram investigar como essa dependência se dá do ponto de vista da química cerebral. Para tanto, o neurorradiologista Hyung Suk Seo reuniu um grupo de 19 jovens, com média de idade de 15,5 anos e dependência em internet e/ou smartphones diagnosticada, e outro com 19 adolescentes da mesma faixa etária, mas que não sofriam do problema.

Doze dos 19 que não conseguiam viver longe dos aparelhos receberam nove semanas de terapia cognitivo-comportamental, adaptada de um programa desenhado para dependentes em jogos de azar, como parte do estudo. Os pesquisadores utilizaram testes padrão de adicção em tecnologia para medir a severidade do vício. As questões investigavam o quanto a internet e os celulares afetam a rotina diária, a vida social, a produtividade, os sentimentos e os padrões de sono dos jovens. Quanto maior o escore, maior no nível de adicção.

Um dos achados foi que os adolescentes dependentes de celular exibem níveis mais significativos de depressão, ansiedade, insônia e impulsividade, comparados aos que não sofrem do problema. Para medir como isso ocorre no cérebro do ponto de vista fisiológico, os pesquisadores fizeram o exame

chamado espectroscopia por RNM, tipo de ressonância magnética que mede a composição química do órgão.

Os participantes foram submetidos a esse método não invasivo antes e depois da terapia cognitivo-comportamental. Já os jovens não adictos em tecnologia foram submetidos ao exame apenas uma vez para medir os níveis de GABA, um neurotransmissor que inibe ou retarda sinais no cérebro, e de Glx, neurotransmissor que torna os GABA está envolvido no controle da visão e da parte motora, além da regulação de várias funções cerebrais, incluindo a ansiedade.

Os resultados da espectroscopia por RNM revelaram que, comparado aos jovens do grupo de controle, os dependentes apresentavam uma razão entre Gaba e Glx muito maior no córtex cingulado anterior, região que, entre outras coisas, regula as emoções. “Essa associação foi significativamente correlacionada às escalas clínicas de dependência em internet e smartphone, além de depressão e ansiedade”, diz Hyung Suk Seo, que apresentou um trabalho sobre o estudo, ainda não publicado, no congresso anual da Sociedade Radiológica da América do Norte. “Um excesso de GABA pode resultar em vários efeitos colaterais, incluindo ansiedade e sonolência” observa.

“A dependência tecnológica não é um transtorno mental oficial, mas esse termo se refere a um comportamento de adicção em relação a mídias sociais, mandar mensagens em excesso, carregar muita informação, fazer muitas compras on-line, jogar, acessar pornografia on-line, enfim, o uso excessivo do smartphone”, diz Vaghefi. “Enquanto que a minoria se identificou como dependente, acredito que a adicção tecnológica vai aumentar à medida que a própria tecnologia continua a avançar, e os desenvolvedores de gadgets, aplicativos e jogos encontram novas formas de ganhar a atenção dos usuários por longos períodos de tempo”, afirma. (OLIVETO, 2017).

Atividades propostas sobre o **texto 18**:

1. Destaque os tipos de argumentos que aparecem no texto.
2. Com qual intencionalidade esses mesmos argumentos foram usados?
3. Você ficou convencido dos males causados pelo uso excessivo de celulares após ter lido os argumentos levantados pela autora do texto?
4. Digamos que você não foi convencido com os argumentos apresentados no texto. Como você defenderia um ponto de vista contrário?

Décima Quarta Oficina: Debate conclusivo (DC)

Objetivo: Averiguar a desenvoltura dos alunos durante o debate nos seguintes tópicos: como organizam as ideias, a seleção lexical, a fluência comunicativa, os aspectos do oral público (registro formal), o discurso argumentativo, elementos próprios da oralidade (postura, polidez, troca de turnos) e a prosódia.

Metodologia: Debate e gravação do debate.

Descrição detalhada da oficina: Sugerimos ao professor que os mesmos alunos que participaram do primeiro debate participem deste também.

Tema: “O celular em sala de aula”

A sala de aula poderá ser organizada da mesma maneira como aconteceu na realização do DP. Ao longo da realização do DC, os alunos que fizeram parte da plateia (auditório) avaliarão oralmente o debate conclusivo, verificando os seguintes aspectos:

- a) Qualidade da voz, velocidade, tonicidade, entre outros;
- b) Troca de turnos;
- c) Polidez;
- d) Qualidade dos argumentos elencados em defesa da tese proposta;
- e) Monitoramento estilístico (adequação vocabular) e uso do registro formal nas elocuições dos alunos debatedores no decorrer do DC.

Avaliação: Nesta oficina, numa avaliação processual, o DC possibilitará a verificação da apropriação, por parte dos alunos, dos conceitos apresentados durante as oficinas anteriores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando pensamos em práticas educativas pensamos em ferramentas que venham ajudar o professor em sala de aula na difícil tarefa de ensinar. Desta maneira, nossa proposta de trabalho, calcada por oficinas que priorizam a oralidade e principalmente o oral público por meio do gênero debate, vem agregar, sugestivamente, alternativas para melhorar a competência comunicativa dos nossos alunos. Assim, acreditamos que o trabalho, especificamente, com a oralidade se faz emergencial, pois conforme já solicitam os documentos oficiais como a BNCC (2017) e os PCN (1989) temos que trabalhar a oralidade aliada à escrita, pois essas duas modalidades da língua se complementam como já discutiu Marcuschi (2007, 2010). Esperamos que o nosso trabalho, sendo pensado em prol de melhorias na relação ensino-aprendizagem, venha a contribuir não só para os professores de Língua Portuguesa, mas também a todos os estudiosos que se interessarem pelo assunto.